UFJ

Plano de Desenvolvimento Institucional

2023 - 2027

Versão 7

DIRIGENTES

Reitor
Prof. Christiano Peres Coelho

Vice-Reitora
Profa. Alana Flávia Romani

Chefe de Gabinete da Reitoria
Prof. Hugo Machado Sanchez

Assessora da Reitoria
TAE Lázara Cristhiane de Assis

Diretor de Assuntos Administrativos
Prof. Hugo Luís Pena Ferreira

Procuradora Geral
Lorena Ferreira Fernandes

Auditora Interna
TAE Gabriella Braga Melo

Corregedora
TAE Michely Coutinho de Oliveira Andrade

Ouvidora
Profa. Sirlene Moreira Fidelis

Pró-Reitora de Graduação
Profa. Sandra Aparecida Benite Ribeiro
Pró-Reitor Adjunto de Graduação
Prof. Fernando Aparecido de Moraes

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação
Profa. Nubia de Souza Lobato
Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Inovação
Prof. Alécio Perini Martins

Pró-Reitora de Pós-Graduação
Profa. Maria José Rodrigues
Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação
Prof. Ari Raimann

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Esporte
Profa. Erin Caperuto de Almeida
Pró-Reitor Adjunto de Extensão, Cultura e Esporte
Prof. Rafael Siqueira Silva

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
Profa. Eva Aparecida de Oliveira
Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Estudantis
Profa. Cecília de Castro Bolina

Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento
Prof. Danival Vieira de Freitas
Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Orçamento
Prof. Marcelo Silva Freitas

Pró-Reitor de Administração e Finanças
Prof. Marcos Wagner de Souza Ribeiro
Pró-Reitor Adjunto de Administração e Finanças
TAE Márcio Antônio Fernandes Carneiro

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas
Profa. Graziele Alves Amaral
Pró-Reitora Adjunta de de Gestão de Pessoas
TAE Simone Rezende do Carmo

Diretora de Comunicação
TAE Estael de Lima Gonçalves

Diretor de Infraestrutura
TAE Ricardo Porto Simões Mathias

Diretor de Tecnologia da Informação
TAE Wesley Carmo Ramos

Diretor de Transportes
Prof. Francismário Ferreira dos Santos

Diretora Executiva de Órgãos Colegiados
TAE Marinalva Oliveira Teixeira

Diretora Sistema de Bibliotecas
TAE Natasha Pacheco de Mello Oliveira

Diretora Centro de Gestão Acadêmica
TAE Thalita Rodrigues Lemes Brandão

Coordenador Escritório de Internacionalização
Prof. Márcio Issamu Yamamoto

Coordenador de Ações Afirmativas
Prof. Felipe Soares Macedo

Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
Profa. Leonor Paniago Rocha

Coordenador Comissão Permanente de Pessoal Docente
Prof. Nilton César Barbosa

EQUIPE VERSÃO VII

EQUIPE PROPLAN

Danival Viera de Freitas
Pró-Reitor

Marcelo Silva Freitas
Pró-Reitor Adjunto
Coordenação de Processos e Governança de Dados

Alessandro Martins
Coordenação de Governança Orçamentária

Daniel Bartoli de Sousa
Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Cínthia Alencar Pacheco
Procuradora Educacional Institucional

Davi Bovolenta
TAE Administrador

Mônica Carmes Gonçalves Marques
TAE Administradora

Emanuella Camille Barreto Borges Ribeiro
TAE Assistente em Administração

SECOM

Estael de Lima Gonçalves
Diretora

Ícaro Teixeira Bevilaqua
Bolsista

Ícaro Gabriel Gomes de Souza
TAE Administrador

Fabrício Alves Rodrigues
Estagiário

FOTOGRAFIAS

Acervo SECOM/UFJ

DIRIGENTES

GESTÃO UFJ

Reitor *pro tempore*
Prof. Américo Nunes da Silveira Neto

Vice-reitora *pro tempore*
Profa. Giulena Rosa Leite

Chefia de Gabinete
TAE Michaela Andrea Bette Camara

Pró-reitor *pro tempore* de Administração e Finanças
Prof. Dyomar Toledo Lopes

Pró-reitora *pro tempore* de Assuntos Estudantis
Profa. Luciana Aparecida Elias

Pró-reitora *pro tempore* de Extensão, Cultura e Esporte
Profa. Ludmila Grego Maia

Pró-reitor *pro tempore* de Gestão de Pessoas
Prof. Henrique Almeida Fernandes

Pró-reitora *pro tempore* de Graduação
Profa. Kamila Rodrigues Coelho

Pró-reitor *pro tempore* de Pesquisa e Inovação
Prof. Simério Carlos Silva Cruz

Pró-reitor *pro tempore* de Pós-Graduação
Prof. Edésio Fialho dos Reis

Pró-reitor *pro tempore* de Planejamento
Prof. Allison Gustavo Braz

Diretora do Centro de Gestão Acadêmica
TAE Thalita Rodrigues Lemes Brandão

Diretor de Tecnologia da Informação
TAE Daniel Silva Carvalho

Diretor de Infraestrutura
TAE Ricardo Porto Simões Mathias

Diretora de Comunicação
Profa. Franciny Medeiros Barreto

Secretária Executiva e de Órgãos Colegiados
TAE Marinalva Oliveira Teixeira

Coordenadora de Assuntos Administrativos
Profa. Liliane Vieira Martins Leal

Coordenadora do Escritório de Internacionalização
Profa. Adriana Luize Bocchi

Presidente da Comissão Própria de Avaliação -CPA
Prof. Daniel Bartoli de Souza

Diretor do Sistema de Bibliotecas
TAE Luismar de Carvalho Junior

Ficha catalográfica

Elaborada pelo Setor de Processamento Técnico
Sistema de Biblioteca da Universidade Federal de Jataí

U58p

Universidade Federal de Jataí.
Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027[recurso eletrônico] / Universidade Federal de Jataí. Jataí/GO: UFJ, 2025.
258 p. : il. color.

Disponível em: ufj.edu.br
Formato PDF
Anexos

1. Plano de Desenvolvimento Institucional. 2. Planejamento – Universidade Federal de Jataí. 3. Gestão estratégica - Ensino Superior . I. Título.

CDU: 658:378.4(817.3)

Histórico de alterações

Data	Versão	Descrição	Autor
01/2023	V1	Esqueleto inicial, faltando conferência dos pares e acrescentar cada pró- reitorias e órgãos	Proplan
03/2023	V2	Sintetização e contribuição das outras pró-reitorias e órgãos administrativos	Cepdi
16/05 a 16/06 de 2023	V3	Consulta Pública	Comunidade Acadêmica
26/06/2023	V3	Considerações do Consuni	Consuni
27/06 a 13/09/2023	V4	Alterações de acordo com solicitações de Consulta Pública	Proplan
27/09/2023	V5	Apreciação e aprovação pelo Consuni	Consuni
13/12/2023	V6	Inserção das propostas de novos cursos de Mestrado e Doutorado solicitadas pela PRPG (SEI 23854.009391/2023- 87; Despacho 0223186)	Consuni
17/12/2024	V7	Aprovação do Relatório de avaliação anual do PDI/UFJ (2023-2027) e da Revisão anual (2024) do PDI pelo Conselho Universitário (CONSUNI): processo SEI nº 23854.008990/2024-64. Atualização dos dirigentes das Unidades Administrativas e da equipe de coordenação, elaboração e sistematização da revisão anual. Atualização da estrutura organizacional. Estruturação da governança institucional. Elaboração de uma nova identidade e apresentação do PDI. Elaboração e inclusão de objetivos estratégicos, metas, indicadores com fórmulas de cálculo, setor responsável, setor de apoio, entre outras informações necessárias. Desenvolvimento e inclusão da cadeia de valore e do mapa estratégico da instituição. Alinhamento do PDI com as políticas institucionais. Alteração (inserção textual) do Projeto Pedagógico da Instituição (PPI). Houve a criação e atualização de políticas e programas institucionais para o quinquênio 2023-2027. Alteração (inserção textual) para alinhamento/conformidade com o Plano Plurianual - PPA (2024 – 2027). Alteração (inserção textual) para alinhamento/conformidade com o relatório de autoavaliação institucional (2021 – 2023), em atendimento às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional. Alinhamento às Políticas e Diretrizes Governamentais. Foi realizada a diagramação final do documento. Aprovação PDI 2023-2027 foi atualizada.	Consuni

MENSAGEM DO REITOR

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027 da Universidade Federal de Jataí (UFJ) resulta de um esforço coletivo que envolve todos os setores e grupos da instituição. Um aspecto de grande relevância é que este é o primeiro PDI da universidade. Por isso, ele define objetivos, metas e indicadores que visam ser alcançados à medida que a instituição amadurece, cresce e busca atingir a excelência.

A elaboração do PDI foi orientada pelo alinhamento da missão institucional com sua realidade geopolítica e suas potencialidades. O objetivo é estabelecer um caminho factível para a excelência nas atividades finalísticas da universidade – ensino, pesquisa e extensão –, entregando à sociedade profissionais qualificados e promovendo impactos significativos.

Como uma instituição recente, a UFJ enfrenta o desafio de ajustar sua trajetória para cumprir sua missão e alcançar seus objetivos. Nesse sentido, a construção de políticas institucionais em todas as áreas de atuação será realizada de forma colaborativa. Essas políticas irão nortear o funcionamento da UFJ em aspectos como ensino, pesquisa e inovação, extensão, governança, infraestrutura, sustentabilidade, orçamento, assistência estudantil, combate ao assédio, gestão, desenvolvimento de servidores, entre outros.

Jataí, dezembro de 2024

Christiano Peres Coelho
Reitor da UFJ

SIGLAS E ABREVIATURAS

AD - Avaliação de Desempenho
AGU - Advocacia-Geral da União
Audin - Unidade de Auditoria Interna Governamental
AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BICT - Bacharelado em Ciência e Tecnologia
CAD - Comissão de Avaliação Docente
CAI - Coordenação de Assuntos Internacionais
CAJ - Câmpus Avançado de Jataí
CAL - Coordenação de Administrativa e Licitações
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA - Coordenação de Bolsas Assistenciais
CCAB - Centro de Ciências Agrárias e Biológicas
CCP - Coordenação de Cobrança e Penalidades
CDCC - Centro de Divulgação Científica e Cultural
CEPEPE - Conselho de Ensino, Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, Extensão, Cultura, Esporte e Políticas Estudantis
CGU - Controladoria-Geral da União
CIAD - Coordenação de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade
CIAGRA - Unidade Acadêmica de Ciências Agrárias
CIDARQ - Centro de Informação, Documentação e Arquivo
CL - Centro de Línguas
CMP - Coordenação de Materiais e Patrimônio
CNE - Conselho Nacional de Educação
COIL - Aprendizado Colaborativo Internacional Online
CONACESSI - Colégio Nacional de Coordenadores de Núcleos de Acessibilidade das Instituições Públicas da Educação Superior
CONEPE - Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI - Conselho Universitário
COODARQ - Coordenação de Informação, Documentação e Arquivo
COR - Corregedoria
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPAD - Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
CPC - Conceito Preliminar de Curso
CPDI - Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
CPGD - Coordenação de Processos e Governança de Dados
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPSM - Comissão Permanente de Saúde Mental
CSM - Comitê de Saúde Mental
CSS - Coordenação de Serviço Social
CTC-ES - Conselho Técnico-Científico da Educação Superior
CVI - Cadeia de Valor Integrada
DAA - Diretoria de Assuntos Administrativos
DAD - Diretoria de Acompanhamento e Desenvolvimento
DAP - Diretoria de Administração de Pessoas
DAPI - Departamento de Apoio Pedagógico e Inclusão
DASAE - Diretoria de Apoio à Saúde, Inclusão e Assistência Estudantil
DCF - Diretoria de Contabilidade e Finanças
DE - Dedicação Exclusiva
DEAS - Departamento de Estudo, Acessibilidade e Surdos
DGCS - Diretoria de Gestão de Contratos de Serviços
DIF - Departamento de Inclusão e Formação
DMP - Diretoria de Materiais e Patrimônio
DOU - Diário Oficial da União
DPM - Diretoria de Provimento e Movimentação
DS - Desenvolvimento Sustentável
DUA - Desenho Universal para Aprendizagem

SIGLAS E ABREVIATURAS

Eduroam - Education roaming
EGDSI - Escritório de Governança de Dados e Segurança da Informação
EI - Escritório de Internacionalização
EMGOPA - Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
Enem - Exame Nacional do Ensino Médio
EP - Escritório de Processos
ESG - Sustentabilidade social, Ambiental e de Governança
ETP - Estudo Técnico Preliminar
FEJ - Fundação Educacional de Jataí
GLPI - Gestionnaire Libre de Parc Informatique
GSI - Gestão da Segurança da Informação
IA-CM - Modelo de Capacidade de Auditoria Interna
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC - Iniciação Científica
ICJr - Iniciação Científica Júnior
IDD - Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado
IES - Instituição de Ensino Superior
IFE - Instituição Federal de Ensino
IN - Instrução Normativa
IT - Iniciação Tecnológica
JataíTech - Parque Tecnológico de Jataí
KPA - Key Process Areas
LAI - Laboratório de Acessibilidade Informacional
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC - Ministério da Educação
MPF - Ministério Público Federal
MRE - Ministério das Relações Exteriores
NAI - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
NEE - Necessidade Educacional Específica
NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
NL - Núcleo Livre
NPS - Net Promoter Score
ODC - Outras Despesas Correntes
ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OGU - Orçamento Geral da União
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Plano de Atualização das Coleções
PADNEE - Programa de Apoio a Discentes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Específicas
PASS - Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal
PBL - Aprendizagem Baseada em Projetos
PCA - Plano de Contratações Anuais
PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
PDO - Plano de Diretrizes Orçamentárias
PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PDPI - Programa de Diversidade, Pertencimento, e Inclusão
PDU - Plano de Desenvolvimento da Unidade
PE - Planejamento Estratégico
PEC-G - Programa de discentes - Convênio de Graduação
PEI - Procuradoria Educacional Institucional

SIGLAS E ABREVIATURAS

PET - Programa de Educação Tutorial
PFA - Português para Fins Acadêmicos
PGD - Programa de Gestão e Desempenho
PIB - Produto Interno Bruto
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PILA - Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-Americano
PIVIC - Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica
PJNV - Plano Juventude Negra Viva
PL - Projeto de Lei
PLE - Português como Língua Estrangeira
PLNM - Português como Língua Não Materna
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS - Plano de Logística Sustentável
PME - Programa de Mobilidade Andifes
PMIPES - Programa de Mobilidade entre as Instituições Públicas de Ensino Superior de Goiás
PNAES - Política Nacional de Assistência Estudantil
PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação
POA - Plano Orçamentário Anual
PPA - Plano Plurianual
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PPG - Programa de Pós-Graduação
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PPSI - Programa de Privacidade e Segurança da Informação
PQI - Programa de Qualificação Institucional
PRAE - Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PROBEC - Programa de Bolsas de Extensão, Cultura e Esporte
PROECE - **P**ró-reitoria de Extensão, Cultura e Esporte
ProfÁgua - Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos
PROFCOMP - Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Computação em Rede
PROFMAT - Programa de Mestrado Profissional em Matemática
PROGRAD - Pró-reitoria de Graduação
PROLICEN - Programa de Pesquisa em Licenciaturas
PROPESSOAS - Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
PROPLAN - Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento
PROVEC - Programa de Voluntariado de Extensão, Cultura e Esporte
PRPG - Pró-reitoria de Pós-graduação
PRPI - Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação
QRSTA - Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação
QVT - Qualidade de Vida no Trabalho
RDC-Arq - Repositório Arquivístico Digital Confiável
REJ - Regional Jataí
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIUFJ - Repositório Institucional da UFJ
RIUPS - Rede Iberoamericana das Universidades Promotoras da Saúde
RU - Restaurante Universitário
SECOM - Secretaria de Comunicação
SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura
SEOC - Secretaria Executiva e de Órgãos Colegiados
SEP - Serviço de Psicologia
Seres - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
SeTI - Secretaria de Tecnologia e Informação
SeTRAN - Secretaria de Transporte
SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SIGLAS E ABREVIATURAS

SIBI - Sistema de Bibliotecas
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG - Sistema de Organização e Inovação Institucional
SIPAC/SIG - Sistema Integrado de Protocolo
SiSU - Sistema de Seleção Unificada
SPA - Serviço de Psicologia Aplicada
SPE - Secretaria de Política Econômica
SPO - Secretaria de Planejamento e Orçamento
SUS - Sistema Único de Saúde
TAE - Técnico-administrativo em Educação
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TCU - Tribunal de Contas da União
TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TED - Termo de Execução Descentralizada
TR - Termo de Referência
UFCAT - Universidade Federal de Catalão
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFJ - Universidade Federal de Jataí
UGI - Unidade de Gestão de Integridade
UPS - Universidades Promotoras de Saúde

SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Histórico

1.2 Objetivos da Instituição

1.3 Desafios Institucionais

1.4 Missão

1.5 Visão de Futuro

1.6 Valores

1.7 Cadeia de Valor

1.8 Mapa Estratégico

1.9 Objetivos Estratégicos

1.10 Áreas de Atuação

1.11 Cursos de Graduação e de Pós-graduação

1.11.1 Graduação

1.11.2 Pós-graduação

1.11.2.1 Pós-graduação Lato Sensu

1.11.2.2 Pós-graduação Stricto Sensu

1.12 Organização Administrativa

1.12.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional

1.12.2 Órgãos Colegiados

1.12.3 Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

1.13 Inserção Regional, Nacional e Internacional

1.13.1 Inserção Regional

1.14 Controle Social

1.15 Governança

1.16 Perfil da Força de Trabalho

1.16.1 Docentes

1.16.2 Técnico Administrativo em Educação

1.17 Corpo Discente

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 Princípios Filosóficos

2.2 Princípios Técnico-metodológicos

3. POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.1 Ensino

3.1.1 Formas de Acesso aos cursos ofertados pela UFJ

3.1.2 Flexibilidade Curricular

3.1.3 Mobilidade Acadêmica

3.1.4 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

3.1.5 Cursos de Graduação

SUMÁRIO

3.1.5.1 Oferta Educacional

3.1.5.2 Perfil do Egresso

3.1.5.3 Inovação Pedagógica

3.1.6 Política Institucional e Ações para o Acompanhamento dos Egressos

3.1.7 Infraestrutura Tecnológica e Física de Apoio ao Processo de Ensino e Aprendizagem

3.2 Cursos de Pós-graduação

3.3 Pesquisa, Inovação e Empreendedorismo

3.4 Extensão, Cultura e Esporte

3.4.1 Extensão Universitária

3.4.2 Inserção Curricular da Extensão

3.4.3 Formação de Professores para a Educação Básica

3.4.4 Cultura

3.4.5 Esporte

3.5 Política de Atendimento ao Discente

3.5.1 Programas de Assistência Pedagógica

3.5.2 Programas de Assistência Estudantil

3.5.3 Apoio Psicopedagógico

3.5.4 Serviço Social na Permanência Estudantil

3.5.5 Apoio à Saúde dos Discentes

3.5.6 Serviço de Apoio Nutricional

3.5.7 Serviço de Psicologia

3.5.8 Eventos e Ações

4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

4.1 Cidadania

4.2 Direitos Humanos

4.3 Ações Afirmativas e Inclusão Social

4.4 Saúde Mental

4.4.1 Servidores

4.4.2 Discentes

4.4.2.1 Objetivos Táticos

4.4.2.2 Ações

4.5 Acessibilidade e Inclusão

4.5.1 Coordenação de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade para Discentes

4.6 Hospital Veterinário

4.7 Sustentabilidade

4.8 Internacionalização

4.8.1 A Internacionalização na UFJ

SUMÁRIO

4.8.2 Estrutura institucional: O que é o EI hoje?

4.8.3 Atuação da UFJ e a Internacionalização

4.8.3.1 Projetos e Programas

4.8.3.2 Ações Desenvolvidas pelo Escritório de Internacionalização

4.8.4 Mobilidade Acadêmica Internacional

4.8.5 Mobilidade Acadêmica Internacional - Presencial

5. POLÍTICAS DE GESTÃO

5.1 Preservação da História Institucional

5.2 Gestão de Pessoas

5.2.1 Programa de Integração, Inclusão e Pertencimento

5.2.2 Programa de Qualidade de Vida

5.2.3 Programa de Desenvolvimento

5.2.4 Programa de Conformidade Legal e Procedimentos

5.2.5 Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

5.2.5.1 Desenvolvimento Docente

5.2.5.2 Alocação de Vagas Docentes

5.2.5.3 Reserva de Vagas nos Concursos Docentes

5.2.5.4 Plano de Carreira e Grau de Formação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação

5.2.5.5 Acompanhamento Funcional e Processos Avaliativos

5.2.5.6 Desenvolvimento dos(as) Servidores(as) Técnicos(as)-Administrativos(as) em Educação

5.3 Planejamento e Governança orçamentária

5.3.1 Planejamento Institucional

5.3.2 Processos e Governança de Dados

5.3.3 Governança Orçamentária

5.4 Gestão Administrativa

5.4.1 Pró-Reitoria de Administração e Finanças

5.4.2 Setor de Transporte

5.5 Orçamento e Sustentabilidade Financeira

5.5.1 Gestão Financeira e Orçamentária

5.5.2 Sustentabilidade Financeira

5.5.3 Relação com o Desenvolvimento Institucional

5.5.4 Participação da Comunidade Interna

5.5.5 Conjuntura Econômica e Limites ao Orçamento Público

5.5.6 Gestão Orçamentária

5.5.7 Centros de Custo

5.5.8 Números do Orçamento

5.6 Comunicação e Informação

SUMÁRIO

6. INFRAESTRUTURA

6.1 Infraestrutura Física

6.1.1 Laboratórios

6.1.2 Clínica Escola de Fisioterapia

6.1.3 Manutenção da Infraestrutura

6.2 Serviços de Apoio

6.2.1 Sistema de Bibliotecas

6.2.1.1 Espaço Físico

6.2.1.2 Equipe

6.2.1.3 Serviços e Produtos

6.2.1.4 Horários de Funcionamento

6.2.1.5 Plano de Atualização das Coleções

6.2.1.6 O SIBI e a Pandemia

6.2.2 Coordenação de Informação, Documentação e Arquivo

6.2.3 Editora UFJ

6.2.3.1 Conselho Editorial

6.2.4 Fundações de Apoio

6.3 Fazenda Experimental Animal

6.4 Fazenda Experimental Vegetal

6.5 Acervo, Museus e Patrimônio

6.5.1 Centro de Divulgação Científica e Cultural

6.5.2 Acervos e Patrimônio

6.5.3 Museus

7. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

7.1 Avaliação Interna

7.1.1 Estruturação do Ciclo de Melhoria Contínua

7.1.2 Estratégia de Comunicação e Envolvimento Ativo da Comunidade Acadêmica

7.1.3 Engajamento Sistêmico e Contínuo com Egressos

7.1.4 Avaliação de Impacto e Eficácia das Ações de Melhoria

7.1.5 Integração com o Planejamento Estratégico Institucional

7.2 Avaliação Externa

7.2.1 Avaliações in loco

7.2.2 Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDI

CONSIDERAÇÕES FINAIS

APÊNDICE A

APÊNDICE B

APÊNDICE C

APÊNDICE D

APÊNDICE E

1. Perfil Institucional

A Universidade Federal de Jataí (UFJ) é uma Instituição pública de ensino superior, organizada como Autarquia Federal e vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Foi criada em 2018, pela Lei nº 13.635, de 20 de março, a partir do desmembramento da Universidade Federal de Goiás (UFG) e encontra-se inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.840.659/0001-30. Sua sede está situada no município de Jataí, na região sudoeste do estado de Goiás.

Diante desta localização estratégica, próximo às divisas com os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Minas Gerais, a UFJ se estabelece como importante polo de produção e disseminação do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural para um universo de milhares de pessoas.

A Instituição pauta-se pela promoção de uma formação sólida e humanística de profissionais e, sobretudo, de cidadãos pautados por valores éticos, democráticos e engajados com a transformação da sociedade. Comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional, a UFJ, enquanto Instituição pública federal de educação superior, atua na promoção da inclusão social, da diversidade cultural e do desenvolvimento sustentável por meio de suas atividades acadêmicas, científicas e culturais.

1.1 Histórico

A história da UFJ tem origem com a política de interiorização da Universidade Pública brasileira, nos anos 1970 e 1980, entendida como a atuação em localidades fora da sede, seguindo a orientação dos Ministérios da Educação e do Interior, a partir de ações ligadas ao Projeto Rondon e ao Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, que buscava levar o ensino superior à realidade de interior do Brasil.

Diante da política de interiorização, a UFG começou a instalar unidades em municípios no interior de Goiás, culminando na criação dos Campi Avançados, sendo um deles, na cidade de Jataí, localizado a 320 quilômetros da capital do estado, constituindo-se um dos marcos da descentralização do ensino superior de Goiás.

Paralelo ao processo que se iniciava na UFG, em julho de 1979, a Comissão Pró-curso Superior do Lions Clube de Jataí entregou ao Reitor da UFG, Prof. José Cruciano de Araújo (1978-1981), um abaixo-assinado no qual solicitava a criação de cursos superiores na cidade. Enquanto a Comissão atuava em prol deste objetivo, o então Prefeito de Jataí, Mauro Antônio Bento, que havia encampado a ideia, colocava em discussão o Projeto de Lei nº 13/79, que previa a implantação da UFG na cidade.

Em 10 de março de 1980, foi assinada pelo Reitor da UFG a Resolução nº 145 criando o Câmpus Avançado de Jataí (CAJ). No dia 19 de março daquele ano a prefeitura municipal entregou oficialmente à UFG uma sede, situada na Rua Riachuelo e, em 1981, foi realizado o primeiro vestibular, firmando uma parceria e garantindo a consolidação do projeto de criação do CAJ, com a divisão de gastos e de responsabilidades entre a UFG e o município.

ANO III — 1ª QUINZENA JULHO/79 — Nº 36

CURSO SUPERIOR

Com a união de todos o objetivo será atingido

encontro entre a comitiva da

Foto 1 - Jornal anuncia movimentação em prol da criação de cursos superiores - 1979
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

A segunda e decisiva etapa para a efetiva instalação do CAJ ocorreu em maio de 1982, quando a prefeitura doou à UFG uma área, contendo um prédio com capacidade para acolher 400 alunos.

O Câmpus que ofertaria ensino superior público e gratuito foi uma vitória não somente da comunidade local, mas de todo o Sudoeste Goiano. O prédio que abrigaria a Instituição foi inaugurado oficialmente no dia 19 de dezembro de 1980, com uma vasta repercussão em toda a região. Foi implantado, em caráter experimental, o primeiro curso: Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Matemática (40 vagas), Química (20 vagas) e Física (30 vagas), iniciando as atividades acadêmicas em março de 1981.

O convênio inicial, estabelecido entre a UFG e a Prefeitura Municipal de Jataí, propunha o funcionamento de cursos de licenciatura visando à qualificação de profissionais da rede pública municipal e estadual de ensino.

Foto 2 - Obras dos prédios do Câmpus Riachuelo - 1980
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

Os recursos financeiros destinados à manutenção desses cursos eram provenientes dos fundos da Prefeitura. A fim de subsidiar esse processo, a Prefeitura de Jataí criou, em março de 1984, a Fundação Educacional de Jataí (FEJ), órgão constituído por um conselho composto por representantes das entidades de classe da comunidade jataiense. Portanto, desde a sua criação, a Fundação assume e operacionaliza os repasses de verbas para o custeio do CAJ, proporcionando condições físicas e financeiras, viabilizando o funcionamento dos cursos.

Em 1985, foi firmado um novo convênio entre a UFG, FEJ e o Município, com a finalidade de contratação de docentes concursados para a implantação do curso de Licenciatura em Pedagogia. Os três primeiros cursos previamente implantados foram concluídos em 1986 e, em seguida, desativados por falta de demanda.

No decorrer do ano de 1988 discussões sobre a continuidade e a consolidação do CAJ culminaram em uma proposta de criação de novos cursos nas áreas de Licenciaturas e Ciências Agrárias. Novos rumos foram traçados para o Câmpus, sendo criado em 1989 o curso de Licenciatura em Letras - habilitação em Português.

Com o crescimento do Câmpus, a FEJ não conseguia mais cumprir com os contratos firmados junto à Universidade, o que acabou afetando o funcionamento da Instituição. Na década de 1990, diante das inúmeras dificuldades enfrentadas cotidianamente, principalmente aquelas relacionadas ao orçamento da Universidade, foi articulado pelos professores e pela direção do Câmpus, com o apoio do Governo do Estado de Goiás, da Prefeitura municipal de Jataí e da FEJ, um movimento junto ao MEC em prol da federalização do CAJ.

Essa movimentação encontrava eco na administração central da Universidade e foi encampada por diferentes atores e segmentos da sociedade.

Em 1994, sob a direção da professora Ana Cáritas Teixeira de Souza, novos convênios foram firmados. No ano seguinte, foram implantados os cursos de Geografia, Educação Física, Ciências Biológicas, Matemática e Letras (Habilitação Língua Inglesa). Posteriormente, em 1996, os cursos de Agronomia e Medicina Veterinária.

No transcorrer daquele mesmo ano foi cedida à Instituição, via comodato, a área da antiga Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA) para atender à demanda dos cursos em Ciências Agrárias e Biológicas, sendo aquele espaço denominado Centro de Ciências Agrárias e Biológicas (CCAB).

No mesmo período, foi firmado um contrato de comodato de prédio situado à Rua Rio Verde, número 1.900, setor Samuel Graham, onde passou a funcionar o curso de Educação Física. Na sede da Avenida Riachuelo ficaram os demais cursos de licenciatura, com proposta de em um futuro próximo todos os cursos serem transferidos e estruturados no CCAB.

Em julho de 1995, foi entregue ao MEC o documento intitulado “Proposta Político-Pedagógica de Federalização do Câmpus Avançado da Universidade Federal de Goiás em Jataí (GO)”, que apresentava os espaços físicos da Instituição, as atividades desenvolvidas pelos seus profissionais, a relevância histórica, geográfica e socioeconômica do município.

Em razão da expansão do número de cursos, houve o crescimento da folha de pagamento e a FEJ precisou buscar recursos financeiros viabilizando novos convênios. Diante disso, o governo do Estado tornou-se corresponsável pela folha de pagamento dos servidores a partir de 1997.

Vários impasses foram surgindo ao longo do processo de implantação do CAJ, a saber: dificuldades de custeio dos Campi pela Prefeitura; atrasos nos repasses de verbas para a Fundação; atraso de pagamento dos salários de docentes; dependência político-administrativa das unidades da UFG Goiânia; más condições de trabalho de professores e funcionários; grande rotatividade de pessoal administrativo e docentes; dentre outros. A dimensão crescente desses problemas estimulou discussões pertinentes para viabilizar fomentos com o intuito de minimizar os impasses produzidos por essa política de interiorização.

No final de 2001 ocorreu a liberação das primeiras vagas de docentes pelo MEC para a UFG, direcionadas ao Câmpus Avançado de Jataí, dando início ao processo de redução do quadro docente vinculado à FEJ. Alguns docentes da Fundação, de acordo com as vagas liberadas pelo MEC, prestaram concurso e, aqueles aprovados, migraram para o quadro de docentes efetivos da UFG, com as atividades no CAJ.

A partir deste momento, ocorreu a liberação das primeiras vagas pelo MEC. A FEJ, por determinação da Prefeitura Municipal de Jataí, suspendeu a abertura de novos concursos para professor efetivo.

Foto 3 - Docentes em protesto pela falta de pagamento de salários da FEJ
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

Novas vagas foram liberadas pelo MEC durante o ano de 2002 e 2003, no entanto muito aquém da necessidade do Câmpus. A partir de 2004, ações junto à Reitoria da UFG e ao MEC buscavam alternativas para solucionar o problema de recursos humanos, tanto de docentes quanto de técnico-administrativos, uma vez que a Prefeitura e o estado de Goiás tinham dificuldades para garantir a contratação de novos docentes e técnicos.

Em 2005, iniciou-se a discussão no MEC para a interiorização do ensino superior, sendo efetivado o primeiro programa de expansão das IFES. Após várias demandas pelos gestores institucionais, com indicação do MEC para a apresentação de um projeto institucional, a direção da época estabeleceu uma comissão que apresentou a proposta ao Conselho Diretor do Câmpus Avançado de Jataí, que visava a consolidação dos cursos já existentes e ampliação de novos cursos de graduação.

Mediante o cenário de expansão, estudos foram realizados pela referida comissão visando o aumento do número de vagas, ou abertura de novas turmas dos cursos já existentes; criação de novos cursos de acordo com as demandas da região do sudoeste goiano. Nesse sentido apontou-se a necessidade de melhoria da infraestrutura, construção de novos espaços físicos, aquisição de equipamentos/materiais para laboratório, além da contratação de docentes e técnico- administrativos.

Para a escolha de novos cursos levou-se em consideração o quadro de professores já existente, os espaços físicos disponíveis e a demanda regional.

Foto 4 - Construções de Salas de Aulas e Laboratórios no Centro de Ciências Agrárias
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

Dessa forma, a proposta foi elaborada visando a complementação dos cursos das áreas de licenciatura, ciências agrárias e exatas e a implantação de cursos na área da saúde. Nesse período também foi criado o primeiro programa de pós-graduação stricto sensu do Câmpus.

Com a adesão ao Plano de Expansão foram liberados recursos humanos para atuar nos cursos já existentes e autorizada a criação de oito cursos de graduação, que foram implantados nos seguintes anos: Em 2006: Zootecnia, Química (licenciatura), Física (licenciatura) e História (licenciatura); em 2007: Psicologia e Biomedicina; em 2008: Enfermagem e Ciências da Computação.

Com o programa de expansão foi necessário dar autonomia didático/pedagógica e administrativa ao Câmpus Avançado de Jataí. Assim, em 11 de novembro de 2005, o Conselho Universitário da UFG transformou o Câmpus Avançado de Jataí em Câmpus Jataí, a partir da Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) nº 20/2005.

Para além da alteração na nomenclatura, a mudança ocasionou a ampliação da complexidade das atividades do Câmpus. A partir desse momento, o CAJ passou a ter seus próprios projetos pedagógicos dos cursos e estrutura administrativa própria. Tendo em vista o contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2007), o Câmpus Jataí estabeleceu comissão interna para discussão e aprovou a implantação de cinco novos cursos de graduação: Direito (2009), Engenharia Florestal (2009), Educação Física (bacharelado) (2010), Fisioterapia (2010) e Química (bacharelado) (2012). E, em 2013, por meio do Programa de Expansão do Ensino Médico, foi criado o curso de Medicina.

Com a aprovação, em 2013, do novo Estatuto da UFG houve a descrição da composição das Regionais da UFG. Em janeiro de 2014, com a Resolução CONSUNI nº 11/2014, o Câmpus Jataí passou a ser denominado Regional Jataí (REJ), delimitando territorialmente o espaço geográfico pelos seguintes municípios: Aparecida do Rio Doce, Caiapônia, Caçu, Itarumã, Mineiros, Perolândia, Rio Verde e Serranópolis.

Ao longo de toda a sua existência, o Câmpus Avançado de Jataí/Câmpus Jataí/Regional expandiu-se, ampliando a oferta de cursos até a sua configuração atual, que contempla 25 cursos de graduação: Agronomia (bacharelado), Biomedicina (bacharelado), Ciências Biológicas (bacharelado e licenciatura), Ciências da Computação (bacharelado), Direito (bacharelado), Educação Física (bacharelado e licenciatura), Enfermagem (bacharelado), Engenharia Florestal (bacharelado), Física (licenciatura), Fisioterapia (bacharelado), Geografia (bacharelado e licenciatura), História (licenciatura), Letras (licenciaturas em Inglês e Português), Matemática (licenciatura), Medicina (bacharelado), Medicina Veterinária (bacharelado), Pedagogia (licenciaturas matutino e noturno), Psicologia (bacharelado), Química (bacharelado e licenciatura), Zootecnia (bacharelado).

Além dos cursos de graduação, a UFJ disponibiliza atualmente os seguintes cursos de pós-graduação lato sensu: Programa de Residência Multiprofissional em Saúde - Medicina Veterinária; Programas de Residência Médica - Medicina intensiva, Medicina de Família e Comunidade e Clínica Médica; e stricto sensu: Agronomia (Mestrado), Biociência Animal (Mestrado), Ciências Aplicadas à Saúde (Mestrado), Geografia (Mestrado e Doutorado), Química (Mestrado), Educação (Mestrado), Biodiversidade (Mestrado), Direito (Mestrado) e Matemática (Mestrado Profissional - PROFMAT).

Além destes, em 2024 foi autorizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os seguintes programas: Ciência da Computação (Mestrado), Ensino de Computação em Rede (Mestrado Profissional - PROFCOMP) e Psicologia (Mestrado); e os cursos de doutorado em Ciências Aplicadas à Saúde e doutorado em Educação, todos aguardando os trâmites do Ministério da Educação para início da primeira turma em 2025.

Em outubro de 2015, após várias tratativas, o terreno onde se localiza o Câmpus Jatobá, antigo Centro de Ciências Agrárias e Biológicas, foi doado oficialmente pelo Governo do Estado de Goiás para a UFG. Na ocasião, membros da gestão da REJ encaminharam solicitação ao Governador do Estado para que interviesse junto ao Governo Federal em busca da autonomia da Universidade em Jataí, o que só seria possível por meio de um desmembramento da UFG.

A partir desta ação chegou-se ao encaminhamento do Projeto de Lei (PL) de Criação da UFJ, em 09 de maio de 2016, por parte do executivo. O PL tramitou pela Câmara dos Deputados, Senado Federal e Secretaria de Governo para sanção presidencial, o que se deu com a publicação da Lei nº 13.635, de 20 de março de 2018. A UFJ, mediante a emancipação, obteve a transferência de recursos materiais e humanos de forma automática (de cursos, de alunos, de cargos, do patrimônio), constituída pelos Câmpus Riachuelo e Jatobá (Cidade Universitária José Cruciano de Araújo). Além do aproveitamento da estrutura existente da UFG, o texto previa a criação de 67 cargos efetivos do plano de carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação e 40 cargos de Direção. Depois de 39 anos vinculada à UFG, a UFJ é emancipada com autonomia administrativa e financeira.

Apenas em 11 de dezembro de 2019, por meio da Portaria nº 2.121, de 10 de dezembro, o primeiro reitor da UFJ foi nomeado pelo MEC. O professor Américo Nunes da Silveira Neto, então diretor da Regional Jataí, foi nomeado gestor pro-tempore. A referida gestão se estendeu até o mês de janeiro de 2024, quando foi empossado o primeiro reitorado eleito da Universidade. O Prof. Dr. Christiano Peres Coelho foi nomeado como primeiro Reitor eleito, conforme Decreto Presidencial, de 30 de janeiro de 2024.

Foto 5 - Recebimento da escritura do terreno do Câmpus Jatobá - 2015
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

Nossa trajetória

de câmpus avançado à universidade autônoma

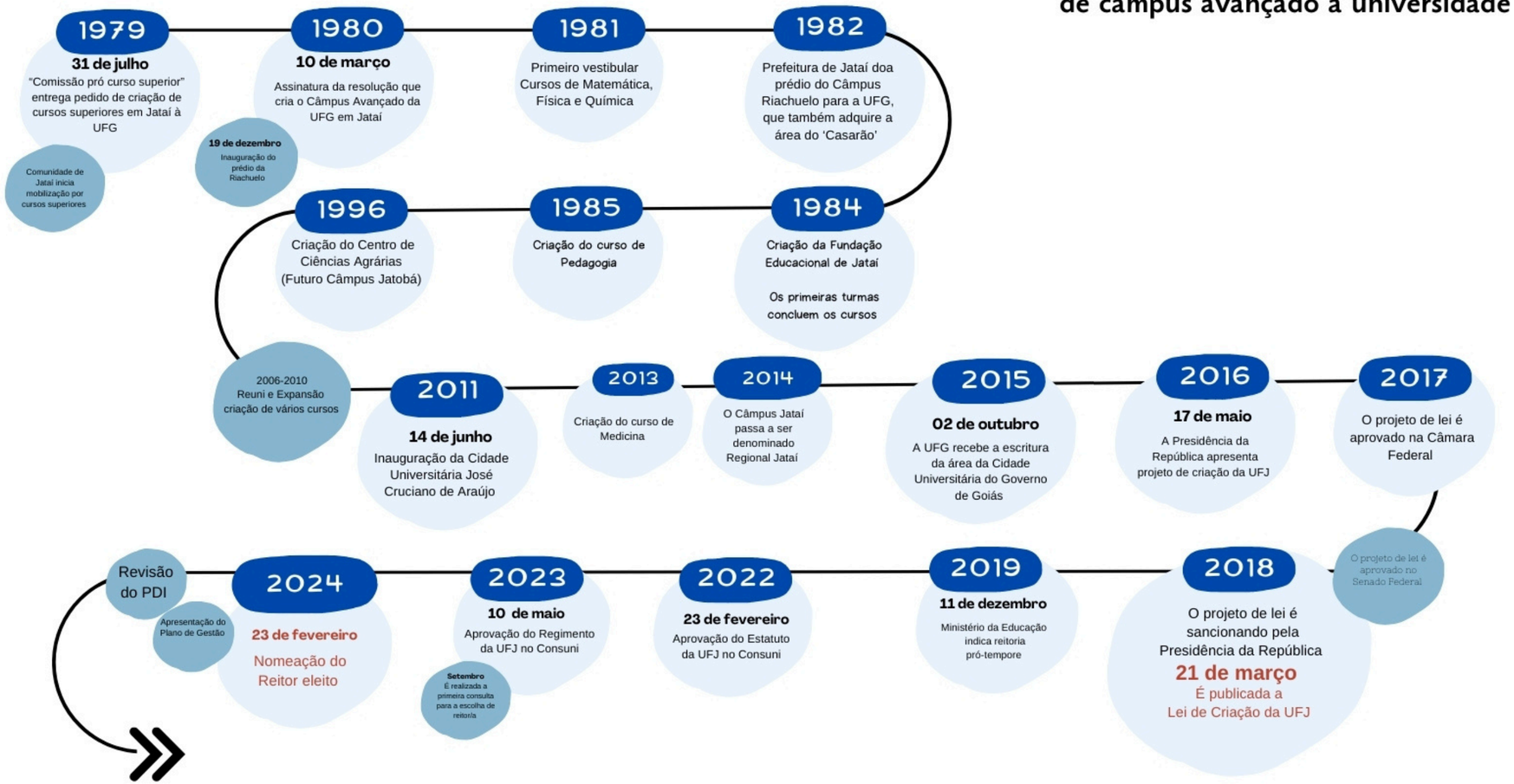


Figura 1 - Trajetória da UFJ
Fonte: Secretaria de Comunicação (SECOM), 2024

1.2 Objetivos da Instituição

Os objetivos da Instituição estão previstos no artigo 6º do seu Estatuto:

Art. 6º São finalidades da UFJ o ensino superior, a pesquisa e a extensão, integrados para contribuir na formação de cidadãos críticos e no desenvolvimento acadêmico, cultural, científico e socioeconômico da região, do estado e do país, tendo em vista os seguintes objetivos:

I - produzir, sistematizar e socializar conhecimentos;

II - formar profissionais promovendo educação humana integral, consciente e cidadã;

III - promover a aplicação prática do conhecimento, visando à melhoria da qualidade de vida em seus múltiplos e diferentes aspectos;

IV - fomentar e realizar atividades, ações e programas orientados ao desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social, nas áreas de conhecimento de sua competência;

V - desenvolver o intercâmbio cultural, artístico, científico e tecnológico;

VI - ampliar a oportunidade de acesso à Educação Superior;

VII - buscar e estimular a solidariedade na construção de uma sociedade democrática e justa, no mundo da vida e do trabalho;

VIII - contribuir para o desenvolvimento da sociedade, mediante ações que atendam às necessidades de ordem econômica, social, esportiva, cultural, ambiental e de saúde;

IX - estimular a criação cultural e intelectual, o desenvolvimento científico e de inovação tecnológica, e o pensamento reflexivo e crítico;

X - fomentar o conhecimento de todas as produções culturais brasileiras, notadamente as indígenas e afrodescendentes, resguardando os princípios acadêmicos da ética e da integridade;

XI - promover a formação em Ensino Superior, com ênfase no combate à desigualdade social e no fomento da justiça social;

XII - oferecer condições de trabalho e de estudo adequadas, a partir do conceito de Universidade Promotora de Saúde, na busca de fomentar o bem-estar e a saúde da comunidade universitária;

XIII - incentivar e promover o aprimoramento da educação básica, mediante a formação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares;

XIV - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, de modo a contribuir com conhecimento, pesquisa, ensino, extensão e inovação tecnológica, de forma especializada à comunidade;

XV - incentivar e promover a internacionalização do ensino superior, as relações acadêmico técnico-científicas interinstitucionais, a interação com instituições do exterior, viabilizando uma educação sustentável, colaborativa e responsiva aos desafios da sociedade globalizada;

XVI - incentivar a criação e a consolidação de ambientes promotores de tecnologia, inovação, empreendedorismo e cultura.

1.3 Desafios Institucionais

A Universidade Federal é um sistema complexo, multifuncional e multinível, composto por distintas culturas que evidenciam desafios grandiosos, principalmente em função da sua vulnerabilidade ao ambiente externo. O panorama das Universidades e do ensino superior muda todos os anos. Isso pode ser benéfico em muitos aspectos, mas também traz novos desafios, tornando cada vez mais difícil acompanhar essas mudanças. O PDI será utilizado como norteador para a execução das ações de gestão durante os próximos quatro anos, visando a superação dos principais desafios mapeados e priorizados, conforme descrito a seguir:

- Promover ações e buscar alternativas para a otimização dos recursos orçamentários disponíveis pelo Governo Federal às Universidades Federais;
- Trabalhar pela modernização do ensino superior e incentivo à qualificação docente visando dirimir a retenção e evitar que esse problema se transforme em evasão;
- Aprimorar a estrutura organizacional e implementar políticas, processos, instrumentos regimentais e administrativos para tornar mais eficientes as atividades-fim da UFJ: ensino, pesquisa, inovação, extensão, cultura e esporte;
- Ampliar a interação da Universidade com a sociedade;
- Ampliar as ações de assistência estudantil, principalmente, em saúde mental;
- Garantir uma gestão democrática, promovendo a transparência de dados e informações, com espaços de discussão e deliberação;
- Superar os desafios enfrentados pela Universidade em busca por uma comunicação eficaz, principalmente relacionados ao alcance e engajamento;
- Suprimir os principais obstáculos à inclusão e diversidade, que afetam o desenvolvimento físico, social, emocional e acadêmico;
- Atualizar a infraestrutura física e tecnológica da Universidade visando o desenvolvimento acadêmico e da gestão;
- Corrigir a falta de estímulo para a pesquisa científica e tecnológica.

MISSÃO

Produzir e disseminar o conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, com o intuito de proporcionar a formação sólida e humanística de profissionais, docentes, pesquisadores e, sobretudo, de cidadãos comprometidos com os valores éticos, democráticos e com a transformação da sociedade.

Ser uma instituição de ensino federal, reconhecida nacional e internacionalmente, em virtude da excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão, subsidiadas em um modelo de gestão e governança que propicie o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, artístico, social e econômico, aliado a uma política de forte comprometimento no auxílio de demandas sociais.

VALORES

ética

transparência

compromisso com a qualidade

inovação

responsabilidade social

sustentabilidade

respeito à diversidade

1.7 Cadeia de Valor

A cadeia de valor é um instrumento de gestão previsto na Instrução Normativa (IN) nº 24, de 18 de março de 2020, do Ministério da Economia, legislação essa que dispõe sobre a elaboração, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal. É uma das ferramentas que deve compor o plano estratégico da Instituição, conjuntamente com a missão, visão de futuro, valores, mapa estratégico, objetivos estratégicos, metas e indicadores.

Podendo ser definida como uma representação gráfica, a cadeia de valor ilustra a forma pela qual o órgão ou entidade organiza seus processos para que sua missão seja cumprida e seus valores públicos efetivamente entregues à sociedade. Ou seja, a partir de uma perspectiva da gestão de processos, essa ferramenta tem a finalidade de descrever o encadeamento e a estruturação dos processos da Instituição com vistas a desenvolver a política ou o serviço público, respondendo sobre sua existência e legitimidade.

No processo de elaboração da cadeia de valor da UFJ, tomou-se como base a proposta de cadeia de valor integrada (CVI) da Educação, elaborada em 2022 no âmbito do Programa TransformaGov, tendo como participantes vinte e dois órgãos e entidades vinculadas ao MEC. Ela é estruturada a partir de uma divisão em três macroprocessos, quais sejam: gerenciais, de suporte e finalísticos.

Os dois primeiros macroprocessos refletem a cadeia de valor dos sistemas estruturadores de órgãos centrais da Administração Pública Federal, identificados por meio da interpretação do Decreto-lei nº 200/1967, e são considerados como processos comuns a todos os órgãos da Administração. Os macroprocessos finalísticos, por sua vez, vinculam-se às especificidades e áreas de atuação de cada órgão ou entidade. A Figura 2, disposta a seguir, ilustra a Cadeia de Valor da UFJ:

UFJ | CADEIA DE VALOR

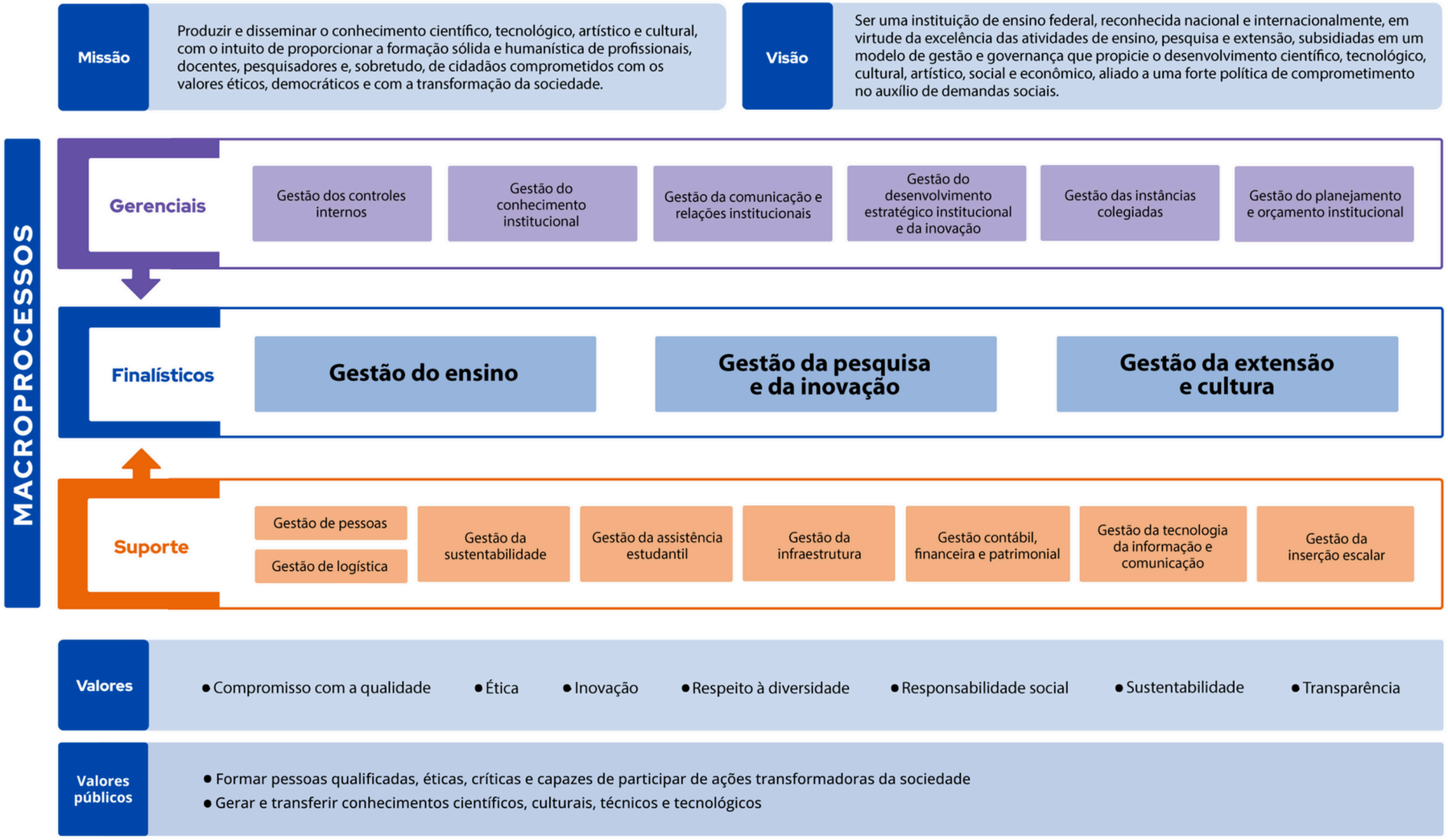


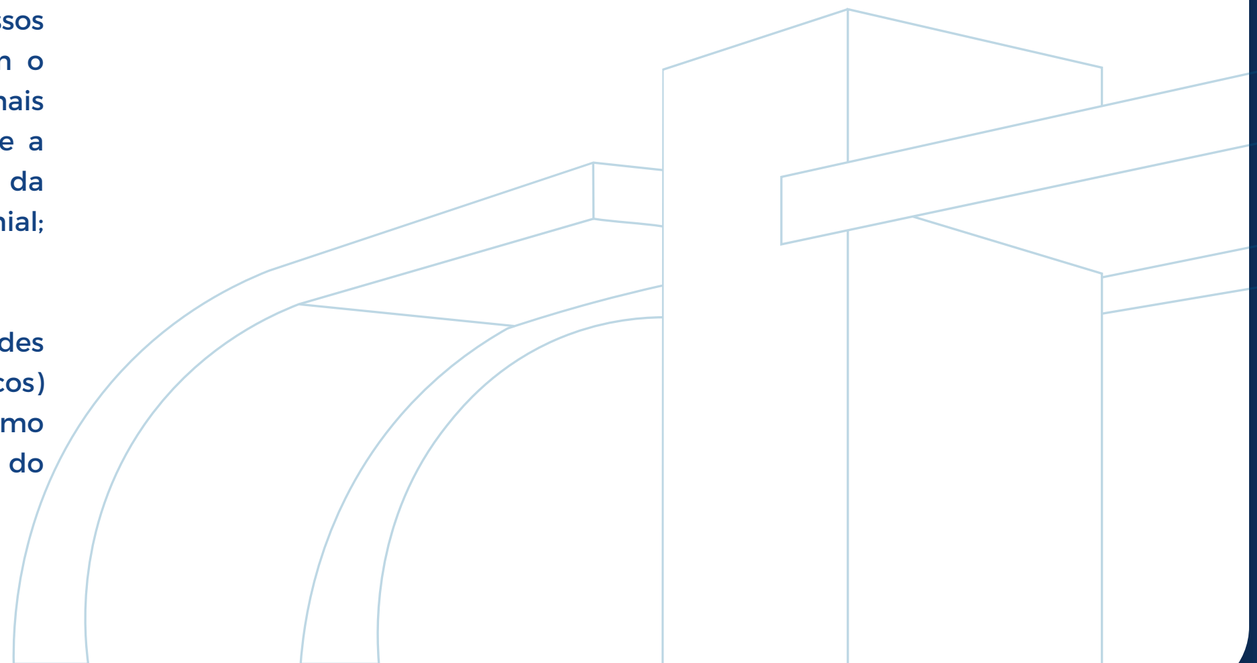
Figura 2 - Cadeia de Valor da UFJ
Fonte: Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), 2024

Os macroprocessos gerenciais envolvem atividades de governança, transversais a todos os outros processos da Universidade, sendo que sua principal característica é desempenhar uma função estratégica e orientadora, não gerando valor público diretamente ao usuário final. Isso é realizado por meio de diretrizes, políticas, monitoramento, controle e avaliação.

Na UFJ, os macroprocessos gerenciais incluem a gestão: dos controles internos; do conhecimento institucional; da comunicação e relações institucionais; do desenvolvimento estratégico institucional e da inovação; das instâncias colegiadas; bem como do planejamento e orçamento institucional. Os macroprocessos de suporte, por sua vez, também atravessam toda a Instituição e, assim como os gerenciais, não geram valor público diretamente para o público-alvo. Esses processos estão relacionados às atividades administrativas que proporcionam o suporte necessário para o funcionamento adequado dos demais processos. Na UFJ, identificam-se como macroprocessos de suporte a gestão: de pessoas; da sustentabilidade; da assistência estudantil; da infraestrutura; de logística; da gestão contábil, financeira e patrimonial; da tecnologia da informação e comunicação; e da inserção escalar.

Por fim, os macroprocessos finalísticos representam as atividades essenciais que geram os produtos e resultados (valores públicos) diretamente ao público-alvo, ou seja, aos discentes e à sociedade como um todo. A UFJ possui como macroprocessos finalísticos a gestão: do ensino; da pesquisa e da inovação; e da extensão e cultura.

Os dezessetes macroprocessos identificados são desenvolvidos tendo como base os valores da ética, transparência, responsabilidade social, compromisso com a qualidade, respeito à diversidade, sustentabilidade e inovação, bases para o cumprimento da missão e o alcance de sua visão de futuro.



1.8 Mapa Estratégico

Igualmente previsto na referida IN nº 24, de 18 de março de 2020, do Ministério da Economia, o Mapa estratégico também pode ser considerado um diagrama visual de gestão. Tem como propósito comunicar, de maneira simplificada, os objetivos estratégicos da Instituição, vinculando-os aos macroprocessos gerenciais, finalísticos e de suporte. Essa ferramenta promove uma visão integrada da organização, o alinhamento de propósitos e, sobretudo, ressalta a necessidade de confluência dos objetivos estratégicos para o cumprimento das atividades finalísticas e, consequentemente, de sua missão institucional.

A **Figura 3**, disposta a seguir, ilustra o Mapa Estratégico da UFJ, no qual podem ser identificados cinco objetivos estratégicos gerenciais, sete objetivos estratégicos de suporte e seis objetivos estratégicos finalísticos, totalizando dezoito.

Os objetivos estratégicos foram desdobrados em metas a serem alcançadas até 2027, as quais poderão ser acompanhadas por um ou mais indicadores de desempenho. Dessa forma, os(as) gestores(as) e as instâncias de governança da UFJ poderão identificar gargalos ou áreas que necessitem, eventualmente, de maiores esforços de alocação de recursos, contribuindo para eficiência, eficácia na consecução dos objetivos e efetividade na política pública oferecida.

UFJ | MAPA ESTRATÉGICO

Missão

Produzir e disseminar o conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, com o intuito de proporcionar a formação sólida e humanística de profissionais, docentes, pesquisadores e, sobretudo, de cidadãos comprometidos com os valores éticos, democráticos e com a transformação da sociedade.

Visão

Ser uma instituição de ensino federal, reconhecida nacional e internacionalmente, em virtude da excelência das atividades de ensino, pesquisa e extensão, subsidiadas em um modelo de gestão e governança que propicie o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, artístico, social e econômico, aliado a uma forte política de comprometimento no auxílio de demandas sociais.

Objetivos Estratégicos Gerenciais

- Instituir e aperfeiçoar as estrututas de governança e de gestão estratégica
- Consolidar o planejamento como instrumento para otimização do desempenho institucional
- Fortalecer a comunicação institucional
- Promover a igualdade de gênero, diversidade e inclusão na comunidade acadêmica
- Promover o valor público da UFJ

Objetivos Estratégicos Finalísticos

- Promover o ensino de qualidade nos cursos de graduação
- Ampliar a ocupação e elevar o número de alunos concludentes da graduação
- Fortalecer a pós-graduação *lato* e *strictu sensu*
- Ampliar a integração da pós-graduação com a graduação
- Fortalecer as ações de pesquisa, inovação e empreendedorismo
- Fortalecer as ações de extensão, cultura e esporte entre a UFJ e a sociedade

Objetivos Estratégicos de Suporte

- Fomentar a inserção escalar da UFJ
- Fomentar ações de sustentabilidade
- Promover e fortalecer as ações de permanência, de assistência e de qualidade de vida estudantil
- Promover a expansão, a manutenção preventiva e a adequação de edificações e de estruturas urbanas
- Desenvolver estratégias para aperfeiçoamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial
- Promover e fortalecer as ações de gestão de pessoas, de desenvolvimento e de qualidade de vida no trabalho
- Consolidar a estrututa tecnológica como alicerce para o desenvolvimento acadêmico, administrativo e do conhecimento institucional

Valores

- Compromisso com a qualidade
- Ética
- Inovação
- Respeito à diversidade
- Responsabilidade social
- Sustentabilidade
- Transparência

Valores públicos

- Formar pessoas qualificadas, éticas, críticas e capazes de participar de ações transformadoras da sociedade
- Gerar e transferir conhecimentos científicos, culturais, técnicos e tecnológicos

Figura 3 - Mapa Estratégico da UFJ
Fonte: Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), 2024

1.9 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos representam o estado futuro desejado pela Instituição. São os fins que a organização pretende alcançar, e para os quais devem ser direcionados os seus esforços e recursos. Orientados para o longo prazo, envolve identificar prioridades e organizar recursos para garantir que a organização cumpra sua missão e alcance sua visão de futuro. Eles atuam como guias para direcionar as ações e decisões, de forma a orientar o desenvolvimento e a implementação dos planos nos níveis tático e operacional.

A definição dos objetivos estratégicos funcionam como declarações amplas que orientam o rumo da Instituição, comunicando seus propósitos de forma tangível. Também são importantes para que se mantenha foco no que é essencial para o gerenciamento dos recursos, otimização de processos, aproveitamento de oportunidades e mitigação de eventuais riscos que possam impedir o alcance dos propósitos.

Os objetivos estratégicos são desmembrados em metas, as quais podem ser consideradas como etapas a serem realizadas para o alcance dos objetivos. Pode-se dizer que as metas são "objetivos quantificados", as quais envolvem percentuais a serem atingidos em determinados prazos. Tanto os objetivos quanto as metas devem possuir certas características que contribuem para suas definições e acompanhamento. Orienta-se que sejam:

- **específicos(as)**, transmitidos(as) com clareza, para evitar interpretações distorcidas;
- **mensuráveis**, passíveis de serem continuamente medidos(as);
- **atingíveis**, alcançáveis, o que contribui para o engajamento dos servidores;
- **relevantes**, contribuindo para real impacto na organização, nos usuários da política ou serviço público oferecido e na sociedade; e
- **temporais**, com prazos para serem alcançados(as).

Sendo assim, serão expostos a seguir os objetivos estratégicos da UFJ, com as respectivas metas, prazos finais, indicadores, fórmulas de cálculo, setores responsáveis pela condução, associação com os desafios de gestão e com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), dentre outras informações relevantes.

Os objetivos estratégicos são referenciados a partir de um código contendo uma letra e um número em ordem crescente ("L-N"). A letra diz respeito ao macroprocesso a que ele está vinculado, sendo "G" para "Gerencial", "F" para "Finalístico" e "S" para "Suporte". As metas pertencentes a cada objetivo seguem a mesma lógica, sendo complementadas por um sufixo numerador, também em ordem crescente ("L-N.N"). Ao longo do texto, objetivos e metas serão referenciados dessa forma. Para mais detalhes sobre as metas, consultar o Apêndice A.

Macroprocesso gerencial

ID | Objetivo estratégico:

G-1 | Instituir e aperfeiçoar as estruturas de governança e de gestão estratégica

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 4 | Educação de Qualidade

ODS 11 | Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ID | Meta:

G-1.1 | Implantar 1 (um) comitê estratégico, 5 (cinco) comitês táticos e 1 (uma) comissão permanente até 2025

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentual de comitês estratégicos e táticos implantados

Unidade responsável:
PROPLAN

Fórmula:
Número total de comitês estratégicos e táticos implantados * 100 / 7

Valor de referência (2023) = 0

ID | Meta:

G-1.2 | Implantar o Conselho de Ensino, Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, Extensão, Cultura, Esporte e Política Estudantil (CEPEPE), o Conselho de Curadores e o Conselho de Integração Universidade Sociedade (CIUS) até 2025

Indicador:
Percentual de conselhos estatutários implantados

Unidade responsável:
DAA

Fórmula:
Número total de conselhos estatutários implantados * 100 / 3

Valor de referência (2023) = Não implantados

ID | Meta:

G-1.3 | Aprimorar os índices de maturidade de governança no iESGo - Governança, Sustentabilidade e Inovação:
Obter 60% no índice IESGo em 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:
Índice iESGo (Environmental, Social and Governance) - TCU (https://iesgo.tcu.gov.br)

Unidade responsável:
PROPLAN

Fórmula:
Cálculo efetuado pelo TCU

Valor de referência (2024) = Índice IESGo UFJ: 48,2% (Nível intermediário)

ID | Meta:

G-1.4 | Aprimorar o índice de maturidade de transparência ativa:
Atingir 100% de cumprimento integral dos itens de transparência ativa até 2027.

Verificar Apêndice A

Indicador:
Painel da Lei de Acesso à Informação (CGU) - (https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai)

Unidade responsável:
PROPLAN

Fórmula:
Cálculo efetuado pela CGU

Valor de referência (2024) = 14,3% (7 itens de 49)

ID | Meta:

G-1.5 | Aprimorar o índice de maturidade de gestão da privacidade e da segurança da informação:
Atender 37% de medidas de controle previstas no PPSI até 2025;
Atender 100% de medidas de controle previstas no PPSI até 2026.

Verificar Apêndice A

Indicador:
Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) - (Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) – Governo Digital)

Unidade responsável:
SETI

Fórmula:
Verificar as Fórmula:s de cálculo no *framewok* do PPSI

Valor de referência (2024) = 11,6%

ID | Meta:

G-1.6 | Aprimorar o índice de maturidade de gestão de riscos:
Atingir o nível de maturidade "Básico" até 2026;
Atingir o nível de maturidade "Aprimorado" até 2027.

Verificar Apêndice A

Indicador:
Maturidade da Gestão de Riscos (CGU) - (https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/44987)

Unidade responsável:
PROPLAN

Fórmula:
Verificar as Fórmula:s de cálculo na ferramenta da CGU

Valor de referência (2024) = Inicial

Macroprocesso gerencial

ID | Objetivo estratégico:

G-1 | Instituir e aperfeiçoar as estruturas de governança e de gestão estratégica

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 4 | Educação de Qualidade

ODS 11 | Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ID | Meta:

G-1.7 | Aprimorar o índice de maturidade em gestão de documentos e arquivos:
Atingir o nível de maturidade "Iniciando" até 2027.

Verificar Apêndice A

Indicador:
Maturidade em Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA/AN) - (https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/siga/monitoramento/Relatorio_iMGD_Setorial_site.pdf)

Unidade responsável:
SETI

Fórmula:
Verificar a forma de cálculo do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos do Arquivo Nacional (SIGA/AN)

Valor de referência (2024) = 12,72% - Inexpressivo

ID | Meta:

G-1.8 | Aprimorar o índice de maturidade da prestação integrada de contas à sociedade - Relatório Integrado de Gestão (RIG):
Atingir 85% de aderência aos princípios na avaliação do RIG 2027 (ano-base de 2026).
Atingir 80% de aderência aos elementos na avaliação do RIG 2027 (ano-base de 2026).

Indicador:
Avaliação do Relatório Integrado de Gestão (RIG) - (https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao.htm)

Unidade responsável:
PROPLAN

Fórmula:
Verificar as Fórmula:s de cálculo na ferramenta do TCU

Valor de referência RIG 2024 (ano-base 2023) = 44% de aderência aos princípios
Valor de referência RIG 2024 (ano-base 2023) = 38% de aderência aos elementos de conteúdo

ID | Meta:

G-1.9 | Aprimorar o índice de maturidade da atividade de auditoria interna:
Auxiliar/apoiar a Unidade de Auditoria Interna Governamental no cumprimento de 100% dos KPAs (*Key Process Areas*) integrantes do nível 2 de capacidade (Infraestrutura), com base no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), até 2027.

Verificar Apêndice A

Indicador:
Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) – Controladoria-Geral da União

Unidade responsável:
AUDIN

Fórmula:
Obtenção da validação junto órgão externo

Valor de referência (2024) = entre 0 e 1 (Inicial)

ID | Meta:

G-1.10 | Aprimorar o índice de maturidade correcional:
Auxiliar/apoiar a Corregedoria a obter a certificação de maturidade referente ao "Nível 2 - Padronizado" junto à Controladoria-Geral da União (CGU) até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:
Modelo de Maturidade Correcional – Corregedorias

Unidade responsável:
COR

Fórmula:
Sistema ePAD (Painel ePAD - modelo de maturidade)

Valor de referência (2024) = entre 0 e 1 (Inicial)

ID | Meta:

G-1.11 | Modelar 50% dos processos identificados pelo Comitê de Gestão de Processos e Riscos como críticos em cada macroprocesso, até 2027

Indicador:
Percentual de processos críticos modelados

Unidade responsável:
PROPLAN

Fórmula:
Número total de processos críticos modelados até o ano N * 100 / Número total de processos críticos identificados pelo Comitê de Gestão de Processos e Riscos

Valor de referência (2024) = 0

ID | Meta:

G-1.12 | Definir e formalizar a estrutura organizacional (unidades administrativas e acadêmicas) com as respectivas atribuições e organograma até 2025

Indicador:
Emissão da Portaria pela Reitoria, contendo o organograma

Unidade responsável:
DAA

Fórmula:
Identificação do número absoluto

ID | Objetivo estratégico:

G-1 | Instituir e aperfeiçoar as estruturas de governança e de gestão estratégica

ODS 11 | Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ID | Meta:

G-1.13 | Aprovar 22 (vinte e duas) políticas institucionais até 2026

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentual de políticas institucionais aprovadas

Unidade responsável:
GAB

Fórmula:
Número total de políticas institucionais aprovadas * 100 / 22

Macroprocesso gerencial

ID | Objetivo estratégico:

G-2 | Consolidar o planejamento como instrumento para otimização do desempenho institucional

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ID | Meta:

G-2.1 | Realizar o planejamento estratégico institucional em 2025

Indicador:
Aprovação da Resolução no Conselho Universitário (Consuni)

Unidade responsável:
PROPLAN

Fórmula:
Identificação do número absoluto

ID | Meta:

G-2.2 | Atingir 100% das áreas acadêmicas e administrativas com os Planos de Desenvolvimento da Unidade (PDUs) elaborados em 2025

Indicador:
Atingir 100% das áreas acadêmicas e administrativas com os Planos de Desenvolvimento da Unidade (PDUs) elaborados em 2025

Unidade responsável:
PROPLAN

Fórmula:
Número total de áreas acadêmicas e administrativas que elaboraram o PDU * 100 / Número total de áreas acadêmicas e administrativas

ID | Meta:

G-2.3 | Alcance integral de 65% das metas previstas nos PDUs das áreas acadêmicas e administrativas até 2027

Indicador:
Percentual de alcance integral das metas previstas nos PDUs

Unidade responsável:
PROPLAN

Fórmula:
Número total de metas estipuladas nos PDUs integralmente alcançadas * 100 / Número total de metas previstas nos PDUs

Macroprocesso gerencial

ID | Objetivo estratégico:

G-3 | Fortalecer a comunicação institucional

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ID | Meta:

G-3.1 | Aumentar 25% ao ano as campanhas institucionais até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentual de aumento anual de campanhas institucionais

Unidade responsável:
SECOM

Fórmula:
(Número total de campanhas institucionais até o ano N * 100 / Número total de campanhas publicitárias no ano N-1) - 100

Valor de referência (2023) = 4

ID | Meta:

G-3.2 | Firmar 2 (duas) parcerias formais com veículos de mídia até 2027

Indicador:
Número de parcerias formais estabelecidas com veículos de mídia

Unidade responsável:
SECOM

Fórmula:
Número total de parcerias firmadas até o ano N * 100 / 2

Valor de referência (2023) = 0

ID | Meta:

G-3.3 | Propiciar o aumento de 15% por trimestre o engajamento nas redes sociais até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentual de aumento do engajamento das redes sociais

Unidade responsável:
SECOM

Fórmula:
Análise da taxa de engajamento da plataforma (Número total de interações no trimestre N * 100 / Número total de interações no trimestre N-1) - 100

Valor de referência (jul-set 2024) = 7.374 interações (gerado em 02/10/24)

ID | Meta:

G-3.4 | Implementar novo canal de comunicação para conteúdos de produção academica e científica até 2027

Indicador:
Implementação do canal

Unidade responsável:
SECOM

Fórmula:
Identificação do número absoluto

Valor de referência (2024) = 2

ID | Meta:

G-3.5 | Atualizar 100% dos sítios eletrônicos institucionais das unidades acadêmicas e administrativas até 2026

Indicador:
Percentual de sítios eletrônicos institucionais das unidades acadêmicas e administrativas atualizados

Unidade responsável:
SECOM

Fórmula:
Número total de sítios institucionais das unidades acadêmicas e administrativas atualizados com novos leiautes até o ano N * 100 / Número total de sítios eletrônicos a serem atualizados

ID | Meta:

G-3.6 | Atingir 100% dos sítios eletrônicos institucionais das áreas finalísticas e das unidades acadêmicas com páginas web com pelo menos duas línguas estrangeiras até 2027

Indicador:
Percentual de sítios eletrônicos institucionais com págias web com pelo menos duas línguas

Unidade responsável:
SECOM

Fórmula:
Número de sítios eletrônicos institucionais das áreas finalísticas e das unidades acadêmicas com páginas web com pelo menos duas línguas * 100 / Número total de sítios eletrônicos a serem atualizados

Macroprocesso gerencial

ID | Objetivo estratégico:

G-3 | Fortalecer a comunicação institucional

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ID | Meta:

G-3.7 | Impulsionar a satisfação geral da comunidade com a comunicação institucional em 10% ao ano até 2027

Indicador:

Percentual das categorias "satisfeito" e "muito satisfeito" dos públicos em pesquisa de opinião

Unidade responsável:

SECOM

Fórmula:

(Valor de referência de satisfação no ano N * 100 / Valor de referência de satisfação no ano N-1) - 100

Valor de referência (2024) = 67,4% nas categorias "Muito satisfeito" e "Satisfeito" (pesquisa de 2024)

Macroprocesso gerencial

ID | Objetivo estratégico:

G-4 | Promover a igualdade de gênero, diversidade e inclusão na comunidade acadêmica

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 5 | Igualdade de Gênero

ODS 10 | Redução das Desigualdades

ID | Meta:

G-4.1 | Garantir 50% de participação de mulheres em cargos de gestão na administração superior até 2027

Indicador:
Percentual de mulheres em cargos de gestão

Unidade responsável:
GAB

Fórmula:
Número total de mulheres em cargos de gestão até o ano N * 100 / Número total de cargos de gestão

Valor de referência = percentual de mulheres na população

ID | Meta:

G-4.2 | Garantir 10% de participação de pessoas com deficiência (visíveis ou ocultas) em cargos de gestão até 2027

Indicador:
Percentual de pessoas com deficiência (visíveis ou ocultas) em cargos de gestão

Unidade responsável:
GAB

Fórmula:
Número total de pessoas com deficiência (visíveis ou ocultas) em cargos de gestão até o ano N * 100 / Núméto total de cargos de gestão

Valor de referência = percentual de pessoas com deficiência no estado de Goiás (8,5%)

ID | Meta:

G-4.3 | Garantir o mínimo de 30% de participação de pessoas negras em cargos de gestão até 2025

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentual de pessoas negras em cargos de gestão

Unidade responsável:
GAB

Fórmula:
Número total de pessoas negras em cargos de gestão até o ano N * 100 / Número total de cargos de gestão

ID | Meta:

G-4.4 | Promover o mínimo de 20 (vinte) ações ostensivas de prevenção à discriminação, assédio, violência e preconceito no ambiente universitário até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentual de ações promovidas

Unidade responsável:
CAAF

Fórmula:
Número total de ações promovidas até o ano N * 100 / 20

ID | Meta:

G-4.5 | Garantir 50% do quantitativo de representações em instâncias colegiadas deliberativas centrais com pessoas de grupos minorizados até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentual de vagas em representações em instâncias colegiadas deliberativas centrais ocupadas por pessoas pertencentes a grupos minorizados

Unidade responsável:
GAB

Fórmula:
Número total de pessoas pertencentes a grupos minorizados * 100 / Número total de vagas em representações em instâncias colegiadas deliberativas centrais

ID | Meta:

G-4.6 | Adequar 100% dos editais para linguagem simples e inclusiva até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentuais de categorias de editais adequadas

Unidade responsável:
CAAF

Fórmula:
Número total de categorias de editais adequadas até o ano N * 100 / 10

Macroprocesso gerencial

ID | Objetivo estratégico:

G-4 | Promover a igualdade de gênero, diversidade e inclusão na comunidade acadêmica

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 5 | Igualdade de Gênero

ODS 10 | Redução das Desigualdades

ID | Meta:

G-4.7 | Incorporar critérios de cotas para os grupos minorizados em 100% dos editais de bolsas até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentuais de editais de bolsas incorporados com critérios de cotas para grupos minorizados (por categoria de edital)

Unidade responsável:
CAAF

Fórmula:
Número total de editais de bolsas incorporados com critérios de cotas para grupos minorizados até o ano N * 100 / 9

ID | Meta:

G-4.8 | Apresentar projetos arquitetônicos/complementares de adequação de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida para 18.437,65 m² de edificações até 2026

Indicador:
Percentual de metragens de edificações contempladas com projetos arquitetônicos/complementares apresentados

Unidade responsável:
SEINFRA

Fórmula:
Número total de metragem de edificações com projetos arquitetônicos/complementares apresentados até o ano N * 100 / 18.437,65 m²

ID | Meta:

G-4.9 | Atingir 100% dos sítios eletrônicos institucionais das unidades acadêmicas e administrativas com recursos de acessibilidade digital, como legendas, tradução em Libras e plataformas compatíveis com tecnologias assistivas até 2027

Indicador:
Percentual de sítios institucionais disponíveis com recurso de acessibilidade digital

Unidade responsável:
SECOM

Fórmula:
Número de sítios eletrônicos institucionais das unidades acadêmicas e administrativas com recursos de acessibilidade digital * 100 / Número total de sítios a serem atualizados

ID | Meta:

G-4.10 | Adquirir 3 (três) assinaturas de acervos digitais para torná-los acessíveis em diferentes formatos, de forma a atender às necessidades específicas dos usuários com deficiência até 2027

Indicador:
Percentual de assinaturas de acervos digitais adquiridas

Unidade responsável:
SIBI

Fórmula:
Número total de assinaturas de acervos digitais adquiridas até o ano N * 100 / 3

Macroprocesso gerencial

ID | Objetivo estratégico:

G-5 | Promover o valor público da UFJ

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 4 | Educação de Qualidade

ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ID | Meta:

G-5.1 | Cumprir 80% dos objetivos estratégicos até 2027

Indicador:
Taxa de cumprimento dos objetivos estratégicos

Unidade responsável:
PROPLAN

Fórmula:
Somatório da % de realização dos objetivos estratégicos * 100 / Total de objetivos estratégicos

Macroprocesso finalístico

ID | Objetivo estratégico:

F-1 | Promover o ensino de qualidade nos cursos de graduação

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- **ODS 4 | Educação de Qualidade**
- **ODS 9 | Indústria, Inovação e Infraestrutura**
- **ODS 10 | Redução das Desigualdades**
- **ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes**

ID | Meta:

F-1.1 | Atingir 50% do corpo docente formado em novas metodologias de ensino até 2027

Indicador:
Percentual de docentes formados em novas metodologias de ensino

Unidade responsável:
PROGRAD

Fórmula:
Número total de docentes formados em novas metodologias de ensino até o ano N * 100 / Número total de docentes

ID | Meta:

F-1.2 | Atingir 60% dos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs) de graduação reformulados conforme legislação vigente até 2027

Indicador:
Percentual de projetos pedagógicos dos cursos de graduação reformulados

Unidade responsável:
PROGRAD

Fórmula:
Número total de PPCs de graduação reformulados até o ano N * 100 / Número total de cursos de graduação

Valor de referência (2024): 36% (9 de 25 cursos existentes em 2024)

ID | Meta:

F-1.3 | Atingir 72% dos cursos ofertados com nota mínima de 4 no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) até 2027

Indicador:
Percentual de cursos com nota mínima de 4 no Enade

Unidade responsável:
PROGRAD

Fórmula:
Número total de cursos com nota mínima de 4 no Enade até o ano N * 100 / Número total de cursos de graduação já avaliados no Enade até o ano N

Valor de referência (2024) = 44% (11 de 25 cursos existentes em 2024)

ID | Meta:

F-1.4 | Promover 7 (sete) ações de integração entre os serviços ofertados pelo Sistema de Bibliotecas (SIBI) e as propostas acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação dos cursos de graduação até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentual de ações de integração entre os serviços ofertados pelo Sistema de Bibliotecas (SIBI) e as propostas acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação dos cursos de graduação realizadas

Unidade responsável:
SIBI

Fórmula:
Percentual de ações realizadas até o ano N * 100 / 7

Referência (2024) = 03 ações

Macroprocesso finalístico

ID | Objetivo estratégico:

F-2 | Ampliar a ocupação e elevar o número de alunos concluintes da graduação

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- **ODS 4 | Educação de Qualidade**
- **ODS 10 | Redução das Desigualdades**
- **ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes**

ID | Meta:

F-2.1 | Obter índice médio de 65% de sucesso na graduação até 2027

Indicador:
Índice de Sucesso da Graduação

Unidade responsável:
PROGRAD

Fórmula:
Número total de alunos da graduação de determinados cursos que se formaram no ano N / Número total de alunos que ingressaram N-X anos antes naqueles mesmos cursos. X = número de anos previstos para duração do curso

Valor de referência (2023): 52%

ID | Meta:

F-2.2 | Reduzir 10% a taxa de evasão na graduação até 2027

Indicador:
Taxa de redução da evasão na graduação

Unidade responsável:
PROGRAD

Fórmula:
(Taxa de evasão no ano N * 100 / Taxa de evasão em 2023) - 100

Valor de referência (2023): 24,49% (Meta 2027 = 22,04%)

ID | Meta:

F-2.3 | Implantar 5 (cinco) novos cursos de graduação aprovados pela comunidade acadêmica ou apontados na pesquisa de cursos novos com a comunidade, até 2027

Indicador:
Número de novos cursos de graduação implantados

Unidade responsável:
PROGRAD

Fórmula:
Número de novos cursos de graduação implantados até o ano N * 100 / 5

ID | Meta:

F-2.4 | Atingir 75% no índice de ingresso nos cursos de graduação até 2027

Indicador:
Percentual de ocupação das vagas ofertadas

Unidade responsável:
PROGRAD

Fórmula:
Número total de vagas ocupadas * 100 / Número total de vagas ofertadas

Valor de referência (2023) = 60%

Macroprocesso finalístico

ID | Objetivo estratégico:

F-3 | Fortalecer a pós-graduação *lato* e *stricto sensu*

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 4 | Educação de Qualidade

ID | Meta:

F-3.1 | Ampliar em 9 (nove) o número de programas de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* aprovados até 2027
3 programas *lato sensu*
6 programas *stricto sensu*

Indicador:
Percentual de programas de pró-graduação *lato* ou *stricto sensu* aprovados

Unidade responsável:
PRPG

Fórmula:
Número total de programas de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* aprovados até o ano N * 100 / 9

ID | Meta:

F-3.2 | Implementar programa de bolsas de cota institucional para mestrandos e doutorandos, oferecendo 10% da cota de 2024 oferecidas pelas agências de fomento, até 2027
Bolsas de mestrado (2024) = cota de 48 (Meta = oferecer 5 bolsas institucionais a mestrandos)
Bolsas de doutorado (2024) = cota de 10 (Meta = oferecer 1 bolsa institucional a doutorando)

Indicador:
Percentual de bolsas institucionais oferecidas a mestrandos e doutorandos

Unidade responsável:
PRPG

Fórmula:
Número total de bolsas institucionais oferecidas a mestrandos e doutorandos até o ano N * 100 / 6

Valor de referência (2024) = 0

ID | Meta:

F-3.3 | Aumentar em 19,5% o número de docentes credenciados nos programas de pós-graduação *stricto sensu* até 2027

Indicador:
Percentual de aumento do número de docentes credenciados nos programas de pós-graduação *stricto sensu*

Unidade responsável:
PRPG

Fórmula:
(Número total de docentes credenciados nos programas de pós-graduação *stricto sensu* no ano N * 100 / Número total de docentes credenciados nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em 2023) - 100

Valor de referência (2024) = 154 (Meta 2027 = 184)

ID | Meta:

F-3.4 | Aumentar em 100% as ações de internacionalização realizadas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentual de aumento de ações de internacionalização realizadas pelos programas de pós-graduação stricto *sensu*

Unidade responsável:
PRPG

Fórmula:
(Número total de ações de internacionalização realizadas pelos programas de pós-graduação stricto sensu no ano N * 100 / Número total ações de internacionalização realizadas pelos programas de pós-graduação stricto sensu em 2024) - 100

Valor de referência (2024) = 22 (Meta 2027 = 44)

Macroprocesso finalístico

ID | Objetivo estratégico:

F-4 | Ampliar a integração da pós-graduação com a graduação

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 4 | Educação de Qualidade

ID | Meta:

F-4.1 | Aumentar em 119% o número de alunos egressos da graduação como alunos ingressantes dos programas de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* da UFJ até 2027

Indicador:

Percentual de aumento de alunos egressos da graduação como alunos dos programas de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* da UFJ

Unidade responsável:

PRPG

Fórmula:

(Número total de egressos da graduação ingressantes em programas de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* até o ano N * 100 / Número total de concluintes da graduação em 2024) - 100

Valor de referência (2024) = 73 (meta 2027 = 160)

ID | Meta:

F-4.2 | Aumentar em 182% o número de discentes da graduação que cursaram disciplinas nos programas de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* da UFJ até 2027

Indicador:

Percentual de aumento de discentes da graduação que cursaram disciplinas nos programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* da UFJ

Unidade responsável:

PRPG

Fórmula:

(Número total de discentes da graduação que cursaram disciplinas nos programas de pós-graduação *lato* ou *strictu sensu* da UFJ até o ano N * 100 / Número total de discentes que cursaram disciplinas nos programas de pós-graduação em 2024) - 100

Valor de referência (2024) = 28 (Meta 2027 = 79)

Macroprocesso finalístico

ID | Objetivo estratégico:

F-5 | Fortalecer as ações de pesquisa, inovação e empreendedorismo

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 4 | Educação de Qualidade

ODS 9 | Indústria, Inovação e Infraestrutura

ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ID | Meta:

F-5.1 | Aumentar 30% o número de projetos interdisciplinares até 2027

Verificar Apêndice

Indicador:
Percentual de aumento dos projetos interdisciplllinares

Unidade responsável:
PRPI

Fórmula:
(Número total de projetos interdisciplinares registrados no ano N * 100 / Número total de projetos interdisciplinares registrados em 2023) - 100

Valor de referência (2023) = 84 (incluindo projetos com e sem financiamento)

ID | Meta:

F-5.2 | Aumentar 100% a formalização de parcerias com empresas para realização de atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentual de aumento de parcerias com empresas para realização de PD&I

Unidade responsável:
PRPI

Fórmula:
(Número total de parcerias formalizadas até o ano N * 100 / Número total de parcerias formalizadas em 2023) - 100

Valor de referência (2023) = 1 parceria

ID | Meta:

F-5.3 | Implantar 5 (cinco) empresas juniores até 2027

Indicador:
Percentual de empresas juniores implantadas

Unidade responsável:
PRPI

Fórmula:
Número total de empresas juniores implantadas até o ano N * 100 / 5

ID | Meta:

F-5.4 | Estabelecer 1 (um) contrato de transferência de tecnologia até 2027

Indicador:
Estabelecimento do contrato

Unidade responsável:
PRPI

Fórmula:
Identificação do número absoluto

ID | Meta:

F-5.5 | Aumentar 57% o número de projetos com financiamento externo efetivados até 2027

Indicador:
Percentual de aumento de projetos com financiamento externo efetivados

Unidade responsável:
PRPI

Fórmula:
(Número total de projetos com financiamento externo efetivados até o ano N * 100 / Número total de projetos com financiamento externo efetivados em 2023) - 100

Valor de referência (2023) = 7 (Meta 2027 = 11)

ID | Meta:

F-5.6 | Aumentar em 50% o número de planos de trabalho de iniciação científica, tecnológica e inovação com discentes vinculados até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentual de aumento de planos de trabalho de iniciação científica, tecnológica e inovação aprovados com discentes vinculados

Unidade responsável:
PRPI

Fórmula:
(Número total de planos de trabalho de iniciação científica, tecnológica e inovação aprovados até o ano N * 100 / Número total de planos de trabalho de iniciação científica, tecnológica e inovação aprovados em 2023) - 100

Valor de referência (2023) = 325 (Meta 2027 = 487)

Macroprocesso finalístico

ID | Objetivo estratégico:

F-5 | Fortalecer as ações de pesquisa, inovação e empreendedorismo

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 4 | Educação de Qualidade

ODS 9 | Indústria, Inovação e Infraestrutura

ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ID | Meta:

F-5.7 | Atingir 10% de discentes da graduação e da pós-graduação participantes de ações de empreendedorismo e inovação até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:

Percentual de discentes da graduação e da pós-graduação participantes de ações de empreendedorismo e inovação

Unidade responsável:

PRPI

Fórmula:

Número total de discentes da graduação e da pós-graduação participantes de ações de empreendedorismo e inovação até o ano N * 100 / Número total de discentes da graduação e da pós-graduação

ID | Meta:

F-5.8 | Aumentar 100% o número de acordos de cooperação internacional para ciência, tecnologia e inovação até 2027

Indicador:

Percentual de aumento de acordos de cooperação internacional para ciência, tecnologia e inovação

Unidade responsável:

PRPI

Fórmula:

(Número total de acordos de cooperação internacional para ciência, tecnologia e inovação até o ano N * 100 / Número total de acordos de cooperação internacional para ciência, tecnologia e inovação em 2023) - 100

Valor de referência (2023) = 1

Macroprocesso finalístico

ID | Objetivo estratégico:

F-6 | Fortalecer as ações de extensão, cultura e esporte entre a UFJ e a sociedade

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 4 | Educação de Qualidade

ODS 9 | Indústria, Inovação e Infraestrutura

ODS 10 | Redução das Desigualdades

ID | Meta:

F-6.1 | Aumentar em 32% o número de ações de extensão, cultura e esporte realizadas em parcerias entre a UFJ e público externo até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:

Percentual de aumento de ações de extensão, cultura e esporte realizadas em parcerias entre a UFJ e público externo realizadas

Unidade responsável:

PROECE

Fórmula:

(Número total de ações realizadas até o ano N * 100 / Número total de ações realizadas em 2024) - 100

Valor de referência (2024) = a ser mensurado quando da prestação de contas ao TCU

ID | Meta:

F-6.2 | Desenvolver e implementar 10 projetos de extensão em interface com ensino e aproximação com os cursos de licenciatura até 2027

Indicador:

Percentual de implementação de projetos de ensino em interface com extensão e aproximação com os cursos de licenciatura

Unidade responsável:

PROECE

Fórmula:

Número total de projetos de ensino em interface com extensão e aproximação com os cursos de licenciatura até o ano N * 100 / 10

ID | Meta:

F-6.3 | Aumentar em 20% o número de participantes nas ações de extensão, cultura e esporte promovidas até 2027

Indicador:

Percentual de aumento de docentes externos participantes de ações de formação continuada

Unidade responsável:

PROECE

Fórmula:

(Número total de docentes externos participantes de ações de formação continuada até o ano N * 100 / Número total de docentes externos participantes em 2024) - 100

Valor de referência (2024) = a ser mensurado quando da prestação de contas ao TCU

Macroprocesso de suporte

ID | Objetivo estratégico:

S-1 | Promover e fortalecer as ações de permanência, de assistência e de qualidade de vida estudantil

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 3 | Saúde e Bem-estar

ODS 10 | Redução das Desigualdades

ID | Meta:

S-1.1 | Reelaborar a ficha de matrícula de ingresso à graduação, com intuito de mapear as condições socioeconômicas dos ingressantes, dentre outras informações relevantes às ações de assistência e permanência estudantil, com implementação para o semestre 2025/2.

Indicadores:
- Ficha de ingresso reelaborada e implementada;
- Mapeamento das condições socioeconômicas dos ingressantes da graduação.

Unidade responsável:
CGA

Fórmula:
Identificação do número absoluto

ID | Meta:

S-1.2 | Atingir, a partir do semestre 2025/2, 100% dos alunos da graduação avaliados na condição de vulnerabilidade socioeconômica contemplados com pelo menos uma bolsa estudantil de fluxo contínuo, até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:
Taxa de cobertura de bolsas estudantis concedidas a alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica

Unidade responsável:
PRAE

Fórmula:
Número total de alunos da graduação em condição de vulnerabilidade socioeconômica contemplados com pelo menos 1 bolsa no semestre N * 100 / Número total de alunos da graduação em condição de vulnerabilidade socioeconômica

ID | Meta:

S-1.3 | Aumentar em 14% o quantitativo de refeições fornecidas aos discentes da graduação e pós-graduação até 2025

Indicador:
Percentual de aumento de refeições fornecidas aos discentes da graduação e da pós-graduação

Unidade responsável:
PRAE

Fórmula:
(Número total de refeições fornecidas no ano N * 100 / Número total de refeições fornecidas em 2023) - 100

Valor de referência (2023) = 128.771 refeições

ID | Meta:

S-1.4 | Elaborar e implementar um plano de ação que vise promover a assistência estudantil e a qualidade de vida aos estudantes de pós-graduação, por meio das seguintes etapas:
- elaborar um diagnóstico até 2025;
- elaborar um plano de ação até junho/2026;
- implementação das ações até 2027.

Indicador:
Percentual de ações do plano de ação realizadas

Unidade responsável:
PRAE

Fórmula:
Número de ações realizadas * 100 / Número total de ações previstas

Macroprocesso de suporte

ID | Objetivo estratégico:

S-2 | Promover e fortalecer as ações de gestão de pessoas, de desenvolvimento e de qualidade de vida no trabalho

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- **ODS 3 | Saúde e Bem-estar**
- **ODS 8 | Trabalho Decente e Crescimento Econômico**
- **ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes**

ID | Meta:

S-2.1 | Atingir 60% dos servidores em funções administrativas capacitados por programas de desenvolvimento nas respectivas áreas de atuação até 2027 (mínimo de 30h por servidor)

Indicador:
Percentual de servidores em funções administrativas atendidos por programas de desenvolvimento nas respectivas áreas de atuação

Unidade responsável:
PROPESSOAS

Fórmula:
Número total de servidores em funções administrativas atendidos por programa de capacitação ou qualificação nas respectivas áreas de atuação no ano N * 100 / Número total de servidores em funções administrativas

Início da avaliação = 2025

ID | Meta:

S-2.2 | Atingir 100% dos servidores em cargos de gestão desenvolvidos nos temas de: governança e gestão (mínimo de 40h por servidor); em modelo de gestão cooperativo, humanizado e não violento; combate ao assédio e discriminação; e letramento racial (mínimo de 40h por servidor), até 2027

Indicador:
Percentual de servidores em cargos de gestão desenvolvidos nos temas de governança e gestão (40h por servidor); em modelo de gestão cooperativo, humanizado e não violento; combate ao assédio e discriminação; letramento racial (mínimo de 40h por servidor)

Unidade responsável:
PROPESSOAS

Fórmula:
Número total de servidores em cargos de gestão capacitados nos temas de governança e gestão; em modelo de gestão cooperativo, humanizado e não violento; combate ao assédio e discriminação; e letramento racial (mínimo de 40h por servidor) no ano N * 100 / Número total de servidores em cargos de gestão

Início da avaliação = 2025

ID | Meta:

S-2.3 | Atingir 25% dos servidores participantes em ações de atenção e vigilância da saúde no trabalho até 2027

Indicador:
Percentual de servidores participantes em ações de atenção à saúde no trabalho

Unidade responsável:
PROPESSOAS

Fórmula:
Número total de servidores participantes em ações de atenção à saúde no trabalho no ano N * 100 / Total de servidores ativos

ID | Meta:

S-2.4 | Implementar ao menos 50% das adequações/recomendações constantes nos relatórios de Saúde e Segurança do Trabalho emitidos pela Coordenação de Saúde e Segurança no Trabalho (CSST) no que tange aos laboratórios, até 2027

Indicador:
Percentual de implementação das adequações/recomendações constantes nos relatórios de Saúde e Segurança do Trabalho emitidos pela Coordenação de Saúde e Segurança no Trabalho (CSST) no que tange aos laboratórios

Unidade responsável:
PROPESSOAS

Fórmula:
Número total de adequações/recomendações constantes nos relatórios implementadas * 100 / Número total de adequações/recomendações emitidas nos relatórios

Indicador:
Percentual de laboratórios com relatórios de Saúde e Segurança do Trabalho emitidos

Unidade responsável:
PROPESSOAS

Fórmula:
Número total de laboratórios com relatórios de Saúde e Segurança do Trabalho emitidos * 100 / Número total de laboratórios

ID | Meta:

S-2.5 | Implementar instrumento de dimensionamento da força de trabalho e de organização dos serviços administrativos e acadêmicos até 2026

Indicador:
Aprovação da Resolução no Conselho Universitário (Consuni)

Unidade responsável:
PROPESSOAS

Fórmula:
Identificação do número absoluto

Macroprocesso de suporte

ID | Objetivo estratégico:

S-2 | Promover e fortalecer as ações de gestão de pessoas, de desenvolvimento e de qualidade de vida no trabalho

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 3 | Saúde e Bem-estar

ODS 8 | Trabalho Decente e Crescimento Econômico

ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ID | Meta:

S-2.6 | Implementar o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) até 2026

Indicador:
Aprovação da Resolução no Conselho Universitário (Consuni)

Unidade responsável:
PROPESSOAS

Fórmula:
Identificação do número absoluto

ID | Meta:

S-2.7 | Implementar políticas com modelos de alocação de vagas de servidores até 2026

Indicador:
Aprovação da Resolução no Conselho Universitário (Consuni)

Unidade responsável:
PROPESSOAS

Fórmula:
Identificação do número absoluto

ID | Meta:

S-2.8 | Aprovar resolução de movimentação de servidores até 2025

Indicador:
Aprovação da Resolução no Conselho Universitário (Consuni)

Unidade responsável:
PROPESSOAS

Fórmula:
Identificação do número absoluto

Macroprocesso de suporte

ID | Objetivo estratégico:

S-3 | Desenvolver estratégias para aperfeiçoamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ID | Meta:

S-3.1 | Diminuir em 20% o valor total dos contratos vigentes em 2024, incluindo contratos com fornecedoras de energia e água/esgoto, mediante propostas inovadoras de racionalização dos recursos, até 2027

Indicador:
Percentual de diminuição do valor total dos contratos

Unidade responsável:
PROAD

Fórmula:
(Valor total dos contratos no ano N * 100 / Valor total dos contratos em 2024) - 100

Valor de referência (2024) = a ser apurado na prestação de contas

ID | Meta:

S-3.2 | Atingir 15% do orçamento de custeio destinado às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e/ou a ações de permanência, assistência e qualidade de vida estudantil até 2027

Indicador:
Percentual de aumento do orçamento de custeio destinado às atividades finalísticas

Unidade responsável:
PROAD

Fórmula:
(Valor orçamentário de custeio destinado às atividades finalísticas no ano N * 100 / Valor orçamentário destinado às atividades finalísticas em 2024) - 100

Valor de referência (2024) = orçamento do exercício correspondente

ID | Meta:

S-3.3 | Aumentar em 50% o valor anual captado até 2027, por meio de gestão de contratos, formalização de acordos, convênios, parcerias, entre outras ações

Indicador:
Percentual de aumento do valor anual captado

Unidade responsável:
PROAD

Fórmula:
(Valor total captado no ano N * 100 / Valor captado em 2024) - 100

Valor de referência (2024): R$ 350.000,00

ID | Meta:

S-3.4 | Atingir 95% de acuracidade dos bens patrimonais transferidos pela Universidade Federal de Goiás (UFG) à UFJ, até 2027

Indicador:
Percentual de acuracidade de catalogamento dos bens patrimonais transferidos pela UFG

Unidade responsável:
PROAD

Fórmula:
Número total de itens catalogados * 100 / Número total de itens inventariados pela UFG

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Macroprocesso de suporte

ID | Objetivo estratégico:

S-4 | Promover a expansão, a manutenção preventiva e a adequação de edificações e de estruturas urbanas

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- **ODS 3 | Saúde e Bem-estar**
- **ODS 4 | Educação de Qualidade**
- **ODS 7 | Energia Limpa e Acessível**
- **ODS 9 | Indústria, Inovação e Infraestrutura**
- **ODS 10 | Redução das Desigualdades**
- **ODS 11 | Cidades e Comunidades Sustentáveis**
- **ODS 13 | Ação Contra e Mudança Global do Clima**

ID | Meta:

S-4.1 | Elaborar e aprovar o Regimento Interno contemplando a coordenação da Prefeitura Universitária até 2026

Indicador:
Emissão da Portaria pela Reitoria

Unidade responsável:
SEINFRA

Fórmula:
Identificação do número absoluto

ID | Meta:

S-4.2 | Elaborar e aprovar o Plano Diretor até 2026

Indicador:
Aprovação da Resolução no Conselho Universitário (Consuni)

Unidade responsável:
SEINFRA

Fórmula:
Identificação do número absoluto

ID | Meta:

S-4.3 | Ampliar em 10.276,58 m² as áreas físicas construídas da UFJ até 2027

Verificar Apêndice

Indicador:
Percentual de ampliação das áreas físicas

Unidade responsável:
SEINFRA

Fórmula:
Número total de metragem ampliada até o ano N * 100 / 10.276,58 m²

ID | Meta:

S-4.4 | Revitalizar 8.663,4 m² de áreas físicas da UFJ até 2027

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentual de revitalização das áreas físicas

Unidade responsável:
SEINFRA

Fórmula:
Número total de metragem revitalizada até o ano N * 100 / 8.663,4 m²

ID | Meta:

S-4.5 | Submeter 58 (cinquenta e oito) projetos aos orgãos de fiscalização para adequação de 100% das edificações às normas de segurança e proteção de combate a incêndio e pânico até 2027

Indicador:
Percentual de projetos de segurança e proteção de combate à incêndio e pânico submetidos aos órgãos de fiscalização

Unidade responsável:
SEINFRA

Fórmula:
Número total de projetos submetidos até o ano N * 100 / 58

Valor de Referência (2024) = 0

ID | Meta:

S-4.6 | Diminuir em 70% o valor dos gastos com energia elétrica até 2027

Indicador:
Percentual de diminuição do valor total dos gastos com energia elétrica

Unidade responsável:
SEINFRA

Fórmula:
(Valor total dos gastos com energia elétrica no ano N x 100 / Valor total dos gastos com energia elétrica em 2024) - 100

Valor de referência (2024)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Macroprocesso de suporte

ID | Objetivo estratégico:

S-4 | Promover a expansão, a manutenção preventiva e a adequação de edificações e de estruturas urbanas

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- **ODS 3 | Saúde e Bem-estar**
- **ODS 4 | Educação de Qualidade**
- **ODS 7 | Energia Limpa e Acessível**
- **ODS 9 | Indústria, Inovação e Infraestrutura**
- **ODS 10 | Redução das Desigualdades**
- **ODS 11 | Cidades e Comunidades Sustentáveis**
- **ODS 13 | Ação Contra e Mudança Global do Clima**

ID | Meta:

S-4.7 | Adquirir e instalar 3 (três) geradores de energia até 2026

Indicador:
Percentual de instalação dos geradores de energia

Unidade responsável:
SEINFRA

Fórmula:
Número total de geradores de energia instalados até o ano N * 100 / 3

ID | Meta:

S-4.8 | Adequar rede em média tensão com subestação transformadora pedestal de 150 kVA no Setor Zootécnico até 2026

Indicador:
Percentual de entrega das etapas da obra

Unidade responsável:
SEINFRA

Fórmula:
Número de etapas concluídas * 100 / Número total de etapas previstas

ID | Meta:

S-4.9 | Adequar rede em média tensão com subestação do transformador aéreo de 225 kVA do Restaurante Universitário até 2026

Indicador:
Percentual de entrega das etapas da obra

Unidade responsável:
SEINFRA

Fórmula:
Número de etapas concluídas * 100 / Número total de etapas previstas

ID | Meta:

S-4.10 | Aumentar em 27% a disponibilidade de kva no contrato de demanda de energia elétrica até 2026 (DE 550 kva para 700 kva para redução da conta)

Indicador:
Percentual de aumento de kva do contrato de energia elétrica

Unidade responsável:
SEINFRA

Fórmula:
Quantidade total de kva acrescida no contrato de energia elétrica * 100 / 550 kva

ID | Meta:

S-4.11 | Implantar usina de energia solar no Campus Cidade Universitária - Jatobá até 2027

Indicador:
Percentual de entrega das etapas da obra

Unidade responsável:
SEINFRA

Fórmula:
Número de etapas concluídas até o ano N * 100 / Número total de etapas da obra

Macroprocesso de suporte

ID | Objetivo estratégico:

S-5 | Fomentar a inserção escalar da UFJ

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 4 | Educação de Qualidade

ODS 8 | Trabalho Decente e Crescimento Econômico

ODS 9 | Indústria, Inovação e Infraestrutura

ID | Meta:

S-5.1 | Atingir 50% dos 50 municípios pertencentes às microrregiões de Iporá, Sudoeste Goiano, Quirinópolis e Vale do Rio dos Bois com pelo menos uma ação de ensino, pesquisa ou extensão até 2027 (25 municípios)

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentual de municípios pertencentes às microrregiões de Iporá, Sudoeste Goiano, Quirinópolis e Vale do Rio dos Bois com pelo menos uma ação de ensino, pesquisa ou extensão

Unidade responsável:
PROECE

Fórmulas:
- Número de municípios com pelo menos uma ação de ensino, pesquisa ou extensão no ano N * 100 / 50
- Número de ações de ensino, pesquisa ou extensão por município

ID | Meta:

S-5.2 | Ampliar em 200% o número de discentes da graduação da UFJ participantes de programas nacionais de mobilidade ou intercâmbio acadêmico até 2027

Indicador:
Percentual de aumento no número de discentes da graduação da UFJ participantes de programas nacionais e mobilidade ou intercâmbio acadêmico

Unidade responsável:
PROGRAD

Fórmula:
(Número total de discentes da graduação e pós-graduação da UFJ participantes de programas nacionais de mobilidade ou intercâmbio acadêmico no ano N * 100 / 9) - 100

Valor de referência (2024): 3 alunos graduação (Meta = 9 alunos em 2027)

ID | Meta:

S-5.3 | Estabelecer 10 (dez) parcerias de mobilidade ou intercâmbio acadêmico para alunos dos programas de pós-graduação strictu sensu até 2027

Indicador:
Percentual de parcerias de mobilidade ou intercâmbio acadêmico para alunos dos programas de pós-graduação strictu sensu estabelecidas

Unidade responsável:
PRPG

Fórmula:
Número total de parcerias de mobilidade ou intercâmbio acadêmico para alunos dos programas de pós-graduação strictu sensu estabelecidas até o ano N * 100 / 10

Valor de referência (2024) = 0

ID | Meta:

S-5.4 | Promover 6 (seis) ações de capacitação nas áreas administrativa e/ou de gestão para servidores (TAEs e/ou docentes) junto a outros órgãos ou instituições de ensino, nas esferas municipal, estadual ou federal, até 2027.

Indicador:
Número de ações de capacitação nas áreas administrativa e/ou de gestão para servidores (TAEs e/ou docentes) junto a outros órgãos ou instituições de ensino, nas esferas municipal, estadual ou federal

Unidade responsável:
PROPESSOAS

Fórmula:
Número de ações de capacitação nas áreas administrativa e/ou de gestão para servidores (TAEs e/ou docentes) junto a outros órgãos ou instituições de ensino, nas esferas municipal, estadual ou federal promovidas até o ano N * 100 / 6

ID | Meta:

S-5.5 | Aumentar 200% o número de programas internacionais de mobilidade ou intercâmbio acadêmico com a participação de servidores (TAEs ou docentes), até 2027

Indicador:
Percentual de aumento do número de programas internacionais de mobilidade ou intercâmbio acadêmico com a participação de servidores (TAEs e docentes)

Unidade responsável:
EI

Fórmula:
(Número total de programas internacionais de mobilidade ou intercâmbio acadêmico com a participação de servidores (TAEs e docentes) até o ano N * 100 / 2) - 100

Valor de referência 2023 = 2

ID | Meta:

S-5.6 | Ofertar ao menos 35 disciplinas da graduação ou da pós-graduação pelo método *Collaborative Online International Learning* (COIL) até 2027

Indicador:
Percentual de disciplinas ofertadas pelo método *Collaborative Online International Learning* (COIL)

Unidade responsável:
EI

Fórmula:
Número total de disciplinas ofertadas pelo método *Collaborative Online International Learning* (COIL) no ano N * 100 / 35

Valor de referência 2024 = 0 formalizadas

Macroprocesso de suporte

ID | Objetivo estratégico:

S-5 | Fomentar a inserção escalar da UFJ

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 4 | Educação de Qualidade

ODS 8 | Trabalho Decente e Crescimento Econômico

ODS 9 | Indústria, Inovação e Infraestrutura

ID | Meta:

S-5.7 | Estabelecer 10 (dez) convênios bilateriais com outros países até 2027

Indicador:

Percentual de convênios bilaterais estabelecidos com outros países

Unidade responsável:

EI

Fórmula:

Número total de convênios bilaterais estabelecidos com outros países até o ano N * 100 / 10

Macroprocesso de suporte

ID | Objetivo estratégico:

S-6 | Fomentar ações de sustentabilidade

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- **ODS 11 | Cidades e Comunidades Sustentáveis**
- **ODS 12 | Consumo e Produção responsáveis**
- **ODS 13 | Ação Contra e Mudança Global do Clima**

ID | Meta:

S-6.1 | Elaborar e implementar integralmente o Plano Diretor de Logística Sustentável até 2027

Indicador:
Percentual de implentação do plano

Unidade responsável:
PROAD

Fórmula:
Número de ações realizadas * 100 / Número total de ações previstas

ID | Meta:

S-6.2 | Aderir e implantar os 10 (dez) princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) em prol do Desenvolvimento Sustentável até 2027

Indicador:
Percentual de princípios implementados

Unidade responsável:
PROECE

Fórmula:
Número de princípios implementados * 100 / 10

ID | Meta:

S-6.3 | Aderir à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P do Ministério do Meio Ambiente) até 2026

Indicador:
Formalização da adesão

Unidade responsável:
GAB

Fórmula:
Identificação da adesão

ID | Meta:

S-6.4 | Elaborar e implementar ao menos 50% do Plano de Arborização e Manutenção de Áreas Verdes até 2027

Indicador:
Percentual de implentação ao menos da metade das ações do plano

Unidade responsável:
SEINFRA

Fórmula:
Número de ações implementadas * 100 / Metade do número de ações previstas no plano

ID | Meta:

S-6.5 | Atualizar e implementar integralmente o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos até 2027

Indicador:
Percentual de implentação do plano

Unidade responsável:
SEINFRA

Fórmula:
Número de ações realizadas * 100 / Número total de ações previstas

ID | Meta:

S-6.6 | Submeter 5 (cinco) propostas para obtenção de recursos destinados às ações de sustentabilidade até 2027

Indicador:
Percentual de propostas submetidas

Unidade responsável:
PROECE

Fórmula:
Número total de propostas submetidas * 100 / 5

Macroprocesso de suporte

ID | Objetivo estratégico:

S-6 | Fomentar ações de sustentabilidade

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 11 | Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 12 | Consumo e Produção responsáveis

ODS 13 | Ação Contra e Mudança Global do Clima

ID | Meta:

S-6.7 | Atingir 60% de participação de energias renováveis na geração de energia em relação ao consumo anual até 2027, na UFJ

Indicador:

Percentual de participação de energias renováveis na geração de energia anual

Unidade responsável:

SEINFRA

Fórmula:

KWh referente à energia renovável no ano N * 100 / KWh total no ano N

Macroprocesso de suporte

ID | Objetivo estratégico:

S-7 | Consolidar a infraestrutura tecnológica como alicerce para o desenvolvimento acadêmico, administrativo e do conhecimento institucional

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

- **ODS 9 | Indústria, Inovação e Infraestrutura**
- **ODS 11 | Cidades e Comunidades Sustentáveis**
- **ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes**

ID | Meta:

S-7.1 | Elaborar plano de contingência e redundância para os equipamentos de rede (*switches*, roteadores), servidores físicos e *data center* até 2025

Indicador:
Plano de contingência elaborado

Unidade responsável:
SETI

Fórmula:
Identificação do número absoluto

ID | Meta:

S-7.2 | Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) até 2025

Indicador:
Plano de contingência elaborado

Unidade responsável:
SETI

Fórmula:
Identificação do número absoluto

ID | Meta:

S-7.3 | Elaborar e implementar um plano de ação que vise modernizar a infraestrutura de rede de dados cabeada e sem fio, por meio das seguintes etapas:
- elaborar um diagnóstico até junho de 2025;
- elaborar um plano de ação até dezembro de 2025;
- implementação das ações até 2027.

Indicador:
Percentual de ações do plano de ação realizadas

Unidade responsável:
SETI

Fórmula:
Número de ações realizadas * 100 / Número total de ações previstas

ID | Meta:

S-7.4 | Alcançar o percentual de 100% dos espaços acadêmicos e administrativos assistidos adequadamente por tecnologias de informática e comunicação até 2026

Verificar Apêndice A

Indicador:
Percentual de espaços acadêmicos e administrativos assistidos por tecnologias e/ou ferramentas de tecnologia

Unidade responsável:
SETI

Fórmula:
Número total de espaços acadêmicos e administrativos assistidos adequadamente por tecnologias e/ou ferramentas de tecnologia até o ano N * 100 / Número total de espaços acadêmicos e administrativos

ID | Meta:

S-7.5 | Desenvolver e implantar o portal da UFJ com base no padrão digital do Governo Federal até 2025

Indicador:
Portal da UFJ desenvolvido e implantado com base no padrão digital do Governo Federal

Unidade responsável:
SETI

Fórmula:
Identificação do número absoluto

ID | Meta:

S-7.6 | Implantar uma metodologia-padrão de desenvolvimento de *software* a ser seguida no desenvolvimento dos sistemas da UFJ até 2026

Indicador:
Metodologias e padrões para desenvolvimento de sistemas institucionalizados(as)

Unidade responsável:
SETI

Fórmula:
Identificação do documento de institucionalização

Macroprocesso de suporte

ID | Objetivo estratégico:

S-7 | Consolidar a infraestrutura tecnológica como alicerce para o desenvolvimento acadêmico, administrativo e do conhecimento institucional

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 9 | Indústria, Inovação e Infraestrutura

ODS 11 | Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 16 | Paz, Justiça e Instituições Eficazes

ID | Meta:

S-7.7 | Implantar anel de fibra ótica no Campus Jatobá (incluindo *switches* de alta velocidade) até 2027

Indicador:
Percentual de implantação das etapas da obra

Unidade responsável:
SETI

Fórmula:
Percentual de implantação das etapas da obra

ID | Meta:

S-7.8 | Implantar o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) até 2025

Indicador:
Percentual de ações do plano de ação implementadas

Unidade responsável:
SETI

Fórmula:
Número de ações realizadas * 100 / Número total de ações previstas

ID | Meta:

S-7.9 | Realizar a digitalização do acervo acadêmico, conforme Portaria nº 360/2022, até 2027

Indicador:
Percentual de ações do plano de ação realizadas

Unidade responsável:
SETI

Fórmula:
Número de ações realizadas * 100 / Número total de ações previstas

ID | Meta:

S-7.10 | Implementar canal de divulgação da memória institucional a partir do acervo documental da UFJ até 2025

Indicador:
Canal de comunicação implementado

Unidade responsável:
SETI

Fórmula:
Canal de comunicação implementado

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:	18
Macroprocesso Gerencial:	5
Macroprocesso Finalístico:	6
Macroprocesso de Suporte:	7

METAS:	110
Macroprocesso Gerencial:	34
Macroprocesso Finalístico:	25
Macroprocesso de Suporte:	51

INDICADORES:	113
Macroprocesso Gerencial:	34
Macroprocesso Finalístico:	26
Macroprocesso de Suporte:	53

Metas por prazo final:	
2025	14
2026	16
2027	80

Metas por órgão:	
AUDIN:	1
CAAF:	2
CGA:	1
COR:	1
DAA:	2
EI:	3
GAB:	6
NAI:	1
PRAE:	3
PROAD:	5
PROECE:	6
PROGRAD:	8
PROPESSOAS:	9
PROPLAN:	10
PRPG:	7
PRPI:	8
SECOM:	8
SEINFRA:	15
SETI:	12
SIBI:	2

Conforme exposto acima, a UFJ possui o quantitativo total de 18 objetivos estratégicos, 110 metas e 113 indicadores, os quais serão alcançados gradativamente entre 2025, 2026 e 2027.

Ressalta-se que os objetivos estratégicos, as metas e os indicadores da UFJ estão contemplados em três Macroprocessos, quais sejam: Gerencial, Finalístico e de Suporte.

Assim, vejamos a subdivisão de cada Macroprocesso:

- Macroprocesso Gerencial: 5 objetivos estratégicos, 34 metas e 34 indicadores;
- Macroprocesso Finalístico: 6 objetivos estratégicos, 25 metas e 26 indicadores;
- Macroprocesso de Suporte: 7 objetivos estratégicos, 51 metas e 53 indicadores.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

1.10 Áreas de Atuação

Na UFJ são oferecidos cursos presenciais, tanto de graduação como de pós-graduação, nas diversas áreas do conhecimento, incluindo:

Ciências Agrárias

Ciências Biológicas

Ciências da Saúde

Ciências Humanas

Linguística, Letras e Artes

Ciências Sociais Aplicadas

Ciências Exatas e da Terra

CURSOS

1.11 Cursos de Graduação e de Pós-graduação

1.11.1 Graduação

Neste capítulo, são abordadas a oferta de cursos e as instâncias de decisão no âmbito acadêmico da UFJ, além da previsão de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu. A UFJ oferece diversos cursos de graduação para atender às necessidades educacionais da comunidade. A lista completa dos cursos, juntamente com suas especificações, pode ser encontrada no Quadro 1. Esse levantamento proporciona uma visão geral das opções acadêmicas disponíveis na Instituição.

Foto 6 - Atividade acadêmica
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

Número de vagas							
Curso	**Grau**	**Turno**	**1° sem.**	**2° sem.**	**Total**	**Duração**	**Unidade Acadêmica**
Agronomia	B	I	60	0	60	5 anos	Ciências Agrárias
Biomedicina	B	I	40	0	40	4 anos	Ciências da Saúde
Ciências Biológicas	B	I	40	0	40	4 anos	Ciências Biológicas
Ciências Biológicas	L	I	30	0	30	4 anos	Ciências Biológicas
Ciência da Computação	B	I	50	0	50	4 anos	Ciências Exatas
Direito	B	N	60	0	60	5 anos	Ciências Sociais Aplicadas
Educação Física	B	I	40	0	40	4 anos	Ciências da Saúde
Educação Física	L	I	40	0	40	4 anos	Ciências da Saúde
Enfermagem	B	I	30	0	30	5 anos	Ciências da Saúde
Engenharia Florestal	B	I	50	0	50	5 anos	Ciências Agrárias
Física	L	N	40	0	40	4 anos	Ciências Exatas
Fisioterapia	B	I	40	0	40	5 anos	Ciências da Saúde
Geografia	B	N	20	0	20	4 anos	Estudos Geográficos
Geografia	L	N	20	0	20	4 anos	Estudos Geográficos
História	L	N	50	0	50	4 anos	Ciências Humanas e Letras
Letras - Inglês	L	N	30	0	30	4 anos	Ciências Humanas e Letras
Letras - Português	L	N	40	0	40	4 anos	Ciências Humanas e Letras
Matemática	L	V	45	0	45	4 anos	Ciências Exatas
Medicina	B	I	30	30	60	6 anos	Ciências da Saúde
Medicina Veterinária	B	I	60	0	60	5 anos	Ciências Agrárias
Pedagogia	L	M ou N	80	0	80	4 anos	Educação
Psicologia	B	I	40	0	40	5 anos	Ciências Humanas e Letras
Química	B	I	40	0	40	4 anos	Ciências Exatas
Química	L	I	45	0	45	4 anos	Ciências Exatas
Zootecnia	B	I	30	0	30	5 anos	Ciências Agrárias
Total Vagas	-	-	**1050**	**30**	**1080**	-	-
B = Bacharelado; L = Licenciatura; I = Integral; M = Matutino; V = Vespertino; N = Noturno; Sem. = semestre							

Quadro 1 - Relação dos cursos de graduação oferecidos pela UFJ
Fonte: Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), 2023

1.11.2 Pós-graduação

Os programas de Pós-Graduação da UFJ, abertos a candidatos diplomados em cursos de Graduação (licenciatura, bacharelado e tecnólogos), investem na qualificação de pessoal para o exercício de atividades de ensino e pesquisa, bem como para o mercado de trabalho. Os cursos de pós-Graduação são oferecidos nos níveis de Especialização, que conferem o título de especialista, na modalidade lato sensu, e de Mestrado Acadêmico e Profissional, e de Doutorado Acadêmico que conferem os títulos respectivamente de Mestre e Doutor, reconhecidos como cursos da modalidade stricto sensu. Os principais elementos normativos internos relativos à Pós-Graduação na UFJ encontram-se reunidos nas Normas Gerais de Pós-Graduação, Resolução CONSUNI nº 034/2022, que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação lato sensu da UFJ; e Resolução CONSUNI nº 024/2024, que aprova o Regulamento Geral dos Programas de Pós-graduação stricto sensu da Universidade.

1.11.2.1 Pós-graduação Lato Sensu

A pós-graduação lato sensu da UFJ tem por finalidade a socialização do conhecimento de natureza artística, técnica, tecnológica e científica mediante complementação da formação acadêmica, atualizando e agregando novos conhecimentos, competências e habilidades do profissional graduado nas diversas áreas do conhecimento. A pós-graduação na UFJ iniciou com os cursos de especialização. De acordo com o art. 5º da Resolução CONSUNI nº 34, de 28 de setembro de 2022, a pós-graduação lato sensu da UFJ compreende:

I - cursos de especialização;
II - programas de residência médica;
III - programas de residência em área profissional da saúde, nas modalidades multiprofissional e uniprofissional; e
IV - programas de residência profissional, instituídos por legislação.

Neste contexto, ao longo desses 44 anos de história do CAJ até a atual UFJ, já foram ofertados os seguintes cursos de pós-graduação lato sensu:

1. Especialização em Biologia (2004 a 2005);
2. Especialização em Educação Infantil (2004 a 2011);
3. Especialização em Literatura e Língua Portuguesa (2006 a 2009);
4. Especialização em Gestão de Pessoas (2008 a 2010);
5. Especialização em Meio Ambiente: Educação e Gestão Ambiental (2009 a 2010);
6. Especialização em Avaliação e prescrição de exercícios físicos para populações especiais (2009 a 2010);
7. Especialização em Matemática Aplicada (2010-2011);
8. Especialização em Produção em suínos (2011 a 2013);
9. Especialização em Matemática para professores do ensino fundamental e médio (2011 a 2013);
10. Especialização em História Cultural: Narrativas e Linguagens (2011-2013);
11. Especialização em Políticas, Gestão e Financiamento da Educação (2012 a 2014);
12. Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Materna (2013-2015):
13. Especialização em Produção Florestal - (2015 a 2016);
14. Epidemiologia e Saúde (2016 a 2017).

A primeira residência a ser implantada no Câmpus Avançado de Jataí, ainda vinculado à UFG, foi estabelecida por meio da Resolução CEPEC nº 1.052 no qual criou-se o curso de pós-graduação lato sensu Especialização "Residência em Medicina Veterinária", em sessão plenária realizada no dia 9 de setembro de 2011. No entanto, apenas em 2020 após o desmembramento da UFJ, por meio da Resolução CONSUNI nº 007/2020, criou-se a Comissão das Residências Multiprofissional em Saúde e em Área Profissional da Saúde da UFJ, vinculada à Pró-reitoria de Pós-Graduação (PRPG).

Adicionalmente, o Credenciamento Provisório de Programa de Residência Médica de Clínica Médica, PROCESSO Nº: 2021-1484, PARECER SISCNRM Nº: 1151/2021, foi aprovado em 22 de outubro de 2021. Adicionalmente, por meio do PARECER SISCNRM Nº: 1418/2021, PROCESSO Nº: 2021-1527, também foi aprovada a residência de medicina intensiva em 19 de novembro de 2021.

Portanto, fica evidente que a história da UFJ é marcada por lutas contínuas para manter o compromisso com a educação de qualidade e a formação de especialistas capacitados para o desenvolvimento regional e nacional. Neste contexto, a Política do Ensino para a pós-graduação lato sensu estabelece as diretrizes, dispondo sobre os princípios, a organização e a gestão das atividades voltadas para a criação, fomento e acompanhamento dos cursos na Instituição, de forma que esteja em consonância com as políticas nacionais.

A UFJ oferta em 2024 três cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade de residência, voltados especificamente para as áreas de Medicina Veterinária e Medicina Humana, conforme o **Quadro 2**.

Cursos de Especialização	Ano de Criação	Curso Vinculado
Residência em Medicina Veterinária	2011	Medicina Veterinária
Residência Médica em Clínica Médica	2022	Medicina
Residência Médica em Medicina Intensiva	2022	Medicina

Quadro 2 - Cursos de Pós-graduação Lato Sensu (Especialização)
Fonte: Pró-reitoria de Pós-graduação (PRPG), 2024

Como proposta de crescimento da pós-graduação lato sensu, com oferta de cursos ligados aos 25 cursos de graduação, a UFJ almeja a ampliação da oferta de cursos de especialização nos próximos anos. O **Quadro 3** detalha os cursos prospectados para implementação no período de 2025 a 2027.

Propostas	Curso Proponente	Ano/Semestre da Oferta	Número de Docentes Interessados	Área de Concentração
Educação infantil	Pedagogia	2025	30	Educação
Educação matemática para o ensino básico	Matemática	2026	6 a 10 docentes	Educação
Microbiologia Clínica	Biomedicina	2025	6 a 10 docentes	Saúde
Microbiologia Ambiental e Industrial	Biomedicina	2025	6 a 10 docentes	Ciências Biológicas
Análises instrumentais aplicadas à Agroindústria e Ambiental	Química - Bacharelado	2027	6 a 10 docentes	Ciências exatas e tecnológicas
Econofísica: Aplicado ao Agronegócio e IA Aplicado ao Ensino de Ciências	Física	2025 - 2026	6 a 10 docentes	Ciências exatas e tecnológicas
Educação Especial/Educação Inclusiva	Pedagogia	2025 - 2026	6 a 10 docentes	Educação
Ensino de Ciências, Matemáticas e Tecnologias	Pedagogia	2025 - 2026	6 a 10 docentes	Educação
Filosofia da Educação	Pedagogia	2025 - 2026	6 a 10 docentes	Educação
Ensino de Língua Portuguesa, Literatura e metodologia ativa	Letras-Português	2025	6 a 10 docentes	Educação
Educação especial	Letras-Português	2025	6 a 10 docentes	Educação
Tradução e interpretação Libras Língua Portuguesa	Letras-Português	2025	6 a 10 docentes	Educação
Neuropsicologia	Psicologia	2025	2 a 3 docentes	Ciências Humanas

Quadro 3 - Prospecção de Novos Cursos de Especialização Lato Sensu Propostos por Colegiados de Cursos de Graduação - 2025 a 2027
Fonte: Pró-reitoria de Pós-graduação (PRPG), 2024

Para mais detalhes sobre as propostas de novos cursos de Pós-graduação Lato Sensu consultar o **Apêndice B.** Segue link para acesso ao arquivo: APÊNDICE B.

1.11.2.2 Pós-graduação Stricto Sensu

A pós-graduação stricto sensu na UFJ é composta pelo:

I. mestrado, que tem por objetivos aprofundar o conhecimento acadêmico e profissional, bem como aprimorar a capacidade de realizar pesquisas em área específica ou interdisciplinar do conhecimento;
II. doutorado, cujo objetivo é desenvolver a capacidade de propor e conduzir pesquisas originais em área específica ou interdisciplinar do conhecimento.

A pós-graduação stricto sensu no então Câmpus da UFG em Jataí teve seu início em 2006, com o programa de pós-graduação em Agronomia, área de concentração em "Produção Vegetal". A implantação do primeiro programa de pós-graduação no interior de Goiás pela UFG e as ações da instituição para consolidação do Câmpus, criando novos cursos de graduação, a participação no programa de expansão das Ifes, proposto pelo MEC, para a interiorização do ensino superior e, em seguida, o REUNI, possibilitou melhoria significativa do quadro de servidores e viabilizou investimentos para melhoria da estrutura física, permitindo o envio de novas propostas de cursos novos à Capes.

Assim, os seguintes programas foram criados: Programa de Pós-Graduação em Geografia, com área de concentração em "Organização do espaço nos domínios do Cerrado Brasileiro", foi recomendado para início do mestrado em 16/09/2008 e o programa entrou em funcionamento em janeiro de 2009. Sendo que o primeiro doutorado da UFJ foi recomendado em 26 de março de 2015 e entrou em funcionamento em janeiro de 2016; Programa de Pós-graduação em Ciências Aplicadas à Saúde, nível mestrado, com áreas de concentração em "Novos materiais e metodologias aplicadas à saúde" e "Mecanismos e processos biológicos e biotecnológicos", foi recomendado para início do mestrado em 24 de abril de 2012 e o programa entrou em funcionamento em janeiro de 2013.

O Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional, com áreas de concentração em "Análise Matemática", "Ensino de Matemática", "Geometria e Topologia", "Matemática Aplicada" e "Álgebra", é um programa na modalidade profissional e funciona com uma coordenação nacional e as instituições compondo a rede nacional. Sua recomendação, para início do mestrado, ocorreu em 28 de outubro de 2010 e o programa entrou em funcionamento, na UFG, em março de 2011. A Regional Jataí iniciou sua primeira turma em março de 2012, passando a fazer parte como polo da instituição. Em 04 de junho de 2020, a UFJ passou a integrar o rol de instituições da rede nacional.

O Programa de pós-graduação, nível mestrado em Educação, com área de concentração em “Educação”, foi recomendado para início do mestrado em 27 de setembro de 2012, entrando em funcionamento em janeiro de 2013. Já o Programa de Mestrado em Biociência Animal, com área de concentração em “Saúde e produção animal”, foi recomendado para início do mestrado em 11 de dezembro de 2015 entrando em funcionamento em abril de 2016. Em 2024 foi aprovada a mudança de nomenclatura e área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Biociência Animal nas instâncias colegiadas da UFJ, colegiado de curso, Câmara Superior de Pesquisa e Pós-graduação e CONSUNI, sendo que, conforme a Portaria Capes nº 3, de 2 de janeiro de 2023, a previsão de análise de mérito pelas áreas ocorrerá até 12 de fevereiro de 2025, a Deliberação pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) até 14 de março de 2025 e processamento e resultado até 28 de março de 2025. Caso seja aprovado nas instâncias do Ministério da Educação o programa passará a ser denominado de Programa de Pós-Graduação em Biociência e Saúde Única, com alteração da área de concentração do programa para Saúde Humana, Animal e Ambiental.

Em 2023 a UFJ aprovou dois novos programas de pós-graduação stricto sensu, sendo eles: Mestrado em Direito, com início de funcionamento em 05 de agosto de 2024, tendo com área de concentração Direito e desigualdades sociais e linhas de pesquisa: Fundamentos jurídicos da produção das desigualdades sociais; Desigualdades sociais no Brasil, e o Programa de Pós-graduação de Mestrado em Biodiversidade, com área de concentração em Biodiversidade e as linhas de pesquisa em Caracterização da diversidade biológica; Conservação e manejo de recursos naturais. A UFJ chega ao final de 2024, com nove programas de pós-graduação stricto sensu, sendo nove cursos de mestrado e um curso doutorado abrangendo várias áreas do conhecimento. A relação dos programas em funcionamento na Instituição é apresentada no **Quadro 4.**

Foto 7 - Laboratório de pesquisa da área de Ciências Agrárias
Fonte: Acervo Secretaria de Conunicação (SECOM)

Programa de Pós-Graduação (ano de início)	Nível	Modalidade	Conceito ou nota	Vagas	Área de Concentração	Linhas de Pesquisa
Agronomia (2006)	Mestrado	Acadêmico	3	14	Produção Vegetal	Fitotecnia;Genética e Melhoramento Vegetal;Solos e Nutrição de Plantas.
Biociência Animal (2016)	Mestrado	Acadêmico	4	18	Saúde e Produção Animal	Saúde Humana, Animal e Ambiental; Biotecnologias Aplicadas à Biociência e Produção Animal Sustentável.
Biodiversidade	Mestrado	Acadêmico	A	12	Biodiversidade	Caracterização da diversidade biológica;Conservação e manejo de recursos naturais.
Ciências Aplicadas à Saúde (2013)	Mestrado	Acadêmico	4	19	Ciências e Tecnologias Aplicadas à Saúde	Mecanismos e processos biológicos; Promoção de Saúde/ Diagnósticos e tratamento de doenças.
Direito	Mestrado	Acadêmico	A	15	Direito e desigualdades sociais	Fundamentos jurídicos da produção das desigualdades sociais; Desigualdades sociais no Direito contemporâneo.
Educação	Mestrado	Acadêmico	4	21	Educação	Cultura, Identidades, Linguagem nos/em Processos Educacionais; Políticas Educacionais, Gestão e Formação de Professores; Formação Humana e Fundamentos da Educação.
Geografia (2016)	Doutorado	Acadêmico	4	04	Organização do Espaço nos domínios do Cerrado Brasileiro	Análise ambiental do cerrado brasileiro; Organização e gestão do espaço urbano e rural do cerrado brasileiro.
Geografia (2009)	Mestrado	Acadêmico	4	11	Organização do Espaço nos domínios do Cerrado Brasileiro	Análise ambiental do cerrado brasileiro; Organização e gestão do espaço urbano e rural do cerrado brasileiro.
Química (2019)	Mestrado	Acadêmico	3	13	Química	Química de materiais; Análise química e separações; Química de produtos naturais; Ensino em química.
Matemática (2012)	Mestrado	Profissional	5	15	Matemática do Ensino Básico	Matemática do Ensino Básico.

Quadro 4 - Relação dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu já oferecidos na UFJ
Fonte: Pró-reitoria de Pós-graduação (PRPG), 2024

Em 2024, foram aprovadas três propostas de novos programas stricto sensu em nível de mestrado: Mestrado Acadêmico em Psicologia; Mestrado Acadêmico em Ciência da Computação e Mestrado Profissional em Ensino de Computação em Rede (PROFCOMP); e dois em cursos em nível de doutorado: Doutorado Acadêmico em Educação e Doutorado Acadêmico em Ciências Aplicadas à Saúde, todos aguardando os próximos trâmites para início de funcionamento, ainda serão analisados no Conselho Nacional de Educação (CNE) para posterior homologação do Ministério da Educação, com previsão de início da primeira turma em 2025, o que é sintetizado no Quadro 5.

Programa/ Curso	Nível	Modalidade	Conceito	Vagas	Área de Concentração	Linhas de Pesquisas
Ciência da Computação	Mestrado	Acadêmico	A	12	Ciência da Computação	Metodologias e Técnicas de Computação;Sistemas e Fundamentos de Computação.
Ensino de Computação em Rede Nacional (PROFCOMP)	Mestrado	Profissional	A	20	Ciências e Humanidades para Educação Básica	Sistemas e Fundamentos de Computação; Informática na Educação;Jogos Digitais;Educação de Computação; Metodologias e Técnicas de Computação.
Psicologia	Mestrado	Acadêmico	A	20	Psicologia Social	Produção de subjetividade e relações de poder;Psicologia, Desenvolvimento Humano e Promoção da Saúde.
Ciências Aplicadas à Saúde	Doutorado	Acadêmico	4	15	Ciências e Tecnologias Aplicadas à Saúde	Mecanismos e processos biológicos;Promoção de Saúde/Diagnósticos e tratamento de doenças.
Educação	Doutorado	Acadêmico	4	14	Educação	Cultura, Identidades, Linguagem nos/em Processos Educacionais;Formação Humana e Fundamentos da Educação;Políticas Educacionais, Gestão e Formação de Professores.

Quadro 5 - Relação dos novos Programas e Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu aprovados em 2024
Fonte: Pró-reitoria de Pós-graduação (PRPG), 2024

Está prevista a apresentação de novas propostas de cursos de pós-graduação stricto sensu à CAPES no próximo período de submissão, sendo eles em nível Mestrado: História; Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas; Gestão de Serviços de Saúde e Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua); e em nível de Doutorado: Química e Biociência Animal.

Com a aprovação de cinco cursos, sendo três mestrados e dois doutorados com previsão de ingresso das primeiras turmas em 2025, a UFJ atingirá a meta de aumentar em 19,5% o número de docentes credenciados nos programas de pós-graduação stricto sensu, até 2027, conforme previsto no objetivo estratégico “Fortalecer a pós-graduação lato e stricto sensu” (Id: F-3), sendo que a pós-graduação ampliará em 50% o seu número de cursos. Para mais detalhes sobre as propostas de novos cursos de Pós-graduação Stricto Sensu consultar o Apêndice B. Segue link para acesso ao arquivo: APÊNDICE B.

Foto 8 - Laboratório da área de Química
Fonte: Secretaria de Comunicação (SECOM)

1.12 Organização Administrativa

1.12.1 Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional

A estrutura, a competência, o funcionamento e a integração dos órgãos da UFJ estão estabelecidos em seu Estatuto, no Regimento Geral e nos regimentos específicos da Instituição. A UFJ tem a seguinte estrutura:

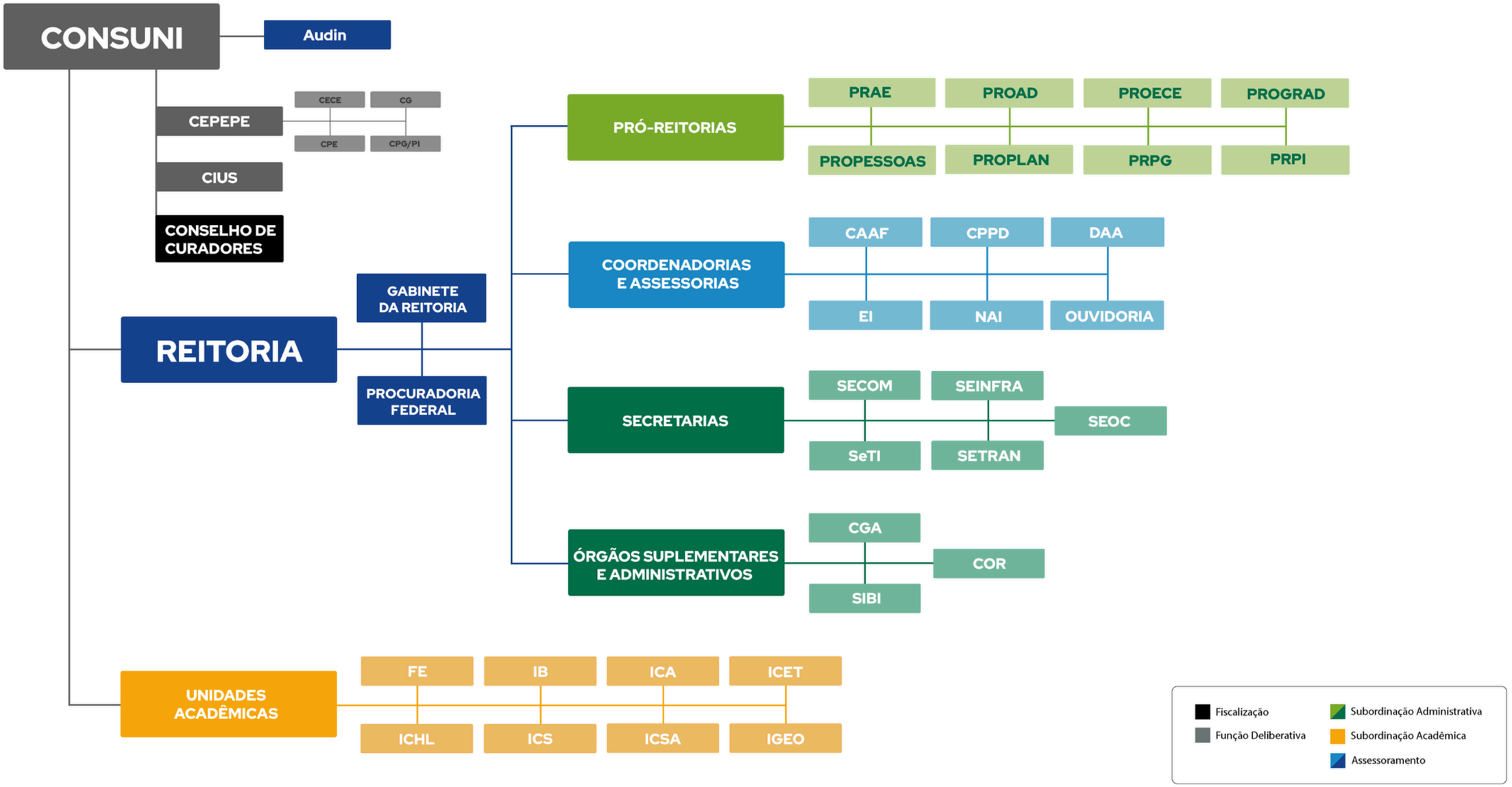
- Assembleia Universitária;
- Reitoria e Pró-reitorias;
- Conselho de Integração Universidade e Sociedade;
- Conselho Universitário;
- Conselho de Ensino, Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, Extensão, Cultura, Esporte e políticas Estudantis (CEPEPE);
- Conselho de Curadores;
- Unidades Acadêmicas;
- Órgãos Administrativos, Suplementares e Complementares.

A Figura disposta a seguir ilustra o organograma da UFJ, de acordo com seu Estatuto:

Foto 9 - Atividades acadêmicas
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

UFJ | ORGANOGRAMA

Figura 4 - Organograma Institucional
Fonte: Secretaria de Comunicação (SECOM), 2024.



Organograma - Universidade Federal de Jataí

Conselhos Superiores

CONSUNI - Conselho Universitário
CEPEPE - Conselho de Ensino, Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação, Extensão, Cultura, Esporte e Política Estudantil
CIUS - Conselho de Integração Universidade-Sociedade
Conselho de Curadores

Câmaras Setoriais

CECE - Câmara de Extensão, Cultura e Esporte
CG - Câmara de Graduação
CPE - Câmara de Política Estudantil
CPG/PI - Câmara de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação

Reitoria

Gabinete da Reitoria
PF - Procuradoria Federal

Audin

Auditoria Interna

Coordenadorias e Assessorias

CAAF - Coordenação de Ações Afirmativas
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
DAA - Diretoria de Assuntos Administrativos
EI - Escritório de Internacionalização
NAI - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
Ouvidoria

Pró-Reitorias

PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROAD - Pró-Reitoria de Administração e Finanças
PROECE - Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
PROPESSOAS - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PRPG - Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PRPI - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica

Secretarias

Secom - Secretaria de Comunicação
Seinfra - Secretaria de Infraestrutura
SEOC - Secretaria Executiva e de Órgãos Colegiados
SeTI - Secretaria de Tecnologia e Informação
Setran - Secretaria de Transportes

Órgãos Suplementares e Administrativos

CGA - Centro de Gestão Acadêmica
COR - Corregedoria
SIBI - Sistema de Bibliotecas

Unidades Acadêmicas

FE - Faculdade de Educação
IB - Instituto de Biociências
ICA - Instituto de Ciências Agrárias
ICET - Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas
ICHL - Instituto de Ciências Humanas e Letras
ICS - Instituto de Ciências da Saúde
ICSA - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IGEO - Instituto de Geografia

1.12.2 Órgãos Colegiados

Quando presente em reuniões de órgãos colegiados, o(a) Reitor(a) assume a sua presidência automaticamente.

Art. 77. Todos os órgãos colegiados da UFJ, salvo casos expressos neste Estatuto ou no Regimento Geral da UFJ, funcionarão com a presença da maioria de seus membros – cinquenta por cento mais um –, e suas decisões serão tomadas pela maioria dos presentes.

Parágrafo único. Os componentes dos colegiados com direito a voz não serão computados para efeito do cálculo do quórum para o início da reunião.

Art. 78. A organização das eleições universitárias para a escolha de representantes dos(as) docentes, dos(as) alunos(as) e dos(as) técnicos administrativos em educação será de responsabilidade institucional da UFJ, na forma disciplinada por seus colegiados.

Parágrafo único. Em caso de empate nas eleições para representantes de órgãos colegiados, será considerado(a) eleito(a) o(a) mais antigo(a) na UFJ, e, caso permaneça o empate entre os(as) que têm igual tempo de serviço, será eleito(a) o(a) com mais idade.

Art. 79. Os cargos de Reitor(a), Vice-Reitor(a), Diretor(a) de Unidades Acadêmicas, Pró-Reitores(as) e Coordenadores(as) de cursos de graduação e de programas de pós-graduação deverão ser exercidos por servidores(as) em regime de dedicação exclusiva, observado o disposto no art. 19, § 1º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, devidamente justificados, consoante decisão do Conselho Diretor da Unidade Acadêmica, poderão ser designados coordenadores de curso e diretores que não se enquadrem no regime disposto no caput, que, neste caso, assumirão o regime integral de dedicação ao serviço previsto no art. 19, § 1º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 80. Para os efeitos deste Estatuto, entender-se-á por afastamento temporário um período que não exceda 120 (cento e vinte) dias consecutivos.

Art. 81. Nos casos de vacância, haverá substituição nos termos da legislação.

Art. 82. De ato ou decisão de autoridade ou colegiado cabe, por iniciativa do(a) interessado(a), pedido de reconsideração ou recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da ciência ou da divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º Salvo disposição expressa contida em regulação sobre matéria específica, do ato ou decisão da autoridade ou do colegiado, caberá recurso para o colegiado imediatamente superior.

§ 2º O recurso administrativo tramitará no máximo por 3 (três) colegiados superiores, observado, na sua destinação, se o assunto está ou não associado ao ensino, à pesquisa, à extensão, à cultura e à Câmara de Políticas Estudantis.

Art. 83. A convocação para reuniões de órgãos colegiados precede a qualquer outra atividade na UFJ.

1.12.3 Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

A Assembleia Universitária, órgão consultivo e não deliberativo da comunidade institucional, será constituída:
I - pelos membros do segmento docente, que sejam efetivos na Universidade;
II - pelos membros do segmento discente, regularmente matriculados na UFJ;
III - pelos membros do segmento técnico administrativo em educação, efetivos na administração.

Art. 10. São finalidades da Assembleia Universitária:
I - conhecer, por exposição do(a) Reitor(a) ou de outros(as) dirigentes, as principais ocorrências da vida universitária e o plano anual de suas atividades;
II - assistir à entrega de diplomas honoríficos e medalhas de mérito;
III - debater, de forma ampliada, questões que sejam relevantes, emergenciais ou críticas para a comunidade universitária, de forma a produzir uma mobilização coletiva diante de determinado tema.

Parágrafo único. A Assembleia Universitária poderá propor, a partir do debate gerado, encaminhamentos a serem endereçados e apreciados pelo Conselho Universitário.

Art. 11. A Assembleia Universitária será presidida pelo(a) Reitor(a) e convocada:
I - ordinariamente pelo(a) Reitor(a) uma vez ao ano;
II - extraordinariamente pelo(a) Reitor(a);
III - por requerimento da maioria dos membros do Conselho Universitário;
IV - por requerimento da maioria simples de cada segmento da comunidade universitária.

1.13 Inserção Regional, Nacional e Internacional

No contexto regional, a UFJ atua diretamente no desenvolvimento socioeconômico de Jataí e do Sudoeste Goiano, por meio da formação de recursos humanos qualificados, da execução de projetos de extensão, de pesquisas e do estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas locais e regionais. A presença da UFJ, de modo geral, impacta no desenvolvimento regional positivamente porque influencia:

- a demanda agregada por meio de investimentos;
- o ambiente cultural, formando cidadãos, disseminar novas ideias, sensibiliza para ideias complexas, sistêmicas, associativas e cooperativas; sensibiliza para ideias vinculadas ao desenvolvimento;
- o ambiente empresarial, gerando fontes de modificação da cultura organizacional vigente;
- a geração de empregos e renda, criando postos de trabalho diretos e postos de trabalho indiretos (contratação de terceiros e ampliação da demanda agregada);
- dinamizando as economias regionais, gerando capacidade de lidar com complexidade, incentivando o desenvolvimento de processos sistêmicos, colaborando na potencialização de recursos locais;
- melhorando a alocação das atividades produtivas no território, qualificação das políticas públicas; acesso a recursos externos à região, e também propicia o desenvolvimento e transferência de capital intelectual.

Em nível nacional, a UFJ integra o sistema público federal de ensino superior que fornece à nação uma mão-de-obra qualificada para atender às necessidades do país, oferecendo uma gama de oportunidades educacionais para pessoas com diferentes interesses e habilidades e que contribuem para o conhecimento nacional. Da mesma forma , a UFJ participa ativamente de redes de pesquisa e desenvolvimento, com presença em importantes eventos científicos e colaborações com outras instituições de ensino superior e centros de pesquisa nacionais.

Em um mundo globalizado, a Universidade integra um sistema de ensino superior com qualidade e conectado internacionalmente, facilitando a introdução de novas ideias, promovendo o intercâmbio de conhecimento com instituições de ensino e pesquisa estrangeiros, por meio do intercâmbio de discentes e pesquisadores em todas as fronteiras internacionais.

1.13.1 Inserção Regional

O estado de Goiás compreende uma área territorial de 340.242.859 km², localizado na região Centro-Oeste do país. Sua área representa um percentual de 7% do território brasileiro e possui 246 municípios. Estruturado, inicialmente, com base na atividade mineradora (séculos XVIII e XIX) e na implantação de lavouras em terras de mata (século XX), a região correspondente ao referido estado passou por acentuado processo de mudanças.

Ao longo dos anos, Goiás sofreu diversas reestruturações espaciais decorrentes de decisões políticas e econômicas. Essas reestruturações, associadas às profundas transformações econômicas, à mudança tecnológica e à redefinição da ocupação territorial, implicaram em novos padrões de relações intersetoriais e por uma nova reestruturação das relações sociais e do sistema urbano.

A UFJ localiza-se, conforme divisão territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na mesorregião Sul Goiano e, nesta, na microrregião do Sudoeste de Goiás. A referida microrregião é composta por 18 municípios, conforme mapa de localização geográfica abaixo (**Figura 5**):

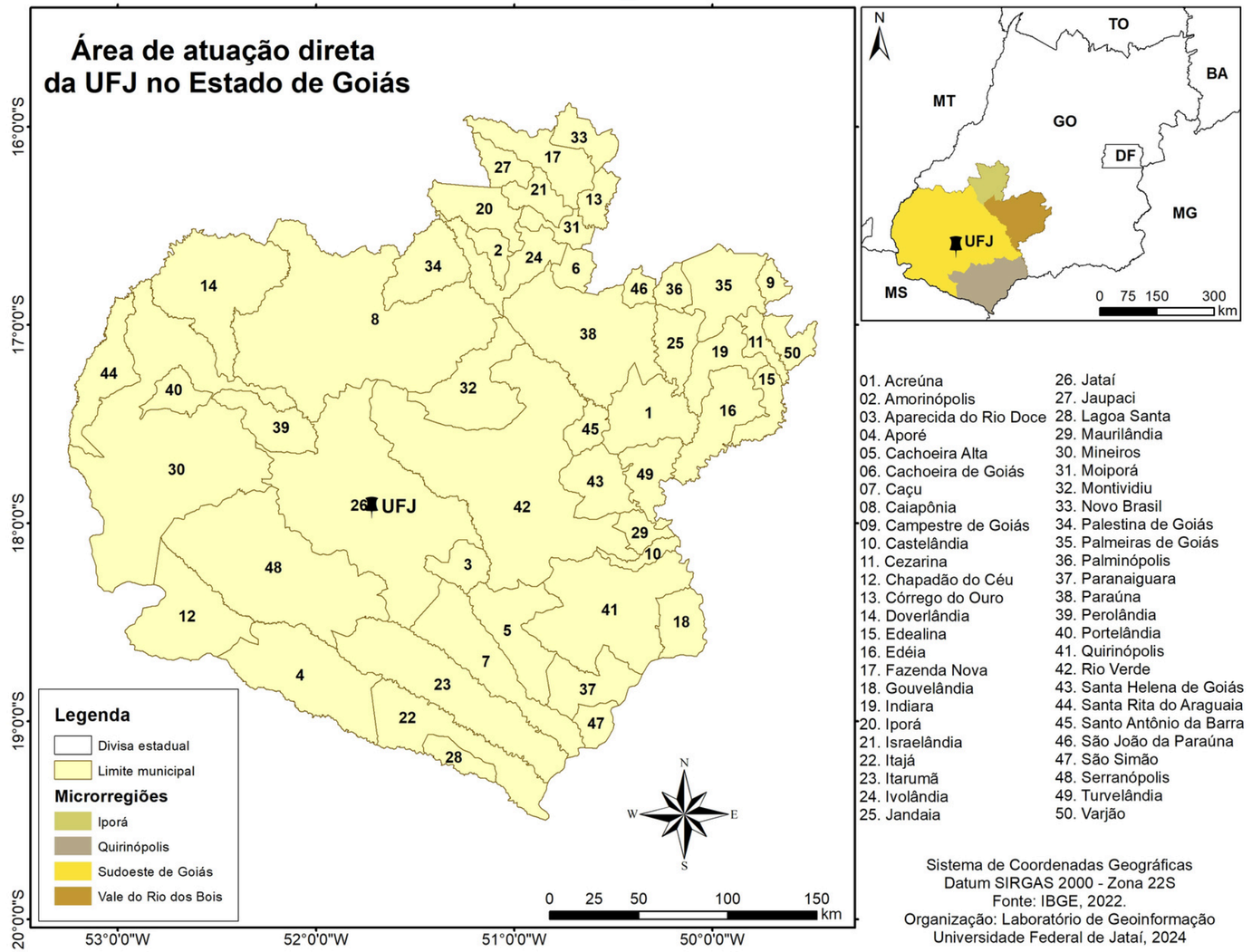


Figura 5 - Área de Atuação Direta da UFJ no Estado de Goiás
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022
Organização: Laboratório de Geoinformação - UFJ, 2004

Observa-se na Figura 5 que o município de Jataí está localizado em uma área estratégica no sudoeste de Goiás, facilitando o acesso e o atendimento às comunidades dos municípios vizinhos. Vale lembrar que o estado possui três Universidades Federais: UFG, UFJ e Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

A cidade de Jataí encontra-se a 327 km de Goiânia, a 535 km de Brasília e a 934 km da cidade de São Paulo. Segundo estimativas do IBGE de 2022, o município possui uma população de 105.729 habitantes. Por suas características edafoclimáticas, a extensão territorial e o forte investimento em técnicas produtivas, o município figura entre os maiores produtores nacionais de milho (8°), soja (12°) e leite (15°) (IBGE, 2023). O município conta também com uma moderna unidade agroindustrial canavieira.

A criação de uma Universidade é um feito especial para uma sociedade, e sua função não é dada, simplesmente, por uma definição natural. Necessário compreender o papel e a importância da educação para o crescimento e desenvolvimento social. A presença de uma Universidade representa um importante fator no desenvolvimento regional. Como um Câmpus de interior, a potencialização da instituição ficou limitada a ações e políticas definidas pela matriz administrativa, na UFG. Até 2018 o Estado de Goiás possuía apenas 01 Universidade Federal (UFG). A Região Centro-Oeste abriga cerca de 16,3 milhões habitantes (cerca de 8,0% do território nacional) e que possui uma das maiores desigualdades sociais de acordo com o índice de Gini (fonte: IBGE). Desse modo, a criação da UFJ representa um marco importante no desenvolvimento regional.

A UFJ desempenha um papel importante no crescimento e desenvolvimento do município de Jataí e região, contribuindo para a geração de empregos diretos e indiretos e fornecendo atividades acadêmicas de alta qualidade com um foco na formação social. A UFJ oferta formação em diferentes setores do conhecimento por meio de cursos de Graduação e Pós-Graduação, capazes de atender às demandas regionais: qualidade de vida; cuidado com os recursos naturais e com a produção agropecuária; e a otimização da oferta de serviços de saúde e de ensino-aprendizagem. Desse modo, a Universidade não apenas visa a profissionalização das pessoas, mas também a preservação da formação pautada em valores humanísticos e socialmente responsáveis.

Foto 10 - Imagem área do Câmpus Riachuelo da UFJ e parte do centro de Jataí
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

1.14 Controle Social

Considerando o foco no desenvolvimento institucional da UFJ, bem como os objetivos estratégicos e a consolidação da estrutura de governança universitária, é central o papel das práticas de controle social. Tais práticas asseguram que a Universidade seja transparente, eficiente e alinhada às demandas sociais e regionais.

A inclusão de mecanismos que facilitem a participação da comunidade interna e externa deve ser uma prioridade e envolver clareza e compromisso com os processos avaliativos, fortalecendo o compromisso com uma formação de qualidade. Como parte da estrutura de controle social, a UFJ possui comitês, comissões e conselhos com representantes docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade externa.

Além disso, tem sido fundamental a conversa constante com a comunidade acadêmica através de audiências públicas e consultas e uma reestruturação do aparato de transparência disponível para acesso de qualquer cidadão.

Como parte do compromisso com a transparência e em alinhamento com a Política de Sistematização e Divulgação de Decisões Colegiadas, a UFJ busca reforçar a divulgação das decisões colegiadas de maneira sistemática, facilitando o acesso às informações institucionais. Essa iniciativa é fundamentada nos valores institucionais e nos princípios democráticos de clareza e inclusão, promovendo a integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

1.15 Governança

Conforme dispõe o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, o processo de governança pública pode ser compreendido como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle colocados em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas e serviços públicos. Os produtos e resultados dele oriundos são denominados de valores públicos, os quais, de acordo com a aludida legislação, devem representar respostas efetivas às necessidades e às demandas de interesse da sociedade.

No âmbito de uma Instituição, segundo a IN Conjunta a MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, a governança ocorre na combinação de processos e estruturas implementadas pela Alta Administração, para informar, dirigir, administrar e monitorar suas atividades, com vistas a alcançar os objetivos propostos. Para além de adequação à conformidade legal, o constante aperfeiçoamento do sistema de governança da Universidade é ação fundamental para contribuir com a qualidade do serviço público prestado, com a integridade na gestão dos recursos, na prestação de contas à sociedade e, consequentemente, na entrega dos valores públicos com eficiência, eficácia e efetividade.

Nesse sentido, depreende-se que a governança executa um papel que direciona a gestão na realização das atividades. O Referencial Básico de Governança Organizacional do Tribunal de Contas da União (TCU) estabelece que:

> [...] enquanto governança é responsável por estabelecer a direção a ser tomada, com fundamento em evidências e levando em conta os interesses do(s) proprietário(s) e partes interessadas, a gestão é a função responsável por planejar a forma mais adequada de implementar as diretrizes estabelecidas, executar os planos e fazer o controle de indicadores e de riscos (TCU, p. 17).

Governança e Gestão, assim, não se confundem enquanto instâncias, mas se complementam no processo de entrega dos valores públicos. A Figura 6 ilustra seus respectivos papeis:

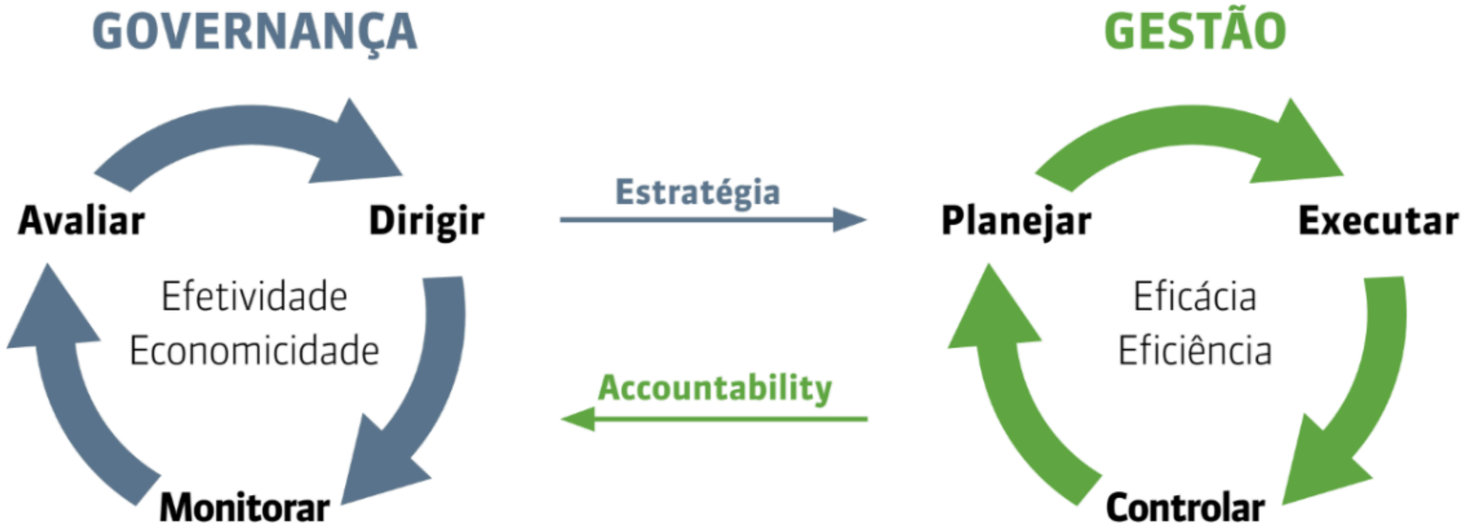


Figura 6 - Relação entre Governança e Gestão
Fonte: Referencial Básico de Governança Organizacional do TCU, 3ª ed. p. 17

A atual estrutura de governança da UFJ é representada pela **Figura 7**, na qual podem ser identificadas as instâncias externas e internas e a confluência estabelecida entre a governança e a gestão.

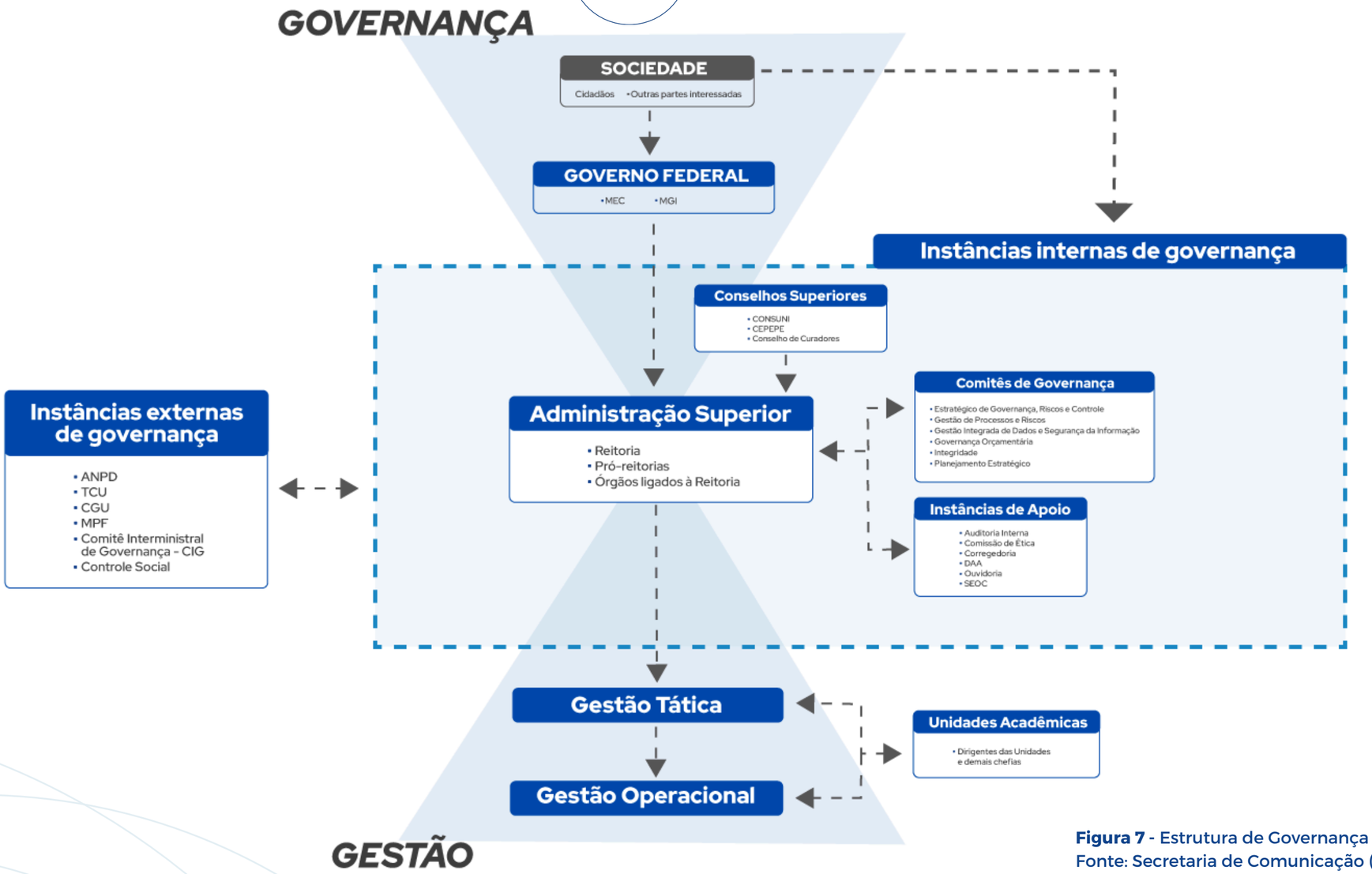


Figura 7 - Estrutura de Governança da UFJ
Fonte: Secretaria de Comunicação (SECOM), 2024

Conjuntamente com o CONSUNI, a Comissão de Ética, a Ouvidoria, a Diretoria de Assuntos Administrativos (DAA) e a Secretaria Executiva e de Órgãos Colegiados (SEOC), foram criadas mais quatro instâncias internas que compõem a governança da UFJ a nível estratégico, quais sejam:

a) o Comitê Estratégico de Governança, Riscos e Controles (Portaria nº 1.076, de 19 de setembro de 2024), com o objetivo primordial de liderar o desenvolvimento de ações para incorporação dos princípios e das diretrizes de que tratam a IN Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, e o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, dentre elas a elaboração da Política de Governança da UFJ;

b) a Unidade de Gestão de Integridade - UGI (Portaria nº 1.054, de 11 de setembro de 2024), encarregada de coordenar a estruturação, execução e monitoramento do programa de integridade;

c) a Corregedoria - COR (Resolução CONSUNI nº 013/2024), que conduz as atividades correicionais na Instituição;

d) e a Unidade de Auditoria Interna Governamental - Audin (Resolução CONSUNI nº 014/2024), órgão de apoio e assessoramento técnico vinculado ao CONSUNI que auxiliará a UFJ a alcançar seus objetivos institucionais mediante o desenvolvimento de atividades de consultoria e de avaliação, norteadas pelos pressupostos de independência, autonomia e objetividade técnica, a fim de agregar valor à gestão e aperfeiçoar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

Já no nível tático-operacional, foram criados dois comitês. São eles:

e) o Comitê de Gestão Integrada de Dados e Segurança da Informação (Portarias nº 840 e 841, de 11 de julho de 2024), responsável por desenvolver medidas conducentes à observância de normativas relacionadas ao acesso e à proteção de dados e informações, dentre elas a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 13.709/2018 (Lei-Geral de Proteção de Dados), o Decreto nº 8.777/2016 (Política de Dados Abertos), a Instrução Normativa GSI nº 1/2020 (Estrutura de Gestão da Segurança da Informação - GSI) e a Portaria SGD/MGI nº 852/2023 (Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI);

f) o Comitê de Gestão de Processos e Riscos (Portarias nº 837 e 838, de 11 de julho de 2024): com a incumbência de realizar atividades de mapeamento, análise, modelagem, melhoria, integração, padronização e transformação dos fluxos internos, objetivando otimizar as rotinas de trabalho e a racionalização dos recursos utilizados. O comitê também possui como atribuição a elaboração da Política de Gestão de Riscos para submissão ao Comitê Estratégico de Governança, Riscos e Controles, bem como a identificação dos riscos inerentes aos processos, propondo ações de prevenção e/ou mitigação junto às unidades administrativas e acadêmicas.

Como metas a serem desenvolvidas até 2026, estão previstas a institucionalização do CEPEPE e do Conselho de Curadores para que seja concluída a implantação das instâncias internas de governança previstas no Estatuto da Universidade. Por fim, no que diz respeito à governança nos níveis tático-operacional, também serão criados mais dois Comitês:

g) de Planejamento Estratégico, que terá por objetivo atuar na estruturação da gestão estratégica para garantir a sustentabilidade da Universidade e efetividade das entregas para a sociedade; na condução integrada do processo de planejamento, incluindo o orçamento, de longo e médio prazo, e das diretrizes de ação; na condução dos trabalhos de formulação de indicadores de desempenho; na troca de experiências com IFES consideradas referências no processo de planejamento; no monitoramento e avaliação dos indicadores e metas dos objetivos estratégicos, assim como, dos projetos estratégicos; no processo de elaboração e avaliação do Plano de Desenvolvimento das Unidades (PDU) administrativas e acadêmicas; promover o ambiente interno de mudança, minimizando e eliminando desafios;

h) de Governança Orçamentária, que será responsável por: (i) avaliar, planejar, orientar e monitorar políticas, diretrizes e ações conducentes à observância da Lei Orçamentária Anual; (ii) alinhar os orçamentos com as prioridades estratégicas da Instituição; (iii) garantir documentos e dados orçamentários abertos, transparentes e acessíveis; (iv) propiciar debates inclusivos, participativos e realistas sobre as escolhas orçamentárias; (v) integrar avaliações de desempenho e de custo efetividade ao processo orçamentário; (vi) promover integridade e a qualidade das estimativas orçamentárias.

Tais ações estão em consonância com o objetivo estratégico “Instituir e aperfeiçoar as estruturas de governança e de gestão estratégica” (Id: G-1).

1.16 Perfil da Força de Trabalho

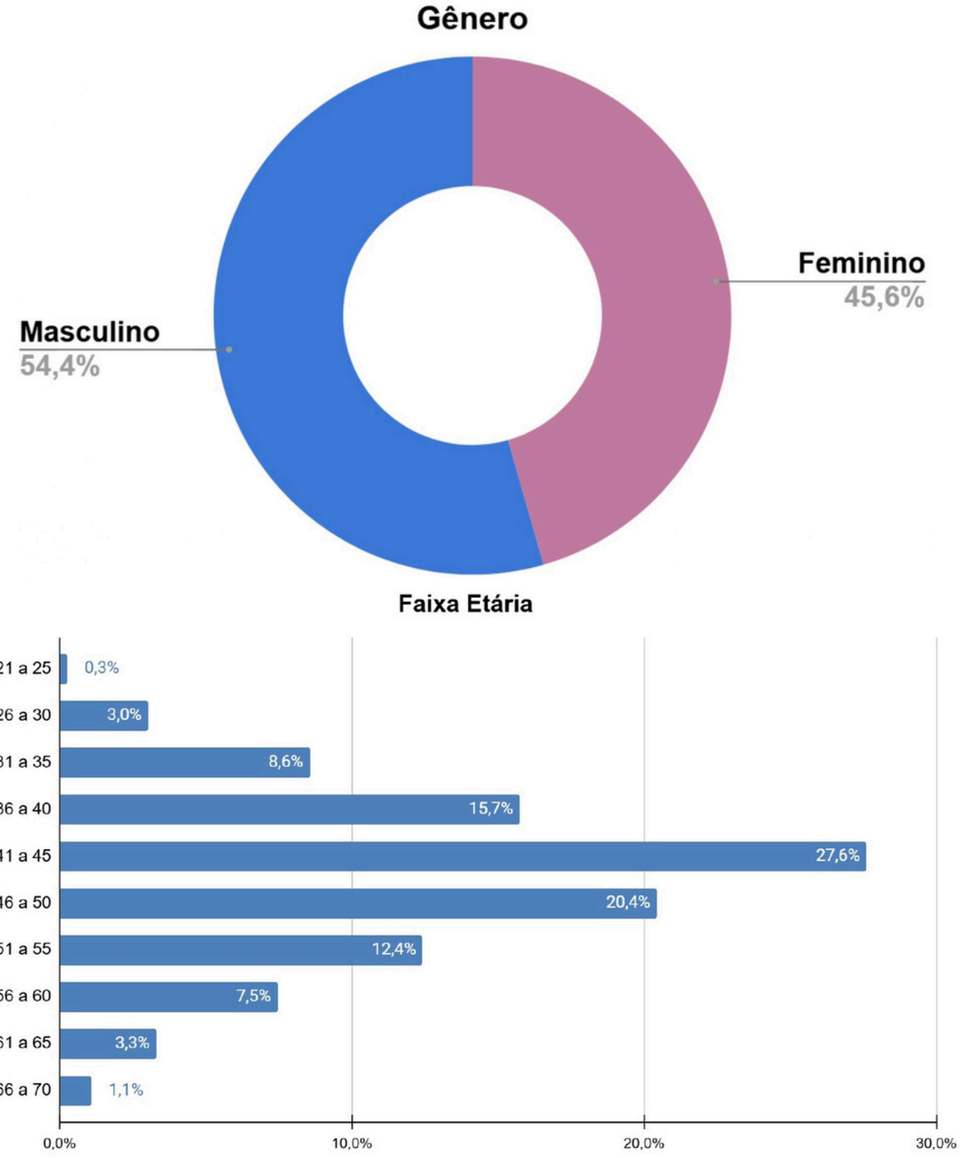
1.16.1 Docentes

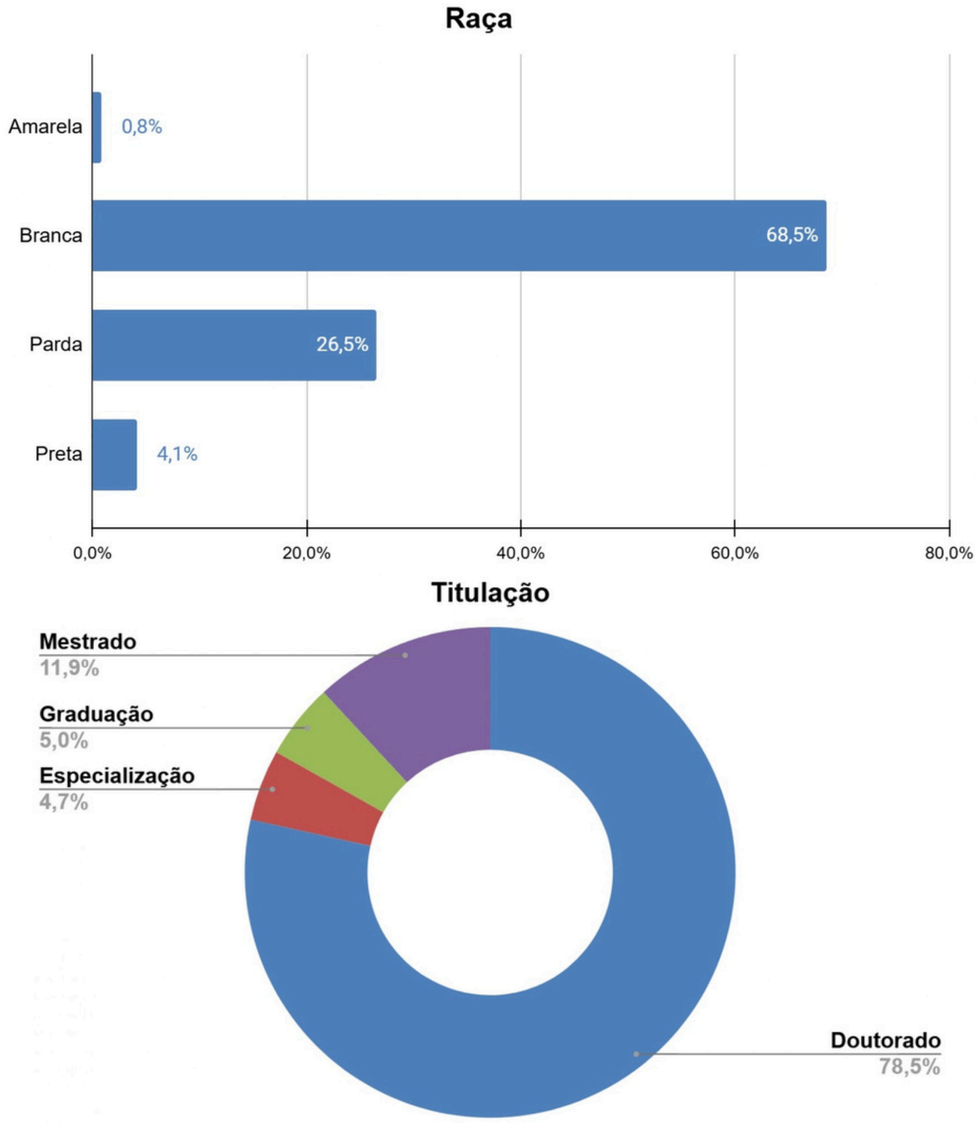
O quadro docente da UFJ é formado por servidores efetivos pertencentes ao Plano de Carreira do Magistério Superior, estruturado pela Lei n.º 12.772/2012, e vinculados ao Regime Jurídico Único da Lei n.º 8.112/1990. O ingresso na carreira se dá mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. Este quadro de pessoal é apoiado por professores substitutos de contratos temporários, conforme disposto na Lei n.º 8.745/1993 e no Decreto n.º 7.485/2011.

Conforme a legislação vigente, a Carreira do Magistério Superior está estruturada em cinco classes, sendo elas: Classe “A“, com denominações de docente Adjunto A (se Doutor), Assistente A (se Mestre) e Auxiliar (se Graduado ou Especialista), compreendendo dois níveis; Classe “B”, com denominação de Assistente, compreendendo dois níveis; Classe “C“, com denominação de Adjunto, compreendendo quatro níveis; Classe “D“, com denominação de Associado, compreendendo quatro níveis; e Classe “E“, com denominação de Titular.

O regime de trabalho do corpo docente efetivo da UFJ é dividido em três categorias, sendo elas: tempo parcial de 20 horas semanais; tempo integral de 40 horas semanais sem dedicação exclusiva; e tempo integral de 40 horas semanais com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

O desenvolvimento na Carreira do Magistério Superior ocorre pela progressão e pela promoção funcional, sendo ambas determinadas pela avaliação de desempenho favorável, analisada pela Comissão de Avaliação Docente (CAD) e referendada pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). A gestão do quadro docente demanda melhoria contínua, com decisões colegiadas baseadas em indicadores situacionais e normativos, procurando alinhar perfis profissionais com as necessidades institucionais. O Gráfico 1 apresenta o perfil do corpo docente da UFJ.





Gráficos 1: Perfil do Corpo Docente da UFJ
Fonte: Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROPESSOAS), 2024

Percebe-se que não há uma grande discrepância do corpo docente da UFJ em relação ao gênero, prevalecendo o sexo masculino. Já quanto à raça, verifica-se que a maioria é composta por pessoas que se autodeclaram brancas e a faixa etária prevalece a de 41 a 45 anos, considerados adultos de meia idade. Com base nesses dados observa-se a necessidade de serem adotadas políticas e boas práticas que possam reduzir as desigualdades de gênero e raça, buscando aumentar a diversidade e a inclusão no corpo docente da Instituição.

Ainda com relação à faixa etária, pode-se verificar que os docentes preenchem todas as classificações de faixa etária e, com isso, é possível garantir a combinação de experiência e vitalidade acadêmica. Muito embora seja fundamental produzir análises mais segmentadas por divisão de gênero, raça e faixa etária, na construção de análises e indicadores institucionais para compreender como a Instituição tem lidado com a redução das desigualdades no espaço acadêmico.

Além disso, verifica-se que o corpo docente é bastante qualificado, contando em sua maioria, com doutorado (78%) e mestrado (12%). Todavia, é essencial continuar a incentivar o aumento do número de doutores no corpo docente para oferecer à comunidade ensino de qualidade cada vez maior e gerar produção científica relevante objetivando a excelência e, ainda, estimular a capacitação constante.

A UFJ possui no cargo “Professor de Magistério Superior” um quantitativo total de 373 docentes, efetivos e substitutos, sendo: 41 docentes em tempo parcial de 20 horas semanais; 33 docentes em tempo integral de 40 horas semanais sem dedicação exclusiva; e 299 docentes em tempo integral de 40 horas semanais com dedicação exclusiva (DE). Esses dados podem ser verificados na **Tabela 1**:

Regime de Trabalho	Cargos Providos Efetivos	Cargos Providos Substitutos	Total
Dedicação Exclusiva (DE)	299	0	299
40 horas	2	31	33
20 horas	32	9	41
Total	**333**	**40**	**373**

Tabela 1 - Quantitativo Corpo Docente da UFJ
Fonte: Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROPESSOAS), 2024

1.16.2 Técnico-Administrativo em Educação

O corpo técnico-administrativo em educação da UFJ é constituído por servidores integrantes do quadro efetivo, os quais exercem atividades técnicas, administrativas e operacionais, necessárias ao cumprimento dos objetivos institucionais. A carreira TAE é regulamentada pelo Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) Lei n.º 11.091/2005, que prevê três formas de desenvolvimento: progressão por capacitação profissional, progressão por mérito profissional e o incentivo à qualificação. No plano de carreira os cargos estão divididos em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), dispostos em uma mesma hierarquia. Para cada nível de classificação, existem quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV) e dezesseis padrões de vencimento.

Quando o servidor completa o interstício de dezoito meses de efetivo exercício e adquire a certificação de cursos compatíveis com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida em programa de capacitação, pode solicitar, por intermédio da progressão por capacitação profissional, o avanço para o nível subsequente, dentro do mesmo cargo e da mesma classe.

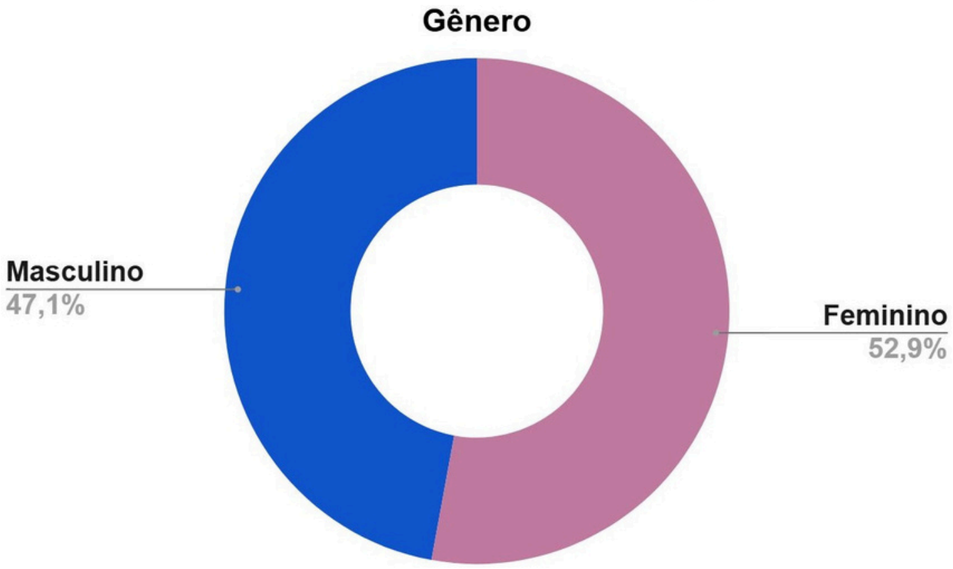
Já a mudança no padrão de vencimento realizar-se-á por meio da progressão por mérito profissional, a cada dezoito meses de efetivo exercício, contando que o servidor tenha alcançado resultado favorável na avaliação de desempenho.

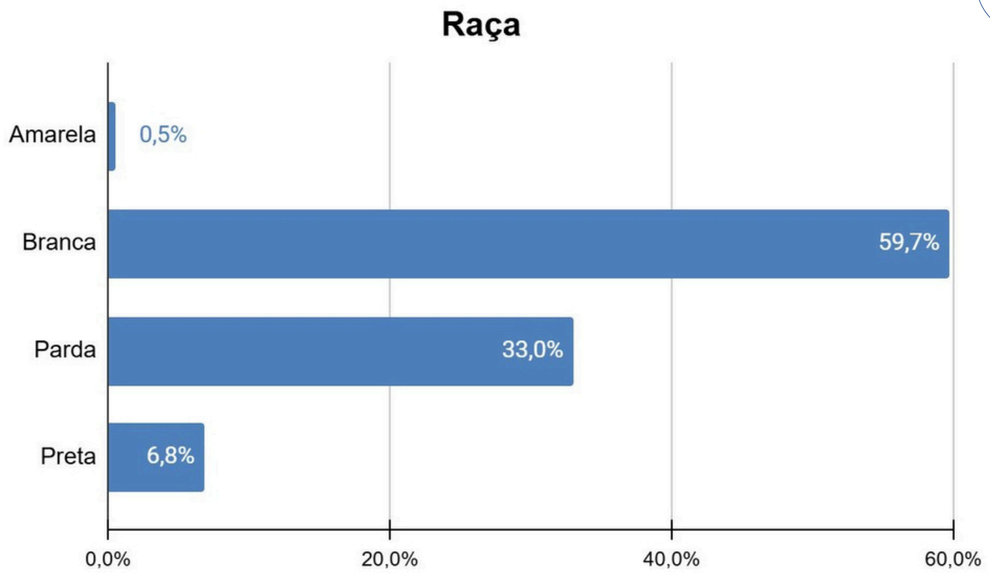
Para que seja concedido o incentivo à qualificação é necessário que o servidor apresente cursos de educação formal acima da escolaridade exigida para o cargo no qual está investido.

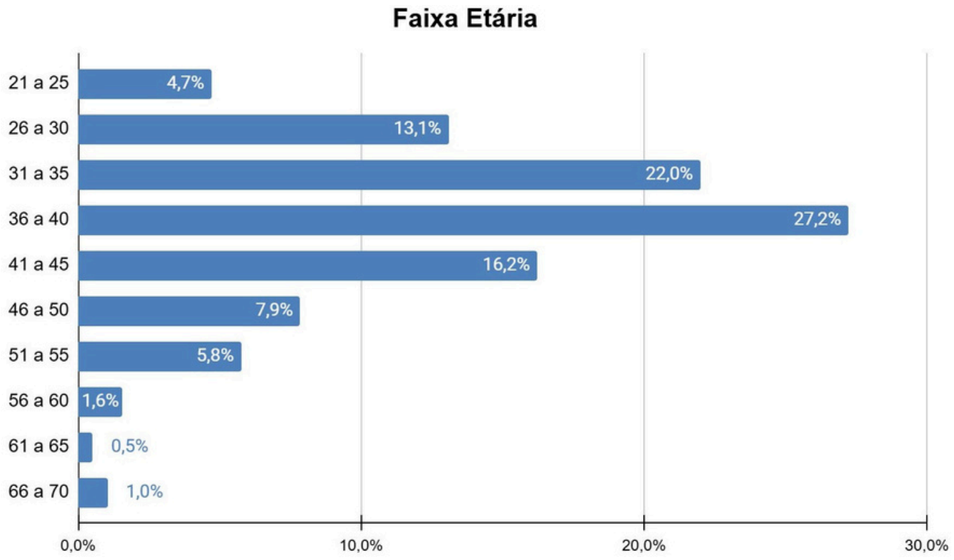
Os percentuais mudam conforme o título adquirido pelo servidor, a relação direta ou indireta com cada cargo e o ambiente organizacional. O percentual de incentivo à qualificação será calculado sobre o padrão de vencimento por ele percebido.

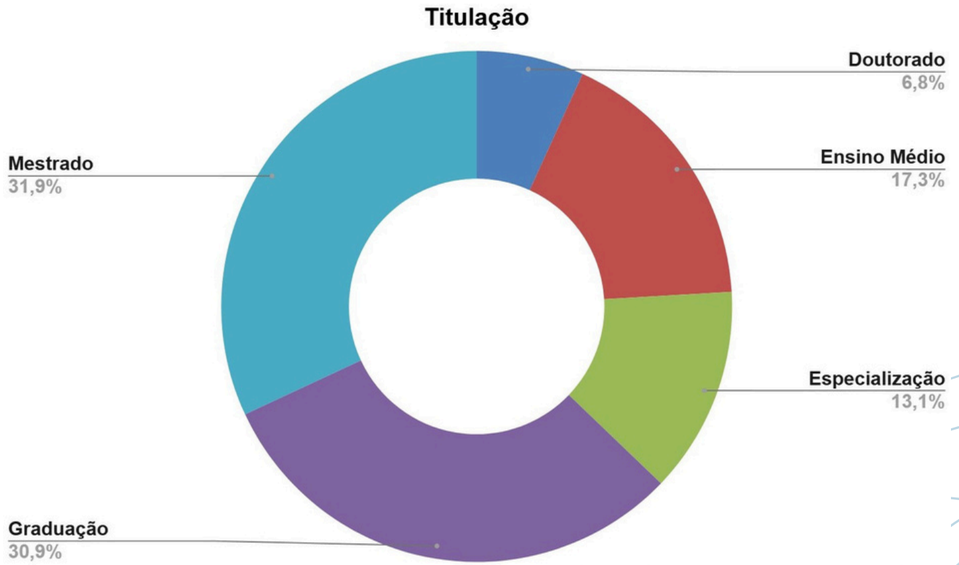
A jornada de trabalho dos servidores TAE da UFJ é de 40 horas semanais, em conformidade com o disposto na Lei n.º 8.112/1990 e no Decreto n.º 1.590/1995, salvo para os cargos que possuem legislação específica. O concurso público representa a principal via de ingresso dos servidores TAEs na Instituição, assegurando a equidade e a imparcialidade na seleção, além de buscar candidatos com as competências necessárias ao desenvolvimento institucional.

Quanto ao perfil dos servidores TAEs, registra-se que, até dezembro de 2023, a UFJ contava com 132 servidores técnico-administrativos. Com autorização do provimento das 67 vagas previstas na sua lei de criação, foram empossados candidatos aprovados nos certames de 2022 e, posteriormente, foi dado provimento às 55 vagas por meio do concurso de 2023, as quais foram distribuídas entre 23 cargos. A UFJ contava, em maio de 2024, com 190 servidores TAEs. O Gráfico 2 apresenta o perfil do corpo técnico administrativo da UFJ.









Gráficos 2: Perfil do Corpo Técnico Administrativo da UFJ
Fonte: Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROPESSOAS), 2024

Verifica-se que o corpo técnico-administrativo em educação da UFJ é composto em grande parte por pessoas do sexo feminino, que se autodeclaram brancas, adultos jovens com idade entre 36 e 40 anos. Com base nessas informações pode-se observar a necessidade da adoção de políticas que possam reduzir essas desigualdades, para aumentar a inclusão e a diversidade no corpo técnico-administrativo em educação na Instituição.

Além disso, observa-se a qualificação acadêmica dos servidores, que possuem graduação (31%), especialização (13%), mestrado (32%) e doutorado (7%). A formação acadêmica além do exigido mostra o compromisso dos servidores com o aperfeiçoamento das suas habilidades e competências, ainda que indique a necessidade de contar com mais servidores qualificados para contribuir com a modernização da gestão universitária, para a consecução dos objetivos institucionais, a garantia do atendimento contínuo às atividades organizacionais e o bem estar no ambiente de trabalho. A **Tabela 2** abaixo mostra a distribuição por classe dos servidores TAEs com formação além do exigido.

Titulação	Servidores na Classe C	Servidores na Classe D	Servidores na Classe E
Ensino Médio	100%	-	-
Graduação	-	22%	-
Especialização	-	12%	15%
Mestrado	-	31%	32%
Doutorado	-	8%	6%

Tabela 2 - Percentual de servidores TAEs com formação além do exigido
Fonte: Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROPESSOAS), 2024

Para mudar os dados desse quadro e aumentar a qualificação dos TAEs é muito importante a implementação de políticas de incentivo à qualificação, buscando oferecer à comunidade serviços de excelência. Observa-se que cada faixa etária conta com servidores em maior ou menor percentual, sendo assim é possível a troca de experiências e vivências. No entanto, é necessário produzir análises mais segmentadas, para se construir indicadores institucionais no sentido de compreender como a Universidade tem lidado com a redução das desigualdades e o aumento da inclusão.

1.17 Corpo Discente

O ingresso na UFJ pode ocorrer de três maneiras. A primeira delas refere-se ao **Sistema de Seleção Unificada** (SiSU), cujas vagas são ofertadas aos (às) candidatos (as) participantes do **Exame Nacional do Ensino Médio** (Enem). Esse sistema é operacionalizado pelo MEC, de acordo com edital anual próprio, para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior por meio da nota do referido exame. Esse ingresso adota o sistema de cotas, de acordo com as leis federais nº 12.711/2012 e nº 13.409/2016, em que 50% das novas vagas ofertadas pela Instituição são destinadas a discentes provenientes da rede pública de ensino, com reserva de vagas, dentro desse percentual, para candidatos negros, pardos e indígenas, candidatos com renda familiar per capita igual ou inferior a 1 salário-mínimo e candidatos com deficiência.

Foto 11 - Estudantes em atividade acadêmica
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

A segunda forma de ingresso na UFJ diz respeito a processo seletivo específico para pessoas indígenas e negros (as) quilombolas que tenham cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública, denominado de **Programa UFJ Para Todos**. Esse processo possibilita o acréscimo de vagas a essas categorias nos cursos de graduação, quando houver candidatos (as) convocados (as) e aprovados (as).

A terceira forma de ingresso pode acontecer por meio de **vagas remanescentes**, que abrange situações de desistências, óbitos, transferências ou exclusões. São destinadas para o edital de portador de diplomas, situações de mudança de cursos, reingressos e transferências internas, externas ou ex-officio, no caso de servidores públicos.

Existe também a possibilidade de discentes com Ensino Médio concluído se inscreverem em processo seletivo específico para cursarem disciplinas e/ou módulos isolados nos cursos de graduação da Universidade. Ainda que não vincule o discente a nenhum curso, permite a complementação e/ou atualização dos estudos desse público, sendo também uma maneira de incentivar o ingresso na Instituição. O **Gráfico 3** ilustra os quantitativos totais de alunos ingressantes, matriculados e concluintes da Graduação na UFJ, no período de 2020 a 2023.

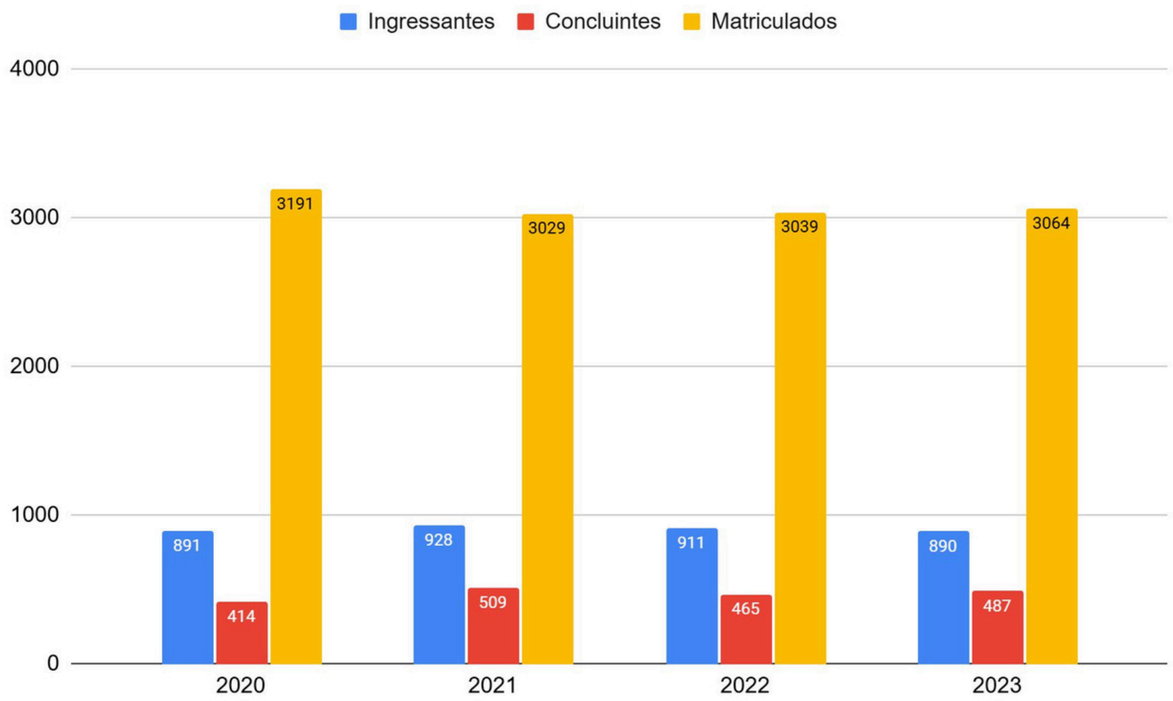


Gráfico 3 - Evolução do Número de Ingressantes, Matriculados e Concluintes da Graduação no período de 2020 a 2023
Fonte: Painel Estatístico - Ceso da Educação Superior, 2024

Com relação à evolução do número de ingressantes, nota-se uma queda acentuada em 2020, ano de início da pandemia de Covid-19. Ainda que tenha ocorrido melhora já em 2021, estes números voltaram a diminuir nos anos seguintes, não tendo retornado ao patamar pré-pandemia. Já no que tange aos dados de alunos matriculados, também percebe-se uma diminuição a partir do início da pandemia, ocorrendo ligeira recuperação em 2023. E com relação ao quantitativo de discentes concluintes, evidencia-se considerável aumento a partir de 2022.

A fim de contribuir com a melhoria dos indicadores de ingresso, de permanência e de conclusão da graduação na UFJ, propõe-se como objetivo estratégico ampliar a ocupação e elevar o número de alunos concluintes até 2027. Tal objetivo é desdobrado em metas que, dentre outras situações, se propõem a aumentar o índice médio de sucesso na graduação, a reduzir a taxa de evasão e a aumentar o índice de ingresso, indicadores esses que revelarão a eficiência, eficácia e efetividade nos processos institucionais no que tange à gestão das atividades finalísticas e da assistência estudantil.

2. Projeto Pedagógico Institucional

2.1 Princípios Filosóficos

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFJ tem por finalidade orientar as decisões relacionadas ao Ensino, à Pesquisa e à Inovação Tecnológica e à Extensão, Cultura e Esporte. É um instrumento que dispõe sobre as diretrizes concernentes à estruturação e ao desenvolvimento dos cursos de graduação e de pós-graduação, tais como a estruturação e a reestruturação de cursos e de projetos pedagógicos de cursos (PPCs), políticas gerais de ensino, pesquisa, produção e disseminação do conhecimento e a relação entre a Universidade e a sociedade.

Os princípios filosóficos que apoiam as políticas de ensino da UFJ são: a laicidade; a perspectiva integrativa e indissociável entre ensino, pesquisa, tecnologia e extensão, cultura e esporte; a gratuidade do ensino; o respeito à liberdade, à diversidade e ao pluralismo de ideias, sem discriminação de qualquer natureza; a universalidade do conhecimento e o fomento à interdisciplinaridade; a defesa da qualidade do ensino, com orientação humanística; dentro de uma perspectiva crítica voltada para o exercício pleno da cidadania; a defesa da democratização da educação, garantia da igualdade de oportunidades de acesso e condição para a permanência do estudante; a defesa da democracia em seu sentido amplo; a promoção da equidade; a defesa da Ciência; a defesa dos direitos humanos; o cuidado com o meio ambiente, em uma perspectiva holística, que insere o ser humano na complexidade ambiental; e o diálogo e a cooperação entre os participantes da comunidade acadêmica da Universidade.

Foto 12 - Roda de conversa sobre maternidade
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

2.2 Princípios Técnico-metodológicos

Os princípios norteadores para as políticas de ensino que orientam a prática educativa na UFJ são motivados pela aprendizagem interacionista, na qual as relações que se estabelecem entre os sujeitos com o objeto de conhecimento ocorram de modo colaborativo, autônomo, humanista, interdisciplinar, contextualizado histórico e culturalmente, baseado em questões éticas e valores morais. O aumento na flexibilidade dos componentes curriculares, com foco crescente na personalização da educação e da propagação e utilização das inovações pedagógicas pelos docentes da Universidade, permitirá investir em desenvolvimento de oportunidades diferenciadas e melhoria nos processos de integralização dos cursos, reduzindo os índices de retenção. Tais ações estão refletidas nos objetivos estratégicos “Promover o ensino de qualidade nos cursos de graduação” (Id: F-1) e “Ampliar a ocupação e elevar o número de alunos concluintes da graduação” (Id: F-2).

Ademais, a consolidação do processo de internacionalização propiciará o processo que envolve a introdução de uma dimensão internacional na cultura e uma troca de aprendizagem entre os discentes da UFJ e de outras instituições. Algumas atividades que fazem parte da internacionalização são: a mobilidade acadêmica e o intercâmbio de discentes e docentes; além dos projetos e programas de cooperação entre IES, adaptação curricular e o ensino/aprendizagem de outras línguas. Os objetivos estratégicos “Fortalecer as ações de pesquisa, inovação e empreendedorismo” (Id: F-5) e “Fomentar a inserção escalar da UFJ” (Id: S-5) contribuirão com esse processo.

A realização de projetos integradores entre ensino, pesquisa e extensão que abordem problemas do mundo real e promovam a colaboração e o estudo interdisciplinar, incentivam a autonomia do discente e o espírito de trabalho em equipe/colaborativo, preparando-o para o mundo do trabalho atual, o qual valoriza sobremaneira o trabalho em equipe. A integração do aprendizado adquirido no trabalho e em outros contextos também deve ser valorizada, por meio da validação de experiências de trabalho como horas de estágio curricular obrigatório, não obrigatório, atividades complementares e atividades de extensão curricularizáveis. Tais proposições estão contempladas nos objetivos estratégicos “Fortalecer as ações de pesquisa, inovação e empreendedorismo” (Id: F-5) e “Fortalecer as ações de extensão, cultura e esporte entre a UFJ e a sociedade” (Id: F-6).

De forma mais detalhada, pode-se delinear que são princípios norteadores para as políticas de ensino na UFJ as seguintes propostas:

- **Autonomia discente:** para o desenvolvimento da autonomia discente e o protagonismo em sua formação é necessário incluir no ensino o contexto sociocultural, os interesses e diferentes estilos de aprendizagem, as práticas e metodologias ativas/híbridas; a flexibilização curricular, de modo a oferecer aos discentes um currículo mais flexível e que permita a articulação entre diversos campos do saber o envolvimento ativo dos discentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão; e a oportunização da integralização do curso, de forma que possibilite aos discentes completarem os requisitos acadêmicos de um curso de maneira alternativa ou personalizada, além das formas tradicionais de integralização curricular;

- **Perspectiva interdisciplinar, transdisciplinar e sistêmica:** considerando as relações complexas que se estabelecem na tessitura das relações socioambientais, este princípio colabora para que os discentes tenham uma compreensão sistêmica de mundo, a partir de uma interpretação interdisciplinar e transdisciplinar; para tanto, é importante que os projetos pedagógicos dos cursos incentivem e promovam a interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade além das disciplinas de Núcleo Livre;

- **Desenvolvimento de habilidades:** focando no desenvolvimento de habilidades essenciais do ser humano, como o pensamento crítico, a criatividade, a comunicação, a colaboração, a resolução de problemas e a tomada de decisões, os projetos pedagógicos dos cursos da UFJ devem preconizar este princípio;

- **Inovação e tecnologia:** este princípio pedagógico busca a inserção das novas tecnologias de informação e comunicação, enriquecendo a experiência educativa, promovendo a postura crítica em relação ao uso dessas tecnologias, a inovação, a criatividade e o acesso aos recursos diversificados. O uso de tecnologias na Universidade será um suporte para melhor atendimento às necessidades individuais de cada discente, em busca de práticas inovadoras e exitosas no processo de ensino e aprendizagem;

- **Desenvolvimento profissional:** este princípio busca o desenvolvimento profissional contínuo e da percepção da necessidade constante de atualização por parte do profissional egresso. Para tanto, a atualização dos projetos pedagógicos dos cursos deve ser contínua, apoiada em pesquisas que acompanhem as necessidades mercadológicas e regionais, além de preparar profissionais aptos e adaptáveis aos ambientes profissionais.

Os métodos de ensino e aprendizagem na Universidade devem ser pautados no princípio da aprendizagem interacionista e crítica, na qual se aprende interagindo com os objetos de conhecimento e com as pessoas. Para tanto, sugere-se que as estratégias de ensino a serem adotadas pelos cursos da Instituição incluam diversas estratégias pedagógicas e metodologias ativas/híbridas e inovadoras, devidamente previstas no PPC do curso e nos planos de ensino das disciplinas. De forma geral, o objetivo estratégico “Promover o ensino de qualidade nos cursos de graduação” (Id: F-1) reflete tais ações. Nesse sentido, destacam-se algumas metodologias ativas a serem institucionalizadas:

- **Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL):** na qual os discentes trabalham em grupos, sob supervisão de um docente, para resolver problemas complexos relacionados ao conteúdo do curso. O foco está na resolução de problemas da vida real, pautada no conhecimento científico, promovendo o pensamento crítico e a colaboração.

- **Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL):** na qual os discentes trabalham sob a supervisão de um docente em projetos práticos que exigem a aplicação do conhecimento adquirido em situações do mundo real, buscando a elaboração de produtos, tarefas ou soluções. Visa promover a aprendizagem autônoma e a habilidade de elaborar e executar projetos, resolvendo problemas de forma criativa.

- **Sala de Aula Invertida (Flipped Classroom):** na qual os discentes estudam o material fornecido pelo docente antes da aula, geralmente por meio de vídeos ou leituras online, e usam o tempo de sala de aula para atividades práticas, discussões e esclarecimento de dúvidas.

- **Pensamento do Design (Design Thinking):** na qual os discentes, de modo colaborativo, se colocam no centro das soluções. Visa trabalhar a empatia, a colaboração, a prototipação de ideias e a experimentação, sempre com o foco no desenvolvimento pessoal e interpessoal.

- **Dramatização:** na qual os discentes, por meio de um teatro didático, encenam situações específicas com o objetivo de assimilar, de maneira crítica, determinados conteúdos da disciplina. Visa o aprendizado ativo, o desenvolvimento de diversas habilidades e a compreensão da relação do conhecimento científico com o cotidiano.

- **Ensino Híbrido (Blended Learning):** no qual há a combinação de métodos de ensino presencial e online (preferencialmente nas instalações da UFJ), utilizando recursos digitais para complementar as aulas. Visa oferecer flexibilidade aos discentes e incentivar a aprendizagem autônoma.

- **Gamificação:** na qual os discentes têm a oportunidade de aprender a partir do contato com jogos educativos ou com aulas planejadas com elementos da mecânica de jogos no processo de ensino e aprendizagem. Visa promover a aprendizagem ativa e colaborativa por meio da inserção do lúdico nas atividades propostas.

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ensino

3.1.1 Formas de Acesso aos cursos ofertados pela UFJ

A UFJ oferta 25 cursos de graduação, sendo 10 licenciaturas e 15 bacharelados. O ingresso permanente ou participação temporária ocorre por diferentes processos seletivos, por meio de programas nesses cursos, atualmente dependentes da nota do Enem.

SiSU: O SiSU é o sistema informatizado do MEC, no qual a UFJ oferece vagas para candidatos participantes do aludido exame. A seleção dos(as) candidatos(as) às vagas disponibilizadas por meio do SiSU é efetuada exclusivamente com base nos resultados obtidos pelos(as) candidatos(as) no Enem, obedecendo à classificação decrescente dos(as) candidatos(as), segundo as notas obtidas, os pesos e as notas mínimas para cada uma das provas, por opção de participação no SiSU, por curso e turno, de modo a respeitar o número de vagas ofertadas. São realizadas até quatro chamadas atualmente.

Preenchimento de vagas não preenchidas pelo SiSU (novas): é um processo seletivo que visa o preenchimento das vagas não preenchidas pelo SiSU, conforme aprovado pela Resolução CONSUNI nº 014/2021. Destina-se aos(às) candidatos(as) que tenham o Certificado de Conclusão do Ensino Médio (ou curso equivalente) e tenham realizado o Enem, em diversos anos. Consideram-se vagas não preenchidas aquelas para as quais não há mais candidatos a serem chamados pelo SiSU, por ausência de lista de espera ou porque todos os candidatos da lista já foram convocados.

Preenchimento de vagas remanescentes: a UFJ ainda conta com o Processo Seletivo para o ingresso nos cursos de graduação por meio do programa UFJ Para Todos, conforme aprovado pela Resolução CONSUNI nº 018/2023, que permite o acréscimo de vagas pleiteadas por candidatos (as) Indígenas e Negros (as) Quilombolas que tenham cursado integralmente o Ensino Médio (1º, 2º, 3º anos e 4º ano, no casos dos Institutos Federais) em escola pública, quando houver demanda com candidatos (as) inscritos (as), convocados (as) e aprovados (as) e que comprovem as exigências do programa.

Visando aumentar o preenchimento de vagas nos cursos da UFJ, de 60% de vagas preenchidas para 75% até o ano de 2027 (objetivo estratégico Id F-2: “Ampliar a ocupação e elevar o número de alunos concluintes da graduação”), pretende-se implantar um Centro de Seleção que permitirá que a UFJ faça processos seletivos independentes das notas do ENEM. A implantação do **Centro de Seleção** permitirá a ampliação das formas de ingresso, tais como: vestibular, processo de seleção seriado, processos seletivos direcionados a grupos minorizados (pessoas com mais de 60 anos de idade, pessoas transgênero, indígenas, quilombolas e refugiados), seleção de professores atuantes na educação básica para ingressar em cursos de licenciatura e demais processos seletivos que serão discutidos e aprovados pela comunidade acadêmica.

3.1.2 Flexibilidade Curricular

A flexibilização curricular na UFJ permite que os discentes participem ativamente de sua formação, oferecendo a possibilidade de escolher disciplinas além das obrigatórias e específicas do curso. Para isso, foram criadas as disciplinas de Núcleo Livre (NL) e Optativas, que visam proporcionar maior autonomia aos discentes, incentivando a aprendizagem contínua, a interdisciplinaridade, a transversalidade, a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade. As NLs, que não fazem parte da matriz curricular obrigatória, devem ser cursadas por escolha dos alunos, com o objetivo de:

- Promover a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade;
- Possibilitar o aprofundamento em áreas de interesse dos discentes;
- Fomentar o intercâmbio entre discentes de diferentes cursos da UFJ;
- Ampliar e diversificar a formação acadêmica dos discentes.

As Disciplinas Optativas, por sua vez, oferecem aos alunos a chance de escolher entre diversas áreas dentro de um campo específico de estudo. Elas complementam o currículo obrigatório, permitindo que os discentes aprofundem seus conhecimentos em temas específicos de seu interesse.

3.1.3 Mobilidade Acadêmica

O programa de **Mobilidade Acadêmica Nacional da UFJ** participa de dois Programas de Mobilidade Acadêmica:

a) Programa de Mobilidade entre as Instituições Públicas de Ensino Superior de Goiás (PMIPES) - Contrato - PMIPES; e

b) Programa de Mobilidade Andifes (PME) - Contrato PME - Andifes.

No âmbito da **Mobilidade Internacional**, há:

a) o edital de fluxo contínuo pelo qual é possível realizar intercâmbio ou estágio em qualquer instituição internacional de ensino superior ou empresa, com ou sem convênio com a UFJ;

b) convênio com o Instituto Politécnico de Bragança, que é uma instituição pública de ensino superior, empenhada na oferta de formação de qualidade e na promoção de atividades de investigação e extensão com impacto no meio econômico, social e cultural, para candidatos de cursos de graduação e pós-graduação, com disponibilização de alimentação em restaurante universitário e alojamento;

c) Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-Americano (PILA) Virtual, que promove a mobilidade estudantil entre instituições de ensino superior de países latino-americanos.

Esse intercâmbio virtual visa enriquecer a formação acadêmica, profissional e integral dos discentes, permitindo-lhes obter uma visão internacional durante seus estudos. Os países Parceiros são: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Nicarágua, Uruguai e Paraguai. Os candidatos devem discentes regularmente matriculados em cursos de graduação e pós-graduação de instituições participantes do programa. Os benefícios são a participação em disciplinas virtuais oferecidas por Universidades parceiras, com reconhecimento acadêmico pleno dos estudos realizados. Os benefícios incluem alojamento e alimentação (restaurante universitário). Este edital fica aberto para candidaturas durante todo o ano, sendo possível dar entrada no processo durante qualquer período, respeitando os prazos estipulados. Nesse caso, não há concessão de apoio financeiro pela UFJ.

São objetivos do **Programa de Mobilidade**:

a) promover a integração da UFJ com a sociedade, em seus campos público e privado, investindo em políticas linguísticas e na diplomacia acadêmica;

b) estimular a excelência das instituições de ensino superior por meio do estabelecimento de políticas acadêmicas que incluem: Política Institucionais nacionais e internacionais;

c) fortalecer a inserção internacional da UFJ por meio de cooperação com outras instituições, transferência de conhecimento, mobilidade estudantil de discentes, em território nacional e internacional, matriculados na IES;

d) integrar a Educação Ambiental como tema transversal nos currículos acadêmicos, promovendo uma abordagem sistêmica e sustentável que aborda o conhecimento ambiental de forma abrangente, em conformidade com a Lei n° 9.795/1999 e o capítulo 36 da Agenda 21;

e) incentivar a oferta de cursos interdisciplinares, fortalecer parcerias com o setor empresarial e promover redes e atividades regionais para o intercâmbio de tecnologias e conhecimentos em desenvolvimento sustentável.

Tais ações estão notadamente contempladas nos objetivos estratégicos “Fomentar a inserção escalar da UFJ” (Id: S-5) e “Fomentar ações de sustentabilidade” (Id: S-6).

3.1.4 Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Os discentes da UFJ podem cursar disciplinas na graduação e na pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado), desde que regularmente matriculados em cursos de graduação ou de pós-graduação. O aluno de graduação pode solicitar matrícula em disciplinas de Programas de Pós-Graduação (PPG), dentro do prazo previsto no calendário acadêmico e em calendários específicos dos PPGs da UFJ. O candidato, entre outros requisitos, deve apresentar carta de recomendação do professor-orientador em programas institucionais de iniciação científica e tecnológica, de extensão e cultura, iniciação à docência, educação tutorial, ou correlatos, justificando o interesse e a importância da disciplina para a formação do discente; e ciência do professor responsável pela disciplina na pós-graduação, justificando o interesse e a importância da disciplina para a formação do aluno.

Discentes de pós-graduação poderão solicitar matrícula em disciplinas da graduação, em prazo definido no calendário acadêmico, desde que justificada pelo orientador. O orientador do discente de pós-graduação deverá apresentar uma carta à coordenação do curso de graduação responsável pela disciplina de interesse, justificando sua importância para a formação do estudante. As solicitações de matrícula para discentes de pós-graduação em disciplinas na graduação devem ser analisadas pela coordenação do curso, com a anuência do professor responsável pela disciplina.

Além do exposto, disciplinas de graduação e pós-graduação, com ementas e cargas horárias similares, poderão ser ofertadas simultaneamente para discentes de graduação e pós-graduação, respeitadas as especificidades de cada nível de formação nos processos avaliativos, desde que haja conjugação de turmas, a fim de evitar duplicação na atribuição de carga horária ao docente. O aluno de pós-graduação bolsista deve fazer o estágio de docência nos cursos de graduação, sendo facultado ao aluno que não tenha bolsa.

Ante ao exposto, evidencia-se que os objetivos estratégicos “Ampliar a integração da pós-graduação com a graduação” (Id: F-4), “Fortalecer as ações de pesquisa, inovação e empreendedorismo” (F-5) e “Fortalecer as ações de extensão, cultura e esporte entre a UFJ e a sociedade” (Id: F-6) contribuem com o desenvolvimento das articulações aqui expostas.

3.1.5 Cursos de Graduação

As políticas de ensino para os cursos de graduação da UFJ têm como objetivo a construção de um ambiente acadêmico justo e inclusivo. Este objetivo fundamenta-se em um mundo cada vez mais diversificado, onde se faz necessário que a educação superior não apenas reconheça, mas valorize as diferenças presentes na comunidade. Nesse sentido, as políticas de ensino da UFJ visam promover o ensino de qualidade nos cursos de graduação (objetivo estratégico Id: F-1) por meio da equidade de gênero, o ensino inclusivo e a acessibilidade, valorizando e respeitando a diversidade de origens, culturas, habilidades, condições neuro atípicas e perspectivas dos alunos, garantindo que todos os discentes possam desenvolver seu potencial em um espaço seguro, acolhedor e imprescindível para sua formação profissional e pessoal.

Dentre as ações acadêmicas necessárias para promoção efetiva de uma equidade de gênero como um dos pilares centrais das políticas de ensino da UFJ, busca-se a criação de ambiente em que todos os membros da comunidade acadêmica, independentemente de sua identidade de gênero, possam participar plenamente da vida universitária. Para que esta ação acadêmica possa acontecer tem-se a implementação de programas que combatem a discriminação e o assédio. Ainda, neste sentido, a comunidade acadêmica da UFJ promove ações periódicas para a formação de uma cultura de respeito e igualdade. Essas ações proporcionam que todos os discentes se sintam valorizados e motivados a contribuir com suas perspectivas únicas. e estão contempladas, de forma geral, no objetivo estratégico “Promover a igualdade de gênero, diversidade e inclusão na comunidade acadêmica” (Id: G-4).Para a promoção de um ensino inclusivo, a comunidade acadêmica da UFJ deve adotar abordagens pedagógicas que se adaptam às necessidades individuais, promovendo a inclusão dos discentes, independentemente de suas condições de origem.

Assim, a UFJ tem programas e projetos descritos no item 2.5. “Políticas de ensino para os cursos de graduação”, que promovem a transversalidade das ações pedagógicas e de assistência estudantil. A UFJ também incentiva a revisão constante dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação como ações e estratégias fundamentais, com o intuito de garantir que o ensino seja relevante e acessível a todos os discentes, de forma a contribuir para uma equidade educacional.

Com relação a acessibilidade, em suas várias dimensões, a comunidade acadêmica da UFJ está empenhada em eliminar barreiras que possam impedir a participação plena de discentes com deficiência ou de etnias cuja primeira língua não seja o português, promovendo um ambiente onde todos possam aprender e se desenvolver de forma igualitária.

Para alcançar esse objetivo são implementadas tecnologias assistivas, com o apoio do **Laboratório de Acessibilidade Informacional** (LAI) e do **Núcleo de Acessibilidade e Inclusão** (NAI), para suporte às disciplinas, além da promoção de formações para os professores em práticas inclusivas e nivelamento discente, sendo essas ações acadêmicas periódicas em busca de uma educação que alcance todos os discentes e que os mesmos sintam-se acolhidos na Universidade, desde seu ingresso até a colação de grau.

Além das ações acadêmico-administrativas explicitadas e para a efetivação das políticas de ensino da UFJ, tem-se a promoção de estratégias para acolhimento e permanência de pessoas pertencentes a grupos minorizados: pessoa negra (preta e parda), indígena, pessoa negra quilombola e demais integrantes de comunidades tradicionais, pessoa em situação de migração forçada, cigana, mãe e tutor(a), pessoas trans (travestis e transexuais), pessoa com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva/surdez, transtorno do espectro autista e deficiência múltipla).

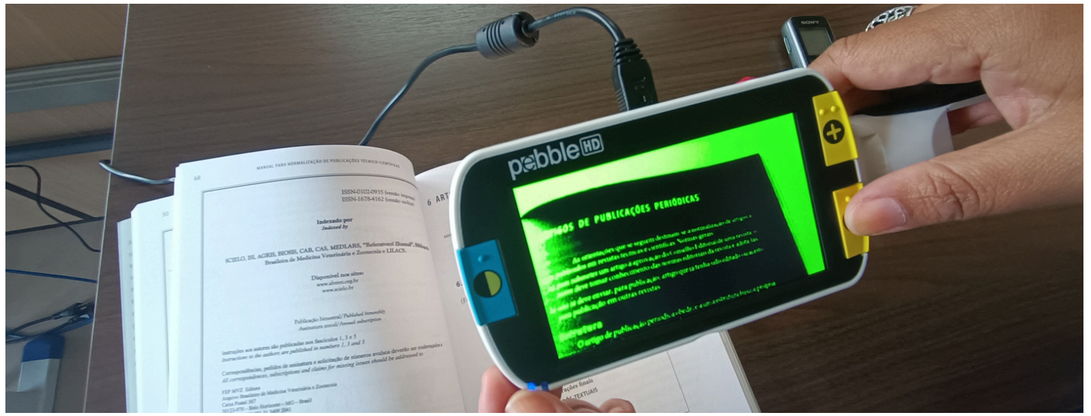


Foto 13 - Lupa eletrônica para pessoas com baixa visão, disponível na Biblioteca Flor do Cerrado
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

Desta forma, as políticas de ensino da Universidade Federal de Jataí visam não apenas a excelência acadêmica, mas também a construção de uma comunidade mais justa e igualitária, com a formação de profissionais que entendem o seu espaço na sociedade e sentem-se valorizados. Ao priorizar a equidade de gênero, o ensino inclusivo e a acessibilidade educacional, a UFJ reafirma o seu papel como um agente de transformação social, pois além de formar profissionais competentes, tem-se a formação de cidadãos críticos, conscientes e prontos para enfrentarem os desafios de um mundo que está em constante mudança.

3.1.5.1 Oferta Educacional

A oferta educacional da UFJ deve estar vinculada às demandas do desenvolvimento local e regional, da inclusão social, tecnologia, política e cultural, do respeito e da preservação ambiental. Sendo assim, a oferta educacional na UFJ considera as demandas da comunidade acadêmica, do município e da região em relação aos cursos a serem ofertados para promoção do crescimento econômico e social. Deve considerar, igualmente: a empregabilidade do egresso, as possibilidades de parcerias ou colaborações com instituições locais, empresas, organizações da sociedade civil e produtores e agricultores rurais para o desenvolvimento de programas e projetos de pesquisa e de extensão universitária; a necessidade de inclusão social, garantindo o acesso igualitário à educação para todos os grupos da sociedade, incluindo minorias étnicas, pessoas com deficiência e populações marginalizadas; necessidade do desenvolvimento de pesquisas, tecnologias emergentes e inovações educacionais e a incorporação de temas relacionados à sustentabilidade, à educação ambiental e à responsabilidade social.

Desse modo, a política de oferta educacional na UFJ se materializa e se consolida na medida em que os diferentes cursos planejam e promovam processos formativos estratégicos, ancorados na atuação articulada entre ensino, pesquisa, inovação tecnológica, empreendedorismo e extensão; na integração entre os diferentes níveis de ensino e modalidades; nos princípios da igualdade e equidade de condições de ingresso e permanência; na qualidade técnico-científica e política; na busca pela internacionalização; e na gestão democrática com a participação de todos os atores envolvidos: gestores, docentes, técnico-administrativos e discentes.

A UFJ tem como objetivo a expansão da graduação por meio da criação de novos cursos, que deverão atender a demandas da sociedade e à expansão das áreas do conhecimento, preferencialmente, por meio de estruturas formativas de tronco comum. Assim, incentivar as convergências e organização curricular dos cursos propostos. A proposição de novos cursos é realizada por meio de projetos que, de modo geral, são elaborados pelas Unidades Acadêmicas. Cada proposta contempla uma avaliação prévia do estágio de desenvolvimento da área de conhecimento do curso, da importância, necessidade e propriedade do novo curso proposto e de sua inserção na realidade institucional, regional e nacional, de áreas correlatas de formação em outros cursos, de uma avaliação do mercado de trabalho e do espaço potencial para o profissional a ser formado. Além disso, devem ser indicadas as condições existentes e as necessárias para a implantação do curso, como as relacionadas ao espaço físico, aquisição de mobiliário, material ou equipamentos, acervo bibliográfico, corpo docente e TAEs etc.

O intuito é garantir que toda atividade acadêmica seja precedida de um planejamento, consubstanciado na forma de projetos, cujas diretrizes e impactos são avaliados pelas instâncias deliberativas colegiadas previstas no Estatuto da Universidade e pelas respectivas Unidades Acadêmicas. Para mais detalhes sobre as propostas de novos cursos de Graduação consultar o **Apêndice B**.

Para a implantação de cursos ou remodelação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação devem ser observados os princípios filosóficos e educacionais do presente PPI, além das orientações, tutoriais e fluxos estabelecidos pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN). Diversos objetivos estratégicos propostos pela UFJ contemplam as ações aqui expostas, tais como: “Instituir e aperfeiçoar as estruturas de governança e de gestão estratégica” (Id: G-1), “Promover a igualdade de gênero, diversidade e inclusão na comunidade acadêmica” (Id: G-4), “Promover o ensino de qualidade nos cursos de graduação” (Id: F-1), “Ampliar a ocupação e elevar o número de alunos concluintes da graduação” (Id: F-2), “Fortalecer as ações de pesquisa, inovação e empreendedorismo” (Id: F-5), “Fortalecer as ações de extensão, cultura e esporte entre a UFJ e a sociedade” (Id: F-5), “Fomentar a inserção escalar da UFJ” (Id: S-5), “Promover e fortalecer as ações de permanência, de assistência e de qualidade de vida estudantil” (Id: S-1), entre outros.

Foto 14 - Colação de Grau, agosto de 2024
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

3.1.5.2 Perfil do Egresso

O delineamento do perfil do egresso da UFJ baseia-se na sólida formação geral-profissional, pautada por princípios ético-políticos e técnico-científicos, voltados para a complexidade das relações e das demandas humanas e sociais. O egresso deve assumir o compromisso social de ser um agente transformador e disseminador do conhecimento científico, buscando a consolidação de uma sociedade mais justa, igualitária e plural. Assim, além do desenvolvimento dos saberes profissionais específicos para cada curso, espera-se que o egresso desenvolva habilidades socioemocionais, como empatia, colaboração, comunicação eficaz e trabalho em equipe; pensamento crítico e reflexivo; capacidade de aprendizagem ao longo da vida profissional, por meio da auto realização constante de conhecimentos e habilidades para acompanhar as mudanças e inovações em sua área de atuação; ética e responsabilidade social; domínio de tecnologias e desenvolvimento de habilidades de liderança e empreendedorismo.

Considerando as atuais demandas sociais pautadas na produção de informações extremamente rápida (e nem sempre confiável), causando mudanças radicais na organização e nas relações de trabalho e desestabilizando modelos e formas tradicionalmente reconhecidos de ensino e aprendizagem, é mister ressaltar a necessidade de atualização constante do processo de ensino/aprendizagem de docentes e discentes. A formação profissional atual demanda a ressignificação da função docente e dos métodos de acesso ao conhecimento, a partir de um novo paradigma de ciência e educação cujas relações deverão resultar em mudanças estruturais no ato de ensinar e aprender.

A formação do aluno deve incluir a compreensão da profissão como uma forma de inserção e intervenção na sociedade globalizada e de saberes para atuação profissional responsável, crítica e criativa, atualizada e de respeito às questões sociais e ambientais, com vistas à identificação e resolução de problemas; para atuar profissionalmente sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; para utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos existentes e disponíveis e para a produção de novos conhecimentos.

Para implementação da política de acompanhamento do egresso da UFJ, além do acompanhamento já realizado por alguns cursos de graduação e de pós-graduação, planeja-se, até o ano de 2027, a efetivação de sistemas informatizados que permitam aos gestores da Universidade conhecerem a trajetória e atuação do egresso no mercado de trabalho ou da continuidade da sua formação acadêmica, permitindo a execução de um diagnóstico do impacto da formação oferecida pela UFJ na comunidade local e regional. Deseja-se que este empreendimento seja atrativo aos egressos, que poderão manter ativos o e-mail institucional, o acesso à biblioteca; além de ter acesso a uma comunidade de troca de informações sobre oportunidades de estágio, trainee e emprego; visando, assim, a alimentação constante dos dados dos egressos no sistema após a conclusão do curso de graduação e/ou pós-graduação.

Os objetivos estratégicos “Promover a igualdade de gênero, diversidade e inclusão na comunidade acadêmica” (Id: G-4), “Promover o ensino de qualidade nos cursos de graduação” (Id: F-1) e “Fortalecer as ações de pesquisa, inovação e empreendedorismo” (Id: F-5) contribuirão com o perfil desejado do egresso da UFJ.

3.1.5.3 Inovação Pedagógica

A inovação pedagógica na UFJ é desempenhada por meio de programas internos, custeados pela UFJ, e externos, custeados por órgãos de fomento e aplicação da tecnologia no ensino. Os programas Internos são o Programa de Nivelamento, denominado Programa Princípio; o Programa de Monitoria Acadêmica; o Programa de Formação Continuada de Docentes, denominado Programa Vaga-Lume (Resolução CONSUNI nº 021/2024); os Projetos de Ensino; a integração entre Ensino de Graduação e de Pós-Graduação. Os externos são o Programa de Educação Tutorial (PET) - Enfermagem e PET Saúde; o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa de Pesquisa em Licenciaturas (PROLICEN); o Programa Institucional de Bolsas e Voluntário de Iniciação Científica (PIBIC e PIVIC); e o Programa de Bolsas e Voluntariado de Extensão, Cultura e Esporte (PROBEC e PROVEC).

No processo de inovação tecnológica, a modernização dos processos e ferramentas tecnológicas compõem apenas o meio necessário para a melhoria das atividades de ensino na Instituição, implica na formação de cidadãos autônomos, críticos e interdependentes, pode se utilizar de novas tecnologias, recursos digitais, redes sociais, aplicação de tecnologias educacionais no processo de ensino aprendizagem por meio de novas formas de comunicação e relacionamento com a informação. Assim, na UFJ, a incorporação de avanços tecnológicos na oferta educacional, além da produção de tecnologias de ensino e de aplicação, dentre outras, têm sido efetuada nos distintos cursos por:

- Instrumentação para sensoriamento remoto em áreas rurais;
- Tecnologia de aplicação e avaliação de produtos fitossanitários;
- Estruturador hormonal de plantas;
- Desenvolvimento de sabão antimicrobiano, óleos essenciais, biofilme e biodiesel;
- Metodologias de ensino de língua inglesa, pesquisas teóricas e aplicadas nas áreas de linguística e Literatura;
- Impressão 3D para planejamento cirúrgico-ortopédico e para produção de prótese.

Com o intuito de ampliar a utilização crítica de novas tecnologias e como um suporte auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, há o planejamento de ações voltadas ao desenvolvimento do letramento digital e da disponibilização de tecnologias, tais como os Programas Princípio e o Vaga-Lume, que visam contribuir com a formação da comunidade acadêmica na utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem em conjunto com as ferramentas Google Workspace. Vale ressaltar a disponibilidade de equipamentos especializados no LAI que permite a confecção de materiais acessíveis, bem como o uso desses equipamentos pelos discentes.

Em síntese, os métodos ativos mais inovadores envolvem atividades diversas que incluem pesquisas, dinâmicas de grupo, jogos cooperativos, trabalhos em grupos ou pares, múltiplas formas de representação da realidade e expressão do saber por diferentes linguagens e formas (arte, música, escrita etc.). Assim, as metodologias ativas apoiadas ou não pelas tecnologias são elementos complementares no processo de inovação pedagógica. A tecnologia da informação provê plataformas facilitadoras de interação e comunicação, aproximando pessoas geograficamente distantes, permitindo a produção de símbolos e imagens para estimular outras maneiras ou vias de comunicação, e ainda, permitindo múltiplos meios para a apresentação e leitura de uma realidade, enquanto os métodos ativos contribuem no desenvolvimento do aluno através de maior interação, aperfeiçoamento da comunicação verbal e não verbal e a promoção de reflexões aprofundadas em um tema ou componente curricular estudado. A descrição das tecnologias de suporte para os processos de ensino e aprendizagem é detalhada na Seção 2.10.

Ante ao exposto, revela-se que os seguintes objetivos estratégicos contribuirão para o atingimento das situações aqui descritas: “Promover o ensino de qualidade nos cursos de graduação” (Id: F-1), “Ampliar a integração da pós-graduação com a graduação” (Id: F-4), “Fortalecer as ações de pesquisa, inovação e empreendedorismo” (Id: F-5) e “Consolidar a infraestrutura tecnológica como alicerce para o desenvolvimento acadêmico, administrativo e do conhecimento institucional” (Id: S-7).

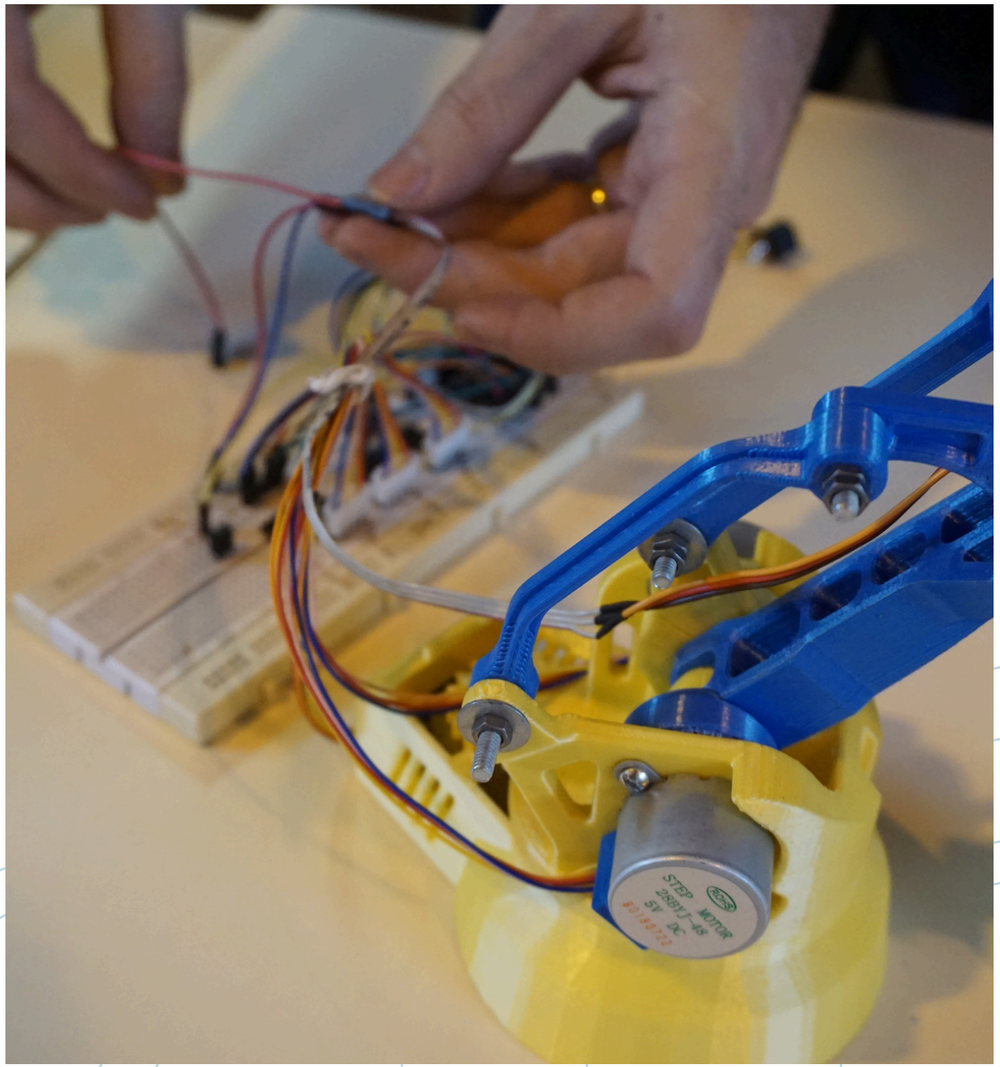


Foto 15 - Atividade didática associada à prática
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

3.1.6 Política Institucional e Ações para o Acompanhamento dos Egressos

A Política de Acompanhamento de Egressos responde à necessidade institucional de sistematizar instrumentos de acompanhamento e definição de indicadores sobre sua efetividade, visando contribuir para aprimorar o planejamento e a execução de ações no âmbito do Ensino, Pesquisa e Extensão, objetivando melhora contínua na formação de seu alunado e subsidiar ações para a sua permanência e êxito.

São princípios da Política de Acompanhamento de Egressos:

- a educação continuada: a conclusão de um curso de graduação ou pós-graduação não significa o fim de um processo de formação profissional. O retorno do discente na condição de egresso da Instituição permite a ampliação de conhecimento e qualificação profissional, assim como elevação de escolaridade, valorizando o egresso, permitindo que o espaço acadêmico seja local de oportunidades e de formação continuada, subsidiando-o na construção de uma carreira profissional exitosa, além de contribuir para sistematização da gestão, articulando as ações de Extensão, as políticas e as práticas voltadas à formação de estudante/egresso;

- relacionamento continuado: a UFJ deve ser um ponto de referência na vida dos egressos, mantendo entre ambos uma relação de compromisso e afetividade. Essa relação estabelece-se em uma dupla direção, na qual o egresso e a Universidade se dispõem a tornarem-se parceiros na construção e atualização do conhecimento, assim como na avaliação e no aprimoramento da qualidade do ensino, pesquisa e extensão na Instituição;

- avaliação e autoavaliação: no processo da avaliação institucional, o egresso tem uma contribuição importante, pois sua vivência profissional lhe possibilita apontar as fragilidades e os pontos fortes do seu processo de formação. Assim, pode fornecer elementos importantes para a tomada de decisões em relação aos projetos e ações institucionais;

- continuidade e institucionalização: para a política de relação com os egressos ter efetividade, é preciso garantir a articulação e continuidade das ações; a sistematização e o registro de procedimentos; o envolvimento dos gestores da instituição; avaliação permanente das ações; a manutenção de registros dos processos e eventos realizados.

A Política de Acompanhamento de Egressos tem como objetivos a manutenção de registros atualizados dos egressos; o monitoramento da inserção do egresso no mundo do trabalho, sua situação profissional e os índices de empregabilidade; a avaliação da formação ofertada pela Universidade, a partir da análise diagnóstica do impacto na vida profissional dos egressos e oferta de oportunidades de aperfeiçoamento e formação permanentes, entre outros.

A Política deverá ser executada a partir do trabalho intersetorial entre a PROGRAD e a PRPG, as quais inicialmente irão idealizar e supervisionar:

a) da criação de um Portal do Egresso (ambiente virtual específico) para o relacionamento com os egressos, com a colaboração da Secretaria de Tecnologia e Informação (SeTI);

continuada, entre outros.

b) o desenvolvimento e aplicação de questionário eletrônico junto aos egressos com periodicidade a ser definida pela PROGRAD e PRPG;

c) a análise e sistematização dos dados coletados para geração de indicadores de: empregabilidade; verticalização dos estudos; realização profissional; taxa de retenção no emprego; retorno para a educação continuada, entre outros.

3.1.7 Infraestrutura Tecnológica e Física de Apoio ao Processo de Ensino e Aprendizagem

A infraestrutura tecnológica de apoio ao processo de ensino e aprendizagem da UFJ, tem por objetivo transformar o processo de ensino e aprendizagem ao tornar o conteúdo mais acessível, interativo e personalizado para os discentes e professores. Desta forma, alguns dos recursos tecnológicos, em uso da UFJ são:

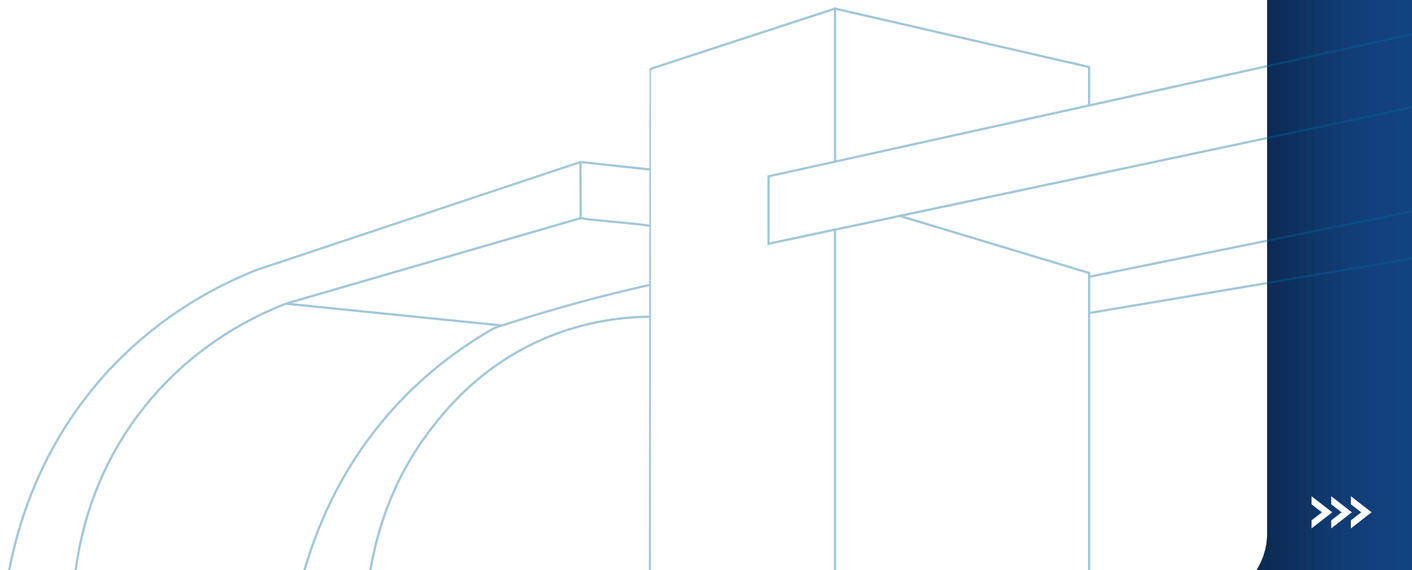
1. **Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)**: o AVA institucionalizado é o SIGAA, que está integrado com o sistema acadêmico e permite aos discentes e docentes a interação por meio de chat, fóruns e compartilhamento de materiais e atividades, utilizado como apoio ao ensino presencial;

2. **Softwares de Gamificação:** para aprimorar as estratégias de gamificação, os docentes da UFJ fazem uso dos elementos de pontuações, rankings e desafios que motivam os alunos a avançar no conteúdo e a melhorar seu desempenho, sendo utilizados softwares livres para a gerência da gamificação e acompanhamento dos discentes. Dentre os softwares livres utilizados, pode-se citar ClassDojo, ClassCraft, Kahoot (todos em sua versão gratuita);

3. **Ferramentas de Escrita Colaborativa**: para esta metodologia de ensino são utilizados programas como Google Docs de forma a promover a colaboração em tempo real, facilitando a troca de ideias e o desenvolvimento conjunto de projetos;

4. Plataformas de Conteúdos Multimídia: com o intuito de tornar o ensino mais dinâmico e atrativo, os docentes fazem uso de Recursos como YouTube Edu, Khan Academy e podcasts educacionais que oferecem vídeos e áudios educacionais e que auxiliam em uma construção do conhecimento em conjunto, possibilitando, muitas vezes, um aprendizado personalizado e que acompanha o ritmo de cada discente;

5. **Gerenciadores gratuitos de referência:** com o intuito de promover a articulação entre ensino e pesquisa, a UFJ traz em seu rol de softwares a serem utilizados o Zotero, que permite gerenciar de forma gratuita referências e citações, armazenar, citar e gerar bibliografias de forma automática.



A fim de apoiar o processo de ensino e aprendizagem, a infraestrutura física da UFJ conta com três centrais de salas de aula, a saber:

Nome	Localização	Quantidade de Salas	Link - Mapa da Sala
Central de Aulas 1	Jatobá	18	Mapeamento da Central de Aulas 1 | PROGRAD UFJ
Central de Aulas 2	Jatobá	18	Mapeamento da Central de Aulas 2 | PROGRAD UFJ
Central de Aulas 3	Riachuelo	15	Mapeamento das salas na unidade Riachuelo | PROGRAD UFJ

Quadro 6 - Descrição dos espaços de salas de aula
Fonte: Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), 2024

Os números entre parênteses nas figuras dos links das salas de aulas representam o quantitativo de alunos que cada sala comporta. No total, a Instituição conta, atualmente, com 51 salas. O acesso às salas de aulas do Câmpus Jatobá são providos por piso tátil e escadas ou rampas para o piso superior. No Câmpus Riachuelo há piso tátil em todo o Câmpus e o acesso ao piso superior é feito por escadas, um elevador e piso tátil. Em todas as centrais há banheiros acessíveis em ambos os pisos.

Todos os cursos de graduação (25 cursos), pós-graduação (lato e stricto sensu - 3 residências, 9 programas de pós-graduação), bem como os órgãos administrativos da UFJ são partes interessadas no sistema de gestão das salas, efetuado pela PROGRAD, por meio de um sistema de reservas de salas de aulas (Sisreserva). Os laboratórios de ensino da instituição podem ser acessados por meio do link Dados e Indicadores da Graduação - PROGRAD UFJ.

Os objetivos estratégicos “Promover o ensino de qualidade nos cursos de graduação” (Id: F-1) e “Consolidar a infraestrutura tecnológica como alicerce para o desenvolvimento acadêmico, administrativo e do conhecimento institucional” (Id: S-7) oferecem a base gerencial para o desenvolvimento das ações aqui relatadas.

3.2 Cursos de Pós-graduação

A Política de Ensino da Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal de Jataí está baseada nos seguintes pilares: Estatuto, Regimento Geral, PDI e Regulamento Geral dos Programas de Pós-graduação stricto sensu da UFJ, Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), legislação brasileira para o ensino superior, normativas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e documentos de área/Capes vigentes.

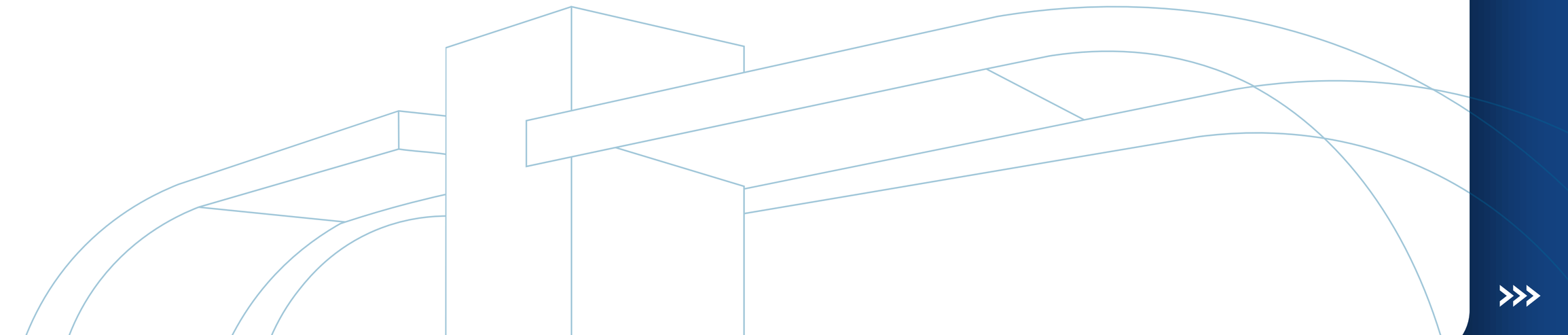
A construção da política da pós-graduação lato sensu e stricto sensu na UFJ está em consonância com o PNPG (2024-2028) que tem como:

MISSÃO: assegurar uma pós-graduação de qualidade, diversa, equitativa, inclusiva e conectada com as necessidades da sociedade.

VISÃO DE FUTURO: alcançar um Sistema Nacional de Pós-Graduação de excelência, equitativo, inclusivo e sustentável, promovendo formação de qualidade, com diversidade e conectado com as reais necessidades da sociedade.

VALORES: diversidade, equidade, inclusividade, qualidade, colaboração e transparência.

Em consonância com tal identidade estratégica, o PDI apresenta como objetivos estratégicos o fortalecimento da pós-graduação lato e stricto sensu (Id: F-3) e ampliação da integração entre a pós-graduação com a graduação (Id: F-4).



3.3 Pesquisa, Inovação e Empreendedorismo

Com foco na produção de conhecimento científico e tecnológico, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão como eixos fundamentais para o desenvolvimento institucional e social, a UFJ busca fortalecer as ações de pesquisa, inovação e empreendedorismo (objetivo estratégico Id: F-5). Em prol da pesquisa aplicada, da inovação tecnológica e do fomento ao empreendedorismo acadêmico, essas políticas visam consolidar a Universidade como um centro de excelência no desenvolvimento de soluções inovadoras que respondam às demandas sociais, econômicas e tecnológicas nos contextos regional, nacional e internacional.

O incentivo à pesquisa interdisciplinar é um dos pilares das políticas acadêmicas da UFJ. Ao promover a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, a Universidade possibilita que pesquisadores trabalhem juntos na solução de desafios complexos e na criação de produtos, processos e serviços que beneficiem a sociedade de maneira mais eficaz. Essa integração de saberes resulta em soluções mais completas e inovadoras, ampliando o impacto das ações da Universidade no desenvolvimento social e tecnológico.

Essa abordagem interdisciplinar também está alinhada às políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Ao promover projetos que integram diferentes áreas do conhecimento e geram impacto social e econômico, a Instituição contribui diretamente para o avanço das prioridades nacionais, como o desenvolvimento de novas tecnologias, a inovação em setores estratégicos e a transferência de conhecimento para o setor produtivo.

Dessa forma, a interdisciplinaridade fortalece o papel da UFJ como uma Instituição que oferece soluções relevantes e inovadoras na região onde está inserida, enquanto se mantém em sintonia com as metas e objetivos do Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Além da pesquisa, a inovação tecnológica na UFJ é impulsionada por ambientes de inovação que conectam a Universidade ao setor produtivo e ao Governo. O Parque Tecnológico de Jataí (JataíTech) e o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UFJ desempenham um papel importante na promoção da transferência de tecnologia e no desenvolvimento de projetos inovadores com impacto social e econômico. Essas estruturas aproximam a pesquisa acadêmica das demandas do mercado, possibilitando a criação de patentes, startups e outras iniciativas de base tecnológica, fortalecendo o ecossistema de inovação da região e contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a geração de soluções tecnológicas que beneficiam tanto a sociedade quanto a economia local e regional.

O empreendedorismo acadêmico é incentivado por meio de programas que integram os discentes de graduação e pós-graduação às atividades de pesquisa e inovação. A criação de empresas juniores, a realização de desafios de inovação e a participação em projetos de iniciação científica, tecnológica e de inovação proporcionam aos discentes a oportunidade de desenvolver habilidades empreendedoras, preparando-os para atuar de forma inovadora em suas futuras carreiras profissionais. Esses programas também visam a formação de profissionais capazes de responder aos desafios do mercado de trabalho e de contribuir para o desenvolvimento regional e nacional.

Outro aspecto das políticas de Pesquisa, Inovação e Empreendedorismo da UFJ é o fortalecimento de parcerias estratégicas, tanto nacionais quanto internacionais, com o setor público, privado e organizações da sociedade civil. Essas parcerias são fundamentais para potencializar a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), promovendo a criação de soluções tecnológicas que respondam às demandas da sociedade. Além de garantir a transferência de conhecimento e tecnologia, essas colaborações ampliam as oportunidades de captação de recursos externos, essenciais para o financiamento de projetos de pesquisa e inovação. Insta destacar que as informações até aqui expostas são tratadas institucionalmente no objetivo estratégico “Fortalecer as ações de pesquisa, inovação e empreendedorismo” (Id: F-5).

A internacionalização das atividades de pesquisa também constitui uma prioridade institucional, buscando inserir seus pesquisadores e projetos em redes globais de pesquisa e inovação. Isso ocorre por meio de parcerias estratégicas com Universidades e instituições de pesquisa internacionais, acordos de cooperação acadêmica e programas de intercâmbio, que permitem a troca de conhecimentos, tecnologias e boas práticas, além da participação em editais de fomento, tanto regionais quanto nacionais, que apoiam a cooperação acadêmica e científica com instituições estrangeiras, contribuindo para o intercâmbio de tecnologias e conhecimentos que ampliam a capacidade inovadora da Universidade e suas contribuições para o desenvolvimento global. Tal característica se alinha ao objetivo estratégico “Fomentar a inserção escalar da UFJ” (Id: S-5).

Em conformidade com seu compromisso de promover a responsabilidade social, a UFJ está comprometida em garantir que os resultados das atividades de pesquisa e inovação tragam benefícios reais para a sociedade, especialmente para as comunidades mais vulneráveis. Além disso, a política de desenvolvimento de pesquisas na UFJ tem avançado no sentido de ampliar a interação com os setores público e privado regionais. Isso se concretiza por meio de projetos desenvolvidos diretamente nas comunidades, onde pesquisadores e discentes trabalham juntos para desenvolver soluções que atendam às necessidades locais. Exemplos disso incluem o desenvolvimento de tecnologias sociais que melhoram serviços públicos, saúde, educação, meio ambiente e a qualidade de vida.

A Universidade também atua através de parcerias com o setor público e privado, assegurando que as descobertas e inovações sejam colocadas em prática, trazendo impacto positivo para a sociedade, com soluções que vão além de gerar valor econômico, contribuindo também para a inclusão e o bem-estar das pessoas. Por meio dessa integração entre ensino, pesquisa, inovação e extensão, a Instituição cumpre um papel de agente ativo no desenvolvimento sustentável, integrando o conhecimento gerado pela Universidade em ações de impacto social. Tais diretrizes estão contempladas nos objetivos estratégicos “Fortalecer as ações de extensão, cultura e esporte entre a UFJ e a sociedade” (Id: F-6) e “Fomentar ações de sustentabilidade” (S-6).

3.4 Extensão, Cultura e Esporte

3.4.1 Extensão Universitária

A Extensão Universitária da UFJ é um dos pilares fundamentais de sua constituição, promovendo a interação transformadora entre o saber acadêmico e as demandas sociais. Ela busca consolidar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, favorecendo o desenvolvimento integral da sociedade, especialmente as comunidades mais vulneráveis. As ações de extensão da UFJ visam fortalecer a cidadania, promover a equidade social e contribuir para a formação de profissionais com responsabilidade social e compromisso ético.

Em seu processo de criação, a UFJ nasce de estratégias da UFG, em parceria com a Fundação Educacional de Jataí, ainda no final dos anos de 1970, como campo de desenvolvimento de ações de extensão e estágio de cursos da capital. Em 1980, criou-se o Câmpus Avançado de Jataí da UFG que, depois de um longo processo de crescimento e expansão, se tornou a UFJ a partir da publicação de sua lei de criação em 2018. Isso ajuda a compreender a forma como a Extensão está na égide de surgimento e desenvolvimento desta Instituição.

Assim, a Extensão na UFJ tem como objetivos: promover ações que tenham como finalidade o atendimento às demandas das comunidades externas à UFJ; estimular a interação dialógica entre a Universidade e a sociedade numa relação transformadora; facilitar o acesso e disseminar o conhecimento científico, articulando o ensino e a pesquisa com a sociedade; estimular a participação da comunidade acadêmica da UFJ no planejamento e na execução das ações.

Conforme estabelecido na Resolução CNE/CP nº 07/2018, a qual estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, a Extensão na UFJ constitui-se como uma atividade acadêmica indispensável para a formação profissional e está orientada com base nos princípios:

i) Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão - a extensão universitária, em sua concepção, não é uma atividade isolada, mas se articula de forma indissociável com o ensino e a pesquisa. Essa tríade fortalece o compromisso acadêmico com a produção e disseminação do conhecimento científico, artístico e cultural, de forma integrada, possibilitando uma formação acadêmica ampla e uma contribuição ativa para a sociedade;

ii) Interação Dialógica com a Sociedade - aA relação não se dá de forma hierárquica ou unidirecional, mas sim por meio de um diálogo contínuo e horizontal, em que tanto os saberes acadêmicos quanto os saberes populares são valorizados e mobilizados na busca de soluções para os desafios sociais, culturais, econômicos e ambientais;

iii) Impacto e Transformação Social - a extensão é pautada pela busca de impacto direto nas comunidades em que atua, visando à transformação social. Os projetos de extensão devem se constituir com base nas demandas sociais, especialmente das populações mais vulneráveis, promovendo a cidadania, a equidade, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável;

iv) Interdisciplinaridade - a natureza interdisciplinar da extensão é um princípio fundamental, pois os problemas da sociedade são complexos e multifacetados, exigindo abordagens que integrem diferentes áreas do conhecimento. A extensão proporciona um espaço privilegiado para a articulação de saberes e práticas interdisciplinares, ampliando as possibilidades de inovação e soluções criativas;

v) Protagonismo Estudantil - a participação de discentes em atividades de extensão é parte integrante e fundamental de sua formação acadêmica. A extensão promove uma vivência prática que complementa o ensino teórico, permitindo ao discente desenvolver habilidades como senso crítico, sensibilidade social, capacidade de trabalhar em equipe e compromisso com a transformação social;

vi) Sustentabilidade - as ações de extensão devem ser planejadas e executadas de forma sustentável, tanto em termos de impacto ambiental quanto social e econômico. A Universidade deve promover práticas e projetos que assegurem o uso responsável dos recursos e contribuam para o desenvolvimento de comunidades de maneira sustentável, alinhando-se aos ODS's da ONU;

vii) Inovação - a Extensão é um espaço privilegiado para a inovação social, tecnológica e cultural. As ações de extensão devem incentivar a busca por soluções inovadoras que respondam aos desafios contemporâneos, promovendo a inclusão e o desenvolvimento local, regional e nacional;

viii) Diversidade e Inclusão - a promoção da diversidade e da inclusão social é um princípio norteador da Extensão. As ações de extensão devem contemplar a pluralidade da sociedade brasileira, respeitando e valorizando as diferenças em suas mais variadas manifestações. A UFJ tem a responsabilidade de promover a equidade e combater todas as formas de discriminação;

ix) Democratização do Conhecimento - a extensão desempenha um papel essencial na democratização do conhecimento. A UFJ deve garantir que o saber produzido em seu ambiente seja acessível a toda a sociedade, promovendo o acesso às informações, tecnologias e inovações de maneira inclusiva e equitativa, especialmente para populações marginalizadas;

x) Articulação com Políticas Públicas - a extensão deve atuar na promoção e articulação com as políticas públicas, promovendo ações que contribuam para o desenvolvimento de políticas sociais, educacionais, culturais e ambientais. A Universidade, nesse sentido, é chamada a colaborar de maneira ativa com os órgãos governamentais e organizações da sociedade civil para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

As atividades de extensão da UFJ também estão alinhadas aos ODS da ONU, os quais norteiam a agenda global para 2030, englobando desafios ambientais, sociais e econômicos. A inserção dos ODS na Extensão da UFJ potencializa o impacto significativo das suas ações na promoção de um futuro mais justo, sustentável e inclusivo.

Portanto, a Extensão se concretiza no papel social que a Universidade desenvolve ao promover a interação direta com a sociedade e a democratização do conhecimento. Por meio da Extensão, a UFJ reafirma seu compromisso com a transformação social, a inclusão e o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que contribui para a formação integral e profissional dos discentes. Cumpre, assim, com a consolidação de uma Universidade federal pública como um espaço de inovação, cidadania e responsabilidade social, fortalecendo sua missão de servir ao bem comum e promover o desenvolvimento do país.

Na UFJ, a gestão pedagógica e administrativa da Extensão Universitária, Cultura e Esporte é atribuída à Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE) cujo trabalho é desenvolvido com o propósito de construir e implementar as políticas pautadas nos princípios aqui mencionados. As ações de Extensão são organizadas em áreas temáticas divididas em Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

Ao longo dos últimos anos, houve um aumento significativo no que se refere à realização de ações de extensão na UFJ. Esse movimento é fruto do empenho da UFJ Universidade em aprimorar a proposição e realização de ações em parceria com a sociedade.

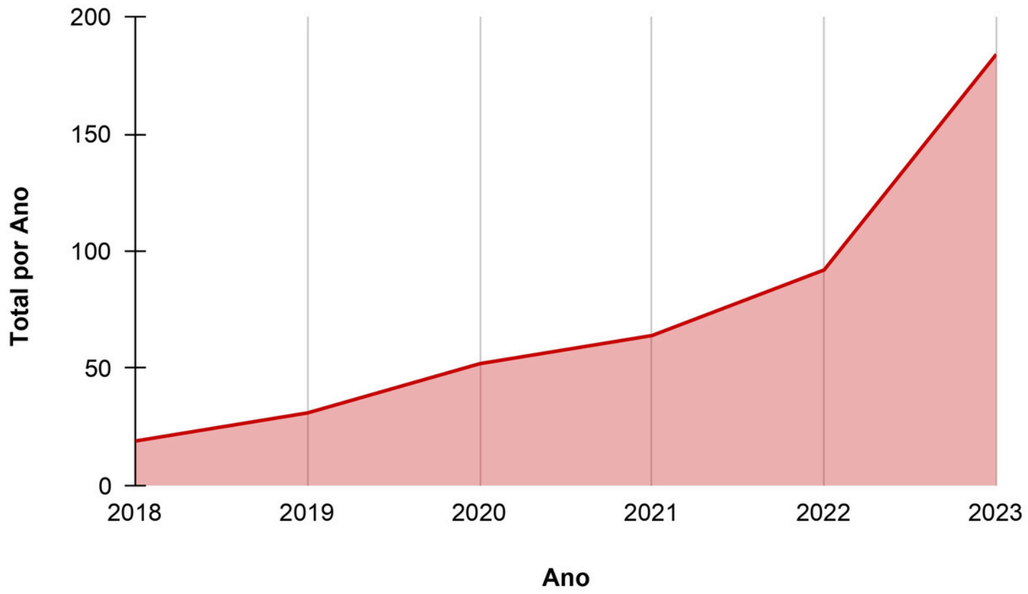


Gráfico 4 - Quantidade de ações de extensão realizadas entre 2018 e 2023
Fonte: Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE), 2024

Esses dados ajudam a compreender o compromisso da UFJ com a extensão universitária e a necessidade de ampliar e qualificar as ações, sobretudo no que diz respeito à inserção curricular da extensão. Nesse contexto, no âmbito do objetivo estratégico "Fortalecer as ações de extensão, cultura e esporte entre a UFJ e a sociedade" (Id: F-6), a meta estabelecida é aumentar até 2027 o número de ações em 32% a partir dos números estabelecidos no ano de 2024. Além disso, busca-se aprimorar tais ações mediante a realização da formação de discentes e servidores para o desenvolvimento de ações extensionistas mediante os princípios estabelecidos na Instituição; ampliar a realização de convênios e parcerias com as comunidades externas em âmbito local, regional e nacional; estabelecer parcerias com instituições e agentes colaboradores em outros países, instituindo estratégias de internacionalização da Extensão; e ampliar a busca por captação de recursos internos e externos para fomentar e subsidiar as ações.

No mesmo sentido, o Gráfico 5[1] ilustra a quantidade de participantes nas atividades extensionistas realizadas no período de 2018 a 2023. Em geral, os números mostram um avanço na promoção de atividades com a participação de docentes, discentes, técnicos e membros da comunidade externa. Em relação aos anos anteriores, houve um aumento significativo de todas as modalidades de participantes em 2023. Com o propósito de dar continuidade a esse movimento, a meta estabelecida para 2027, no âmbito do mesmo objetivo estratégico supracitado, é aumentar em 20% o número de participantes em todas as referidas modalidades.

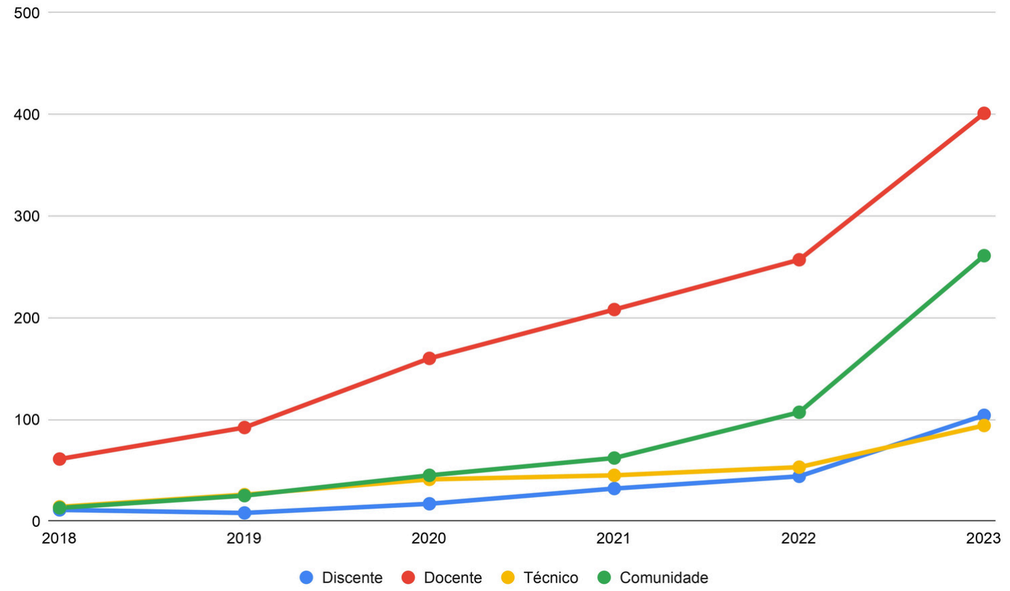


Gráfico 5 - Quantidade de Participantes na Extensão entre 2018 e 2023
Fonte: Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE), 2024

Partindo para a necessária reflexão sobre os dados apresentados, em certa medida o aumento nos números pode ser atrelado também ao processo de inserção curricular da extensão que tem exigido não só a atualização dos currículos da graduação, mas também a criação de novas ações e oportunidades para a realização da Extensão.

[1] O gráfico contabiliza a participação dos docentes, discentes, TAEs e comunidade por atividade de extensão (curso, evento, prestação de serviço, programa e projeto). Por isso, os participantes em cada categoria podem ser contabilizados mais de uma vez.

3.4.2 Inserção Curricular da Extensão

A inserção da Extensão nos currículos da graduação no ensino superior é uma inovação que amplia as possibilidades de formação dos discentes e fortalece o compromisso social das Universidades. Conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CP n° 07/2018, a inclusão de no mínimo 10% da carga horária total dos cursos de graduação em atividades de extensão representa uma articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando a função social das instituições de ensino superior (IES).

A incorporação da Extensão ao currículo é fundamental pois proporciona ao discente uma vivência em ações preconizadas na relação intrínseca entre ensino, pesquisa e extensão, permitindo o desenvolvimento de competências profissionais, socioemocionais, éticas e cidadãs. Ao participar de atividades de extensão, os discentes têm a oportunidade de interagir com diferentes realidades sociais, aplicando o conhecimento acadêmico em contextos reais e, assim, ampliando sua visão crítica, capacidade de análise e resolução de problemas. Essa vivência forma profissionais mais preparados para lidar com a complexidade da sociedade contemporânea.

Além disso, a inserção curricular da extensão nos currículos de formação fortalece o papel social da Universidade, transformando-a em um agente ativo na promoção de desenvolvimento social, cultural e econômico. Ao permitir o compartilhamento de diferentes conhecimentos com a comunidade externa, a UFJ contribui diretamente para a melhoria das condições de vida das comunidades com as quais interage, promovendo cidadania, inclusão e equidade.

Esse processo também incentiva o trabalho interdisciplinar, uma vez que as questões sociais frequentemente exigem abordagens que integram diferentes áreas do conhecimento. Além disso, a vivência da extensão como um espaço de inovação possibilita a criação de espaços dialógicos com as demandas da comunidade, em que discentes e professores podem experimentar novas ideias e soluções para desafios sociais, tecnológicos e ambientais. Essa interação entre as áreas do saber promove uma formação mais completa e criativa.

Na construção de estratégias para a concretização da inserção curricular na Instituição, a UFJ realizou um série de ações que culminaram na elaboração de normas para regulamentação das ações de Extensão, Cultura e Esporte, mediante a publicação da Resolução CONSUNI n° 021/2021. Essa resolução tem como objetivo orientar a realização de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços pautados nos princípios das Diretrizes Nacionais de Extensão Universitária e nos ODSs estabelecidos pela ONU.

Em particular, no que se refere à inserção curricular da extensão, ancorada na Resolução CONSUNI n° 021/2021, foi publicada resolução específica, que regulamenta as atividades curricularizáveis nos PPCs de Graduação da UFJ. O objetivo da Resolução é regulamentar sobre a inclusão e o registro das ações de extensão universitária como um conjunto de atividades acadêmicas curriculares obrigatórias que compõem a carga horária dos cursos de graduação da UFJ.

Dessa forma, a inserção da extensão no currículo de graduação da UFJ visa não apenas enriquecer o processo formativo, mas também cumprir com o papel de conectar a Universidade com a realidade social em que está inserida, promovendo uma educação transformadora que gera impactos tanto na formação do discente quanto no desenvolvimento da sociedade.

3.4.3 Formação de Professores para a Educação Básica

A formação de professores para a educação básica é um elemento essencial para o desenvolvimento da educação, uma vez que o ensino e a aprendizagem são processos dinâmicos e em constante evolução. Alinhada à formação inicial, aquela representa uma perspectiva de formação permanente, garantindo que os professores estejam sempre atualizados com novas abordagens pedagógicas, além de serem capazes de lidar com os desafios emergentes do ensino. Nesse sentido, a formação de professores deve ser entendida como um processo cíclico e contínuo, que vai além da graduação, permitindo que os educadores se mantenham em contato com as inovações e demandas da sociedade, da escola e dos discentes.

Nesse aspecto, a extensão universitária na UFJ desempenha um papel crucial como frente de trabalho na formação continuada de professores, articulando a Universidade com as redes de ensino e a comunidade escolar. Ao aproximar o conhecimento acadêmico da prática cotidiana do professor, a extensão promove a troca de saberes entre o espaço universitário e os ambientes escolares, possibilitando um diálogo constante e uma construção coletiva do conhecimento. Essa interação permite que professores em exercício participem de programas, projetos, cursos e eventos que os capacitam de forma contínua, ao mesmo tempo que trazem suas experiências para enriquecer o ensino e a pesquisa em educação.

Além disso, a extensão favorece a contextualização das práticas formativas ao conectar as especificidades regionais e culturais às necessidades de atualização pedagógica. Ao reconhecer as demandas locais e os desafios específicos enfrentados pelos professores em diferentes realidades educacionais, a extensão deve possibilitar uma formação continuada mais contextualizada e eficaz, promovendo estratégias que consolidam a relação intrínseca entre teoria e prática.

Esse processo de formação continuada, articulado à formação inicial, não apenas fortalece o professor como agente transformador, mas também contribui para a melhoria da qualidade da educação básica e das licenciaturas. Professores preparados e em constante atualização conseguem lidar melhor com as diversidades da sala de aula, promovendo um ensino mais inclusivo, inovador e conectado com os desafios do mundo contemporâneo. A extensão, ao atuar nesse campo, reafirma o compromisso da UFJ com a formação de profissionais críticos e reflexivos, capazes de transformar a realidade educacional de maneira significativa e sustentável.

Assim, a formação continuada de professores, sob a perspectiva da Extensão Universitária na UFJ, torna-se uma estratégia fundamental para garantir a qualidade da educação, contribuindo para o desenvolvimento profissional contínuo, a melhoria das práticas pedagógicas e a construção de um sistema educacional mais justo e eficiente.

3.4.4 Cultura

A Cultura é um processo fundamental de formação profissional e transformação social, desempenhando um papel central no compromisso da UFJ com a sociedade. Ao entender a cultura em sua dimensão mais ampla - como o conjunto de valores, tradições, saberes e expressões artísticas que moldam identidades e modos de vida, contribuindo no processo de tornar o indivíduo livre - a Universidade assume a responsabilidade de promover e valorizar a diversidade cultural como parte integrante da formação acadêmica. Nesse sentido, a UFJ se torna um espaço não apenas de produção e compartilhamento de conhecimento técnico e científico, mas também de vivência e reflexão cultural, formando cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

A Cultura como elemento crucial nos processos formativos, como parte da vivência acadêmica, vai além de sua compreensão como um campo específico de estudo. Ela envolve a promoção de atividades culturais - como arte, literatura, música, teatro e cinema - que possibilitam a expressão criativa e o desenvolvimento de habilidades sensíveis e humanas. Ao integrar a cultura aos processos formativos e às atividades extensionistas, a Universidade contribui para a formação integral dos discentes, estimulando a criatividade, a empatia, o pensamento crítico e o diálogo intercultural. Essa abordagem não apenas enriquece os processos de ensino e aprendizagem, mas também prepara os profissionais em formação para atuarem em uma sociedade plural, diversa e em constante transformação.

Ao assumir a cultura como uma dimensão estratégica de sua atuação, a UFJ reafirma seu compromisso com a transformação social. As práticas culturais, quando promovidas no espaço acadêmico, têm o potencial de questionar e desafiar as desigualdades e as exclusões presentes na sociedade, dando voz a grupos marginalizados e promovendo o reconhecimento de diferentes identidades e saberes. Através de ações culturais, a Universidade pode se engajar em debates sobre diversidade, direitos humanos, justiça social e sustentabilidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática.

Além disso, ao promover a cultura como parte de sua missão, a UFJ estreita sua relação com a sociedade. As atividades culturais e artísticas realizadas pela Universidade frequentemente envolvem a comunidade externa, criando espaços de troca e diálogo entre o saber acadêmico e as expressões culturais locais e regionais. Em sua relação direta com a extensão, as ações possibilitam que a Universidade atue como um centro irradiador de cultura e estimulem a participação social e o acesso da população a bens culturais.

Nessa perspectiva, a UFJ deve promover a interação com todos os envolvidos na comunidade acadêmica e a comunidade não acadêmica, valorizando a cultura local e dos imigrantes, difundindo as manifestações culturais, fortalecendo os valores culturais existentes e ainda fomentando novas demandas culturais e criando coletivos de cultura e inovação.

A Política Cultural da UFJ, dessa forma, tem como propósito fortalecer a cultura enquanto prática essencial ao desenvolvimento humano e social, promovendo atividades que abarquem tanto a produção artística quanto os saberes tradicionais e populares. Por meio de uma abordagem integrada ao ensino, pesquisa e extensão, a Universidade visa expandir as experiências estéticas e críticas de sua comunidade acadêmica e da sociedade em geral. O enfoque está na valorização da diversidade cultural, assegurando o acesso democrático às mais variadas formas de expressão e manifestação cultural.

Para alcançar esses objetivos, a UFJ se compromete a implementar diretrizes que promovam o diálogo, o fomento e a preservação do patrimônio artístico e cultural. O plano inclui o desenvolvimento de programas de incentivo a projetos culturais, apoio à formação de corpos artísticos e a criação de espaços dedicados à difusão de atividades culturais. Além disso, a UFJ busca garantir que suas ações sejam inclusivas e abrangentes, envolvendo tanto a comunidade universitária quanto a população externa, fortalecendo assim o papel da Universidade como um importante agente de transformação social e de preservação dos valores culturais. Tais ações estão contempladas no âmbito do objetivo estratégico “Fortalecer as ações de extensão, cultura e esporte entre a UFJ e a sociedade” (Id: F-6) e respectivas metas.

Nesse contexto, a cultura torna-se um poderoso instrumento de transformação social, ao mesmo tempo em que a Universidade reafirma sua função como um agente de mudança, capaz de influenciar positivamente a sociedade.

Através da promoção de práticas culturais, a UFJ fomenta o senso crítico e a conscientização social, formando profissionais que não apenas dominam o conhecimento técnico, mas que também compreendem a importância da cultura na construção de uma sociedade mais igualitária e plural.

Portanto, o compromisso da UFJ com a cultura reflete sua missão de promover a formação integral dos discentes e sua responsabilidade social de atuar como um espaço de transformação. A cultura, quando incorporada ao processo de formação acadêmica, potencializa a educação como um agente de mudança, preparando cidadãos e profissionais comprometidos com o desenvolvimento humano, a justiça social e a diversidade cultural.

3.4.5 Esporte

O Esporte desempenha um papel fundamental na UFJ, atuando como um processo multifacetado que contribui para o desenvolvimento da aprendizagem, do treinamento, do lazer e da promoção da saúde. Muito além de sua dimensão competitiva, o esporte dentro do ambiente universitário oferece uma ampla gama de benefícios que impactam diretamente a formação integral dos discentes e a relação da Universidade com a sociedade. Incorporado às práticas acadêmicas e à extensão, o esporte se torna um potente agente de desenvolvimento humano, promovendo o bem-estar físico, social e mental.

Assim, o esporte, enquanto representação cultural da sociedade, manifesta-se na Universidade como práticas corporais e atividades desportivas de aprendizagem, treinamento, lazer e de promoção da saúde. Ao buscar desenvolver uma política de esporte universitário, a Instituição reafirma a Cidade Universitária com espaço e equipamentos sociais para o uso pela comunidade acadêmica e não acadêmica. A política de Esporte da UFJ, em consonância com a Política Nacional de Esporte (2005), deve ter como horizonte os seguintes objetivos:

> Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira; Promover a construção e o fortalecimento da cidadania assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerentes; Descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer; Fomentar a prática do esporte de caráter educativo e participativo, para toda a população, além de fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos; Incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paratletas de rendimento promovendo a democratização dessa manifestação esportiva (Brasil, 2005, s/p).

Nesse sentido, ações estratégicas são fundamentais, como: ampliação do acesso ao esporte e lazer como direito social; garantia da oferta regular e da difusão da cultura das práticas esportivas e de lazer para todas as pessoas, sem distinção de cor, raça, etnia, sexo, idade ou condição social; ampliação e modernização de infraestrutura esportiva, contemplando a diversidade das práticas; oferecimento regular de práticas esportivas educacionais, de lazer, de promoção da saúde e de alto rendimento, especialmente voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social; apoiar os eventos esportivos de caráter educacional e participativo; viabilizar a captação de recursos para estimular e apoiar o esporte universitário.

Além disso, o esporte dentro da Universidade é entendido também como uma ferramenta de treinamento, tanto para o desenvolvimento de atletas universitários quanto para a formação de futuros profissionais do esporte. Programas de treinamento esportivo podem preparar atletas para competições inter universitárias, promovendo a excelência esportiva e estimulando o espírito de competição saudável. Em parcerias com as Atléticas, o Esporte na UFJ se pauta na criação de oportunidades para que os discentes experimentem modalidades diversas, abrindo portas para talentos e potenciais futuros atletas que possam vir a representar a Universidade em eventos regionais, nacionais e internacionais.

Ao mesmo tempo, o esporte na Universidade atua como uma importante forma de lazer, oferecendo aos discentes e servidores atividades recreativas que promovem o relaxamento e o equilíbrio entre estudo, trabalho e vida pessoal. A prática esportiva recreativa contribui para a melhoria da qualidade de vida, além de ser um espaço de socialização, integração e construção de laços de amizade dentro da comunidade acadêmica.

Ao incentivar a prática regular de atividades físicas, a Instituição também desempenha um papel essencial na prevenção de doenças crônicas e na preservação da saúde mental, auxiliando no enfrentamento de problemas atrelados à vida acadêmica. Programas esportivos voltados para a promoção do bem-estar físico e mental ajudam a criar uma cultura de saúde, onde o cuidado com o corpo e a mente deve ser parte integrante da comunidade acadêmica.

Em sua relação com a extensão, o esporte, por meio de suas atividades corporais e esportivas, pode ainda atuar como um centro de referência em saúde comunitária, promovendo eventos e projetos que envolvem a sociedade em práticas esportivas e atividades físicas. Isso reforça a sua relação com a sociedade, oferecendo espaços e iniciativas que impactam positivamente a saúde pública e incentivam hábitos saudáveis na comunidade.

O Esporte também tem um papel crucial na inclusão social. Dentro da UFJ, ele promove a integração entre pessoas de diferentes origens, gêneros, raças e classes sociais, criando um ambiente de respeito à diversidade e à convivência harmoniosa. Em ações de extensão, o esporte pode ser utilizado como uma ferramenta para combater a exclusão social, oferecendo oportunidades de acesso à prática esportiva para grupos vulneráveis, como crianças e jovens de comunidades carentes, pessoas com deficiência e minorias sociais.

Portanto, o esporte dentro da Universidade não é apenas uma prática física, mas uma ferramenta multifuncional que promove aprendizagem, saúde, lazer e inclusão social. Ele potencializa o desenvolvimento integral dos discentes, melhora a saúde mental e física, e contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e ativa. Sendo assim, o esporte reforça o compromisso da UFJ com a transformação social, fortalecendo seus vínculos com a comunidade e promovendo um futuro mais saudável e equitativo para todas e todos.

Foto 16 - II Corrida e Caminhada da UFJ durante o Conepe 2024
Fonte: Acervo Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE)

3.5 Política de Atendimento ao Discente

A Política de Assistência Estudantil perpassa por um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações, para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso das(os) discentes, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. Ademais, a Assistência Estudantil é um direito da(o) estudante, desde que possua perfil, em conformidade com a Lei nº 14.914/2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e critérios de elegibilidade especificados em editais.

A PRAE é responsável por desenvolver e implementar políticas, programas e projetos que visam a promoção do bem-estar dos discentes, buscando garantir a permanência e o êxito acadêmico deles. Algumas das funções da PRAE incluem:

- Oferecer programas de assistência estudantil;
- Promoção da inclusão social;
- Oferecimento de orientação psicológica, psicopedagógica e nutricional;
- Gestão de espaços e serviços estudantis.

A UFJ, enquanto Instituição de ensino superior, comprometida com a formação integral das(os) discentes, possui ações dentro da sua política de atendimento, na Assistência Estudantil em áreas de monitoria, acessibilidade e inclusão, cultura, esporte, lazer, intercâmbio, mobilidade acadêmica, inclusão social e digital, orientações psicológica, psicopedagógica, social e nutricional, gestão de espaços e serviços estudantis.

3.5.1 Programas de Assistência Pedagógica

Visando a redução da reprovação em disciplinas e da evasão escolar, a UFJ possui três programas de assistência pedagógica, dois voltados diretamente aos discentes e um para a formação continuada de docentes, quais sejam:

Monitoria: o “Programa de Monitoria” nos Cursos de Graduação da UFJ tem por objetivos:

- ampliar a participação dos discentes de graduação nas atividades de ensino e de aprendizagem na Universidade;
- contribuir para a melhoria do ensino nos cursos de graduação;
- desenvolver capacidades de análise e crítica, incentivando o (a) discente monitor (a) a adquirir hábitos de estudo, planejamento de ensino, interesse e habilidades para a docência;
- aprofundar conhecimentos teóricos e práticos na disciplina ou módulo em que estiver atuando como monitor (a), de acordo com os objetivos do projeto de ensino e do plano de trabalho para monitoria;
- incentivar a cooperação do (a) monitor (a) com o corpo docente e discente nas atividades de ensino e aprendizagem;
- e contribuir para a permanência dos discentes nos cursos de graduação da UFJ.

O Programa de Monitoria dos Cursos de Graduação ocorre na forma de projetos de ensino de monitoria. Nos Cursos de Graduação, o programa é gerido pela Comissão Institucional do Programa de Monitoria da UFJ, vinculada à PROGRAD. Tal Comissão é composta por: Coordenador de Monitoria, a ser designado pela PROGRAD como seu presidente; e Coordenadores de Monitoria de Graduação das Unidades Acadêmicas, indicados por elas para um mandato de dois anos.

São duas as modalidades de Monitoria que integram o referido Programa da UFJ, atendendo aos mesmos objetivos, condições de participação e exigências: monitoria com bolsa mensal, conforme estabelecido em edital (ampla concorrência e ações afirmativas); e monitoria voluntária, quando o (a) monitor (a) não recebe bolsa (ampla concorrência e ações afirmativas). A seleção é realizada por meio de Editais que devem destinar no mínimo 50% das vagas aos discentes ingressantes autodeclarados: discentes pessoas pretas ou pardas, indígenas ou quilombolas, e com deficiência.

Nivelamento: o Programa de Nivelamento da UFJ, denominado "Programa Princípio", visa proporcionar aos discentes uma forma de acolhimento acadêmico, procurando reduzir a percepção intimidatória que a Universidade pode causar e reduzir efetivamente os índices de evasão, ao assegurar que a heterogeneidade entre os discentes diminua, por meio da melhora do desempenho acadêmico para os participantes na condição de alunos. Também são objetivos do Programa o aprofundamento dos conhecimentos dos discentes que atuarão como estagiários, assim como seu melhor preparo para o mercado de trabalho, proporcionando o desenvolvimento das suas habilidades didáticas, como a boa capacidade de comunicação ao compartilhar conhecimento, capacidade de organização do trabalho e resolução de problemas da rotina pedagógica; além da vantagem da pontuação acadêmica, contabilizada para futuros concursos e empregos.

Entende-se, ainda, que o Programa promoverá uma rede de compartilhamento de saberes, exaltando a relação entre os supervisores e estagiários, fazendo com que a comunidade acadêmica se beneficie de uma convivência dinâmica e orgânica no tripé supervisor/orientado/discente atendido. O programa Princípio fornece nivelamento na área de Língua Portuguesa, Matemática e Informática.

Os objetivos específicos do programa Princípio são: diminuir os índices de evasão motivados pela formação do estudante; aumentar o desempenho acadêmico dos discentes atendidos; proporcionar ao estagiário a melhor formação pedagógica; estabelecer uma rede dinâmica e orgânica entre supervisor, estagiário e aluno atendido; e promover a inclusão digital dos discentes.

Formação continuada de docentes: O "Programa Vaga-Lume" (Resolução CONSUNI nº 021/2024) é destinado à formação continuada dos docentes da UFJ, tendo como finalidade a valorização da formação continuada em docência em nível superior que concorra para o desenvolvimento do ensino, associado à pesquisa e extensão, com intuito de promover avanços na formação discente nos cursos de graduação da Instituição.

Tem como objetivos específicos: gerar oportunidades de formação aos docentes, visando à reflexão sobre o exercício da docência em nível superior e estabelecendo inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão; promover a valorização da formação continuada no âmbito institucional; possibilitar a troca de experiências pedagógicas entre os docentes da UFJ; possibilitar a compreensão da importância da práxis docente pautada no exercício da relação entre a teoria e a prática. O Programa contempla duas linhas de formação:

1) processos pedagógicos de ensino e aprendizagem, envolvendo temas que se relacionam com aspectos teóricos do processo de ensino e aprendizagem, avaliação da aprendizagem, estratégias e recursos educacionais, novas tecnologias educacionais, elaboração de materiais didáticos, dentre outros temas correlatos;

2) urgências educacionais, o que abrange temas de urgência social e educacional, como a inclusão (considerando as diversas demandas especiais), o desinteresse em sala de aula, a evasão, as novas tecnologias de informação e comunicação, a desinformação social, dentre outros temas correlatos. As linhas de formação estão estruturadas de modo ampliado, considerando que novas demandas possam ser trabalhadas pelo programa dentro de uma das duas linhas, as quais são oferecidas aos docentes efetivos e substitutos, para que possam participar de modo voluntário, sem obrigatoriedade.

3.5.2 Programas de Assistência Estudantil

Os programas de assistência estudantil para acolher os discentes na UFJ são denominados como ações vinculadas a sua política de atendimento, nas áreas de acessibilidade e inclusão; cultura; esporte; lazer; intercâmbio; mobilidade acadêmica; inclusão social e digital; orientações psicológica, psicopedagógica, social e nutricional; gestão de espaços e serviços estudantis, com destaque para bolsas e auxílios:

Alimentação, estruturada em três modalidades:

Restaurante Universitário (RU): café da manhã, almoço e jantar (segunda a sexta-feira), no Câmpus Jatobá, com subsídio integral a discente em vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela Coordenação de Bolsas Assistenciais (CBA) da PRAE e/ou com subsídio parcial para discentes da graduação.

Bolsa Moradia: auxílio financeiro em espécie para discentes em vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CBA e que não possuem grupo familiar com domicílio nem parentes de primeiro grau, por consanguinidade, em Jataí/GO.

Bolsa de Incentivo Pedagógico: auxílio financeiro em espécie para a manutenção das despesas essenciais ao desempenho acadêmico (livros, fotocópias, equipamentos, etc.) das/os discentes em vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CBA.

Foto 17 - Café da manhã no Restaurante Universitário
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

Bolsa Permanência do MEC: auxílio financeiro a discentes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela Coordenação de bolsas da PRAE, indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente à/ao discente por meio de um cartão de benefício. A PRAE/UFJ acompanha o cadastro no Sistema do Programa Bolsa Permanência – PBP, e seu rendimento acadêmico. De acordo com o calendário do MEC, a homologação é feita mensalmente.

Bolsa Acolhida: auxílio financeiro em espécie para condições iniciais de acesso à Universidade, para discentes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CBA.

Auxílio Transporte: auxílio financeiro em espécie para pagamento do transporte estudantil (duas passagens diárias) de segunda à sexta-feira para acesso à Universidade às/aos discentes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CBA.

Auxílio Parental: auxílio financeiro em espécie às mães universitárias, discentes de graduação, com filhos de 0 a 12 anos, para custeio de despesas correlatas ao seu núcleo familiar, e que lhes possibilite permanecer na Universidade, desde que comprovada a situação de vulnerabilidade socioeconômica pela CBA.

Auxílio Eventos: auxílio financeiro pontual e em espécie para passagem, hospedagem e alimentação na apresentação de trabalhos em eventos científicos/artísticos nacionais e regionais, participação em eventos político-estudantis e esportivos para discentes dos cursos de graduação em vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CBA.

Auxílio Cultura: auxílio financeiro pontual e em espécie para participação em atividades/eventos culturais, para discentes dos cursos de graduação em vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CBA.

Auxílio Saúde: auxílio financeiro pontual e em espécie para despesas com saúde, destinado a discentes de graduação em vulnerabilidade socioeconômica comprovada pela CBA.

Auxílio Eventualidades: auxílio financeiro pontual e em espécie para atendimento a dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas de discentes de graduação, comprovada pela CBA.

Atualmente, os documentos que balizam as decisões referentes à Assistência Estudantil são os seguintes: a Portaria nº 1999, de 10 de novembro de 2023 , que trata do Programa de Bolsa Permanência; a Lei nº 14723 de 13 de novembro de 2023, sobre o acesso de alunos indígenas, negros, quilombolas, PcD's e oriundos do ensino público às instituições federais de ensino; o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que institui o Plano Nacional de Assistência Estudantil e a referida Lei nº 14.914/2024, que trata-se de uma política estratégica para a assistência estudantil que ratifica e reforça a Política de Assistência Estudantil.

Sendo assim, ações estão sendo realizadas pela gestão da UFJ para promover ingresso, permanência e diálogo intercultural dos e das discentes na UFJ. Tais proposições estão gerencialmente amparadas no objetivo estratégico “Promover e fortalecer as ações de permanência, de assistência e de qualidade de vida estudantil” (Id: S-1).

3.5.3 Apoio Psicopedagógico

A Coordenação de Atendimento Psicopedagogia da PRAE desenvolve e participa de atividades que envolvam questões pedagógicas, da graduação e da pós-graduação, de forma direta ou indireta. Realiza-se o acolhimento e o atendimento de discentes em condição de inclusão, avaliação de habilidades/dificuldades, análise de necessidade de adaptação curricular, escuta psicoafetiva, orientação sobre técnicas de estudos e organização de rotina acadêmica e a produção de relatório psicopedagógico.

Viabilização do trabalho colaborativo com docentes, coordenação dos cursos, profissionais da saúde, internos ou externos à UFJ, e familiares, preferencialmente dos discentes com deficiências e/ou que apresentem a necessidade deste suporte durante o processo acadêmico. A Tabela 3 abaixo elenca os percentuais de atendimento de psicopedagogia por curso de graduação e pós-graduação no ano de 2023:

Curso	Percentual	Curso	Percentual
Agronomia	5,75%	Geografia Licenciatura	2,30%
Biomedicina	6,90%	História	1,15%
Ciências Biológicas Bacharelado	4,60%	Letras Inglês	3,45%
Ciências Biológicas Licenciatura	3,45%	Medicina	9,20%
Ciências da Computação	6,90%	Medicina Veterinária	13,79%
Direito	2,30%	Pedagogia	3,45%
Educação Física Bacharelado	4,60%	PPGCAS	1,15%
Educação Física Licenciatura	1,15%	PPGE	3,45%
Enfermagem	4,60%	PPGGEO	1,15%
Engenharia Florestal	4,60%	Psicologia	2,30%
Fisioterapia	3,45%	Química Bacharelado	3,45%
Geografia Bacharelado	2,30%	Química Licenciatura	1,15%
		Zootecnia	3,45%
Total: 100%			

Tabela 3 - Percentual de Atendimentos de Psicopedagogia por curso realizados em 2023
Fonte: Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), 2024

3.5.4 Serviço Social na Permanência Estudantil

O Serviço Social para o discente está vinculado à Coordenação de Serviço Social na PRAE. As principais ações realizadas pelo setor são:

i) planejar o fluxo interno de trabalho e demandas da Coordenação de Serviço Social (CSS), e coordenar atividades, ações e programas atribuídos à equipe de Serviço Social;

ii) desenvolver estudos e pesquisas em matéria de Serviço Social, com a finalidade de contribuir para a inclusão de grupos historicamente vulneráveis na PNAES;

iii) elaborar documentos oficiais em matéria de Serviço Social, tais como: manuais, cartilhas, regimentos e similares, para fins de implementação de ações que versem sobre o trabalho da(o) Assistente Social na PNAES;

iv) participar de comissões, câmaras de deliberação, e/ou grupos de trabalho da Instituição que versem sobre: a construção e monitoramento da Política de Permanência Estudantil; a seleção de profissionais graduadas/os em Serviço Social, em processos seletivos internos, levando em consideração o disposto no Inciso IX, Art. 4 da Lei nº 8.662/1993; o planejamento, organização e gerenciamento de projetos desenvolvidos pela Coordenação de Serviço Social; a realização da supervisão de discentes de Serviço Social que, porventura, encontrarem-se em programa de estágio na Instituição.

Além das ações supracitadas, também realiza orientações com as (os) discentes acerca das ações e programas de Assistência Estudantil da PRAE, e o estudo da realidade social daqueles(as) que solicitam acesso aos Programas e Serviços da PRAE, contribuindo com a permanência; entrevistas sociais e visitas em domicílio como atividades complementares para a elaboração de estudo da realidade socioeconômica de discentes; e acompanhamento da realidade social de acordo com a demanda apresentada; encaminhamento para os serviços da rede de saúde, assistência social e afins, conforme necessidade identificada, elaboração de relatórios sociais, pareceres técnicos, ofícios, editais e demais documentos CSS.

3.5.5 Apoio à Saúde dos Discentes

A PRAE, através da sua Diretoria de Apoio à Saúde, Inclusão e Assistência Estudantil (DASAE), juntamente com a PROPESSOAS, através do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), manifestou interesse em firmar parceria com o Instituto de Ciências da Saúde através dos Cursos de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia e Biomedicina para a criação do projeto de instalação de um Consultório Isolado no Câmpus Jatobá/UFJ, com o objetivo de prestar Serviços de Saúde aos discentes, servidores (as) e trabalhadores (as) terceirizados (as) da UFJ.

Essa experiência de prestação de serviço à comunidade acadêmica terá relevância acadêmica e social. O ganho acadêmico e científico virá pela oportunidade de formação complementar discente; o ganho social será no atendimento à comunidade de discentes, em vulnerabilidade social ou não, servidores (as) e trabalhadores (as) terceirizados da Universidade, que muitas vezes teriam um atendimento de saúde mais rápido no ambiente de trabalho e/ou acadêmico.

3.5.6 Serviço de Apoio Nutricional

O setor de Nutrição vinculado à PRAE tem como função prioritária supervisionar os espaços de alimentação terceirizados (restaurante universitário e lanchonetes). Além disso, tem como funções: participar das comissões de elaboração de editais para terceirização dos espaços de alimentação; assessorar em atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme demanda; executar ações de capacitação profissional referente à nutrição, quando necessário; realizar o atendimento nutricional de alunos em vulnerabilidade encaminhados pelos serviços de Psicologia e Psicopedagogia da PRAE.

3.5.7 Serviço de Psicologia

O Serviço de Psicologia (SEP) realiza atendimento psicológico individual breve para casos urgentes e pontuais de discentes de graduação e pós-graduação, participa de reuniões de colegiado oferecendo orientação e escuta sobre temáticas da saúde mental, planeja e coordena ações para a promoção da saúde e da qualidade de vida da comunidade acadêmica e assessora a Instituição e seus órgãos, analisando, facilitando e/ou intervindo em processos psicossociais, clínicos e funcionais nos diferentes níveis da estrutura.

Tendo como objetivo primordial a prevenção do adoecimento mental e a promoção da saúde mental no ambiente universitário, existe o Projeto Ser social e Saúde mental, o qual proporciona rodas de conversas e palestras em salas de aula, em eventos dentro e fora da Universidade e no canal da PROECE, no YouTube.

Sabendo, ainda, que o suicídio é um problema de saúde pública, o qual requer atenção e intervenção de todas as esferas sociais, e tendo em vista o aumento do índice de autolesão, ideação suicida, o SEP coordena também o projeto Bem cuidar: projeto de prevenção e posvenção ao suicídio. Este projeto objetiva criar medidas de prevenção e ações de posvenção tanto para os indivíduos que tentaram suicídio, quanto para seus familiares, se concretizando através de psicoterapia breve, grupos terapêuticos, palestras e orientações à profissionais da educação.

Para além dos serviços já desenvolvidos, há o planejamento de outras atividades pensadas a médio e longo prazo que abrangem promover a saúde mental e bem estar da comunidade acadêmica, buscando reduzir o índice de adoecimento psíquico entre os discentes da UFJ, dentre elas estão:

1. criar grupos terapêuticos com temáticas diversas que causam ou agravam o adoecimento mental que permeiam a vida dos discentes;

2. fazer parcerias com os institutos da UFJ para que sejam realizadas rodas de conversas com os alunos de períodos variados de cada curso;

3. realizar palestras e rodas de conversa com turmas de primeiro e último período, especificamente, por se tratarem de momentos cruciais na graduação;

4. Fazer parcerias com equipamentos de Saúde Mental do SUS, visando a valorização e aproximação das políticas públicas de assistência estudantil com as de cuidado em saúde mental.

O gráfico disposto a seguir ilustra os percentuais de atendimentos psicológicos por curso de graduação realizados pelo serviço de psicologia, em 2023:

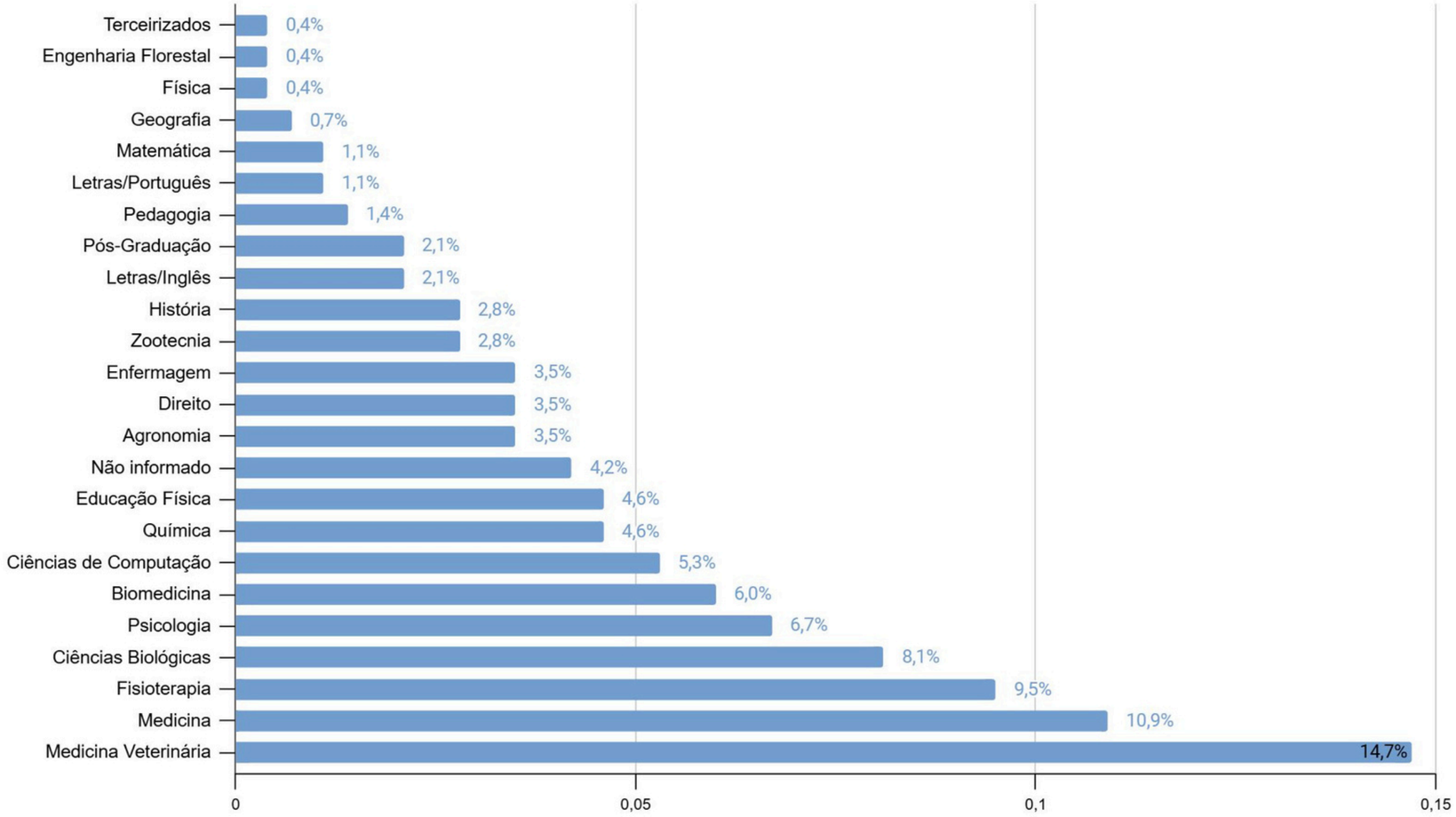


Gráfico 6 - Percentual de atendimentos psicológicos por curso realizados em 2023
Fonte: Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), 2024

3.5.8 Eventos e Ações

A PRAE promove diversas ações e eventos com foco no engajamento e suporte aos discentes. Estas atividades, que variam desde rodas de conversa do "Projeto Ser Social e Saúde Mental" até acolhimentos específicos para grupos de discentes, demonstram o compromisso da Instituição com o bem-estar e desenvolvimento acadêmico de seu corpo discente e já alcançaram cerca de 3 mil discentes. O Quadro 7 a seguir elenca os eventos e ações já realizadas pela PRAE:

Foto 18 - Acolhimento de estudantes quilombolas em 2023
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

Descrição do evento/ação
Rodas de conversa do Projeto Ser social e Saúde Mental
Acolhimento Institucional
Oficina sobre Rotina de Estudos
Acolhimento aos discentes indígenas
Acolhimento aos discentes quilombolas
Acolhimento para atenção pedagógica
CONEPE – Organização
Conepe - Minicursos, Oficinas e Encontros
Palestras
Semana das Regiões do Brasil (RU)
Promoção, registro, organização e acompanhamento de projetos e atividades esportivas e culturais voltadas para o público discente

Quadro 7: Relação das Ações e Eventos Promovidos pela PRAE
Fonte: Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), 2024.

4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

4.1 Cidadania

A UFJ mantém o compromisso com a promoção da cidadania, a partir de três mecanismos de interação entre a Universidade e a participação efetiva da sociedade civil - ensino, pesquisa e extensão. O ensino promove a formação de recursos humanos qualificados, engajados e comprometidos com a efetiva construção coletiva e justa da sociedade. A partir da pesquisa, com ênfase nos cursos de graduação e pós-graduação, a UFJ dispõe de projetos de pesquisa em consonância com a vocação de Jataí e do Sudoeste goiano, como é o caso das pesquisas nas áreas de ciências agrárias, tecnologia, ciências saúde e desenvolvimento sustentável. A extensão universitária é o elo mais próximo entre as ações da UFJ e a sociedade, cuja interação acontece por meio de equipamentos, serviços e programas oferecidos de forma contínua ou pontual pelos diversos cursos de graduação e pós-graduação. Para citar alguns equipamentos, a Clínica Escola de Fisioterapia, o Núcleo de Prática Jurídica e o Serviço de Psicologia Aplicada abrigam programas e projetos de extensão que oferecem serviços de grande relevância para a população.

4.2 Direitos Humanos

A UFJ adota os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948, que não é um documento jurídico, mas inspirou a Constituição Federal do Brasil de 1988 que registra o compromisso de todos os cidadãos brasileiros e todos os órgãos da sociedade pelo ensino e pela educação. A perspectiva de incluir todas as pessoas no ensino superior inspirou o desenvolvimento de setores específicos como no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão e a Coordenadoria de Ações Afirmativas, que tem objetivo de monitorar, viabilizar e apoiar a permanência de discentes com condições específicas, pessoas com deficiência e pessoas de grupos minorizados, como pessoas negras, LGBTQIA+, pessoas indígenas e quilombolas, refugiados e todas aquelas socialmente minorizadas.

4.3 Ações Afirmativas e Inclusão Social

O histórico de efetivação das ações afirmativas no Brasil tem marcos recentes, para citar alguns, a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Cotas, ou Lei nº 12.711, sancionada em 29 de agosto de 2012, que naquele momento estabeleceu 50% das vagas em Universidades e institutos federais para pessoas que estudaram integralmente o ensino médio na rede pública, além de incluir nessa parcela pessoas autodeclaradas negras. Na base dessas ações, a discussão em torno da reparação, por meio do acesso à educação, serviços e renda, de pessoas pertencentes aos grupos historicamente minorizados, como as pessoas negras escravizadas e aquelas socioeconomicamente minorizadas.

Nessa perspectiva de reparação, inclusão e representatividade, a UFJ desenvolve políticas de ações afirmativas na graduação e na pós-graduação, incluindo cotas sociais e raciais, vagas exclusivas para indígenas e quilombolas, além da reserva de vagas para pessoas com deficiência, como previstos na Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023.

Além disso, a UFJ dispõe de um programa específico para inclusão, permanência e sucesso acadêmico de discentes dos grupos minorizados, como indígenas, negros e quilombolas, o programa UFJ Para Todos foi estabelecido pela Resolução CONSUNI nº 018/2023. Também são ofertados editais de apoio e permanência estudantil por meio da análise da situação socioeconômica, conforme estabelecido na PNAES.

Foto 19 - UFJ no combate ao racismo e à intolerância religiosa - Edição Matriz Africana
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

A política de ação afirmativa da UFJ ampliará o acesso aos cursos de pós-graduação, como mestrado e doutorado da Instituição as pessoas dos grupos minorizados, como pessoas negras, indígenas e quilombolas. Em todas as seleções dos programas de pós-graduação stricto sensu será criada ao menos 1 vaga adicional para indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e outras pessoas de grupos minorizados, como LGBTQIA+. Além da criação e reservas de vagas, a nova política de ação afirmativa definirá estratégias para garantir a permanência de discentes após o ingresso e minimizar a vulnerabilidade socioeconômica, com a seguinte priorização de distribuição de bolsas: 1. pessoas negras, indígenas e quilombolas; 2. pessoas com deficiências; 3. mães em cuidado não remunerado; 4. pessoas LGBTQIA+, e demais aprovados.

O Programa de Diversidade, Pertencimento, e Inclusão (PDPI) da UFJ tem o objetivo de minimizar a evasão, possibilitar a permanência e a diplomação de discentes de graduação e pós-graduação de pessoas pertencentes às minorias sociais, em virtude de identidades de gênero, raça, etnia, predileção religiosa, e orientação sexual. Algumas ações que compõem o PDPI são: Orgulho UFJ que tem como objetivo promover pertencimento, permanência e acolhimento das pessoas LGBTQIA+ UFJ CONTRA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA, ação que promove letramento racial interseccional dos signos, costumes e especificidades das pessoas de religião de matriz africana. UFJ Antirracista tem como objetivo promover formação antiracista e continua para toda a comunidade da Universidade - servidores, discentes, terceirizados, bolsistas e comunidade externa. O Vivendo sem violência tem como objetivo a defesa dos direitos equânimes de gênero, classe, raça e suas intersecções. Por fim, o Comunica + UFJ que trabalha ações institucionais de comunicação inclusiva, anticapacitista, antirracista e antimachista.

A política de ações afirmativas da UFJ são promovidas a partir de um trabalho intersetorial mediado pela Coordenadoria de Ações Afirmativas em articulação com diferentes órgãos, como o NAI, PRAE, PROPESSOAS, PROECE e SECOM, para citar alguns. A UFJ desenvolve uma política de pertencimento e ação afirmativa alinhada com os ODS, sensíveis aos grupos minorizados, ODS 4 - Educação de qualidade, ODS 5 - Igualdade de gênero e ODS 10 - Redução das Desigualdades. Além de apoiar-se no Plano Juventude Negra Viva (PJNV) que busca a redução das vulnerabilidades que afetam a juventude negra brasileira e a violência letal alicerçada no racismo estrutural. Além das ações para ingresso e permanência estudantil, a UFJ trabalha na seleção e permanência de servidores com questões específicas de gênero e raça como estratégia para combater a sub-representatividade em todos os cenários da UFJ, em consonância com as metas do Decreto presidencial nº 11.443/23.

4.4 Saúde Mental

A UFJ faz parte da Rede Iberoamericana das Universidades Promotoras da Saúde (RIUPS), que são instituições de ensino superior nas quais a promoção da saúde e qualidade de vida de seus membros é considerada parte do projeto institucional. Tal proposta tem sido desenvolvida em diferentes instituições de países na América Latina e Europa. destaca-se a criação de ambientes acadêmicos favoráveis à saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1992) conceituou as Universidades Promotoras de Saúde (UPS) como instituições de educação superior que revisam seus próprios sistemas e processos, visando assumir a responsabilidade de contribuir para a melhoria da saúde e bem-estar de seus colaboradores e acadêmicos.

Mais recentemente, a Carta de Okanagan elaborada em 2015, atualizou o conceito de Universidades Promotoras de Saúde como as Universidades e Faculdades que desenvolvem políticas, programas, ações práticas administrativas e acadêmicas, criando culturas universitárias de empatia, bem-estar, equidade e justiça social. A UFJ tem estabelecido ações estratégicas nos seus macroprocessos gerenciais (governança) e suporte (gestão integrada) para melhorar a saúde das pessoas que integram o ecossistema da Universidade. A instituição tem como missão contribuir com a saúde e a sustentabilidade da sociedade, fortalecer a comunidade e contribuir para o bem-estar das pessoas e do planeta, com orientação dos 17 ODS. Isso tem sido realizado por meio da formação profissional, na estimulação da melhoria na qualidade de vida dos docentes, discentes e funcionários, na geração e transferência de conhecimento.

Em quase todas as métricas, o principal problema relacionado ao bem estar e saúde na Universidade aparecem vinculadas a saúde mental da comunidade acadêmica, que está piorando rapidamente. Mesmo antes da pandemia, as Universidades enfrentam um aumento na demanda por cuidados que ultrapassa em muito a capacidade, e ficou cada vez mais claro que os modelos tradicionais de cuidado à saúde mental não estão preparados para resolver o problema. A UFJ tem como compromisso o desenvolvimento de políticas que incentivem a comunidade a buscar ajuda sem repercussões e a criar abordagens não discriminatórias para dar suporte aos discentes e servidores em crise. Além disso, adota ações com uma abordagem universitária integral para a saúde mental, revitalizando os ambientes e criando espaços de convivência para promover a saúde mental e o bem-estar de toda a comunidade universitária.

4.4.1 Servidores

Ao longo dos anos, tanto a concepção e reestruturação do trabalho mudaram, como também a conceituação que se tinha sobre Saúde Mental. Tendo como base o sítio eletrônico do Ministério da Saúde, a OMS conceitua a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença ou enfermidade”. Nesse sentido, a saúde mental dependeria da interação entre inúmeros fatores, dentre eles o trabalho, o qual pode ser visto como parte constituinte da identidade de uma pessoa e como fator de integração à sociedade, atendendo uma necessidade individual e coletiva.

Assim, o trabalho ocuparia um espaço significativo nesta equação, podendo ser um fator protetor da saúde mental do trabalhador, como também atuar como agravante das condições de saúde mental já existentes, ou como fator desencadeante, a depender da organização do trabalho e das políticas de gestão de pessoas, incluindo a política de saúde mental.

Logo, é essencial que instituições públicas e privadas desenvolvam políticas de saúde mental voltadas para a promoção do bem-estar dos trabalhadores. E é nesse contexto que se insere o SIASS, o qual tem como objetivo estruturar e implementar ações que visem à saúde mental no ambiente de trabalho, abordando tanto a prevenção quanto a promoção da saúde. O SIASS coordena ações de atenção à saúde dos servidores públicos federais, oferecendo suporte para a prevenção de doenças e o tratamento de problemas de saúde, com foco no bem-estar físico, mental e social.

Dentro dessa estrutura é fundamental que a política de saúde mental seja integrada a um plano estratégico mais amplo, como o PDI. Partindo da premissa de uma Política Institucional que possui responsabilidade e compromisso com a saúde de seus trabalhadores, e compreendendo-se que existem limites em sua atuação, a UFJ, como uma das Universidades Federais denominadas de “supernova”, encontra-se em um contexto de organização e de estruturação, envolvendo, dentre outras ações, a formulação de suas políticas e normativas. Sendo assim, torna-se necessário a Instituição elaborar e implementar políticas de saúde mental que possibilitem a constituição e manutenção de um espaço de trabalho que promova acolhimento, diversidade, inclusão e proteção do trabalhador frente às diversas demandas de trabalho.

Diante disso, o ponto de partida de análise da saúde mental deve ser pensado para além do indivíduo, incluindo as dimensões institucional e coletiva. E, nesse sentido, cabe à Instituição proporcionar uma organização do trabalho que promova um clima organizacional saudável. Para isso, norteia-se a ideia de saúde mental pela inclusão de ações e intervenções que contemplem tanto a prevenção como a promoção de saúde mental no contexto de trabalho e na organização do trabalho, minimizando afastamentos gerados por problemas de saúde mental. Com essa abordagem, a Universidade se posiciona não apenas como um local de trabalho, mas como um agente promotor de saúde mental, comprometido em criar políticas que assegurem o bem-estar de seus servidores a longo prazo.

Tendo esta concepção como foco de atuação do plano institucional no que se refere à criação de uma política de promoção e prevenção da saúde, pretende-se atuar em diferentes frentes divididas entre ações que serão executadas pela psicologia organizacional e pelo SIASS, distribuídas em conformidade com as atribuições e responsabilidades. Tais ações estão contempladas no âmbito do objetivo estratégico "Promover e fortalecer as ações de gestão de pessoas, de desenvolvimento e de qualidade de vida no trabalho" (Id: S-2) sendo também contempladas dentro do plano tático da gestão de pessoas da PROPESSOAS, organizadas em seis eixos.

Eixo 1 - Estruturar o serviço de escuta terapêutica destinado aos servidores, inclusive os afastados por problemas de saúde. Assim, prioriza-se a criação de um espaço seguro de acolhimento e escuta aos servidores da UFJ, onde os mesmos possam expressar suas preocupações, medos e dificuldades, recebendo suporte emocional. Para isso, espera-se acolher, orientar e encaminhar o servidor para o serviço especializado de saúde, quando necessário.

Eixo 2 - Realizar trabalhos com grupos mediadores de conflitos e outras situações que estejam sendo vivenciadas como problemas pela equipe de trabalho. O foco é direcionado para a qualidade dos relacionamentos interpessoais e a melhoria do clima organizacional, por meio de espaços de ações que promovam a troca de experiências e o acolhimento de diferentes percepções no dia-a-dia laboral, objetivando o fortalecimento das relações sócio-profissionais e, consequentemente, da saúde ocupacional.

Eixo 3 - Elaborar e aplicar instrumentos de pesquisa do clima organizacional, desenvolvendo e implementando estratégias e programas de melhorias na organização do trabalho. O mapeamento do clima organizacional pode permitir a implementação de ações institucionais, de modo a fomentar um ambiente em que as pessoas se sintam valorizadas e engajadas com a instituição, minimizando fatores adoecedores e intervindo preventivamente na qualidade do clima organizacional.

Eixo 4 - Traçar o perfil epidemiológico dos servidores, para a análise dos motivos de afastamentos por problemas de saúde, incluindo saúde mental, a fim de identificar os fatores de risco e direcionar as ações preventivas. Nesse sentido, pretende-se reduzir a incidência de doenças que possam ter relação com o trabalho, promover melhorias nas condições de trabalho e implementar programas de prevenção e bem-estar.

O perfil epidemiológico é uma análise detalhada das condições de saúde, das doenças mais comuns, da distribuição dos problemas de saúde, além dos fatores de risco e determinantes que afetam uma população específica. O perfil epidemiológico é um indicador que observa as condições de vida, o processo saúde-doença e o nível de desenvolvimento de uma população. É utilizado para identificar padrões de saúde e doença, orientando o planejamento de políticas de saúde, estratégias de prevenção, intervenções e a alocação eficaz de recursos. Assim, trata-se de um instrumento importante para fornecer insights valiosos no entendimento e na gestão do adoecimento dentro da instituição.

Ademais, é uma ferramenta indispensável para:

- **Identificação de prioridades:** facilita a identificação das principais questões de saúde que afetam os servidores, direcionando recursos para áreas de maior necessidade;

- **Planejamento de políticas e programas de saúde:** proporciona uma base sólida para a criação e implementação de políticas, programas e intervenções voltados para a prevenção de doenças e promoção de estilos de vida saudáveis;

- **Monitoramento e avaliação:** serve como referência para acompanhar e avaliar a eficácia de intervenções das ações e as mudanças nas tendências de saúde ao longo do tempo, permitindo ajustes quando necessário;

- **Pesquisa e desenvolvimento:** fornece dados essenciais para a pesquisa epidemiológica, auxiliando no desenvolvimento de estudos sobre a saúde dos servidores públicos;

- **Promoção da equidade em saúde:** permite a identificação de desigualdades de saúde entre diferentes grupos populacionais (por idade, sexo, status socioeconômico, etnia, etc.), direcionando esforços para promover a equidade na saúde.

Eixo 5 - Utilização de mídias sociais para a divulgação e sensibilização de temas voltados à prevenção e à promoção da saúde. A educação em saúde, por meio da disseminação de informações científicas nas mídias sociais visa reduzir a morbidade e mortalidade dos servidores e da população em geral, utilizando as seguintes estratégias: divulgar conhecimento científico confiável sobre saúde; estimular o autocuidado e a prevenção entre servidores e a comunidade; combater a disseminação de informações falsas relacionadas à saúde; melhorar a relação de confiança com profissionais de saúde.

Nos últimos anos, as mídias sociais tornaram-se ferramentas essenciais na disseminação de informações e na interação entre indivíduos, e sua presença no cotidiano é inegável. Essa expansão trouxe novas oportunidades, não apenas para a comunicação, mas também para a educação e conscientização sobre temas relevantes, como a saúde mental.

Por meio de postagens, vídeos e campanhas direcionadas, tem-se a possibilidade de incentivar o autocuidado, desmistificar transtornos psicológicos e incentivar as pessoas a buscarem ajuda especializada quando necessário. Essa abordagem é fundamental, considerando que o estigma em torno da saúde mental ainda é uma barreira significativa que impede muitos de procurarem auxílio. Além disso, as mídias sociais possibilitam a criação de comunidades de apoio, onde indivíduos podem compartilhar experiências e encontrar suporte.

A utilização das mídias sociais como ferramenta na prevenção e promoção da saúde mental é uma oportunidade valiosa para a sociedade moderna. Elas permitem não apenas a disseminação de conhecimento confiável e acessível, mas também a criação de espaços de apoio e conscientização, desde que o conteúdo seja bem gerido e baseado em evidências científicas. A execução de tais ações baseiam-se no objetivo estratégico "Fortalecer a comunicação institucional" (Id: G-3), transversal à área de gestão de pessoas e que permeia toda a Universidade.

Eixo 6 - Implementação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), com vistas a promover a melhoria contínua das condições de trabalho, buscando o bem-estar e a satisfação dos servidores e terceirizados. Para isso, esse programa deve: auxiliar a instituição na busca por melhorias no ambiente físico de trabalho, de modo a favorecer a saúde e o conforto no trabalho; incentivar o desenvolvimento profissional dos trabalhadores proporcionando oportunidade de capacitação, treinamentos e programas de desenvolvimento de carreira; fortalecer as relações interpessoais e a comunicação, promovendo um ambiente de respeito, cooperação e comunicação aberta entre todos os níveis da organização; e implementar programas de saúde e bem-estar, oferecendo iniciativas que promovam a saúde física e mental, como atividades físicas, acompanhamento psicológico e orientações sobre saúde.

A QVT é um conceito cada vez mais valorizado pelas organizações, especialmente no setor público. Em uma Universidade Federal, onde o ambiente acadêmico é dinâmico e desafiador, promover um clima organizacional saudável e produtivo é essencial. A implementação de um programa de qualidade de vida no trabalho na UFJ visa, principalmente, criar condições favoráveis para que os servidores possam desempenhar suas funções com bem-estar físico e mental. Um ambiente de trabalho saudável contribui diretamente para a redução de problemas como estresse, doenças ocupacionais e sobrecarga emocional, fatores que afetam a qualidade de vida e o desempenho dos servidores.

A adesão a essas políticas e programas é um dos aspectos mais críticos para o sucesso de qualquer iniciativa de QVT. Assim, para o engajamento dos servidores nesses programas, é necessária a percepção dos benefícios tangíveis que podem ser obtidos. Isso é realizado através de campanhas de conscientização, sensibilização e a criação de ambientes acolhedores para a discussão de temas relacionados à saúde e ao bem-estar. Quando os servidores sentem que a instituição se preocupa genuinamente com sua qualidade de vida, há uma maior propensão a participarem ativamente de programas de QVT. Nesse sentido, reforça-se, mais uma vez, a existência do objetivo estratégico "Promover e fortalecer as ações de gestão de pessoas, de desenvolvimento e de qualidade de vida no trabalho" (Id: S-2), que abrangerá as ações de QVT na Universidade.

4.4.2 Discentes

A saúde mental é definida pela OMS como o estado de bem-estar vivido pelo indivíduo que o permite desenvolver habilidades pessoais para lidar com os desafios da vida e contribuir para a comunidade. Caracterizada por fatores biopsicossociais, a saúde mental precisa ser analisada a partir de suas determinações sociais, biológicas, emocionais, culturais e políticas. E sua promoção, prevenção e cuidado requer o envolvimento, de maneira articulada, das áreas da saúde e educação e da sociedade geral. Nesse sentido, a Universidade pode ser considerada importante para a promoção e prevenção da saúde, por seu caráter formador.

Reconhecendo a necessidade do cuidado em saúde mental ser pensado de maneira plural, e considerando suas dimensões individual e coletiva, a equipe da PRAE realiza atendimentos psicológicos individuais, rodas de conversas presenciais e virtuais que objetivam conscientizar e orientar a comunidade acadêmica em relação à saúde mental e processos de adoecimento psicológico, a partir do projeto Ser Social e Saúde Mental. E ações como o Câmpus PRAE, que a cada edição se propõe a discutir uma temática de relevância acadêmica e política, que se relacionam com a saúde mental, como Luta Antimanicomial, Orgulho LGBTQIAPN+ e Setembro Amarelo.

Essas ações precisam ser ampliadas, consolidadas e novas ações praticadas, visto o alto índice de sofrimento mental vivenciado por discentes, docentes, TAEs e trabalhadores terceirizados da Universidade, evidenciando a necessidade da construção de uma Política de Saúde Mental para a UFJ. Para isso, é importante que seja instituída uma Comissão Permanente de Saúde Mental (CPSM), que envolva a Administração Central e as diversas Unidades e Órgãos da instituição.

A CPSM deve propor uma metodologia participativa e dialógica para ações e iniciativas que envolvam toda a comunidade acadêmica, a saber: ampliação do serviço de acolhimento psicológico da PRAE; fortalecimento e criação de núcleos de escuta acadêmica nas Unidades Acadêmicas; ampliação dos serviços de atenção psicológica, principalmente nos prédios de moradia estudantil; realização de rodas de conversa, encontros, eventos organizados por discentes, docentes e servidores técnico administrativos; encontros de formação continuada entre os servidores da UFJ que atuam em interface com a saúde mental.

Nesse contexto, busca-se uma postura mais proativa frente às situações de sofrimento mental que a comunidade da Universidade vivencia, e colocam em prática ações que contemplem os princípios:
I. Universidade para todos: acolhedora, flexível, acessível, inclusiva e solidária;
II. Respeito à vida e aos valores éticos da convivência humana;
III. Sintonia e defesa do SUS; da Política Nacional de Saúde Mental (Lei n° 10.216/2001) e todo o arcabouço legal que compõe e orienta os programas municipais, estaduais e nacionais de saúde mental para o tratamento territorial/comunitário em liberdade; e da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS).

A implementação e execução da Política de Saúde Mental da UFJ representa um trabalho sistêmico, com o envolvimento de toda a Comunidade Acadêmica (discentes, servidores docentes e TAEs e trabalhadores terceirizados), propondo ações que sensibilizem e mobilizem as diversas Unidades e Setores, sob a coordenação da Comissão Permanente e Saúde Mental da Instituição.

4.4.2.1 Objetivos Táticos

1. Viabilizar a implementação da Política de Saúde Mental da UFJ, voltada para discentes, servidores docentes e TAEs;

2. Consolidar o Comitê de Saúde Mental (CSM) da UFJ, que congrega diversas Pró-Reitorias e Órgãos de várias Unidades que se dedicam ao tema, sob coordenação da PRAE, como lugar de definição e acompanhamento da Política de Saúde Mental da UFJ;

3. Instituir Comissão Permanente de saúde mental que, em diálogo com o Comitê de Saúde Mental, será responsável pela execução da Política de Saúde Mental na UFJ.

4.4.2.2 Ações

1. Apoiar a realização anual da Semana de Saúde Mental, coordenada pelo Comitê de Saúde Mental e pela Coordenação Psicossocial da PRAE;

2. Produzir e distribuir materiais que orientem a Comunidade Acadêmica quanto à promoção das condições de saúde mental, cuidados e tratamento do sofrimento mental;

3. Criar espaços nos Câmpus da UFJ dedicados às atividades de convivência e interação entre os discentes da Universidade;

4. Incentivar e apoiar o desenvolvimento de políticas e ações de promoção da saúde mental nas diversas Unidades da Instituição, desenvolvidas por docentes, TAEs e discentes.

4.5 Acessibilidade e Inclusão

A Educação Inclusiva foi formulada para garantir que todos os discentes, independentemente de suas diferenças, pudessem aprender em ambientes comuns. O Brasil começou a implementar os conceitos de acessibilidade e inclusão efetivamente nos anos de 1990, por meio de leis e políticas voltadas, quase que especificamente para a educação básica, obtendo-se um aumento significativo de matrículas de alunos com deficiência em escolas regulares. Com o passar do tempo, surgem portarias e leis que regulamentam o acesso ao Ensino Superior e a formação de discentes com deficiência. Nesse sentido, ações específicas foram necessárias para garantir a acessibilidade e a permanência desse público na educação superior, conforme recomendado em planos e políticas nacionais.

A fim de garantir a acessibilidade e a permanência desses discentes na Universidade, a UFJ adota políticas públicas de ações afirmativas e de acesso e permanência ao ensino superior (Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016; Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017; e a Portaria Normativa do MEC nº 9, de 5 de maio de 2017), as quais estabelecem diretrizes para a reserva de vagas às pessoas com deficiência, bem como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146, de 6 de julho de 2015), a qual afirma, em seu art. 27, que a educação é um direito da pessoa com deficiência e que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis.

As políticas nessa área seguem o disposto na:

- Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003): que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- Portaria nº 319, de 26 de fevereiro de 1999 (BRASIL, 1999): que recomenda adotar uma política de diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de aplicação, compreendendo especialmente a Língua Portuguesa, a Matemática e outras Ciências, a Música e a Informática;
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002): que reconhece como meio legal de comunicação e expressão dos surdos a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Por fim, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007), que enfatiza a implementação de acesso e permanência das pessoas com deficiência na educação superior, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), bem como a Política de Acessibilidade e Inclusão da UFJ, devem ser atendidas, a fim de resguardar o direito de acesso à educação que todas as pessoas possuem.

A fim de dinamizar o processo de inclusão, a UFJ, no início de 2024, restabeleceu o NAI, o qual oferece serviços relacionados à educação especial e ao atendimento especializado, desde a entrada até a finalização do curso de graduação e/ou pós-graduação, com o intuito de assegurar a inclusão nos espaços acadêmicos. Além de prestar serviços aos discentes, realiza também ações voltadas para o processo de inclusão de servidores (as) efetivos (as) e terceirizados (as).

O NAI tem como objetivo criar e promover um ambiente acadêmico mais inclusivo e acessível para todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou sociais, bem como proporcionar uma cultura inclusiva, igualitária e diversa no ambiente universitário. Isso envolve eliminar discriminações e preconceitos, criando um espaço em que todos se sintam valorizados e respeitados. Além disso, busca integrar a diversidade em currículos, programas de estudos, eventos e contratações, por meio de políticas que incentivem a participação equitativa de diversos grupos e celebrem a diversidade.

As ações do Núcleo estão alinhadas com a legislação vigente, além de dispositivos e normas técnicas que tratam dos apoios especializados e dos serviços de acessibilidade para o público-alvo da educação especial. Este núcleo tem se adequado às legislações educacionais, especialmente no que se refere ao atendimento de pessoas com deficiência, bem como, participa do Colégio Nacional de Coordenadores de Núcleos de Acessibilidade das Instituições Públicas da Educação Superior (CONACESSI/ANDIFES), o que oportuniza o fortalecimento e a integração dos Coordenadores dos Núcleos de Acessibilidade; permite o compartilhamento de práticas bem-sucedidas, desafios enfrentados e soluções inovadoras, enriquecendo o conhecimento sobre inclusão nas Universidades e facilita a construção de redes de apoio e colaboração entre instituições, propiciando o intercâmbio de recursos e informações sobre acessibilidade.

O NAI realiza, por meio da Comissão de Verificação da Deficiência, bancas de validação para candidatos a vagas específicas. A tabela e o gráfico a seguir apresentam a quantidade de discentes com deficiência que ingressaram nos cursos de graduação da UFJ de 2019 a 2024.

Ano	Total de Matriculados	Ativo	Cancelado
2019	8	3	5
2020	23	14	9
2021	18	11	7
2022	13	10	3
2023	11	10	1
2024	9	8	0
TOTAL	**82**	**56**	**25**

Tabela 4 - Número de alunos PAEE - 2019-2024
Fonte: Banca de Verificação da Deficiência/NAI/SeTI, 2024

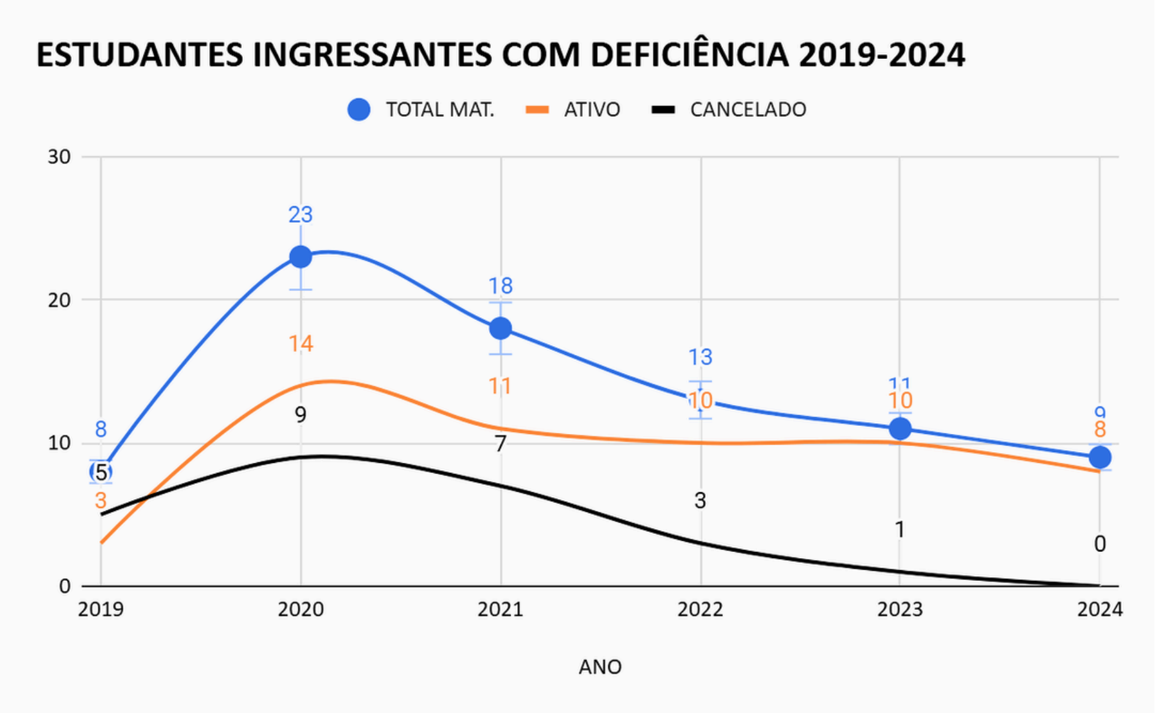


Gráfico 7 - Número de alunos PAEE, por ano de ingresso - 2019-2024
Fonte: Banca de Verificação da Deficiência/NAI/SeTI, 2024

A tabela e o gráfico exibem a quantidade de discentes com necessidades educacionais específicas (NEE) nos cursos de graduação da UFJ entre 2019 e 2024. Estas necessidades são provenientes das seguintes condições: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Dislexia, Disortografia e Discalculia. Autonomamente ou encaminhados pelas Coordenações de curso, esses discentes acessaram os serviços do Programa de apoio a discentes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas (PADNEE). Mesmo não compondo o grupo de discentes PAEE, a equipe do NAI acolhe e inclui também este público dentro de suas ações de apoio pedagógico, orientação e acompanhamento acadêmico.

Ano	Total de Matriculados	Ativo	Cancelado
2019	4	4	0
2020	8	8	0
2021	7	7	0
2022	13	9	4
2023	8	7	1
2024	10	10	0
TOTAL	50	45	5

Tabela 5 - Número de alunos com NEE, por ano de ingresso - 2019-2024
Fonte: Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), 2024

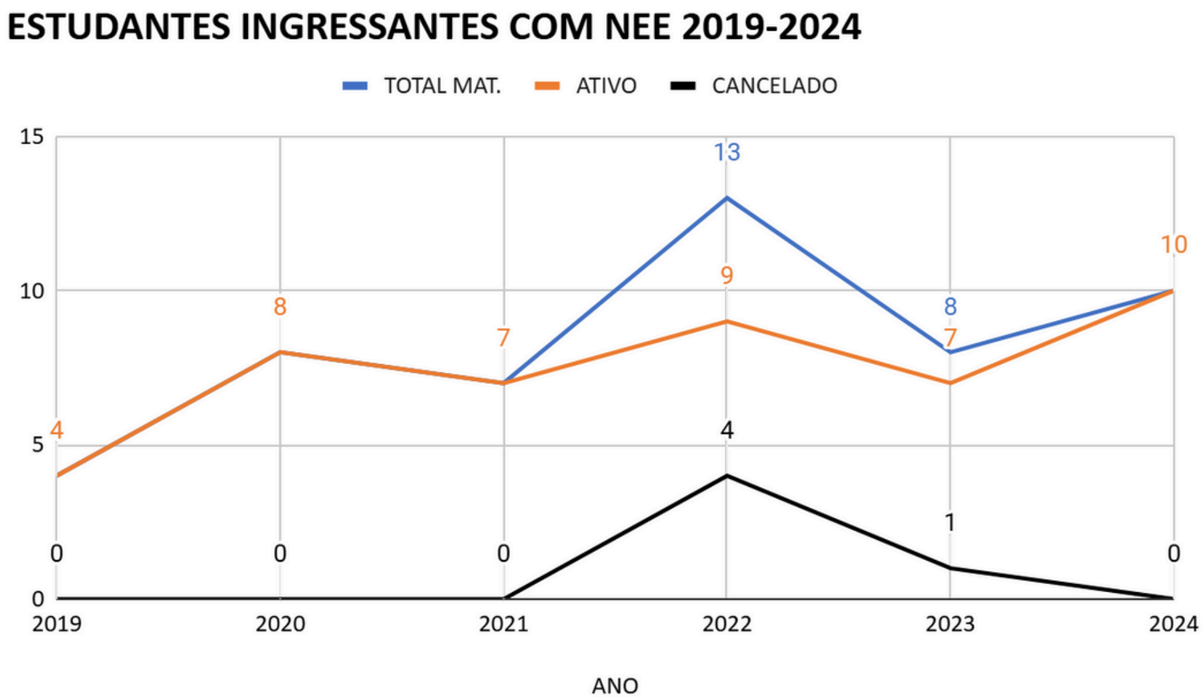


Gráfico 8 - Número de Alunos com NEE, por ano de ingresso - 2019-2024
Fonte: Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), 2024

Com o objetivo de evitar a evasão, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFJ, pautado pelos princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, coordena e apoia ações que promovem acessibilidade e inclusão, em colaboração com os demais setores da instituição e a comunidade universitária.

Além de oferecer suporte e serviços especializados aos alunos e servidores, o NAI também orienta sobre acessibilidade acadêmica, visando a comunicação e informação que promovem acessibilidade, garantindo a inclusão física, arquitetônica, programática, atitudinal e pedagógica, abrangendo materiais didáticos e processos seletivos.

Entre as iniciativas destacam-se o empréstimo de materiais didáticos acessíveis, realizado pelo LAI que é parceiro direto do NAI em suas ações. O Departamento de Estudo, Acessibilidade e Surdos (DEAS) oferece os serviços de tradução e interpretação de Libras, o Departamento de Apoio Pedagógico e Inclusão (DAPI) e o Departamento de Inclusão e Formação (DIF). As ações desses departamentos promovem condições de acessibilidade que incentivam a autonomia e a independência dos alunos com deficiência na Universidade.

Referente à acessibilidade dos discentes surdos, o DEAS desenvolve ações em promoção da língua, cultura e identidade dos surdos de Jataí. Uma dessas ações foi a realização de dois Encontros Regionais em Comemoração ao Dia Nacional de Surdos, evento de extensão que teve como objetivo promover a comunidade surda de Jataí, valorizando sua cultura, lutas e conquistas, bem como dar autonomia e protagonismo a eles. Esses encontros foram organizados e desenvolvidos por pessoas surdas da UFJ e do IFG.

Além dessas, outras ações foram desenvolvidas em prol da comunidade surda local, como a ação de extensão “A comunidade Surda de Jataí e acesso às informações sobre o COVID-19”, em um cenário de muitas incertezas e conflitos de informações, para as pessoas surdas estes questionamentos se intensificam devido a falta de acessibilidade comunicacional nas principais mídias de veiculação de notícias, assim, esta ação da UFJ/NAI configurou-se em um importante instrumento para tornar as notícias acessíveis aos surdos de Jataí, com alcance em outras regiões do estado e do Brasil.

Destaca-se, ainda, a ação de extensão em andamento: “A prática esportiva como ferramenta para fortalecimento da identidade, cultura e língua dos surdos”; a qual tem o objetivo de promover um espaço de prática esportiva para pessoas surdas e pessoas que tenham o interesse em conviver com essa comunidade, pois, para além do esporte, é um momento para fortalecer os laços sociais, a língua e a cultura.

Por fim, o NAI, em consonância com a missão e visão da UFJ, desenvolve suas ações, articuladas com os objetivos estratégicos desta Instituição, em especial o de “Promover a igualdade de gênero, diversidade e inclusão na comunidade acadêmica” (Id: G-4).

4.5.1 Coordenação de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade para Discentes

O atendimento aos discentes com necessidades educacionais específicas é feito pela Coordenação de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade (CIAD). Esse acompanhamento ocorre desde a matrícula até o recebimento do certificado de conclusão e sua inserção no mercado de trabalho, por meio do acompanhamento de egressos. Entendidas como "Estratégias de Atendimento Educacional Especializado", o atendimento segue o seguinte processo:

- Mapeamento de discentes com necessidades específicas na UFJ;
- Abertura de Processo sobre Relatório de Acompanhamento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e preenchimento de formulário específico;
- Levantamento de informações sobre a trajetória acadêmica do discente e necessidades educacionais específicas;
- Acolhimento do discente e de suas necessidades educacionais – equipe multiprofissional da CIAD e docentes do curso;
- Encaminhamento para avaliação psicopedagógica e/ou psicológica da PRAE, caso seja necessário;
- Orientação pedagógica à coordenação de curso e aos docentes, além da realização de ações para inclusão que contam com: formação docente para utilização de metodologias colaborativas para a aprendizagem; ações colaborativas de disponibilização de acompanhamento por monitores da CIAD; projeto mentoria; estratégias de adaptações curriculares, entre outros.

É importante ressaltar que existem ações já incluídas no planejamento tático da área para futura execução:

- Curso de formação para profissionais de apoio em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação;
- Curso de formação para professores sobre Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e Ensino Colaborativo;
- Curso de formação para intérpretes/tradutores de LIBRAS da UFJ.

4.6 Hospital Veterinário

O Hospital Veterinário da UFJ, situado no Câmpus Jatobá, é um referencial no sudoeste goiano, sendo reconhecido por sua modernidade e equipamentos de vanguarda. Mais do que uma infraestrutura avançada, o hospital se destaca pela dedicação e empatia de sua equipe, composta por profissionais médicos, técnicos, administrativos e de manutenção, todos comprometidos com a saúde e o bem-estar animal.

Este comprometimento é evidenciado na atenção dada a cada detalhe – desde a interpretação de sutis sinais clínicos até a promoção da harmonia na relação humano-animal. O hospital conta com consultórios, áreas de exame e radiologia, laboratório clínico, blocos cirúrgicos, vestiários, salas de preparo e esterilização, áreas de recuperação pós-cirúrgica, internamento e setores administrativos. Juntos, eles garantem um atendimento veterinário completo e humanizado, respaldando a missão da UFJ em promover a educação e os serviços de excelência.

Foto 20 - Atendimento no Hospital Veterinário
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

4.7 Sustentabilidade

É seguro presumir que as consequências e os custos das mudanças climáticas definirão o século XXI, especialmente pela imposição de grande revés em muitas agendas de mitigação das mudanças climáticas, já tardias e sub implementadas. Nesse contexto, a UFJ assume um protagonismo em busca da consolidação de uma Universidade sustentável.

A definição de Universidade sustentável é comumente associada aos três pilares da sustentabilidade, pois têm a responsabilidade de contribuir para mitigar os impactos ambientais, econômicos e sociais, ao mesmo tempo em que promovem a saúde e o bem-estar, e disseminam esses valores regional e globalmente. A definição clássica de sustentabilidade previa o desenvolvimento que considera as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas necessidades. Ao adotar essas agendas, a UFJ entende que esses objetivos atuais e futuros são inerentes à tomada de decisão eficaz e ao sucesso de iniciativas sustentáveis.

Assim, o Desenvolvimento Sustentável (DS) é uma demonstração da responsabilidade institucional, considerando a sustentabilidade ambiental, econômica e social em suas atividades.

A UFJ apresenta um amplo portfólio de ações no ensino, na pesquisa e pós-graduação, e na extensão e cultura. Destacam-se questões como: prática e ativismo sobre a sustentabilidade da necessidade de transformações sociais e ecológicas radicais para enfrentar os desafios interligados da injustiça social e ambiental; saúde e bem-estar; perda de biodiversidade; mudanças climáticas; redução das desigualdades; entre outros. O papel assumido pela Instituição é devido, principalmente, à sua localização, às suas características e missão inerentes:

a) como Universidade, a UFJ tem a responsabilidade de preparar futuros líderes e cidadãos para serem mais conscientes e ativos na disseminação de princípios sustentáveis;

b) como gestora de estruturas físicas que consomem energia e outros recursos, as instituições têm a oportunidade de implementar ações para diminuir custos e impactos associados às operações em seus Campi;

c) como estruturas administrativas, a UFJ tem o papel de gerir pessoas de diversas origens socioculturais;

d) comprovar eficiência na governança orçamentária;

e) buscar um engajamento entre a comunidade acadêmica e a sociedade; e

f) ter a responsabilidade social de incorporar todas essas questões, agindo pelo exemplo.

A UFJ é uma autarquia federal e, assim, está obrigada pela IN nº 10 de 2012, a elaborar, acompanhar e avaliar o Plano de Logística Sustentável (PLS). Conforme o Ministério do Meio Ambiente (2015), o PLS é uma ferramenta de planejamento que define objetivos, responsabilidades, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, permitindo às instituições estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos.

Desde a sua criação a UFJ tem ampliado as discussões e ações sobre o tema da sustentabilidade e várias metas foram assumidas até 2027 no âmbito dos objetivos estratégicos "Instituir e aperfeiçoar as estruturas de governança e de gestão estratégica" (ID: G-1) e "Fomentar ações de sustentabilidade" (Id: S-6). A mensuração dos temas relacionados a sustentabilidade social, ambiental e de governança (ESG) possibilitará uma melhor organização da gestão estratégica da Instituição no controle social, o principal motor do serviço público, e para que a governança ambiental e sustentável se torne agendas fortes e motivem os programas acadêmicos para seu aprimoramento. Assim, espera que a UFJ possa assumir um lugar cada vez mais importante para a comunidade acadêmica e para a sociedade, seja por meio de modelos de governança ou ensino, e/ou por meio da gestão dos ambientes dos seus Câmpus.

Para analisar se as iniciativas implementadas são as mais adequadas à realidade no cenário atual, as metas estratégicas "Aprimorar os índices de maturidade de governança no iESGo - Governança, Sustentabilidade e Inovação" (Id: G-1.3), "Elaborar e implementar integralmente o Plano Diretor de Logística Sustentável até 2027" (Id: S-6.1), "Aderir e implantar os 10 (dez) princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) em prol do Desenvolvimento Sustentável até 2027" (Id: S6.2), entre outras, serão monitoradas e avaliadas para entender o tipo e a magnitude dos impactos das ações e iniciativas ambientais, sociais e econômicas desenvolvidas pela UFJ.

Com foco na dimensão operacional, serão desenvolvidas ações que melhorem o desempenho dos seus Câmpus, como o funcionamento das instalações (infraestruturas) em termos de redução ou minimização do consumo de recursos, melhoria da qualidade do microclima, redução de emissão de carbono, geração de energia baseada em energia fotovoltaica. Para auxiliar a efetividade das propostas serão implementadas estratégias sustentáveis nos Câmpus, inspiradas em evidências empíricas, tendo em conta a experiência de outras IFES e, o mais importante, centralizadas nos resultados alcançados e na adequação a contextos locais e/ou semelhantes. Tais ações estão englobadas nos objetivos estratégicos "Promover a expansão, a manutenção preventiva e a adequação de edificações e de estruturas urbanas" (Id: S-4) e "Fomentar ações de sustentabilidade" (Id: S-6).

O ecossistema regional é vital para o desenvolvimento da Universidade, que contribui, substancialmente, para o desenvolvimento sustentável na região. A cidade de Jataí e a região do Sudoeste Goiano, inseridos no Bioma Cerrado, servem como um campo de testes para a educação e a pesquisa. Junto com os parceiros, a Universidade continua trabalhando, também, no desenvolvimento do Parque Científico e Tecnológico de Jataí, ao mesmo tempo em que contribui com soluções para os desafios que a sociedade enfrenta. A UFJ está ajudando a atingir os ODS por meio de uma ampla gama de programas multidisciplinares e transdisciplinares voltados para o desenvolvimento adicional de metas para servir como trampolins em nosso caminho para uma Universidade sustentável. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável está sendo inserido no centro de tudo o que realizado.

O PDI e o Plano de Gestão descrevem as dimensões da sustentabilidade refletidas no contexto da UFJ. Merecem destaques:

a) as atividades relacionadas à transferência de conhecimento, como currículo, pesquisa e mudança de comportamento;

b) operações, relacionadas ao ambiente físico construído; e

c) a estruturação da governança institucional, compreendendo a administração dos recursos da Universidade, humanos ou materiais, e o engajamento com a comunidade.

Todas as iniciativas, compromissos e alianças que estão sendo criadas visam promover a implementação dos ODS das Nações Unidas, nos vários escopos de atividades da instituição. Os ODS revelam a amplitude dos desafios ecológicos, econômicos e sociais que enfrentamos atualmente. A UFJ fará uso dos ODS como um instrumento útil à medida que buscamos identificar desafios e potenciais soluções. A perspectiva de uso dos ODS é uma excelente combinação para a educação e a pesquisa multidisciplinares e para colaboração com os atores do ecossistema que envolve a Universidade.

A Universidade tem um sistema de gerenciamento de resíduos e consumo sustentável, realizando aquisição sustentável e gerenciamento de eventos sustentáveis, e, portanto, muitos processos que promovem o consumo sustentável e evitam o desperdício. Segue abaixo algumas metas a níveis estratégicos e táticos a serem desenvolvidas:

- implementar o comitê de sustentabilidade para reunir pessoas qualificadas e motivadas para a implementação holística de ações, campanhas ou projetos, capazes de envolver a comunidade acadêmica;

- promover ações planejadas, implementadas, monitoradas e avaliadas por professores e alunos para aumentar a eficiência dos prédios dos Câmpus;

- reduzir o consumo de recursos como energia (metas Id S-4.6, S-4.11 e S-6.7), água (meta Id S-3.1), materiais e alimentos, mas também a gestão do transporte e da produção de resíduos;

- ampliar a arborização do Câmpus Cidade Universitária - Jatobá - meta Id S-6.4;
- promover ações para se tornar uma Universidade neutra em termos de clima (uso eficiente de energia e recursos, aumentando a eficiência energética, usando energias renováveis e promovendo a mobilidade favorável ao clima e a aquisição sustentável);
- implementar um programa de certificação ambiental para os setores, onde os fundos resultantes de medidas de redução de gastos com recursos, como energia, possam ser aplicados no financiamento de outros projetos relacionados à sustentabilidade;
- formular e implementar políticas e estratégias para garantir que as questões ambientais sejam gerenciadas de forma consistente e sistemática na Universidade - meta Id G-1.14.21;
- desenvolver uma plataforma para realizar avaliações e relatórios de sustentabilidade;
- implementar o PLS - meta Id: S-6.1.

Foto 21 - Ação de Arborização
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

4.8 Internacionalização

A internacionalização é um processo que transcende a mera conexão entre dois países. Para compreender esse processo é essencial considerar a inter-relação entre as nações, o que implica a reflexão sobre o regional e, fundamentalmente, sobre o local. Uma localidade é composta por um espaço geográfico, um povo, uma língua e uma cultura, e todos esses elementos se inter-relacionam, contemplados na educação em todos os seus níveis.

Em uma visão macro e diacrônica, a internacionalização era chamada de educação internacional, concebida como um termo abrangente que incluía atividades internacionais, como programas de intercâmbio (de discentes e de técnicos), aconselhamento estudantil, desenvolvimento profissional e estudos científicos. Naquele contexto, a educação internacional não deveria ser um fim, mas um meio para aprofundar o intercâmbio linguístico, cultural e tecnológico, melhorar a qualidade da educação, envolver toda a comunidade acadêmica e considerar os aspectos interculturais. Este princípio se mantém até os dias atuais no processo que chamamos de internacionalização.

Atualmente, a internacionalização envolve a integração de uma dimensão internacional, intercultural e global ao propósito, às funções (ensino, pesquisa, extensão e inovação) e à oferta do ensino superior, em níveis institucionais e nacionais, a fim de incorporar perspectivas internacionais e comparativas nas instituições. Esse princípio abarca um amplo processo que traz novos paradigmas e grande potencial de crescimento para as instituições.

Por fim, podemos definir a internacionalização como um processo que abrange as medidas das Instituições de Ensino Superior para promover e ampliar intercâmbios educacionais, linguísticos, interculturais, sociais e econômicos, envolvendo instituições nacionais e internacionais e suas comunidades acadêmicas.

4.8.1 A Internacionalização na UFJ

A criação de uma Coordenação de Assuntos Internacionais (CAI) na antiga Regional Jataí da UFG, em 2012, é o marco inicial do processo de gestão de internacionalização na nossa Universidade. Com a criação da UFJ, a CAI passa a gerenciar de forma autônoma os processos acadêmicos, financeiros e administrativos voltados para a internacionalização da UFJ. Nesse período, foram lançados o Programa Embaixadores, o qual visa recepcionar discentes, professores e TAEs, e a Rede Change!, voltada ao apoio aos discentes interessados em mobilidade internacional.

Ainda em 2019, tiveram início os projetos Crossing Borders e International Afternoon, focados na internacionalização "em casa", e, em setembro, foi publicada a primeira convocatória para Bolsas de Estudo para a CAI, a qual formou sua equipe gestora.

Durante os anos de pandemia (2020-2021), as ações da Coordenação foram limitadas devido às restrições de mobilidade entre os países, o que impediu a mobilidade acadêmica entre as IES mundiais. Em 2021, a CAI é renomeada como Escritório de Internacionalização (EI) consolidando-se, de forma regimental, como um órgão suplementar, focada na mobilidade internacional por meio de projetos de extensão na UFJ, divulgação de chamadas e oportunidades, atendimento à comunidade acadêmica e acolhimento aos discentes de instituições estrangeiras com convênios junto à UFJ. Foram continuados projetos como os cursos online da plataforma Coursera, a criação de Política Linguística para a adesão da UFJ à Rede Idiomas sem Fronteiras/ANDIFES, e o processo de adesão ao Programa de discentes - Convênio de Graduação (PEC-G).

4.8.2 Estrutura institucional: O que é o EI hoje?

A missão e objetivo do EI se referem a promover a internacionalização do ensino, pesquisa, extensão e inovação da Universidade em nível mundial. Dessa forma, buscamos transformar a UFJ em um centro de excelência regional, nacional e global, facilitando o intercâmbio de conhecimento, cultura e experiências para enriquecer a comunidade acadêmica.

A visão do EI é consolidar a Universidade como uma Instituição de referência internacional, reconhecida pelo seu compromisso com a excelência acadêmica, a diversidade linguística, racial, cultural, de gênero e a responsabilidade ambiental. Visualizamos um ambiente acadêmico dinâmico e inclusivo, no qual a internacionalização permeia as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Buscamos ser reconhecidos como um centro de conhecimento e inovação, em que discentes, professores, pesquisadores e técnicos de todo o mundo se encontram para colaborar, aprender e crescer conjuntamente. Outro objetivo é ser um catalisador para o desenvolvimento global, promovendo a compreensão intercultural, a troca de ideias e o avanço do conhecimento em benefício da sociedade e do mundo como um todo.

Os valores do EI são: cultivar o respeito interpessoal, valorizar a diversidade cultural, valorizar o multilinguismo, promover a excelência no ensino na pesquisa, na extensão e na inovação, comprometer-se com a sustentabilidade ambiental e promover a responsabilidade social.

Atualmente, as ações de internacionalização na UFJ estão compreendidas nos seguintes objetivos estratégicos: “Fortalecer a pós-graduação lato e stricto sensu” (Id: F-3), “Fortalecer as ações de pesquisa, inovação e empreendedorismo” (Id: F-5) e “Fomentar a inserção escalar da UFJ” (Id: S-5). Busca-se atingir esses objetivos por meio de ações, programas e projetos, tais quais: o Programa Embaixadores, a Rede Change, o projeto Tradução de Páginas para Internacionalização[1], o projeto O Ensino de Português Língua não Materna e Cultura Brasileira, a Rede Idiomas sem Fronteiras, os Programas PEC-G e Programa de discentes - Convênio de Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE) e os convênios bilaterais para mobilidade acadêmica.

[1] Disponível em: https://cai.jatai.ufg.br/p/46854-traducao-de-paginas-e-documentos-da-ufj-como-instrumento-de-comunicacao-para-a-internacionalizacao. Acesso em 28 out. 2024.

4.8.3 Atuação da UFJ e a Internacionalização

Desde sua fundação, a UFJ demonstrou preocupação em manter vínculos acadêmicos com instituições internacionais. Ao longo dos seus anos, a Universidade empreendeu esforços em direção ao doutoramento de parte do corpo docente no exterior, a participação de docentes em eventos internacionais, além do intercâmbio de docentes visitantes.

4.8.3.1 Projetos e Programas

A UFJ possui práticas, projetos e programas em desenvolvimento ligados à internacionalização, voltados ao apoio a discentes estrangeiros, ao auxílio aos discentes em mobilidade e à adaptação da comunicação institucional para o público internacional. Listamos os programas, ações e práticas abaixo.

O **Programa Embaixadores**[2] é uma iniciativa da UFJ voltada para o apoio a discentes estrangeiros que chegam para realizar estudos de graduação e pós-graduação. O programa oferece suporte desde a chegada em Jataí/Goiás, facilitando a adaptação e a integração à Instituição e à cultura local. Com o intuito de atender às diversas necessidades desses discentes, o Programa busca promover a integração acadêmica e social deles com a comunidade local, incentivando o companheirismo e a solidariedade, criando um ambiente acolhedor e propício para o desenvolvimento pessoal e acadêmico.

A **Rede Change!**[3] é uma iniciativa da UFJ que auxilia discentes interessados em intercâmbio, oferecendo orientação detalhada sobre o processo de candidatura, organização de documentos e preparação para a adaptação no país de destino. O objetivo da Rede é apoiar esses discentes na mobilidade internacional, facilitando a experiência de intercâmbio e preparando-os para os desafios que poderão enfrentar ao longo dessa jornada. Com um foco especial na orientação e no suporte, a Rede Change! busca garantir que os alunos se sintam preparados e confiantes para aproveitar ao máximo suas oportunidades de estudo no exterior.

Já o projeto de extensão **Tradução de Páginas para Internacionalização**[4] tem como objetivo traduzir as páginas da UFJ para a língua inglesa, a fim de disponibilizar informações sobre a Universidade, seus cursos de graduação e pós-graduação, áreas de pesquisa, ensino e extensão para a comunidade global. Essa iniciativa visa promover projetos e parcerias, além de divulgar a Universidade e fortalecer seu processo de internacionalização. Ao mesmo tempo, o projeto contribui para o desenvolvimento humano e profissional dos participantes envolvidos na tradução, ampliando a acessibilidade das informações para o público estrangeiro e facilitando a comunicação da UFJ com o mundo. Essa ação contempla a meta de “Atingir 100% dos sítios eletrônicos institucionais das áreas finalísticas e das unidades acadêmicas com páginas web com pelo menos duas línguas estrangeiras até 2027” (Id: G-3.6) do objetivo estratégico “Fortalecer a comunicação institucional” (Id: G-3).

[2] Disponível em: https://cai.jatai.ufg.br/p/42311-programa-embaixadores. Acesso em 28 out. 2024.
[3] Disponível em: https://cai.jatai.ufg.br/p/27680-foi-um-intercambista-da-ufj-ou-ufg-rej e https://cai.jatai.ufg.br/p/27679-participantes. Acesso em 28 out. 2024.
4 Disponível em: https://cai.jatai.ufg.br/p/46854-traducao-de-paginas-e-documentos-da-ufj-como-instrumento-de-comunicacao-para-a-internacionalizacao. Acesso em 28 out. 2024.

O projeto de extensão **O Ensino de Português Língua não Materna e Cultura Brasileira** visa a formação dos alunos da UFJ, quer sejam alunos de Letras ou não, que poderão ser capacitados a ensinar e difundir a cultura brasileira no Brasil e no exterior por meio de cursos, oficinas e workshops. Este projeto tem como objetivo promover o ensino da língua portuguesa como língua não Materna (PLNM), para fins acadêmicos (PFA), PLE e difundir a cultura brasileira, ao mesmo tempo que receberemos o conhecimento das culturas autóctones e dos alunos do PEC-G. A cultura é concebida como o conjunto de práticas, crenças, valores, normas e comportamentos compartilhados e transmitidos dentro de um grupo social através da linguagem. Nesta perspectiva, a língua é um veículo que carrega e transmite a cultura. Esta interação entre língua e cultura é bidirecional: a cultura influencia a língua, moldando suas formas e usos, enquanto a língua, por sua vez, reforça e perpetua a cultura. A conscientização sobre as diversas culturas presentes no ambiente acadêmico dos alunos participantes atua como um facilitador no processo de internacionalização e promove a valorização da diversidade cultural.

O projeto de extensão **O Ensino de Português Língua Não Materna e Cultura Brasileira** visa a formação dos alunos da UFJ, sejam eles do curso de Letras ou de outras áreas, capacitando-os para ensinar e difundir a cultura brasileira, tanto no Brasil quanto no exterior, por meio de cursos, oficinas e workshops. O projeto tem como objetivo promover o ensino da língua portuguesa como PLNM (Português como Língua Não Materna), PFA (Português para Fins Acadêmicos), e PLE (Português como Língua Estrangeira), além de difundir a cultura brasileira.

Ao mesmo tempo, busca-se valorizar e receber o conhecimento das culturas autóctones e dos alunos do PEC-G. A conscientização sobre as diversas culturas presentes no ambiente acadêmico dos alunos participantes facilita o processo de internacionalização e promove a valorização da diversidade cultural.

A **Rede Idiomas sem Fronteiras** é uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo MEC, que visa promover o ensino e a aprendizagem de idiomas em instituições de ensino superior no Brasil. Criada para apoiar a internacionalização das Universidades e melhorar a proficiência linguística dos alunos, professores e servidores, a Rede oferece cursos de idiomas (como alemão, inglês, espanhol, francês, português para estrangeiros, japonês e italiano) por meio de parcerias com Universidades brasileiras e embaixadas e consulados do exterior.

A Rede tem como objetivos principais fortalecer a capacidade de comunicação em línguas estrangeiras da comunidade acadêmica e apoiar a mobilidade internacional, facilitando a participação em programas de intercâmbio e cooperação científica e cultural. No momento, temos 2 especialistas em língua inglesa e dois prováveis especialistas em PLE na UFJ. Neste contexto, os alunos podem fazer aulas presenciais ou virtuais, dependendo da disponibilidade. A adesão da UFJ ao programa Idiomas sem Fronteiras ocorreu no final do ano, nos meses de setembro e outubro, com a presença da coordenadora administrativa e de dois especialistas em língua inglesa. A participação efetiva nos cursos terá início no próximo ano; entretanto, a matrícula para alunos candidatos ao curso de Português como Língua Estrangeira já foi aberta desde este ano.

O Programa de discentes - Convênio de Graduação (PEC-G) oferece a discentes estrangeiros de países parceiros a oportunidade de cursar gratuitamente uma graduação completa no Brasil, sem custos e sem exames de admissão, em diversas áreas do conhecimento. Este programa, promovido pelo governo brasileiro, visa fortalecer laços com nações amigas, colaborar para a formação de profissionais nos países participantes, contribuir para a internacionalização do ensino superior brasileiro e ampliar o horizonte cultural dos discentes brasileiros. Os alunos do PEC-G têm direito a assistência médica pelo Sistema Único de Saúde (SUS), diploma e documentos acadêmicos legalizados gratuitamente e, em alguns casos, a bolsas de estudo e auxílios fornecidos pelo MEC, Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Universidades brasileiras. Na UFJ, disponibilizou-se um total de 52 vagas em 2024, das quais houve 9 candidatos às vagas de 2025 na lista do resultado preliminar. São candidatos provenientes de países como Guiné Bissau, Angola e Cabo Verde para cursar Biomedicina, Fisioterapia, Letras-Inglês e Matemática.

O Programa de discentes - Convênio de Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE) é uma iniciativa do governo brasileiro que oferece a candidatos estrangeiros, interessados em ingressar no Programa de discentes-Convênio de Graduação (PEC-G), a oportunidade de realizar um curso intensivo de língua portuguesa e cultura brasileira no Brasil, com o objetivo de obter a certificação de proficiência Celpe-Bras. O PEC-PLE é voltado para discentes que precisam do certificado Celpe-Bras, mas não podem realizar o exame em seu país de origem. Durante o primeiro ano no país, esses discentes têm acesso gratuito ao curso de português; ao obterem o certificado, podem iniciar a graduação pelo PEC-G.

O PEC-PLE e o PEC-G são coordenados conjuntamente pelo MRE e pelo MEC, em colaboração com as Instituições de Ensino Superior participantes. A UFJ disponibilizou 40 vagas para 2025, das quais recebeu a candidatura para 10 alunos provenientes de países como República do Benin, Congo, Gabão, Colômbia e Índia.

Além desses programas e projetos, uma prática de internacionalização que sempre existiu na UFJ, desde quando era o Câmpus Avançado de Jataí da UFG, é a oferta de aulas em língua estrangeira. A língua estrangeira contemplada, em sua grande maioria, é o inglês, mas também há a oferta de aulas em francês. Essas aulas de inglês e francês fazem parte do projeto pedagógico dos cursos de Letras em Inglês e Português. Nos projetos pedagógicos, essas disciplinas configuram-se como obrigatórias ou optativas. Além de serem oferecidas para os alunos desses cursos, essas disciplinas também recebem alunos de toda a Universidade, que as cursam como Núcleo Livre.

4.8.3.2 Ações Desenvolvidas pelo Escritório de Internacionalização

- Programa Embaixadores:
  - 13 alunos intercambistas atendidos;
  - 22 alunos da UFJ participantes do programa;
  - Cadastro de 63 alunos no programa.

- Rede Change!:
  - 22 alunos da UFJ que foram selecionados para mobilidade internacional atendidos;

- Tradução de Páginas para Internacionalização:
  - 350 páginas traduzidas;
  - 3 bolsistas;
  - 2 voluntários;
  - 7 alunos de projeto de extensão.

- O Ensino de Português Língua não Materna e Cultura Brasileira:
  - 9 alunos concluintes da disciplina Português como Língua Estrangeira - PLE - em 2024/3;
  - 1 aluno ministrante de Curso de PLE para discente mexicana (Estágio da Agronomia);
  - 2 oficinas de sensibilização linguística e cultural com membros da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Jataí com 50 participantes.

- PEC-G:
  - Recebemos a candidatura de 06 alunos. Origens: Guiné Bissau (2), Angola (3), Cabo Verde (1). Cursos requisitados: Biomedicina (2), Letras - Inglês(2), Matemática(1), Fisioterapia (1).

- PEC-PLE:
  - Recebemos a candidatura de 10 alunos. Origens: Togo (1), República do Congo(5), Benim (1), Gabão (1), Colômbia (1) e Índia (1). Cursos requisitados em outras IES ou UFJ: Administração (2), Matemática (1), Engenharia Civil (1), Relações Internacionais (1), Agronomia (1-UFJ), Relações Econômicas Internacionais (1), Ciência da Computação (1), Ciências Sociais (1) e Geografia (1).

- Aulas em Língua Estrangeira: inglês e francês (dados de 2016-2021).

Foto 22 - Discente Enriqueta Linhares do México em intercambio na UFJ - 2024
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

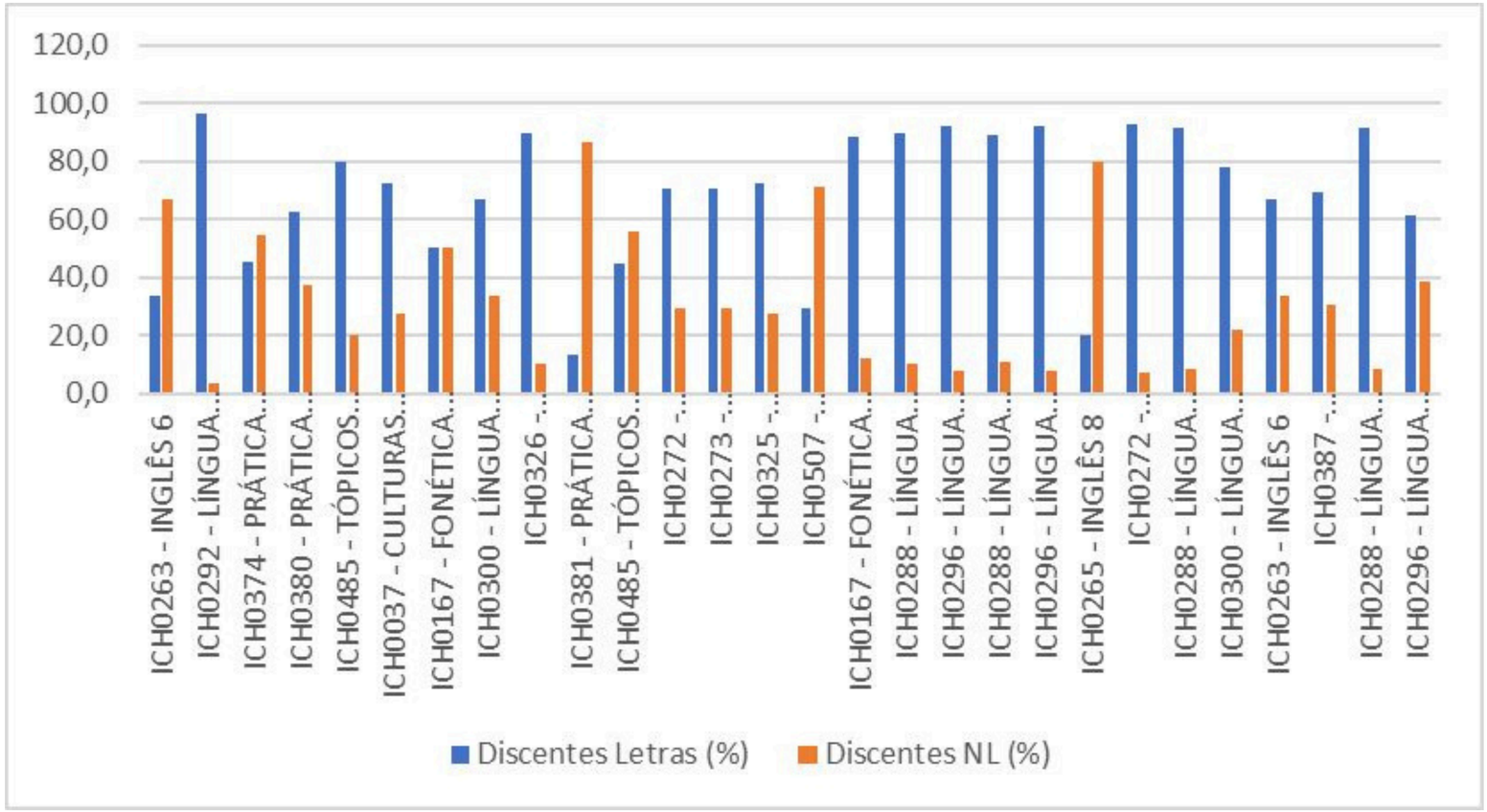


Gráfico 9 - Relação de discentes de NL e de Letras
Fonte: NDE do Curso de Letras Inglês, 2022

Como pode ser observado no Gráfico 9, há semestres em que a quantidade de discentes de NL atinge mais de 60% da turma, com uma média de 31,4 % de discentes atendidos por turma durante os últimos 5 anos ou 26 semestres (2016.2 a 2021.1). As turmas com menor índice de discentes de NL são aquelas que estão quase completas com os discentes dos Cursos de Letras, como a disciplina Língua Estrangeira 1 – Inglês, cuja média de discentes é aproximadamente 60 por semestre. Os discentes que ocupam as vagas disponibilizadas para NL são provenientes de vários cursos e de várias áreas da Ciência ofertados na nossa Universidade.

Abaixo, no Gráfico 10, ilustramos estes dados, especificando os cursos de origem dos discentes de NL, número e porcentagem.

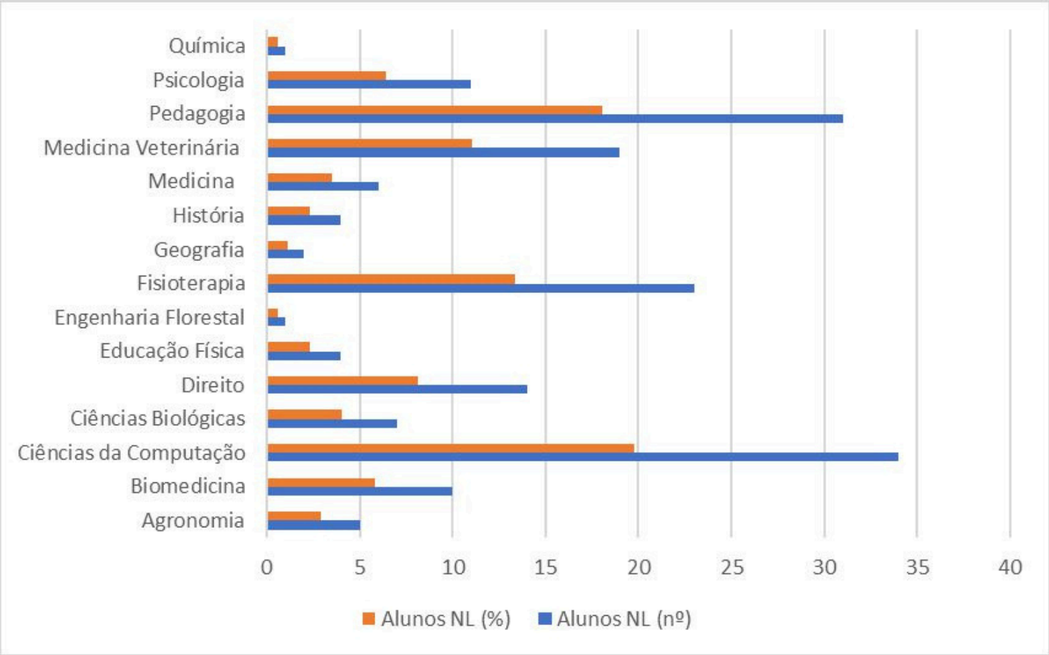


Gráfico 10 - Relação dos cursos de origem dos discentes – NL
Fonte: NDE do Curso de Letras Inglês, 2022

Neste gráfico, são apresentados dados gerais, ou seja, a porcentagem correspondente de discentes de NL em laranja e seu número em azul. É possível observar que atendemos discentes de, no mínimo, quinze cursos distintos de graduação provenientes de várias áreas do conhecimento. Dentre eles, os que mais se destacam são: Ciência da Computação, Fisioterapia, Pedagogia e Medicina Veterinária.

Outra ação de internacionalização na UFJ é o Centro de Línguas (CL), um dos maiores projetos de extensão da Universidade, que atende centenas de pessoas da comunidade interna, incluindo alunos, professores e funcionários, além da comunidade externa de Jataí.

O CL é um espaço essencial para a prática dos alunos do curso de Letras Inglês, Português e demais alunos da UFJ e também promove a curricularização da extensão. Com a ampla abrangência do projeto, ele beneficia tanto a comunidade interna da UFJ quanto a população de Jataí, sendo, portanto, fundamental que ofereça cursos de qualidade para o ensino de língua inglesa, espanhola, francesa dentre outras.

O Centro de Línguas é um importante mecanismo pelo qual alunos e professores do curso de Letras Inglês e Português podem contribuir para a promoção do ensino e aprendizado de inglês, espanhol, francês, português (redação) e de outras línguas estrangeiras, tanto dentro da instituição quanto além dela.

4.8.4 Mobilidade Acadêmica Internacional

Ao abordar o tema da mobilidade acadêmica internacional, é essencial compreender seu conceito, identificar o público-alvo e conhecer suas modalidades. A mobilidade internacional, no contexto do ensino superior, refere-se à experiência em que alunos, professores e técnicos deixam seu país para passar um período em outra nação, com o objetivo de adquirir e compartilhar conhecimento, experiências e técnicas. Ao retornar ao seu país de origem, o intercambista traz consigo uma bagagem enriquecedora, que será compartilhada com colegas e pares em seu ambiente de trabalho, acadêmico, social e pessoal. Esse processo proporciona um desenvolvimento holístico na formação do intercambista, abrangendo aspectos culturais, geográficos, etnográficos, linguísticos e acadêmicos, além do crescimento pessoal.

Em relação ao público-alvo, a mobilidade internacional pode ser classificada como mobilidade acadêmica e mobilidade estudantil. A mobilidade acadêmica inclui todos os membros da Universidade: docentes, técnicos administrativos e discentes em contexto de intercâmbio. Já a mobilidade estudantil é voltada exclusivamente para os alunos, abrangendo tanto os de nível de graduação quanto os de pós-graduação.

Outro aspecto inerente à mobilidade internacional é a modalidade, que pode ser presencial ou virtual. A mobilidade presencial é aquela em que os membros da comunidade acadêmica se deslocam de um país para outro para realizar o intercâmbio.

Já na modalidade virtual, a troca de experiências linguísticas, culturais, acadêmicas e artísticas ocorre em um ambiente online, sem que haja o deslocamento físico dos participantes de um país para outro. Essa modalidade é conhecida como Aprendizado Colaborativo Internacional Online (COIL).

No que tange à implantação da referida modalidade na UFJ, é possível pensar em uma proposta com três submodalidades. A primeira seria a de aulas totalmente ministradas em inglês, nas quais os alunos interagem com uma sala de discentes internacionais em português, já que alunos e professores de Universidades no exterior desejam se tornar fluentes e proficientes em português.

A segunda submodalidade seria a de aulas bilíngues, em que os professores promovem a interação dos alunos utilizando o português e uma segunda língua estrangeira com a qual se sintam confortáveis para conduzir suas aulas.

A terceira e última submodalidade consistiria em aulas totalmente ministradas em uma língua estrangeira, permitindo que os alunos brasileiros e estrangeiros pratiquem essa terceira língua, que pode ou não ser a língua materna de um dos grupos.

Outro aspecto importante a ser considerado é a adesão dos professores a essa modalidade, bem como o adequado reconhecimento da ministração de aulas neste formato por meio de pontuações em seus relatórios de atividades docentes (RADOC). A existência dessas modalidades de aula é relevante, pois impacta na avaliação da instituição pelo MEC no quesito internacionalização.

4.8.5 Mobilidade Acadêmica Internacional - Presencial

No contexto em que a UFJ era a antiga Regional Jataí, ou mesmo o Câmpus Avançado de Jataí, os programas de intercâmbio nos quais a comunidade acadêmica participava eram os mesmos existentes na UFG. Isso envolvia convênios com vários países e associações que agrupam um conjunto de Universidades de diferentes regiões do mundo.

Com a emancipação da UFJ em 2018, todos esses convênios deixaram de existir, ou seja, foi necessário recomeçar todo o processo desde o zero. Contudo, um elemento dificultador nesse processo foi a ocorrência da pandemia, período em que os países fecharam suas fronteiras para proteger suas populações.

Atualmente, estamos buscando formalizar convênios com países da Europa, América do Norte e América do Sul, a fim de tornar a mobilidade acadêmica internacional presencial uma realidade novamente. Dentre esses convênios, podemos citar a Benemérita Universidade Autônoma de Puebla, a Universidade de Tlaxcala no México, a Universidad del Valle na Colômbia, a Universidade de Pittsburgh nos Estados Unidos e a Universidade Metropolitana de Oslo, além do Instituto Politécnico de Bragança.

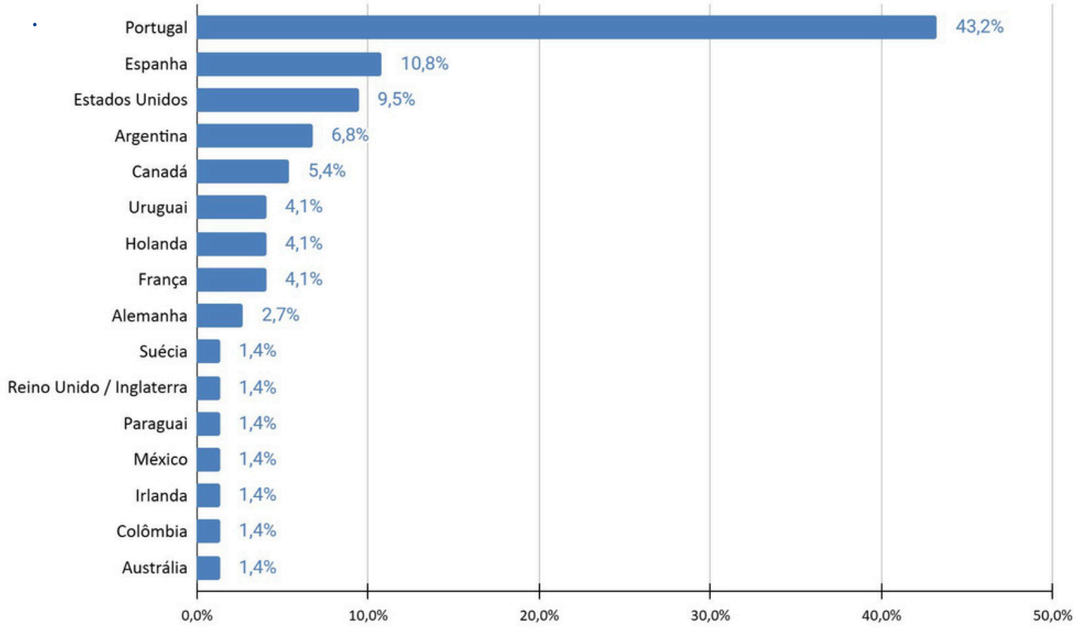


Gráfico 11 - Destino dos alunos da UFJ ao exterior (mobilidade out)
Fonte: Escritório de Internacionalização (EI), 2024

Os Gráficos 11 e 12 abaixo trazem uma retrospectiva das idas e vindas da mobilidade acadêmica internacional - modalidade presencial. Considerando o período de 2012 a 2022, o Gráfico 11 mostra os dados de idas de alunos da UFJ ao exterior para intercâmbio. Já o Gráfico 12, disposto a seguir, traz os números que relacionam as vindas de alunos de 2019-2022, a saber, 13 alunos.

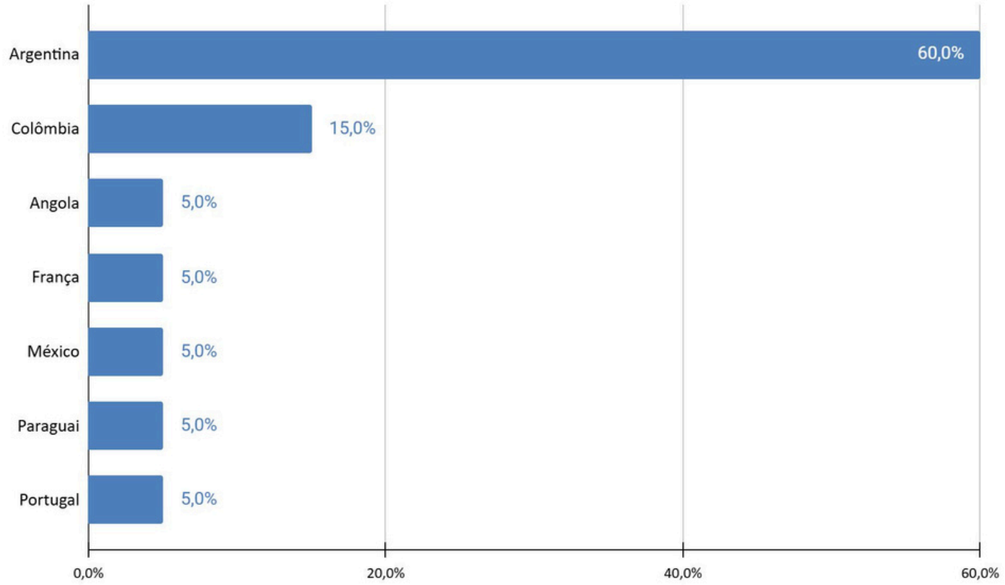


Gráfico 12 - Origem dos alunos que vieram à UFJ (mobilidade in)
Fonte: Escritório de Internacionalização (EI), 2024

5. POLÍTICAS DE GESTÃO

As Políticas de Gestão Institucional da UFJ tem por objetivo definir as diretrizes institucionais que orientam o planejamento, a organização, a coordenação, a execução e a avaliação de atividades desenvolvidas pela Universidade. Assim, auxilia a concretizar a visão da instituição, a aumentar a transparência e a segurança relacionada ao papel da administração superior, definindo as responsabilidades, expectativas e demandas associadas.

As políticas de gestão apresentam uma abordagem capaz de criar um entendimento comum dos valores na comunidade acadêmica e sociedade, que caracterizam a posição gerencial (governança) e de suporte (gestão). O propósito principal é definir metas e ações realizáveis e norteadoras, que quando concretizadas possibilitem melhorias na qualidade do gasto público, na qualidade de vida da comunidade universitária, e mitiguem os impactos ambientais causados pela Universidade.

Para tal, a UFJ adota como princípio, nas suas políticas de gestão, o estabelecimento de uma visão de uma comunidade excepcional e inclusiva que reconhece o valor único de cada pessoa da comunidade acadêmica. O objetivo com isso é contribuir para a implementação de ações que provoquem mudanças, de forma sustentável, integrando às perspectivas de desenvolvimento organizacional, profissional e pessoal. Ciente, que se trata de um processo multifuncional, que envolve grupos multifuncionais, que ajudarão a instituição a priorizar e coordenar o uso de recursos, melhorando assim seus resultados.

5.1 Preservação da História Institucional

A UFJ é fruto do processo de interiorização da UFG ocorrido no início dos anos 1980. Desde a sua criação, como Câmpus Avançado, no ano de 1980, até a sua consolidação como instituição autônoma, no ano de 2018, com o desmembramento daquela Universidade, a UFJ tem produzido grande volume de documentos de todos os tipos, oficializando as atividades administrativas e as atividades acadêmicas da Instituição. O acervo documental constituído até a atualidade revela o grande valor da instituição para a região, na medida que comprova o valor histórico e cultural e constitui a memória institucional.

Ao longo dos mais de 40 anos de existência, a UFJ instituição tem tido dificuldades para realizar uma adequada sistematização de seu patrimônio documental em seus diferentes suportes, como fotografias, filmes, áudios e textos. Já foram realizados alguns esforços, como o projeto originou que deu origem a exposição que comemorou os 30 anos da instituição em Jataí, realizada em parceria com o Museu Histórico de Jataí, o documentário "30 anos do Câmpus UFG/Jataí: História e Memória" e o livro "História Memória e Afetos: 40 anos de Universidade Federal em Jataí", que terá edição e ampliação através deste projeto e a exposição Edificando Universos.

Foto 23 - Livro "História Memória e Afetos: 40 anos de Universidade Federal em Jataí"
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

Compreendemos a memória institucional como um patrimônio inestimável para qualquer organização, especialmente em instituições de ensino como a UFJ. Preservar e difundir o acervo histórico-cultural da Universidade não é apenas uma maneira de guardar o passado, mas também de construir uma ponte entre o ontem e o amanhã. A sistematização dos documentos e materiais que narram a trajetória da Instituição assegurará que as futuras gerações possam conhecer e compreender a história, as raízes, os valores e as conquistas que moldaram a Universidade ao longo dos anos.

Atualmente a Coordenação de Informação, Documentação e Arquivo (COODARQ) é o setor administrativo responsável pela gestão de documentos da UFJ, em todas as suas fases. Com prédio próprio, no Câmpus Riachuelo, o setor orienta e supervisiona a criação, a tramitação e o arquivamento dos documentos oficiais nos protocolos e arquivos setoriais até a sua destinação final, e abriga o arquivo central de acervo de documentos arquivísticos da instituição.

O acervo acadêmico arquivístico da UFJ hoje é constituído por aproximadamente 1.400 caixas de arquivos, com documentos em suporte de papel, fotografias, CDs, plantas prediais com a data de criação que compreende o período de 1980 até 2017. Em setembro de 2017, com a implantação do SEI, todos os documentos oficiais passaram a ser criados em meio digital, e desde então, portanto, integram o acervo histórico da instituição. O Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) está em fase inicial de implantação, com o objetivo de auxiliar a gestão dos documentos em suporte físico que devem ser digitalizados e dos que foram produzidos em meio digital.

A UFJ tem envidado esforços para a sistematização desse acervo, por entendê-lo como crucial para a preservação da memória institucional. Através da organização e catalogação cuidadosa de documentos, fotografias, vídeos e outros registros será possível criar uma base sólida de informações que reflita a diversidade e a riqueza das experiências vividas na Universidade. A fim de garantir a integridade desses materiais, a Instituição sistematiza projetos e busca recursos que permitam a digitalização de todo o acervo, ampliando significativamente o acesso e a visibilidade das informações, tanto para a comunidade acadêmica quanto para o público em geral. Importa destacar que as ações supracitadas estão compreendidas no âmbito do objetivo estratégico “Consolidar a infraestrutura tecnológica como alicerce para o desenvolvimento acadêmico, administrativo e do conhecimento institucional” (Id: S-7).

Disponibilizar o acervo da Universidade para a sociedade é um ato de democratização do conhecimento e de valorização da história local. Ao abrir as portas para que discentes, servidores, pesquisadores, historiadores e demais interessados tenham acesso às fontes históricas da UFJ, esta cumpre sua função social de promover o conhecimento e contribuir para a formação de uma consciência crítica sobre o desenvolvimento da educação e da cultura na região. Além disso, a difusão desse acervo fortalece o vínculo da Instituição com a comunidade, ressaltando a relevância daquela não apenas como um espaço de ensino, pesquisa e extensão, mas como guardiã de um patrimônio cultural que pertence a todos.

5.2 Gestão de Pessoas

Toda Instituição é formada por pessoas e delas depende para seu sucesso e continuidade, por isso, o cerne da gestão estratégica de pessoas está na concepção de que os servidores não são simplesmente “recursos” a serem administrados, mas sim ativos valiosos cujas competências, habilidades e satisfação no trabalho são fundamentais para o sucesso da Instituição. A gestão estratégica de pessoas vai além da mera administração do capital humano, oferecendo uma visão holística e integrada que alinha os objetivos institucionais com as necessidades e o desenvolvimento dos servidores. Essa abordagem enfatiza o compromisso em promover um ambiente de trabalho que valorize o bem-estar, a motivação e o crescimento profissional dos servidores. Assim, a gestão estratégica de pessoas é fundamental para criar uma Instituição eficiente, eficaz e responsável, capaz de atender às demandas e às expectativas da comunidade que serve.

Para isso, a Política de Gestão de Pessoas não deve considerar só os aspectos quantitativos, mas também os qualitativos e intangíveis do capital intelectual, essencial para conduzir a Universidade ao alcance de seus objetivos. Por isso, deve ser integrada e estrategicamente orientada, funcionando como elemento de ligação entre as políticas, estruturas, processos e práticas operacionais definidas pela Instituição.

Para que a aludida Política cumpra seu papel de apoiar os gestores é fundamental que suas ações estejam alinhadas ao planejamento estratégico institucional.

E, para o alcance desse alinhamento, a política deve contemplar algumas estratégias como: participação no planejamento estratégico; desenvolvimento de planos de ação alinhados; comunicação e engajamento; capacitação e desenvolvimento; avaliação de desempenho e feedback; gestão de talentos e sucessão de gestores qualificados; promoção de uma cultura organizacional alinhada; uso de tecnologia e ferramentas de gestão; monitoramento e ajustes contínuos, entre outras.

A Política também deve levar em conta as recomendações do TCU em gestão de pessoas para melhorar a eficiência, a eficácia, a legalidade e a transparência. Essas diretrizes e recomendações tem como objetivo promover boas práticas e garantir a conformidade com as normas legais e regulamentares. Dentre elas tem-se:

- Realizar o planejamento da gestão de pessoas;
- Definir, em termos qualitativos e quantitativos, a demanda gerada por servidores e gestores;
- Assegurar o provimento das vagas existentes;
- Assegurar a disponibilidade de sucessores qualificados;
- Desenvolver as competências dos servidores e gestores;
- Desenvolver e manter o ambiente de trabalho positivo para o desempenho esperado das atividades;
- Gerir o desempenho dos servidores e dos gestores;
- Estimular a proatividade e a proposição de procedimentos mais efetivos para o desenvolvimento das atividades.

Estratégias eficazes e inovadoras são fundamentais para criar um ambiente de trabalho motivador e produtivo, nesse sentido, um dos grandes desafios da PROPESSOAS nos próximos anos será a implementação das ações estratégicas definidas nos seguintes programas:

- Programa de Integração, Inclusão e Pertencimento;
- Programa de Qualidade de Vida;
- Programa de Desenvolvimento;
- Programa de Conformidade Legal e Procedimentos.

5.2.1 Programa de Integração, Inclusão e Pertencimento

O Programa de Integração, Inclusão e Pertencimento visa criar um ambiente de trabalho acolhedor e inclusivo, onde todos os servidores se sintam como parte integrante da Instituição. Abrange práticas que facilitam a adaptação de novos servidores, promovam a diversidade e a igualdade de oportunidades e asseguram que todos os servidores se sintam valorizados e reconhecidos.

A Diretoria de Acompanhamento e Desenvolvimento (DAD) da PROPESSOAS da UFJ, consciente da importância de estar próximo aos trabalhadores da UFJ propõe o projeto institucional "PROPESSOAS Perto de Você", visando construir um canal de comunicação efetivo e participativo entre os servidores/colaboradores e gestores da UFJ, para conhecer e compreender suas reais necessidades, valorizando o trabalho individual e coletivo, nos diversos ambientes que compõem a Universidade.

Outro projeto institucional realizado pela DAD/PROPESSOAS é o "Café com Pessoas", com o objetivo de criar um espaço coletivo que possibilite o compartilhamento de conhecimentos e ideias e promova a participação de gestores/servidores/colaboradores da instituição, buscando simplificar processos e fomentar boas práticas na realização dos serviços prestados pela Universidade.

5.2.2 Programa de Qualidade de Vida

O Programa de Qualidade de Vida é fundamental para promover o bem-estar dos servidores dentro da Instituição. Ele engloba um conjunto de diretrizes, práticas e iniciativas que visam criar um ambiente de trabalho saudável, motivador e equilibrado.

5.2.3 Programa de Desenvolvimento

O Programa de Desenvolvimento é essencial para promover o crescimento contínuo dos servidores, capacitando-os com as habilidades necessárias para enfrentar desafios e contribuir de maneira eficaz para os objetivos da Instituição. Esse programa engloba diversas estratégias e práticas que visam não apenas o desenvolvimento profissional, mas também o pessoal, criando um ambiente propício para a aprendizagem e o crescimento.

5.2.4 Programa de Conformidade Legal e Procedimentos

O Programa de Conformidade Legal e Procedimentos é fundamental para garantir que a administração de gestão de pessoas esteja em conformidade com as leis, regulamentos aplicáveis, normas internas e padrões éticos, além de promover práticas consistentes e justas dentro da Instituição. Ele proporciona uma estrutura clara e padronizada para todas as atividades relacionadas à gestão de pessoas, assegurando conformidade com a legislação e promovendo a organização geral dos procedimentos internos. Abrange a criação, a implementação e o monitoramento de procedimentos que assegurem a legalidade e a eficácia das práticas de gestão de pessoas, ao mesmo tempo em que promove a cultura da transparência e responsabilidade, gerando melhoria contínua dos serviços prestados.

5.2.5 Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

A PROPESSOAS, subordinada à Reitoria, é a unidade responsável pelo planejamento e gestão da Política de Gestão de Pessoas na UFJ. Para otimizar a sua governança conta com o apoio de diretorias, que fazem parte da sua estrutura organizacional, sendo elas a DAD, a Diretoria de Administração de Pessoas (DAP) e a Diretoria de Provimento e Movimentação (DPM). A PROPESSOAS tem função estratégica na preparação de servidores comprometidos em tornar possível a missão, a visão e os valores da Instituição.

Também é responsável por fomentar um ambiente participativo, estimular o trabalho em equipe, bem como promover a criatividade e o desenvolvimento de visão inovadora nos servidores, contemplando não somente a eficiência operacional, mas cumprindo a legislação vigente, visando o bem-estar dos servidores, a qualidade dos serviços prestados de forma transparente, publicizando suas ações ao mesmo tempo em que garante a incolumidade da Instituição.

Atua com a responsabilidade de planejar, gerenciar, desenvolver, acompanhar e avaliar a implementação de políticas e práticas de gestão de pessoas para os servidores, no que se refere ao desenvolvimento e a capacitação, gestão de desempenho, gestão do clima organizacional, gestão da diversidade e inclusão, remuneração e incentivos, dimensionamento da força de trabalho, gestão por competências, saúde e segurança no trabalho, qualidade de vida no trabalho, provimento e movimentação de pessoal, agindo dentro da legalidade e de maneira organizada, ética, humana e estratégica.

A PROPESSOAS deve também acompanhar as constantes evoluções da gestão de pessoas em razão das mudanças que ocorrem na sociedade e na tecnologia, buscando compreender e adaptar-se, para alcançar bons resultados na eficiência e no impacto social. Ao levar em consideração a evolução dessas tendências, adquire novas práticas, novos conceitos e novas formas de trabalho, possibilitando a inovação que gera a troca de informações e o aprendizado, contribuindo para o aumento da satisfação e da produtividade dos servidores, assim como a melhoria da qualidade nos serviços prestados à comunidade. Da mesma forma, mantém-se atenta às mudanças na legislação, atualizando constantemente todos os processos de sua responsabilidade.

5.2.5.1 Desenvolvimento Docente

O ingresso na Carreira de Magistério Superior nas instituições federais de ensino superior requer que os candidatos possuam o título de doutor na área específica exigida pelo concurso, conforme § 1º do art. 8º da 12.772/2012. Essa exigência visa assegurar que os docentes tenham elevada qualificação acadêmica e técnica, contribuindo para a qualidade do ensino, pesquisa e extensão.

A UFJ tem como prática a prioridade na contratação de professores que já possuam o título de doutor; preferência pelo regime de 40 horas semanais com DE, fundamental para o fortalecimento da instituição nas áreas de pesquisa, extensão e produção intelectual; mas também reconhece a importância de contar também com professores em regime de tempo parcial, principalmente na área da saúde, onde há uma relação estreita entre a atuação acadêmica e as atividades profissionais externas.

A gestão do quadro docente demanda melhoria contínua, com decisões colegiadas baseadas em indicadores situacionais e normativos, procurando alinhar perfis profissionais com as necessidades institucionais. A Instituição preza pela qualificação permanente do corpo docente, para melhoria dos serviços acadêmicos, desenvolvimento profissional, inovação do ensino, da pesquisa e da extensão, além de aperfeiçoamentos e atualizações, considerando o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) atualizado e revisado anualmente.

Quanto ao desenvolvimento dos docentes, a UFJ incentiva e possibilita o aprimoramento contínuo dos servidores, propiciando afastamentos e licenças para uma formação continuada, que são regulamentados por resoluções internas que garantem um processo eficiente de desenvolvimento profissional e institucional para a UFJ.

Em 2024 foram implantados, pela Resolução CONSUNI nº 021 o Programa Vaga-lume, que tem como finalidade a institucionalização de uma política de valorização da formação continuada em docência em nível superior que concorra para o desenvolvimento do ensino, associado à pesquisa e extensão, com finalidades de promover avanços na formação discente nos cursos de graduação da instituição; e pela Portaria n.º 1099 o Programa de Qualificação Institucional (PQI), que tem como objetivo promover o desenvolvimento acadêmico e profissional dos servidores TAEs e dos docentes do quadro ativo permanente, por meio da participação nos PPGs oferecidos pela Instituição.

A PROPESSOAS oferece aos docentes recém-admitidos o Curso de Formação Docente, que tem como objetivo promover a integração dos novos servidores Docentes e fornecer uma visão completa da instituição, abordando normas, sistemas, recursos tecnológicos, aspectos administrativos e de carreira, além de orientações sobre saúde, segurança no trabalho e desenvolvimento profissional.

5.2.5.2 Alocação de Vagas Docentes

A alocação de vagas docentes é um dos principais desafios na gestão de recursos humanos nas Universidades públicas Federais brasileiras. A diferença de processos semelhantes na administração de pessoas em geral, no caso das Universidades públicas, o dimensionamento deve estar atrelado às políticas acadêmicas da instituição vinculadas ao número de cargos disponíveis estabelecido pelo Governo Federal. De acordo com Miranda et al. (2023), o número de cargos (códigos de vagas) das instituições federais de ensino (IFE) é estabelecido por Lei Federal e sua ampliação ou redução é parte de uma política nacional não exatamente alinhada com a realidade dessas instituições.

A UFJ, criada em 2018 entre as Universidades supernovas, ainda tem um quadro de docentes longe da idade para aposentar. Assim, a quantidade de vagas geradas para compor um conjunto de vagas a serem distribuídas devido a aposentadoria ainda é reduzida. No entanto, as diretrizes para fazer essa distribuição já devem começar a ser discutidas. Um modelo de alocação, atualizado anualmente, deve considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão desenvolvidas pelo conjunto de docentes e as necessidades estratégicas da própria Universidade.

Foto 24 - Docente em atividade de ensino
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

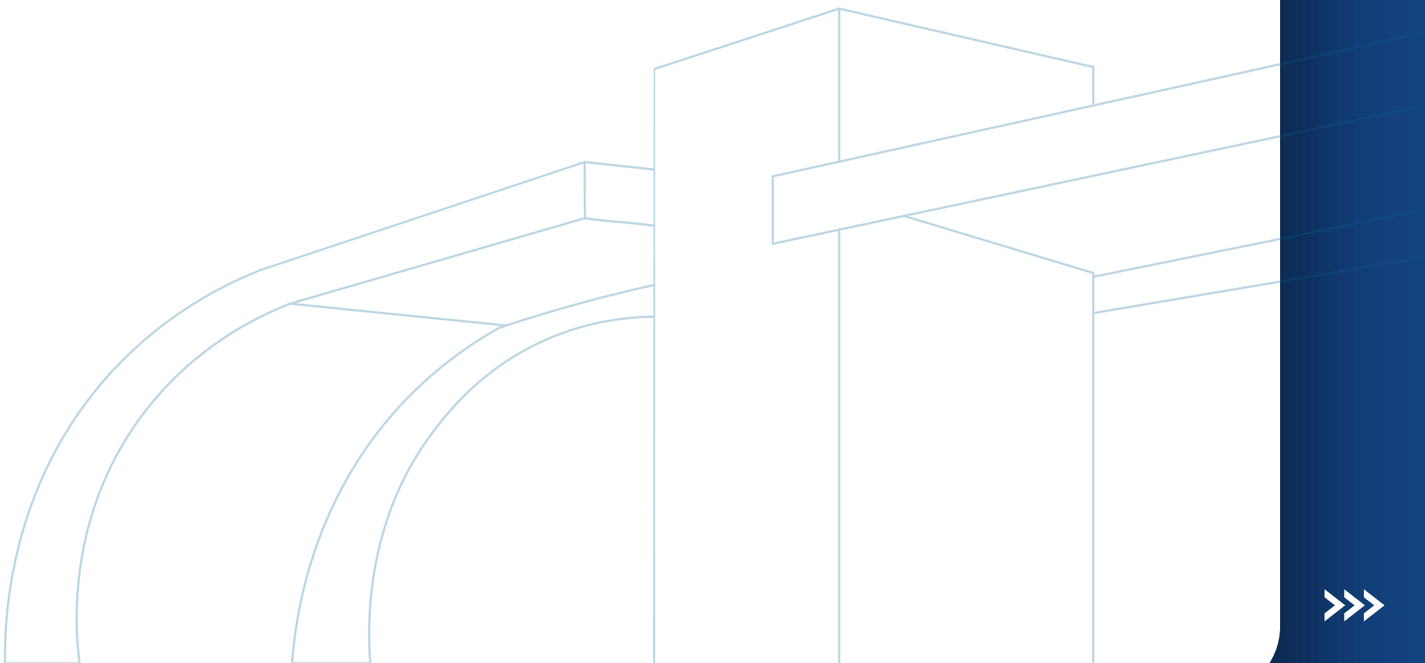
5.2.5.3 Reserva de Vagas nos Concursos Docentes

Até 2022, as áreas cujas vagas seriam reservadas prioritariamente para pessoas pretas e pardas e pessoas com deficiência em concurso público do magistério federal na UFJ eram definidas por meio de sorteio, realizado em sessão pública, previamente ao início do período de inscrições. A partir de 2023, com o intuito de fazer valer o sorteio das áreas com vagas reservadas, a UFJ adotou a prática de realizar o sorteio das vagas reservadas após a homologação das inscrições, dentre as áreas em que houvesse pessoas pretas e pardas e pessoas com deficiência inscritas, uma vez constatado que raramente coincidiam as área sorteadas com as áreas com inscritos PPP e PcD.

Na UFJ, a aplicação dos percentuais legais - 20% para pessoas pretas ou pardas e 10% para pessoas com deficiência (acima dos 5% estipulados em lei) - está prevista no Edital Geral e é calculada sobre o total das vagas lançadas nos respectivos editais específicos.

Para que haja a reserva do maior número possível de vagas, o concurso para a carreira do magistério superior, é realizado apenas uma vez anualmente. Além disso, nesse mesmo intuito, foi adotada a prática de realizar processos seletivos simplificados em ciclos, para atender as demandas de professores substitutos semestralmente, com possibilidade da realização excepcional de ciclos para atender situações em que não foi possível prever a necessidade, como em casos de afastamento por motivo de saúde.

Por fim, em 2024, o texto dos Editais Gerais foi revisto para adoção de linguagem mais inclusiva e menos sexista, e para adequação da escrita, tornando as orientações mais completas e o texto mais orgânico em sua relação com as resoluções CONSUNI nº 35/2022, que rege o ingresso à carreira do magistério superior na UFJ, e com a resolução CONSUNI nº 11R/2021, que aborda o fluxo dos procedimentos a serem adotados em processos seletivos simplificados, contratação, prorrogação e rescisão contratual de professores por tempo determinado na UFJ.



5.2.5.4 Plano de Carreira e Grau de Formação dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação

Os servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) desempenham um papel essencial no funcionamento das instituições de ensino públicas, especialmente no âmbito das universidades e institutos federais. Essas funções são regulamentadas pelo PCCTAE, que estabelece diretrizes para progressão funcional, capacitação e valorização profissional desses servidores.

O PCCTAE foi instituído pela Lei n.º 11.091/2005, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores por meio de critérios claros e equitativos. A estrutura do plano organiza os cargos em 5 (cinco) níveis de classificação (A, B, C, D e E), correspondentes à complexidade e responsabilidade das funções, e em 4 (quatro) níveis de capacitação (I, II, III e IV) e desenvolvimento profissional, que permitem a progressão salarial dentro de cada cargo.

Embora não seja possível mudar de nível de classificação, os servidores podem evoluir na carreira por meio das seguintes modalidades de progressão, que não se excluem mutuamente:

- Progressão por capacitação profissional: ocorre quando o servidor conclui cursos de capacitação (não vinculados à educação formal) relacionados ao cargo ocupado, ao ambiente de trabalho e com carga horária mínima definida. Essa progressão é permitida a cada 18 meses e possibilita a mudança de nível de capacitação dentro do mesmo cargo e nível de classificação;
- Progressão por mérito profissional: está vinculada ao desempenho do servidor, avaliado por um programa institucional de avaliação de desempenho. O servidor pode mudar de padrão de vencimento dentro do mesmo nível de classificação, também respeitando o intervalo mínimo de 18 meses.

Além das progressões, o incentivo à qualificação é uma gratificação concedida ao servidor que obtém um grau de escolaridade formal superior ao exigido para o seu cargo. Esse benefício varia entre 10% e 75% sobre o padrão de vencimento, dependendo do grau de formação (graduação, pós-graduação, mestrado ou doutorado) e da relevância do título em relação ao ambiente organizacional. Sendo um diferencial para os servidores que desejam progredir na carreira sem necessariamente mudar de cargo. Essa política não apenas valoriza a qualificação dos TAEs, mas também promove a melhoria dos serviços prestados, ao contar com profissionais mais capacitados.

O plano de carreira e o incentivo à qualificação representam importantes conquistas para os servidores técnico-administrativos em educação. No entanto, é fundamental que as instituições de ensino garantam condições para que esses profissionais possam progredir na carreira, com formação contínua e valorização de suas competências. Dessa forma, o trabalho dos TAEs contribuirá cada vez mais para a excelência do ensino público no Brasil.

O Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (QRSTA) é fixo, mas tem enfrentado reduções ao longo do tempo. Alguns cargos das classes A, B e uma parte da C foram extintos, permanecendo apenas até a vacância Desde 2018, outros cargos das classes C, D e E têm sido vedados para novos concursos públicos, resultando na redução gradual da força de trabalho. Para mitigar esse impacto, a PROPESSOAS tem buscado estratégias para aprimorar a capacitação e eficiência do quadro de servidores existentes.

O Quadro de Referência dos Servidores Técnico-administrativos da Universidade Federal de Jataí, atualizado até 06/11/2024 configura-se conforme a seguir:

CLASSE	VAGOS	OCUPADOS	DISTRIBUÍDOS	SALDO
E	3	72	75	3
D	5	117	122	5
C	1	1	2	1
TOTAL	9	190	199	9

CARGO	NÍVEL	VAGOS	OCUPADOS	TOTAL	SITUAÇÃO DA VAGA
ADMINISTRADOR	E	0	15	15	
ANALISTA DE TEC DA INFORMAÇÃO	E	0	3	3	
ARQUIVISTA	E	0	1	1	
ASSISTENTE SOCIAL	E	0	2	2	
AUDITOR	E	0	1	1	
BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA	E	1	4	5	Solicitado aproveitamento de candidato aprovado
CENÓGRAFO	E	0	1	1	
CONTADOR	E	0	4	4	
ECONOMISTA	E	0	1	1	
ENFERMEIRO/ÁREA	E	0	2	2	
ENGENHEIRO/ÁREA	E	0	5	5	
FISIOTERAPEUTA	E	0	2	2	
GEÓGRAFO	E	0	1	1	
MEDICO/ÁREA	E	2	4	6	Aguardando troca de vaga no MEC
MEDICO VETERINARIO	E	0	4	4	
NUTRICIONISTA-HABILITACAO	E	0	1	1	
PEDAGOGO-AREA	E	0	2	2	
PSICOLOGO-AREA	E	0	4	4	
PRODUTOR CULTURAL	E	0	1	1	
QUIMICO	E	0	1	1	
SECRETARIO EXECUTIVO	E	0	2	2	
TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	E	0	11	11	
TOTALTOTAL	E	3	72	75	

CARGO	NIVEL	VAGOS	OCUPADOS	TOTAL	SITUAÇÃO DA VAGA
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	D	3	56	59	Solicitado aproveitamento de candidato aprovado
INSTRUMENTADOR CIRÚRGICO	D	0	1	1	Suspensa
TECNICO DE LABORATORIO-ÁREA	D	1	32	33	Aguardando provimento
TECNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	D	0	12	12	
TECNICO EM AGROPECUÁRIA	D	0	3	3	
TECNICO EM CONTABILIDADE	D	1	5	6	Aguardando provimento
TECNICO EM FARMÁCIA	D	0	1	1	
TECNICO EM ENFERMAGEM	D	0	3	3	
TECNICO EM RADIOLOGIA	D	0	1	1	
TECNICO EM SEGURANCA DO TRABALHO	D	0	1	1	
TRADUTOR INTÉRPRETE DE LINGUAGEM SINAIS	D	0	2	2	
TOTAL	D	05	117	122	

CARGO	NÍVEL	VAGOS	OCUPADOS	TOTAL	SITUAÇÃO DA VAGA
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	C	1	1	1	Suspensa
TOTAL	C	1	1	2	

OBS: Atualizado em 02/08/2024

Tabela 6 - Quadros de Referência dos Servidores Técnico-administrativos
Fonte: Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROPESSOAS), 2024.

Os cargos da classe C exigem, em geral, escolaridade mínima de ensino fundamental; os cargos da classe D requerem ensino médio, ensino médio profissionalizante ou curso técnico; os cargos da classe E exigem formação de nível superior.

O provimento dos cargos não vedados são preenchidos por meio de concursos públicos, cujo edital define o número de vagas, os critérios eliminatórios e classificatórios, os requisitos de escolaridade, experiência e formação especializada. O ingresso no plano de carreira se dá no padrão inicial do primeiro nível de capacitação correspondente ao cargo e ao nível de classificação.

Nos editais para provimentos dos cargos a UFJ aplica o percentual legal de 20% para pessoas pretas ou pardas e um percentual superior aos 5% estipulados em lei para pessoas com deficiência, sendo aplicado o percentual de 10% no Edital Geral, calculado sobre o total das vagas lançadas em edital. Para que haja a reserva do maior número possível de vagas, o concurso para ingresso no quadro técnico-administrativo da UFJ é realizado apenas uma vez, anualmente.

5.2.5.5 Acompanhamento Funcional e Processos Avaliativos

O acompanhamento consiste em um processo contínuo de monitoramento e orientação, visando o desenvolvimento profissional e a melhoria do desempenho desses servidores. Esse acompanhamento é realizado pelas chefias imediatas e pelo setor de gestão de pessoas, por meio de avaliações periódicas que avaliam aspectos como a produtividade, a qualidade do trabalho e o comprometimento com as atividades institucionais. Além de identificar pontos fortes e áreas de aprimoramento, o acompanhamento funcional permite que os TAEs recebam feedbacks e orientações, promovendo um alinhamento constante com os objetivos estratégicos da UFJ e fortalecendo a eficiência dos serviços prestados à comunidade acadêmica e administrativa.

Os processos avaliativos têm como objetivo mensurar o desempenho e as competências desses servidores, garantindo que suas atividades atendam às necessidades institucionais e às metas estabelecidas pela Universidade. Essas avaliações são realizadas periodicamente, de acordo com critérios de produtividade, qualidade do trabalho e comprometimento com as funções desempenhadas.

Dentre esses processos avaliativos temos a Avaliação de Desempenho (AD) e a avaliação de estágio probatório. A Avaliação de Desempenho dos TAEs é obrigatória e periódica, regulamentada pelo Decreto nº 5.825/2006 e pela Resolução CONSUNI nº 18/2021.

O objetivo é mensurar a produtividade, qualidade e comprometimento do servidor em suas atividades. Ela é importante para identificar as competências e áreas de desenvolvimento dos TAEs. A Avaliação de Desempenho na UFJ conta com o Sistema de Avaliação de Desempenho, via SIGRH, que consiste num processo contínuo e sistemático de planejamento, análise e avaliação das atividades técnicas e administrativas desenvolvidas por servidores TAEs e por servidores docentes em função de gestão.

O processo de Avaliação de Desempenho tem como objetivos:

- o desenvolvimento de pessoas, o da instituição e o aperfeiçoamento da gestão de pessoas;
- identificar os aspectos do trabalho que facilitam ou dificultam o desempenho do servidor;
- facilitar o relacionamento interpessoal nas equipes, contribuindo para um clima organizacional favorável;
- promover a participação do servidor, ocupante ou não de função gerencial, no planejamento e execução das ações do setor ou unidade em que se encontra lotado;
- possibilitar o acompanhamento da gestão quanto aos resultados dos processos de trabalho e sua melhoria nos níveis operacional, tático e estratégico;

- oferecer informações sobre o desempenho dos servidores para viabilizar o trabalho de acompanhamento organizacional da DAD;
- contribuir para o levantamento das necessidades de capacitação;
- subsidiar as progressões funcionais por mérito com base nos resultados obtidos do desempenho dos servidores TAEs;
- coletar informações diagnósticas para subsidiar o planejamento e a execução de políticas e ações referentes à carreira dos servidores TAEs e à gestão universitária em geral;
- identificar as atividades realizadas pelos TAEs, inerentes ao seu processo de trabalho, seja na administração, no ensino, na pesquisa e na extensão.

O estágio probatório dos TAEs na UFJ é regulamentado pela Resolução CONSUNI nº 17/2021, sendo uma etapa crucial para a efetivação do servidor no cargo. Durante esse período, que dura três anos, o desempenho do TAE é avaliado de forma contínua quanto à assiduidade, à disciplina, à capacidade de iniciativa, à produtividade e à responsabilidade, para exercer as atribuições do cargo ocupado.

Sua importância reside em garantir que o servidor tenha as competências necessárias para atender às demandas da instituição de forma eficiente e alinhada aos valores da Universidade. Esse processo assegura a manutenção de um corpo técnico-administrativo qualificado, que contribua para a excelência dos serviços prestados à comunidade acadêmica.

5.2.5.6 Desenvolvimento dos(as) Servidores(as) Técnicos(as)-Administrativos(as) em Educação

A UFJ valoriza o desenvolvimento dos servidores TAEs oferecendo oportunidades para que adquiram uma visão mais global da instituição, compreendendo com maior clareza os diversos processos e dinâmicas organizacionais. Essa perspectiva contribui tanto para a excelência da UFJ quanto para o crescimento e aprimoramento contínuo da trajetória profissional dos servidores, preparando-os para desafios mais complexos e para uma atuação mais integrada dentro da instituição.

Neste sentido, existe resolução interna, que regulamenta e orienta sobre os procedimentos e o fluxo dos processos de afastamentos para qualificação e para ações de desenvolvimento dos TAEs, possibilitando o aprimoramento e o desenvolvimento contínuo dos servidores.

Em 2024 foi implantado pela Portaria n.º 1099 o PQI, que tem como objetivo promover o desenvolvimento acadêmico e profissional dos servidores TAEs e dos docentes do quadro ativo permanente, por meio da participação nos PPGs oferecidos pela Instituição.

A PROPESSOAS oferece aos TAEs recém-admitidos o Seminário de Integração Institucional, que tem como objetivo promover a integração dos novos servidores TAEs e fornecer uma visão completa da instituição, abordando normas, sistemas, recursos tecnológicos, aspectos administrativos e de carreira, além de orientações sobre saúde, segurança no trabalho e desenvolvimento profissional.

5.3 Planejamento e Governança orçamentária

Os gestores das IFES têm sido exigidos para melhorar a qualidade do serviço público das Universidades e uma boa gestão dos recursos com uma crescente demanda por novas competências, habilidades e transparência na gestão. Além disso, precisam definir ações estratégicas para entregar resultados, conforme a cadeia de valor da UFJ, como um ensino de qualidade para qualificar profissionais preparados para o mercado de trabalho e capazes de realizar as transformações na sociedade, e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, e estender tais conhecimentos para a sociedade. Para tal, é essencial que a UFJ implemente e consolide os processos de planejamento, organização, gestão e controle da Universidade, maximizando o uso dos recursos humanos, materiais e financeiros para atingir seus objetivos, para reagir a condições complexas voltadas para a realização do interesse público e para o bem comum.

A Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) da UFJ é o órgão responsável pela análise dos fatores indutores, pela organização do planejamento estratégico e promoção do desenvolvimento institucional, pela governança dos dados e gestão dos processos e riscos, e pela governança do orçamento da Universidade. A Pró-Reitoria de Planejamento é uma unidade administrativa instituída pela Portaria da Estrutura Organizacional provisória da UFJ nº 773/2022 e também a criação da PROPLAN nº 764/2022 e 766/2022, de 9 de setembro de 2022.

A portaria para a criação da PROPLAN na UFJ ocorreu pela necessidade de estruturar e organizar o crescimento e o desenvolvimento da Universidade de maneira planejada e estratégica. Esse órgão foi instituído principalmente para assegurar que a Instituição tenha uma gestão eficiente, transparente e alinhada às metas institucionais, respondendo a questões administrativas e financeiras, além de preparar a instituição para o futuro.

A PROPLAN foi responsável pela condução da elaboração do primeiro PDI da UFJ, definindo as ações e diretrizes da Universidade para o período de 2023 a 2027. Este PDI foi um marco inicial, pois guiou as ações de implementação e expansão das atividades da UFJ, além de estabelecer as bases para o funcionamento administrativo e acadêmico da instituição. O desenvolvimento da PROPLAN reflete a trajetória de crescimento da UFJ como uma Universidade jovem que busca consolidar-se e contribuir para o desenvolvimento de Jataí e da região. A PROPLAN é fundamental para organizar e sustentar o crescimento da Universidade, garantindo que a UFJ tenha uma gestão eficiente e eficaz, que respeite os princípios de transparência, responsabilidade social e compromisso com a educação pública de qualidade.

Com o tempo, a PROPLAN tem fortalecido sua capacidade de planejar e implementar estratégias que tornam a Universidade mais competitiva, eficiente e preparada para enfrentar os desafios do ensino superior no Brasil.

A PROPLAN tem por objetivo consolidar o planejamento como instrumento para otimização do desempenho institucional (objetivo estratégico Id: G-2) e instituir e aperfeiçoar as estruturas de governança e de gestão estratégica (objetivo estratégico Id: G-1). Ela cuida da execução de ações que apoiam o funcionamento administrativo e acadêmico da instituição, ajudando a Universidade a alcançar seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão de forma organizada e alinhada ao PDI. A PROPLAN também elabora e acompanha documentos importantes para a UFJ, tais como:

- PDI: Em períodos regulares de cinco anos, a PROPLAN revisa a identidade estratégica da Universidade, servindo como guia para as ações institucionais;
- Governança Orçamentário: Anualmente a PROPLAN detalha a previsão de despesas e investimentos, buscando otimizar e descentralizar os recursos recebidos do governo federal e outras fontes.

5.3.1 Planejamento Institucional

A Coordenação de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional é responsável pela condução do Planejamento Estratégico (PE) da UFJ. O PE, enquanto ferramenta de gestão, torna-se indispensável a uma Universidade, pois possibilita a definição da sua identidade estratégica, o seu autoconhecimento, observa as mudanças em seu ambiente interno e externo e define a direção a seguir para alcançar seus objetivos. Ele ainda auxilia no controle da qualidade e efetividade dos serviços prestados à sociedade, cada vez mais exigente e participativa, por ser um instrumento de redução de incertezas, em virtude das mudanças que podem afetar uma organização (políticas, sociais, culturais, tecnológicas etc.).

As IFES possuem o seu próprio dispositivo de efetivação do Planejamento Estratégico definido em lei: o PDI, instrumento que materializa o Planejamento Estratégico, é um dos requisitos para avaliação institucional, credenciamento e recredenciamento. Também é importante ressaltar as informações apresentadas sobre o Planejamento Estratégico no Regimento Geral da UFJ, Resolução CONSUNI nº 10/2023, na Seção I - Do Planejamento Estratégico Participativo:

Art. 157. O planejamento institucional irá orientar a administração da UFJ em torno da eficiência e da obtenção de resultados e melhoria contínua.

Art. 158. Para tornar eficiente o planejamento estratégico participativo institucional, possibilitando uma correta análise do contexto interno e externo e o estabelecimento de compromissos, políticas e objetivos que proporcionem a melhoria contínua da UFJ, serão implementados:" I - a consolidação do Programa de Gestão e Planejamento Estratégico: um processo integrado, colaborativo, inclusivo e com capacidade de decisão descentralizada, garantindo a hierarquia; II - o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como referência norteadora do planejamento institucional; III - a promoção de ações acadêmicas e administrativas que promovam o diálogo entre a instituição, suas Unidades Acadêmicas e órgãos, considerando as políticas institucionais; IV - o incremento da cooperação com outras instituições públicas ou privadas cujas funções sejam similares àquelas exercidas pela UFJ e suas melhores práticas passíveis de apropriação para aprimoramento da atuação da instituição; V - a participação nas atividades pertinentes aos vários fóruns nacionais que congregam universidades; VI - o acompanhamento das ações dos Poderes Legislativos Municipal, Estadual e Federal, nos assuntos de interesse da Universidade.

Art. 159. A implementação, disciplinada e participativa, das estratégias, ações ou decisões decorrentes do planejamento estratégico necessárias ao alcance dos objetivos institucionais, dar-se- á: I - pelo vínculo das ações de programação e execução orçamentárias às ações de planejamento, procurando corrigir as distorções, cumprir as prioridades estabelecidas pelo processo de planejamento e identificando fontes alternativas de recursos financeiros; II - pela operacionalização dos programas, dos projetos, das iniciativas e dos planos de ação definidos pelo planejamento institucional da Universidade; III - pela identificação, documentação, execução, monitoramento e melhoria dos fluxos de trabalho da instituição; IV - pelo apoio e pela promoção à qualificação de servidores(as) docentes e técnico-administrativos(as) em educação; V -pelo aprimoramento de técnicas, práticas e métodos; VI - pela manutenção, adequação e modernização da estrutura física, tecnológica e de sistema de informação.

Ante ao exposto, a referida Coordenação possui as seguintes atribuições:

- Elaboração, monitoramento e avaliação do planejamento estratégico da UFJ:
- Realizar o Planejamento estratégico institucional e conduzir a definição da identidade estratégica da UFJ;
- Adotar o planejamento estratégico institucional participativo para definição das prioridades e metas;
- Organizar e conduzir o processo de construção coletiva – PDI, PPI, PDTIC, PDUs e Plano de gestão;
- Elaborar o Mapa Estratégico com uma cadeia lógica composta por valores norteadores, objetivos finalísticos, de suporte e gerenciais direcionados às perspectivas institucionais;
- Aperfeiçoar o modelo de governança, de gestão estratégica e de gestão de processos e riscos, com foco na cadeia de valores da UFJ;
- Fortalecer o alinhamento estratégico através da articulação do PDI, do PPI e dos PDUs;
- Realizar semestralmente com as Unidades administrativas seminários/workshops de planejamento;
- Publicar anualmente boletim para acompanhamento/atualização das ações definidas no PDI, PDTIC e Plano de Gestão;
- Definição do manual contendo as orientações, procedimentos, ferramentas para realização do planejamento, monitoramento e avaliação das ações;
- Desenvolver, aperfeiçoar e difundir técnicas e métodos de planejamento;
- Elaborar roteiros (template – estrutura básica), contendo ferramentas, sites e cursos auxiliares para os processos de construção do PDI, PDU, PDTIC e Plano de Gestão;
- Monitorar, avaliar e revisar os efeitos da estratégia organizacional (efetividade);
- Monitorar o desempenho da gestão dos processos finalísticos.
- Estudar, propor e acompanhar projetos e políticas para o desenvolvimento institucional:
- Prospectar, propor e acompanhar comitês e políticas para o desenvolvimento institucional de forma participativa, de modo transversal e ofertando mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade;
- Auxiliar a implantação dos Comitês: i) de Governança, Riscos e Controles;; ii) de Integridade;
- Fomentar a inovação da gestão estratégica da Instituição, de forma colaborativa, com ênfase em projetos relacionados.

5.3.2 Processos e Governança de Dados

A Coordenação de Processos e Governança de Dados (CPGD), subordinada à PROPLAN, foi criada por meio da Portaria nº 836, de 11 de julho de 2024. Ela possui como objetivo viabilizar e apoiar a implementação da gestão por processos, da gestão do conhecimento e da gestão de riscos institucionais. Além disso, cabe a esta coordenação gerir a integração e a divulgação de dados estatísticos e a confecção de indicadores institucionais para subsidiar os órgãos internos de gestão e órgãos de controle externo, desenvolvendo uma governança de dados a nível tático-operacional.

Para cumprir tais desafios, foram criados dois escritórios vinculados à referida Coordenação, a saber, o Escritório de Processos (EP) e o Escritório de Governança de Dados e Segurança da Informação (EGDSI). A fim de tornar o trabalho participativo e colaborativo, para melhor comunicação, desenvolvimento das atividades e construção de políticas, foram instituídos dois comitês técnicos de caráter tático-operacional, ambos com representantes de vários setores da gestão da Instituição e presididos pelo Coordenador de Processos e Governança de Dados. como ilustrado na Figura 8.

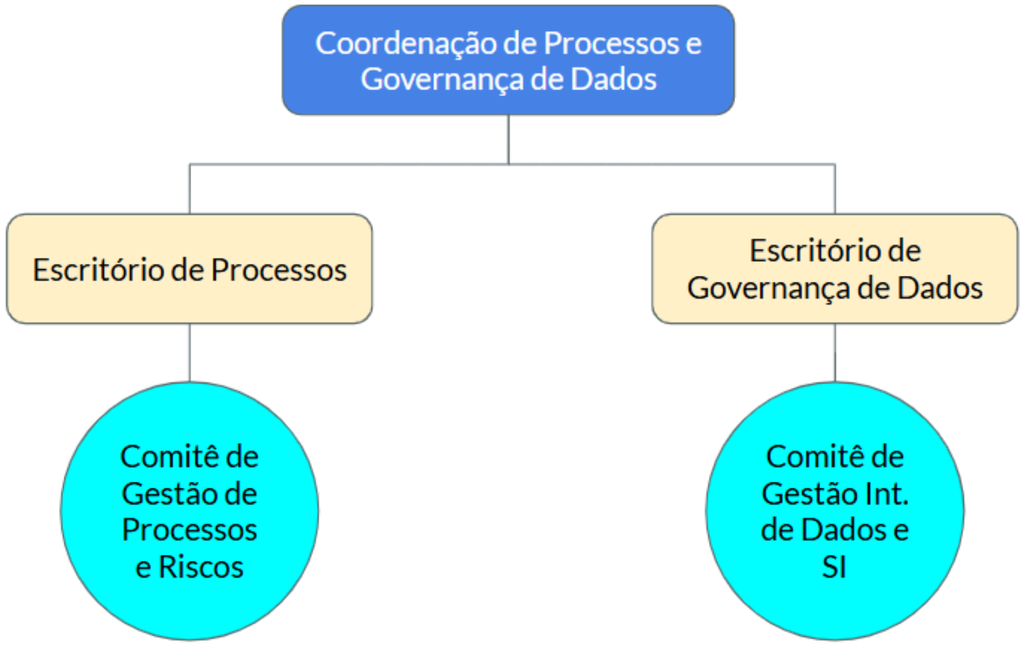


Figura 8 - Coordenação de Processos e Governança de Dados e suas Vinculações com os Escritórios e Comitês
Fonte: Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), 2024

O primeiro deles, o Comitê de Gestão de Processos e Riscos, foi criado pela Portaria nº 837, de 11 de julho de 2024, e faz parte de um rol de ações tomadas que visa adequar à UFJ à IN Conjunta nº 01, de 10/05/2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União (CGU), e ao Decreto nº 9.203, de 22/11/2017. Esse grupo realizará as atividades de mapeamento, análise, modelagem, melhoria, integração, padronização e transformação dos fluxos internos, objetivando otimizar as rotinas de trabalho e a racionalização dos recursos utilizados. Além disso, o comitê também possui como atribuição a identificação dos riscos inerentes aos processos, propondo ações de prevenção e/ou mitigação junto às unidades administrativas e acadêmicas.

O Comitê de Gestão Integrada de Dados e Segurança da Informação, por sua vez, foi instituído pela Portaria nº 840, de 11 de julho de 2024, e atenderá a diversas normativas relacionadas ao acesso e à proteção de dados e informações, dentre elas a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 13.709/2018 (Lei-Geral de Proteção de Dados), o Decreto nº 8.777/2016 (Política de Dados Abertos), a Instrução Normativa GSI nº 1/2020 (Estrutura de Gestão da Segurança da Informação - GSI) e a Portaria SGD/MGI nº 852/2023 (Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI). Suas principais atribuições são a elaboração do Plano de Dados Abertos da Universidade, o gerenciamento dos dados sensíveis e confidenciais gerados e tratados nos processos de trabalho, a elaboração das Políticas de Proteção de Dados Pessoais e de Privacidade e Segurança da Informação, bem como a adequação institucional à LGPD, dentre outras.

Tais comitês, em conjunto com outros vinculados também a esta Pró-reitoria, deverão apoiar e atender, no que tange às suas atribuições, o Comitê Estratégico de Governança, Riscos e Controles, entre outros comitês institucionais de governança da UFJ, que possuem caracteres estratégicos.

5.3.3 Governança Orçamentária

A governança orçamentária, vinculada à PROPLAN, envolve a organização e a estruturação de processos que assegurem uma gestão eficaz dos recursos financeiros. Nas Universidades Federais a governança orçamentária tem surgido como uma necessidade crucial, refletindo um estágio avançado de maturidade na gestão pública. No contexto da UFJ, essa prática é essencial para o uso correto dos recursos, o planejamento de gastos, e o atendimento das metas estabelecidas no PDI. Consequentemente, assegura que todos os recursos sejam geridos de forma transparente e com responsabilidade, prestando contas à comunidade acadêmica, à sociedade e ao governo federal sobre o uso dos recursos públicos destinados à UFJ. A implementação e consolidação da governança orçamentária na UFJ não pretende apenas suportar a integridade, a abertura de dados, alcançar os objetivos estratégicos e fortalecer a confiança pública, mas também impulsionar a integridade, a priorização estratégica, a participação e a transparência institucional, na entrega de serviços.

As atribuições do setor não compreende apenas o atendimento às estruturas formais, mas também as dinâmicas informais que moldam o processo orçamentário, buscando auxiliar na capacidade de coordenação e execução dentro da gestão fiscal, com as responsabilidades e prerrogativas de cada ator envolvido.

Com uma governança orçamentária sólida, a UFJ pode otimizar o uso dos recursos financeiros, evitando desperdícios, garantindo que os investimentos atendam às prioridades institucionais, e promover o desenvolvimento e o crescimento da Instituição. Assim, a PROPLAN tem desenvolvido ações para o alinhamento do orçamento de forma que promova uma visão unificada e ações integradas dentro da UFJ, para superar a compartimentalização e favorecer a colaboração entre as diferentes unidades administrativas e acadêmicas.

Para melhorar a capacidade de reação aos desafios, incertezas supracitados e possibilitar a uma adaptação mais rápida a eventos imprevistos, que impactam suas finanças, a PROPLAN em conjunto com os Comitês de governança interna tem proposto e desenvolvido métodos e procedimentos para a reavaliação de prioridades e a realocação de recursos. As diretrizes para a governança orçamentária na UFJ são baseadas em:

- PDI: O PDI define as metas e objetivos para o crescimento da UFJ, orientando a distribuição dos recursos para atender a essas metas;
- Normas Federais de Gestão e Controle de Recursos: Incluem leis e regulamentos federais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige a transparência e responsabilidade na administração dos recursos públicos;
- Atos normativos vinculados à governança interna da UFJ: Define os princípios e valores que orientam a gestão, como a transparência, a participação, o compromisso com a eficiência e a prestação de contas;
- Comitê de Planejamento Orçamentário: atua na formulação de estratégias financeiras, no tratamento eficiente do orçamento e na prevenção e controle das despesas, sendo responsável por orientar políticas e implementar medidas que promovam a aderência à Lei Orçamentária Anual (LOA). Dessa maneira, o Comitê de Planejamento Orçamentário contribui para a sustentabilidade financeira e o alcance dos objetivos a longo prazo previamente estabelecidos pelo PDI.

A UFJ adota normas e políticas a fim de desenvolver estratégias para aperfeiçoamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de forma rigorosa e transparente:

- Normas de Orçamento e Execução Financeira: seguem as diretrizes estabelecidas pelo governo federal e pelas agências de controle, como CGU e o TCU;
- Políticas de Planejamento e Desenvolvimento: estabelecem as prioridades de investimento e definem os critérios para a descentralização de recursos, com foco no crescimento sustentável da Universidade.

5.4 Gestão Administrativa

A gestão administrativa de uma Instituição pode ser definida como um processo cíclico, interativo e dinâmico, denominado de método administrativo, que visa planejar, organizar, dirigir e controlar a aplicação de competências e recursos com o intuito de alcançar os objetivos almejados de maneira eficiente e eficaz, com base na missão, na visão e nos valores organizacionais. Esse processo se desdobra na cadeia de valor, conforme ilustrado na Figura 2, que representa o modo pelo qual a Instituição organiza internamente suas funções administrativas para a entrega dos valores e serviços públicos. Ato contínuo, a fim de desenvolver os processos previstos na cadeia de valor, a Instituição sistematiza sua estrutura organizacional, representada pelo seu organograma, vide Figura 4, o qual deve refletir seu arcabouço legal-normativo, tais como Estatuto, Regimento, regulamentos, entre outros atos normativos.

Sendo assim, a gestão administrativa da UFJ é organizada por meio de uma estrutura hierárquica composta por diversas Pró-reitorias, coordenadorias, assessorias, órgãos suplementares e administrativos, que, de forma coordenada, conduzem a execução dos macroprocessos finalísticos, gerenciais (governança) e de suporte. Os principais componentes da estrutura administrativa da UFJ são: a Reitoria, as Pró-reitorias, as Diretorias e as Coordenações.

A Reitoria é considerada o órgão máximo de gestão da Universidade que, de modo complementar, também lidera as ações de governança, conforme disposto na Figura 6. É uma instância ocupada pelo(a) Reitor (a) e Vice-reitor(a), responsável pela coordenação geral e pela representação da UFJ e que atua na definição de diretrizes e na implementação das políticas institucionais, juntamente com as unidades administrativas e acadêmicas.

Nesse sentido, a fim de aprimorar e tornar a gestão administrativa da UFJ mais dinâmica e moderna, são propostas determinadas metas para o período de 2023-2027. No âmbito do objetivo estratégico “Instituir e aperfeiçoar as estruturas de governança e de gestão estratégica (Id.: G-1)”, ressalta-se a meta G-1.11, que pretende “Modelar 50% dos processos identificados pelo Comitê de Gestão de Processos e Riscos como críticos em cada macroprocesso, até 2027”. Tal ação contribuirá com a simplificação administrativa, com a utilização eficiente dos recursos e com o gerenciamento dos riscos, de modo a otimizar o desenvolvimento dos processos da cadeia de valor da UFJ e, consequentemente, com a entrega dos valores públicos e alcance da missão institucional.

Por sua vez, o objetivo estratégico “Promover e fortalecer as ações de gestão de pessoas, de desenvolvimento e de qualidade de vida no trabalho (Id.: S-2)” prevê a implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) até 2026 (meta Id.: S-2.6). Com base no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, esse modelo de gestão disciplina o desenvolvimento e a mensuração das atividades administrativas realizadas pelos seus participantes, com foco na eficiência, na entrega por resultados e na qualidade dos serviços prestados à sociedade. Além disso, trata-se de um gerenciamento que potencializa a transparência nas entregas das unidades, o aumento do engajamento das equipes, possibilita maior retenção de talentos para a Universidade, contribui com a produção de resultados alinhados às estratégias institucionais e propicia redução de despesas, especialmente com a gestão de espaços físicos.

Sendo assim, depreende-se que tais ações favorecem a otimização, a eficiência e a eficácia dos processos administrativos da Universidade executados pelos órgãos da estrutura hierárquica. Além disso, potencializam as ações de governança, previstas no PDI e organizadas no mapa estratégico e na cadeia de valores, e por conseguinte, a entrega de valor público com efetividade.

5.4.1 Pró-Reitoria de Administração e Finanças

A Pró-reitoria de administração e Finanças (PROAD) é o órgão da reitoria responsável pela coordenação, orientação, administração e supervisão das áreas de execução orçamentária, contabilidade, finanças, compras, contratos e convênios, licitações, aquisição de bens e serviços e gestão material e patrimonial da UFJ. A PROAD desempenha um papel estratégico na garantia do bom funcionamento da Universidade, contribuindo para a qualidade e excelência das atividades desenvolvidas. Seu trabalho é fundamental para promover uma gestão eficiente e transparente dos recursos, proporcionando um ambiente propício para o crescimento e desenvolvimento da comunidade acadêmica da UFJ.

A **Diretoria de Gestão de Contratos de Serviços** (DGCS), de acordo com o Art. 39 da IN n° 5 de 26 de maio de 2017, realiza as "atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas". Assim, essa Diretoria possui como principal objetivo a coordenação das atividades de gestão e fiscalização da execução contratual de forma preventiva, rotineira e sistemática no âmbito da UFJ.

A DGCS tem como objetivo a realização da gestão de todos os contratos de serviços, com e sem dedicação de mão de obra exclusiva. A diretoria trabalha em conjunto com os demandantes técnicos, participando de todas as equipes de planejamento das contratações de serviços e auxiliando na elaboração e preenchimento dos documentos pertinentes desta fase da contratação.

Suas principais atribuições estão em acompanhar e coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como receber definitivamente o serviço após análise dos relatórios apresentados pela fiscalização. Além de elaborar minutas contratuais, colher as assinaturas das empresas contratadas, solicitar empenhos referentes a contratos junto ao ordenador de despesas, lançar registros contratuais nos sistemas do Governo Federal (Compras Contratos e SiafiWeb), efetuar publicações no Diário Oficial da União (DOU), e realizar os procedimentos relativos aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, acompanhamento dos pagamentos, extinção dos contratos, dentre outros. São atribuições da DGCS:

- Atuar nas equipes de planejamento de todas as contratações de serviços, prestando auxílio na elaboração dos documentos pertinentes ETP (Estudo Técnico Preliminar); TR (Termo de Referência); Pesquisa de Preços; Planilha de formação de Custos (contratos DEMO; Mapa de riscos), no intuito de antecipar problemas e sugerir melhorias;

- Elaborar minutas contratuais e colher as assinaturas das empresas contratadas nos instrumentos pertinentes;

- Realizar o lançamento de registros contratuais nos sistemas do Governo Federal (Compras Contratos e SiafiWeb);

- Disponibilizar as publicações dos atos no DOU;

- Acompanhar e coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;

- Efetuar o recebimento definitivo do serviço (ato que concretiza o ateste), após análise dos relatórios apresentados pela fiscalização;

- Realizar os procedimentos relativos aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, acompanhamento dos pagamentos, atos para encerramento dos contratos, dentre outros;

- Fornecer informações gerenciais para PROAD e a Reitoria UFJ em questões relativas aos contratos, principalmente em casos de respostas a questionamentos da Comunidade Acadêmica e Ouvidoria;

- Disponibilizar continuamente o acesso à informação com transparência e clareza através da Governança Pública (boas práticas para preservar a confiança da sociedade) publicizando as informações dos contratos, a fim de promover a integridade procedimental das contratações de serviços da UFJ.

- Executar outras atividades inerentes à área que lhe venham a ser delegadas por autoridade competente.

A **Diretoria de Contabilidade e Finanças** (DCF) é o órgão responsável pelo Controle e Execução Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial da Universidade. Foi criada com o intuito de atestar os registros da instituição, os balanços e as demonstrações. Como também possui obrigações decorrentes, com vistas à produção de informações para tomada de decisão, a elaboração de demonstrações contábeis e a consolidação de contas no âmbito da UFJ. São atribuições gerais:

- Controlar/providenciar gastos com pessoal, encargos sociais, benefícios constitucionais, pagamentos de pró-labores (membros examinadores banca de concurso, pareceristas departamento editorial);

- Levantamento de dados para subsidiar o planejamento orçamentário da UFJ;

- Controlar o Fundo Local;

- Controlar despesas de serviços diversos prestados a UFJ;

- Providenciar a aquisição de passagens referentes à administração da UFJ;

- Controlar a execução orçamentária das Unidades Acadêmicas e Unidades Acadêmicas Especiais (Diárias, Passagens, Hospedagem, Ônibus, Pagamento de pessoa física);

- Controlar a retenção de imposto para pagamento de pessoa jurídica;

- Inserir no SCDP, e prestar contas, das solicitações de diárias referentes à administração da UFJ;

- Autorizar o pagamento de diárias em nível de UFJ;

- Conferir notas fiscais de serviços prestados a UFJ;

- Gerenciar atas e contratos, exceto os de prestação de serviços terceirizados contínuos, analisando e encaminhando documentação de Notas Fiscais relativas para pagamento;
- Encaminhar notas recebidas para pagamento;
- Solicitar empenhos de pedidos da UFJ;
- Controlar as autorizações de empenho em registros de preços vigentes executados pela UFJ;
- Executar o pagamento de notas;
- Acompanhar a gestão e o controle individual dos projetos executados por Fundações de Apoio.

A **Diretoria de Materiais e Patrimônio** (DMP) é responsável pela gestão eficiente, reduzindo custos e evitando o desperdício dos recursos materiais e patrimoniais da instituição. Incluindo a aquisição, controle, armazenamento, manutenção e desfazimento de materiais e bens patrimoniais de uso comum. Assegurando que os recursos materiais e patrimoniais estejam disponíveis para serem utilizados de forma eficiente e que estejam adequadamente preservados, promovendo a transparência e a conformidade com as normas e regulamentos essenciais à sustentabilidade da instituição.

Sob responsabilidade da DMP estão as seguintes coordenações: Coordenação de Materiais e Patrimônio (CMP); Almoxarifado; Patrimônio; Coordenação de Cobrança e Penalidades (CCP); Coordenação de Administrativa e Licitações (CAL). A administração patrimonial compreende uma sequência de atividades que tem o seu início na aquisição e termina quando o bem for retirado do patrimônio da Instituição. Cabe à CMP a responsabilidade de executar os serviços de recebimento, registro, armazenamento, guarda, inventário, distribuição de materiais, bem como por controlar a movimentação, cessão, alienação, permuta, depreciação e baixa de materiais e bens permanentes no âmbito da instituição. Também cabe a responsabilidade de executar os serviços de recebimento, registro, armazenamento, guarda, inventário, distribuição de materiais, bem como por controlar a movimentação, cessão, alienação, permuta, depreciação e baixa de materiais de consumo no âmbito da instituição. Entregas de Materiais de Consumo.

5.4.2 Setor de Transporte

Um dos aspectos da gestão administrativa que merecem particular atenção, devido ao seu grande impacto no dia a dia das pessoas da Comunidade Universitária, diz respeito à circulação de pessoas, transporte de cargas e a mobilidade urbana intercampus. O setor de transporte é a aplicação mais utilizada da gestão logística na UFJ, que adota medidas de melhoria da mobilidade urbana da comunidade, por meio da implantação de formas alternativas de transporte interno e da melhoria do transporte coletivo. O setor responsável pela gestão dos serviços de apoio e logística da UFJ é a Secretaria de Transporte (SeTRAN) vinculada à Reitoria. Os principais serviços e apoio são:

- o Transporte Intercampus é um recurso de mobilidade urbana oferecido gratuitamente pela UFJ à comunidade acadêmica com o intuito principal de facilitar o deslocamento entre os Câmpus Riachuelo e o Câmpus Jatobá;

- o transporte individual ou coletivo para atividades de ensino de graduação, pós-graduação, para pesquisas e extensão universitária;

- transportes de cargas consideradas do interesse da UFJ.

O serviço de agendamento de veículos oficiais da UFJ é realizado pelo sistema SisViagem. O SisViagem é um sistema que gerencia a solicitação de passagens, transporte e diárias acadêmicas da Graduação e da Pós-Graduação e administrativas da UFJ. A gestão logística na UFJ promove a gestão da frota por meio de um planejamento de renovação e manutenção dos veículos, acompanhando em tempo real o seu desempenho.

O PLS, definido como um instrumento de planejamento na formulação da política de sustentabilidade da Universidade, associado à mobilidade urbana, é apresentado como um objetivo estratégico para “Fomentar ações de sustentabilidade” (Id.: S-6). O PLS/UFJ é a utilização dos recursos públicos em ações que tragam benefícios efetivos para a sociedade através do estabelecimento de prioridades sustentáveis e consistentes.

5.5 Orçamento e Sustentabilidade Financeira

5.5.1 Gestão Financeira e Orçamentária

A UFJ é o resultado do esforço de várias gerações que trabalharam pela concretização de sua estruturação com uma Instituição autônoma. Pessoas que dedicaram suas carreiras ao crescimento e fortalecimento do que hoje podemos, com orgulho, chamar de Universidade. Desde sua criação, tem gerado benefícios incontestáveis para a população de Jataí e cidades vizinhas. Por ser uma Universidade recém-criada, ainda em processo de consolidação, a UFJ necessita de grandes investimentos dos poderes Executivo e Legislativo Federal para preservar seu maior patrimônio - a qualidade do seu corpo social, o ensino (graduação e pós-graduação) a pesquisa, a inovação e a extensão -, quanto para viabilizar as condições estruturais que garantirão sua plena independência e desenvolvimento.

Em um contexto de oferta de ensino, a Constituição Federal de 1988 assegura a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” e estabelece que o dever do Estado com a educação será cumprido mediante a garantia de “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística”, de acordo com a capacidade de cada indivíduo (artigos 206, IV e 208, V, respectivamente).

Além disso, o texto constitucional determina que a União financiará as instituições públicas federais de ensino e que aplicará anualmente, no mínimo, 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita proveniente de impostos, incluindo as transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (artigos 211, §1º e 212, caput).

Esses dispositivos garantem o compromisso constitucional com o financiamento adequado e o acesso à educação pública de qualidade.

5.5.2 Sustentabilidade Financeira

Por ser uma IFES, quase a totalidade das receitas da UFJ provém do orçamento do Governo Federal, estruturado por programas, ações e planos orçamentários. Além disso, a Universidade conta com a arrecadação direta, oriunda de fontes como alugueis de imóveis, taxas de inscrição em cursos de pós-graduação lato sensu, prestação de serviços em projetos de extensão, organização de eventos, receitas de projetos de pesquisa e desenvolvimento, e receitas administrativas, entre outras formas de captação relacionadas à sua área de atuação.

Outro importante componente do orçamento da Universidade são os créditos orçamentários transferidos por meio de Emendas Parlamentares, geralmente operacionalizados por meio de Termos de Execução Descentralizada, que complementam as receitas destinadas ao seu funcionamento.

Já as receitas de convênios, em geral, referem-se à descentralização de créditos, voltados para o financiamento de projetos acadêmicos que envolvem cooperação mútua e objetivos compartilhados.

A alocação de recursos de custeio e capital pelo Governo Federal para as IFES segue as diretrizes do Decreto Presidencial nº 7.233, de 19 de julho de 2010, que estabelece os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira das Universidades, conforme o artigo 207 da Constituição Federal. Esse decreto também define critérios para a elaboração das propostas orçamentárias anuais pelas Universidades Federais.

O decreto estabelece que o Ministério da Educação, ao formular as propostas orçamentárias, deve seguir uma matriz de distribuição de recursos para despesas classificadas como "Outras Despesas Correntes e de Capital", fundamentada em diversos parâmetros. A matriz utilizada, conhecida como Matriz ANDIFES, considera tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos.

Entre os parâmetros quantitativos, destacam-se a dimensão de cada IFES, que inclui o número de discentes de graduação, pós-graduação e residência médica, ajustados por fatores como a duração, a natureza dos cursos e a taxa de retenção, o que resulta no cálculo de um número de discentes equivalentes. Já os parâmetros de qualidade estão ligados à produtividade e à avaliação externa dos cursos da Instituição, conduzidas por órgãos especializados, assegurando que a alocação de recursos também reflita o desempenho acadêmico e a eficiência das Universidades. Esses parâmetros garantem que os recursos sejam distribuídos de forma proporcional à estrutura e desempenho de cada Universidade.

A proposta orçamentária da Universidade para um determinado exercício fiscal inicia-se quando o Ministério da Educação, em conjunto com outros órgãos do Poder Executivo, elabora o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e o encaminha aos órgãos setoriais. Esse processo geralmente ocorre nos meses de julho ou agosto do ano anterior ao exercício fiscal, com base nos limites estabelecidos pelo MEC para cada Ação Orçamentária.

A Universidade participa desse processo em duas fases:

- Fase qualitativa: a Universidade apresenta, por meio de planos orçamentários, o direcionamento e a finalidade dos recursos que pretende utilizar;

- Fase quantitativa: a Instituição define a divisão dos valores destinados a cada área, de acordo com os planos orçamentários previamente estabelecidos.

Outros aspectos relacionados à sustentabilidade financeira estão também descritos nos tópicos Gestão Orçamentária e Centros de Custo.

5.5.3 Relação com o Desenvolvimento Institucional

Nesse processo, a Universidade precisa adequar-se aos limites impostos pelo MEC, sem oportunidade de apresentar demandas próprias. Durante essa etapa, são realizadas projeções de receitas e efetuados ajustes entre as ações orçamentárias, priorizando os objetivos e metas traçados em seu PDI e em sua missão, de forma a alinhar os recursos disponíveis às suas prioridades estratégicas.

Tanto na fase qualitativa quanto na quantitativa é necessário registrar todas as metas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), conforme mostrado na Figura 9. Essas metas devem ser objetivas, mensuráveis e contar com os indicadores de desempenho institucional definidos pela Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO). As metas são sempre anuais, o que favorece o alinhamento com o Desenvolvimento Institucional, evitando discrepâncias entre os diferentes anos que compõem o planejamento estratégico estabelecido no PDI.

Listar Pendências... Excluir Propostas

		Funcional-programática	SubUO	Ação	Planos Orçamentários Vinculados à Ação	Momento da Proposta	Onde Está a Janela?	Tipo de Detalhamento	Situação da Proposta	Valores da Proposta		
	UO	10.26453.12.122.0032.20TP.0052		Ativos Civis da União	0000	1000 - UO	5000 - PL	8 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo - Primárias	Sem pendências	Valor (limite): R$ 92.076.047		
	PL	10.26453.12.122.0032.20TP.0052		Ativos Civis da União	0000	5000 - PL	5000 - PL	8 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo - Primárias	Sem pendências	Valor (limite): R$ 92.443.515		
	UO	10.26453.12.128.0032.4572.0052		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	0000	110 - Fase I UO	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 120.000		
	UO	10.26453.12.128.0032.4572.0052		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	0000	1000 - UO	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 120.000		
	PL	10.26453.12.128.0032.4572.0052		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	0000	5000 - PL	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 120.000		
	UO	10.26453.12.331.0032.2004.0052		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0000, 0001, 0002, 1001	1000 - UO	5000 - PL	6 - Despesas com Benefícios a Servidores do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 1.476.372		
	PL	10.26453.12.331.0032.2004.0052		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0000, 0001, 0002, 1001	5000 - PL	5000 - PL	6 - Despesas com Benefícios a Servidores do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 1.476.372		
	UO	10.26453.12.331.0032.212B.0052		Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0000, 0001, 0003, 0005, 0009	1000 - UO	5000 - PL	6 - Despesas com Benefícios a Servidores do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 6.939.022		
	PL	10.26453.12.331.0032.212B.0052		Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0000, 0001, 0003, 0005, 0009	5000 - PL	5000 - PL	6 - Despesas com Benefícios a Servidores do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 6.939.022		

	UO	10.26453.12.331.0032.212B.0052		Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0000, 0001, 0003, 0005, 0009	1000 - UO	5000 - PL	6 - Despesas com Benefícios a Servidores do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 6.939.022		
	PL	10.26453.12.331.0032.212B.0052		Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0000, 0001, 0003, 0005, 0009	5000 - PL	5000 - PL	6 - Despesas com Benefícios a Servidores do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 6.939.022		
	UO	10.26453.12.364.5113.20GK.0052		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0000, 0001, 0003, 000A	110 - Fase I UO	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 1.386.342		
	UO	10.26453.12.364.5113.20GK.0052		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0000, 0001, 0003, 000A	1000 - UO	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 1.386.342		
	PL	10.26453.12.364.5113.20GK.0052		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	0000, 0001, 0003, 000A	5000 - PL	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 1.386.342		
	UO	10.26453.12.364.5113.20RK.0052		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	0000, 0002, 0005, 0010	110 - Fase I UO	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 16.712.365		
	UO	10.26453.12.364.5113.20RK.0052		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	0000, 0002, 0005, 0010	1000 - UO	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 16.662.365		
	PL	10.26453.12.364.5113.20RK.0052		Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	0000, 0002, 0005, 0010	5000 - PL	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 16.662.365		
	UO	10.26453.12.364.5113.21GS.0052		Internacionalização da Educação Superior	0000, 0001, 0002, 0004	110 - Fase I UO	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 12.268		
	UO	10.26453.12.364.5113.21GS.0052		Internacionalização da Educação Superior	0000, 0001, 0002, 0004	1000 - UO	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 12.268		
	PL	10.26453.12.364.5113.21GS.0052		Internacionalização da Educação Superior	0000, 0001, 0002, 0004	5000 - PL	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 12.268		
	UO	10.26453.12.364.5113.4002.0052		Assistência ao Estudante de Ensino Superior	0000, 0001, 0002, 0003, 0004	110 - Fase I UO	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 5.089.774		
	UO	10.26453.12.364.5113.4002.0052		Assistência ao Estudante de Ensino Superior	0000, 0001, 0002, 0003, 0004	1000 - UO	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 5.089.775		

	UO	10.26453.12.364.5113.4002.0052		Assistência ao Estudante de Ensino Superior	0000, 0001, 0002, 0003, 0004	1000 - UO	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 5.089.775		
	PL	10.26453.12.364.5113.4002.0052		Assistência ao Estudante de Ensino Superior	0000, 0001, 0002, 0003, 0004	5000 - PL	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 5.089.775		
	UO	10.26453.12.364.5113.8282.0052		Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	0000, 0001, 0010	1000 - UO	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 50.000		
	PL	10.26453.12.364.5113.8282.0052		Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	0000, 0001, 0010	5000 - PL	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 50.000		
	UO	10.26453.12.846.0032.09HB.0052		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	0000	1000 - UO	5000 - PL	13 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo – Financeiras	Sem pendências	Valor (limite): R$ 17.139.291		
	PL	10.26453.12.846.0032.09HB.0052		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	0000	5000 - PL	5000 - PL	13 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo – Financeiras	Sem pendências	Valor (limite): R$ 17.139.291		
	UO	10.26453.28.846.0909.00S6.0052		Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	0000	1000 - UO	5000 - PL	8 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo - Primárias	Sem pendências	Valor (limite): R$ 13.000		
	PL	10.26453.28.846.0909.00S6.0052		Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012	0000	5000 - PL	5000 - PL	8 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo - Primárias	Sem pendências	Valor (limite): R$ 13.000		
	UO	10.26453.28.846.0910.00PW.0001		Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica	0000, 0007, 000A, 0010, 0028, 0040, 0057, 0063, 0110	110 - Fase I UO	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 54.687		
	UO	10.26453.28.846.0910.00PW.0001		Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica	0000, 0007, 000A, 0010, 0028, 0040, 0057, 0063, 0110	1000 - UO	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 54.687		
	PL	10.26453.28.846.0910.00PW.0001		Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica	0000, 0007, 000A, 0010, 0028, 0040, 0057, 0063, 0110	5000 - PL	5000 - PL	1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo	Sem pendências	Valor (limite): R$ 54.687		
	UO	20.26453.09.272.0032.0181.0052		Aposentadorias e Pensões Civis da União	0000	1000 - UO	5000 - PL	8 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo - Primárias	Sem pendências	Valor (limite): R$ 1.051.544		

Figura 9 - Extrato de propostas orçamentárias
Fonte: Pró-reitoria de Administração e Finanças (PROAD), 10/12/2024

São exemplos de indicadores presentes na formulação do orçamento anual da Universidade os elementos físicos (quantidade de alunos, cursos, projetos e etc.) e financeiros (políticas nacionais e políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade). A Figura 10 apresenta um outro extrato das propostas com os respectivos indicadores.

Exercício 2025 **Perfil** Consulta UO

Propostas | **Cadastro**

Funcional-programática 10.26453.12.364.5113.20RK.0052
Tipo de Detalhamento 1 - Demais Despesas Discricionárias do Poder Executivo
Momento da proposta UO Fase I - Unidade Orçamentária
Situação da Proposta Válida

Detalhes

Físico / Financeiro | Justificativas | Limite | Propostas de Exercicios Anteriores | Proposta em Outros Momentos | PPA

PLANO ORÇAMENTÁRIO

Todos (Proposta completa)

FÍSICO (Localizador)

Quantidade	Custo Médio	Custo Total
4.500	3.713,86	16.712.365,00

(Produto: Estudante matriculado - Unidade de Medida: unidade)

FINANCEIRO (para cadastrar um novo financeiro, selecione um plano orçamentário)

	Plano Orçamentário	Natureza	IDUSO	Fonte	IDOC	Valor (R$)
0000	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Despesas Diversas	33903900	8	1050	9999	50.000
0000	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Despesas Diversas	33901400	8	1050	9999	20.000

Figura 10 - Extrato de indicadores e justificativas
Fonte: Pró-reitoria de Administração e Finanças (PROAD), 10/12/2024

Após a elaboração, as propostas das IFES são consolidadas pelo MEC e incluídas no PLOA, o qual é posteriormente submetido à apreciação do Congresso Nacional. Durante o ano subsequente, na execução da LOA, são abertas algumas janelas para que as instituições solicitem alterações orçamentárias, permitindo ajustes nos volumes de recursos entre determinadas ações, os quais são avaliados pelo MEC, podendo ser aceitos ou não.

No âmbito interno da UFJ, a PROAD é responsável por elaborar a proposta de orçamento, com base nos relatórios de execução orçamentária do ano anterior e no PDI. Essa proposta inclui a distribuição dos recursos entre as Unidades Acadêmicas e Administrativas.

Historicamente, a partir de 2017, quando a Instituição ainda era a Regional Jataí da UFG, foi criada uma resolução de rateio do orçamento para as Unidades Acadêmicas, adotando-se uma matriz de distribuição de recursos similar à Matriz OCC Andifes, utilizada pelo MEC. Essa medida tinha como objetivo alinhar a alocação interna de recursos aos critérios de distribuição adotados nacionalmente.

5.5.4 Participação da Comunidade Interna

Com base nas análises de relatórios de avaliação interna e considerando a obrigatoriedade para uma Instituição Pública Federal, a Universidade elabora o Plano de Contratações Anuais (PCA)[5]. Este plano é um instrumento de planejamento utilizado por órgãos e entidades da administração pública para organizar e antecipar as contratações de bens e serviços para o ano seguinte. O PCA é construído a partir das demandas apresentadas pelas diferentes unidades administrativas, levando em conta as necessidades previamente identificadas, os orçamentos disponíveis e os objetivos institucionais.

As contratações previstas no PCA abrangem desde a aquisição de materiais de consumo até serviços especializados e devem estar alinhadas ao PDI e aos objetivos estratégicos da Universidade. A inclusão dessas previsões no PCA é obrigatória, e o plano deve ser revisado e atualizado conforme necessário, assegurando que as contratações públicas sejam realizadas de forma coordenada e de acordo com a legislação vigente. Além disso, o PCA desempenha um papel crucial na gestão de riscos e no monitoramento da execução orçamentária, facilitando o controle e a fiscalização das atividades de contratação. Isso garante maior eficiência, transparência e conformidade nos processos de compras públicas.

5 O objetivo do PCA é garantir que todas as necessidades de contratação sejam identificadas com antecedência, promovendo maior eficiência, economicidade e transparência nos processos de compras públicas.

Ainda, no sentido da participação interna, em 2024, a Universidade implementou uma matriz de equalização orçamentária baseada na execução orçamentária de 2023, dando origem ao Plano Orçamentário Anual (POA), um modelo semelhante à LOA. Para os anos subsequentes, está sendo elaborado, com o apoio de uma Comissão de Orçamento e com o assessoramento de Comitês Técnicos, o Plano de Diretrizes Orçamentárias (PDO). Assim como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o PDO será responsável por apresentar metas e objetivos para a gestão do orçamento.

Nesse contexto, novas resoluções de descentralização serão criadas, reforçando a autonomia das Unidades Acadêmicas para definir e executar seus próprios orçamentos, conforme previsto no estatuto e no regimento da Universidade. Essas mudanças visam fortalecer a governança e a descentralização orçamentária, garantindo que as unidades tenham maior controle sobre seus recursos e possam planejar de acordo com suas necessidades e prioridades acadêmicas.

Em termos orçamentários/financeiros, a PROAD tem, ainda, a função de tramitar os processos relativos aos TEDs, firmados entre a UFJ e outros órgãos, além de realizar a prestação de contas ao término da vigência desses acordos. Também é responsável pela execução financeira, de acordo com o planejamento aprovado, e pela prestação de contas ao final de cada exercício. A Proad também acompanha a aplicação do orçamento e atende às demandas de órgãos como o MEC, a Advocacia - Geral da União (AGU), a CGU, o TCU, o Ministério Público Federal (MPF), bem como os usuários do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

5.5.5 Conjuntura Econômica e Limites ao Orçamento Público

Desde 2015, as IFES enfrentam um cenário marcado por cortes orçamentários significativos, acompanhados de outras restrições, como bloqueios e contingenciamentos de recursos provenientes do Tesouro Nacional, que afetam as Outras Despesas Correntes (ODC) e os investimentos. Diante dessas limitações, a análise constante dos contratos de terceirização tem sido uma prática essencial, buscando alternativas que reduzam os custos fixos mensais e minimizem o impacto financeiro para a Instituição.

Apesar de todos os esforços para evitar que essas restrições afetem diretamente as atividades finalísticas, ou ao menos minimizem os seus efeitos, a UFJ enfrenta um desafio particular: sendo uma Instituição recém-criada, exige grandes investimentos para garantir sua autonomia e independência, conforme previsto na Constituição Federal. Esses investimentos são necessários em diversas frentes, como a contratação de novos servidores, a construção de infraestrutura física (prédios), e a ampliação de serviços essenciais, principalmente em tecnologia da informação e comunicação. A criação de condições é fundamental para que a UFJ se consolide como uma Universidade plenamente autônoma e capaz de atender às demandas de ensino, pesquisa e extensão.

Esse cenário nacional de falta de previsibilidade e restrições orçamentárias exige da instituição contínuo planejamento para permitir a manutenção dos serviços básicos da Universidade, . Tais limitações podem impactar diretamente a execução das ações e metas estabelecidas no PDI, comprometendo o crescimento e o fortalecimento da Universidade.

A incerteza quanto aos recursos disponíveis exige maior esforço da gestão quanto ao planejamento. Apesar disso, a UFJ mantém a confiança no Poder Público Federal acreditando que não faltarão os investimentos essenciais em áreas estratégicas, como infraestrutura, pessoal e tecnologia, que são fundamentais para consolidar a Universidade como uma Instituição autônoma e de excelência.

O ano de 2023, marcado pelo início de um novo Plano Plurianual (PPA), foi caracterizado por um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R$ 10,9 trilhões, registrando um crescimento de 2,9% em relação ao ano anterior. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelo setor agropecuário, o qual cresceu 15,1%, seguido pelos setores de serviços (2,4%) e indústria (1,6%). O consumo das famílias também desempenhou um papel importante, avançando 3,1%, graças à melhoria nas condições de trabalho e aos programas sociais que estimularam o consumo de bens essenciais.

Para 2024, a projeção da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda aponta um crescimento do PIB de aproximadamente 2,5%, impulsionado pelos setores da indústria e serviços, enquanto a agropecuária deve apresentar uma leve retração. Já o Banco Central projeta um crescimento um pouco maior, de 3,2%, considerando a recuperação do consumo das famílias, maior investimento e aumento nas exportações e importações. Assim, as previsões de crescimento variam entre 2,5% e 3,2%, dependendo das estimativas e das instituições. Em 2025, o crescimento estimado para o PIB será mais moderado, em torno de 2,0%, refletindo um ambiente de menor expansão econômica e ajustes em diversos setores. Em termos nominais, o valor do PIB deve alcançar R$12,137 trilhões, segundo a Secretaria de Política Econômica.

As projeções indicam que a economia ainda não apresentou uma recuperação significativa e contínua com perspectivas de crescimento modestas, o que limita o equilíbrio fiscal e restringe a capacidade de expansão orçamentária para setores prioritários, como o ensino superior. Para uma Universidade recém-emancipada, classificada como uma "supernova" — por estar em processo de consolidação estrutural —, o cenário orçamentário é ainda mais desafiador. A ausência de investimentos adequados compromete sua consolidação e dificulta o desenvolvimento de infraestrutura e projetos acadêmicos essenciais.

Além disso, a Instituição continua a ser impactada pela Emenda Constitucional n° 95 de 2016, que impôs limites rígidos aos gastos públicos. Apesar da EC n° 95 ter sido substituída pelo novo arcabouço fiscal, a partir de 2023, o qual oferece maior flexibilidade para o crescimento das despesas, essa expansão ainda depende do aumento das receitas. Essa característica torna o contexto orçamentário desafiador para Universidades "supernovas", que precisam de mais recursos para consolidar suas operações e garantir uma oferta educacional de qualidade.

5.5.6 Gestão Orçamentária

Os recursos financeiros constituem insumos essenciais para o desenvolvimento das atividades principais e de apoio de qualquer entidade, seja ela pública ou privada. No caso da UFJ, como já foi citado anteriormente (item 5.3.2 – Sustentabilidade Financeira), quase a totalidade dos recursos são oriundos dos orçamentos de custeio e investimentos da União. As despesas típicas, como pessoal, serviços de terceiros, materiais de consumo, entre outros, bem como investimentos em obras para a construção e reforma, são custeadas por meio do orçamento público.

No uso de seus recursos, a UFJ atende aos critérios estabelecidos na legislação, em especial a Lei n° 4.320/1964, a Lei Complementar n° 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, e as leis que estabelecem o PPA, as Diretrizes Orçamentárias anuais e o Orçamento Anual, além de decretos de programação orçamentária e financeira, e as demais legislações e normas vinculadas.

O PPA vigente do exercício de 2024-2027 estabelece eixos estratégicos, os quais, pelo menos um deles, estão diretamente relacionados com as Universidades Federais, a partir do “Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC”.

A partir dos eixos estabelecidos, foram criados programas temáticos governamentais para atingir os objetivos propostos, entre eles o “Programa 5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade”, no qual estão alocados os principais recursos executados pela UFJ. Os programas temáticos são executados por meio de ações orçamentárias. Para cada eixo foram estabelecidos objetivos estratégicos. Dentre os objetivos vinculados ao programa temático 5113 temos:

1 - Promover a consolidação e a expansão da infraestrutura física das Universidades Federais, considerando a acessibilidade e a sustentabilidade;

2 - Fortalecer os cenários de prática e o exercício da preceptoria para graduação, pós-graduação e residências em saúde.

5.5.7 Centros de Custo

Gerenciar custos de forma eficiente significa administrar os recursos disponíveis de maneira estratégica para maximizar a eficácia das operações. Apesar de já ter alcançado resultados importantes na aplicação de seus recursos, a UFJ ainda está na fase inicial de desenvolvimento de seu modelo de gestão de custos. A partir de 2025, a Instituição implementará um sistema de centros de custos como meta tática a ser desenvolvida pela Proad, o qual possibilitará uma apuração vertical e horizontal dos gastos. Com isso, será possível obter informações detalhadas por estrutura organizacional (unidades acadêmicas e departamentos), por tipo de despesa (TI, serviços, atividades-fim) e por estruturas físicas (laboratórios, edifícios e unidades de assistência).

Essa nova estrutura já foi cadastrada e validada no Sistema de Organização e Inovação Institucional (SIORG), mas ainda precisa ser aprimorada para se tornar uma ferramenta efetiva de gestão. Para alcançar esse objetivo, será necessário desenvolver e melhorar as plataformas digitais, estabelecer indicadores de desempenho e promover a capacitação das equipes envolvidas.

5.5.8 Números do Orçamento

O Orçamento Geral da União (OGU), decretado pelo Congresso Nacional e Sancionado pelo Presidente da República – LOA nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, estabelece um montante de R$ 129.779.137,00 para a UFJ, com classificação em três grandes grupos de despesa:

a) Grupo de Despesa: Outras Despesas Correntes (Custeio);
b) Grupo de Despesa: Investimentos (Capital), e;
c) Grupo de Despesa: Pessoal e Encargos Sociais, conforme a Tabela 7.

Grupo de Despesa	Valor (R$)
1 – Pessoal e Encargos Sociais	103.887.076,00
3 – Outras Despesas Correntes	25.892.060,00
4 – Investimentos	1,00
Total	**129.779.137,00**

Tabela 7 - LOA 2024 Orçamento da UFJ por Grupo de Despesa
Fonte: Pró-reitoria de Administração e Finanças (PROAD), 2024

De outra forma é possível analisar a evolução orçamentária, com base nos anos de 2023, 2024 e 2025, conforme mostra a **Tabela 8**.

Ano	Grupo de Despesa	Projeto de Lei (R$)	Dotação Inicial (R$)	Dotação Atual (R$)
2023	1 - Pessoal e Encargos Sociais	91.860.031	91.860.031	99.603.723
	3 - Outras Despesas Correntes	21.305.420	20.773.854	26.135.806
	4 - Investimentos	2.000.000	1.933.412	1.323.666
2024	1 - Pessoal e Encargos Sociais	103.887.076	103.887.076	111.789.879
	3 - Outras Despesas Correntes	26.696.962	25.892.060	28.761.604
	4 - Investimentos	1	1	1.200.001
2025	1 - Pessoal e Encargos Sociais	110.651.546	0	0
	3 - Outras Despesas Correntes	31.690.831	0	0
	4 - Investimentos	100.000	0	0

Tabela 8 - Orçamento da UFJ por Grupo de Despesa - 2023 a 2025
Fonte: Pró-reitoria de Administração e Finanças (PROAD), 2024

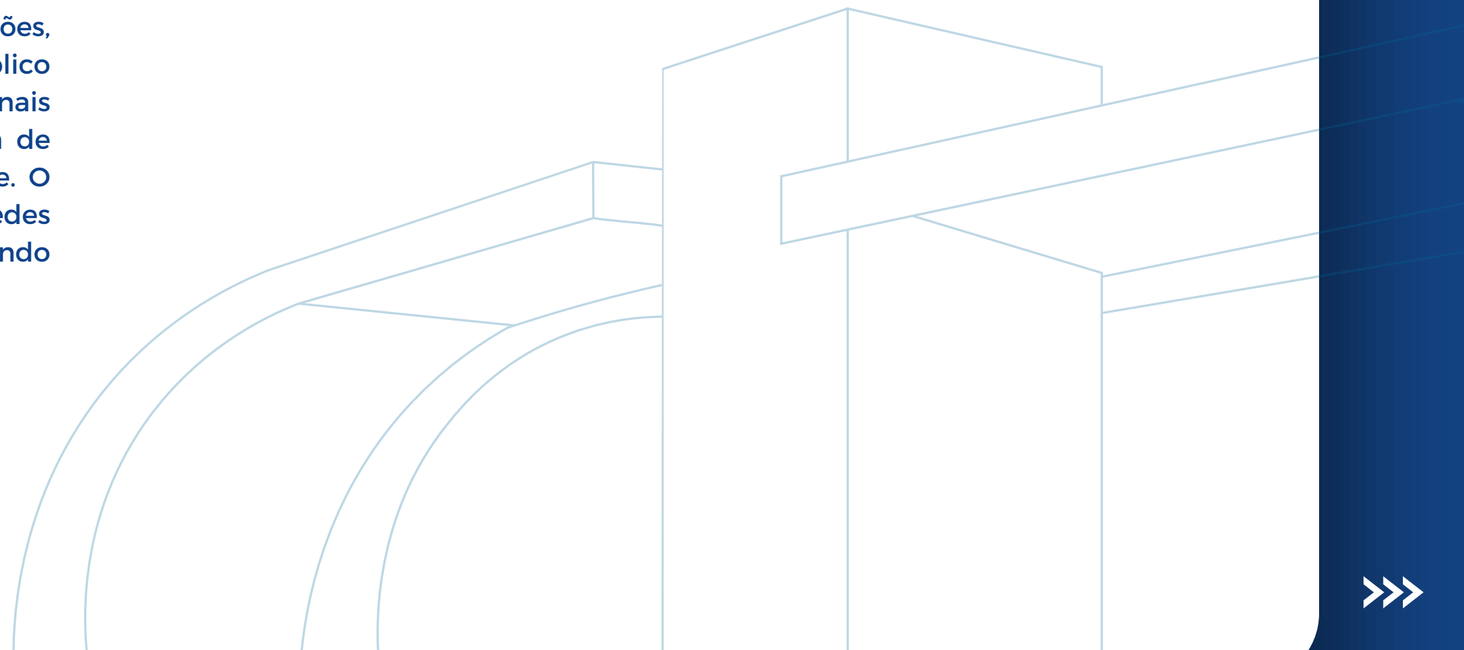
Esses números revelam um esforço de ajustes e de adequações orçamentárias, com o desafio de equilibrar investimentos e despesas correntes, especialmente em um cenário de incertezas econômicas e de consolidação de novas políticas fiscais.

5.6 Comunicação e Informação

A comunicação e a informação desempenham um papel central nas políticas de gestão institucional, constituindo-se como ferramentas estratégicas para promover a transparência, o fortalecimento da imagem e o engajamento com a comunidade interna e externa. Em um ambiente cada vez mais digitalizado, a eficiência e o fortalecimento da comunicação institucional, conforme proposto no objetivo estratégico de Id: G-3, é vital para consolidar a identidade da organização e ampliar seu alcance. A gestão eficaz da informação, por meio de canais digitais e tradicionais, facilita o fluxo de dados e contribui para o alinhamento das ações institucionais com os interesses dos públicos-alvo, como discentes e futuros discentes, servidores e a sociedade.

Nesse contexto, ampliar o engajamento em redes sociais e fortalecer a comunicação institucional são prioridades estratégicas para as instituições, uma vez que essas plataformas oferecem acesso direto a um público diversificado e em constante crescimento. As redes sociais são canais eficazes para a divulgação de eventos, campanhas e iniciativas, além de permitirem interações mais próximas e imediatas com a comunidade. O investimento na criação de conteúdo relevante e atrativo nessas redes fortalece a presença institucional e eleva o nível de interação, gerando maior visibilidade e engajamento.

A atualização de sítios eletrônicos e a criação de novos canais e estratégias de divulgação são essenciais para manter a Instituição competitiva e inovadora no cenário digital e em sua inserção social. Um site atualizado e bem estruturado serve como a principal fonte de informação institucional e garante a acessibilidade de dados e serviços. A criação de novos canais de comunicação, como newsletters, podcasts e blogs, amplia a capacidade de disseminação de informações, tornando a Universidade mais acessível e promovendo uma comunicação integrada que reforça sua presença e influência tanto no âmbito acadêmico quanto social. Tais necessidades estão sendo contempladas em metas estratégicas da UFJ, sobretudo com relação às metas G-3.4, G-3.5 e G-3.6.



6. INFRAESTRUTURA

A infraestrutura adequada é fundamental para o bom desempenho das atividades acadêmicas e administrativas de uma Instituição. Atualmente, utilizamos o espaço e a estrutura disponíveis para conduzir os serviços, atendimentos, aulas e demais atividades. No entanto, reconhece-se a necessidade de aprimoramentos na UFJ. Existem áreas que precisam ser expandidas ou reformuladas, e situações em que espaços são compartilhados ou mesmo ausentes. Detalhes mais específicos sobre essas questões de infraestrutura podem ser encontrados no Apêndice C, ao final deste documento.

A UFJ conta com uma infraestrutura física total de 148.804,39 m² em constante aperfeiçoamento para atender às necessidades acadêmicas, de pesquisa, de extensão e administração.

6.1 Infraestrutura Física

A UFJ possui salas de aula equipadas, laboratórios específicos para biblioteca e acesso a periódicos científicos, auditórios, quadra esportiva e área de convivência. Além disso, possui um sistema de tecnologia da informação eficiente, com acesso à internet e plataformas virtuais de aprendizagem e comunicação. A seguir, apresentamos uma tabela com informações detalhadas sobre a infraestrutura da Universidade.

As edificações do Câmpus Riachuelo possuem ao todo 5.472,74 m2 e são apresentadas na Tabela 9, abaixo.

Câmpus Riachuelo	
Edificação	**Área (m²)**
Casarão	712,14
Coordenação de Informação, Documentação e Arquivo (COODARQ)	151,20
Blocos A, B, D e D	4.609,40
Sala 1 B1 - Capacidade 35	-
Sala 2 B1 - Capacidade 35	-
Sala 3 B1 - Capacidade 35	-
Sala 4 B1 - Capacidade 33	-
Sala 5 B1 - Capacidade 24	-
Sala 6 B1 - Capacidade 36	-
Sala 6 B2 - Capacidade 35	-
Sala 8 B2 - Capacidade 35	-
Sala 10 B3 - Capacidade 35	-
Sala 11 B3 - Capacidade 35	-
Sala 12 B3 - Capacidade 35	-
11 salas de aula	-
Total	**5.472,74**

Tabela 9 - Áreas Edificadas do Câmpus Riachuelo
Fonte: Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), 2023

O Câmpus Jatobá é a cidade universitária da UFJ, com uma ampla variedade de instalações e infraestrutura para atender às necessidades dos discentes, professores e funcionários. O espaço abriga diversos prédios de salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditórios, restaurante universitário, áreas esportivas, entre outras. Além disso, o Câmpus é cercado por áreas verdes, que contribuem para um ambiente agradável e propício ao estudo e convivência.

Ao todo, o Câmpus Jatobá possui 123.060,82 m² em área edificada. Nas tabelas apresentadas a seguir serão apresentadas suas edificações.

Câmpus Jatobá	
Edificação	**Área (m²)**
Bloco 1 - Administração	**510,20**
Bloco 2 - Laboratório	585,62
Bloco 3 - Genética e Esterilização	184,32
Bloco 4 - Laboratório	731,39
Bloco 5 - Miniauditório, Laboratórios	617,46
Anfiteatro Menor - Capacidade 60	
Bloco 8	1.376,00
Bloco 9	1.496,00
Bloco 10	2.302,50
Reitoria (Antiga Biblioteca)	588,58
Anatomia Humana e Animal	886,00
Laboratórios Multidisciplinares	658,62
Departamento Transporte/Lanchonete	176,04
Gabinete dos Professores 1	658,62
Central de Aulas 1 - 17 salas e 2 anfiteatros	2.027,00
Sala 1 - Capacidade 60	-
Sala 2 - Capacidade 60	-
Sala 3 - Capacidade 35	-
Sala 4 - Capacidade 35	-
Sala 5 - Capacidade 45	-
Sala 6 - Capacidade 35	-
Sala 7 - Capacidade 35	-
Sala 8 - Capacidade 35	-
Sala 9 - Capacidade 35	-
Sala 10 - Capacidade 35	-
Sala 11 - Capacidade 45	-
Sala 12 - Capacidade 60	-
Sala 13 - Capacidade 60	-
Sala 14 - Capacidade 45	-
Sala 15 - Capacidade 35	-
Sala 16 - Capacidade 35	-
Sala 17 - Capacidade 35	-
Anfiteatro Superior Capacidade 60	-
Anfiteatro Inferior - Capacidade 60	-
NPC - Vestiários, Casa de Máquinas	87,44
NPC - Piscina/Vestiários	862,00
NPC - Núcleo de Práticas Corporais	671,31
NPC - Quadra Descoberta	598,00
Hospital Veterinário	776,24
Laboratório da Saúde - Piso térreo	679,40
Laboratório da Saúde - Piso superior	679,40
Laboratório de Exatas - Piso térreo	679,40
Laboratório de Exatas - Piso superior	679,40
Pós-graduação	487,39
Pós-graduação - ampliação	348,61
Total	**19.346,94**

Tabela 10 - Levantamento de áreas edificadas do Câmpus Jatobá
Fonte: Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), 2023

No Câmpus Jatobá, além das instalações principais supracitadas, há áreas edificadas tanto na Fazenda Escola (Tabela 11) quanto na Avenida Principal, Olavo Sérvulo de Lima (Tabela 12).

Edificação - Fazenda-Escola	
Edificação	**Área (m²)**
Curral Coberto	94,40
Ambulatório Animal	235,73
Canil	53,85
Depósito	166,40
Armazenagem de Leite	26,67
Baias	237,00
Apoio Ambulatório	109,84
Total	**923,89**

Tabela 11 - Áreas edificadas na Fazenda Escola
Fonte: Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), 2023

Foto 25 - Imagem aérea da Cidade Universitária
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

Edificações - Avenida Olavo Sérvulo de Lima	
Edificação	**Área (m²)**
Restaurante Universitário	1.254,65
Centro de Convivência	712,22
Cantina Restaurante	386,24
Gabinetes de Professores 2 - térreo	700,30
Gabinetes de Professores 2 - superior	700,30
Centro de Aulas 2 - 16 salas e 02 anfiteatros	2.027,00
Sala 1 - Capacidade 45	-
Sala 2 - Capacidade 35	-
Sala 3 - Capacidade 35	-
Sala 4 - Capacidade 60	-
Sala 5 - Capacidade 60	-
Sala 6 - Capacidade 60	-
Sala 7 - Capacidade 60	-
Sala 8 - Capacidade 45	-
Sala 9 - Capacidade 45	-
Sala 10 - Capacidade 60	-
Sala 11 - Capacidade 60	-
Sala 12 - Capacidade 50	-
Sala 13 - Capacidade 60	-
Sala 14 - Capacidade 35	-
Sala 15 - Capacidade 35	-
Sala 16 - Capacidade 45	-
Anfiteatro Superior Capacidade 60	-
Anfiteatro Inferior - Capacidade 60	-
Centro de Ciências Humanas - CCH	900,84
Direito	695,08
Clínica Escola de Fisioterapia	853,50
Biomedicina	957,50
Medicina - 6 salas e 2 auditórios	5.001,50
Sala 1 - Capacidade 46	-
Sala 2 - Capacidade 46	-
Sala 3 - Capacidade 60	-
Sala 4 - Capacidade 60	-
Sala 5 - Capacidade 60	-
Sala 6 - Capacidade 60	-
Auditório 1 - Capacidade 92	-
Auditório 2 - Capacidade 92	-
Galpão Manutenção	67,69
Galpão DMP	136,27
Curral/Casa do Vaqueiro	64,20
Engenharia Florestal Jataí	732,00
Núcleo de Pesquisas Agronômicas	251,06
Gabinete de Professores da Agronomia	444,15
Laboratório de Pesquisas de Agrotóxicos	28,13
Galpão de Suínos	265,49
Piscicultura	156,28
Multiusuário	1.009,00
Galpão de Máquinas	466,89
Reservatório Central de Água	73,00
Rede de Esgoto	105.177,53
Total	123.060,82

Tabela 12 - Áreas Edificadas na Avenida Olavo Sérvulo de Lima
Fonte: Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), 2023

6.1.1 Laboratórios

Os cadastros destes laboratórios em uma plataforma nacional facilitam a sua utilização por outros pesquisadores e grupos de pesquisa que passam a interagir com os pesquisadores da UFJ, aumentando assim a possibilidade de criação de redes de pesquisa e/ou inclusão dos pesquisadores em redes existentes. Vale ressaltar que os docentes da UFJ também participam de três redes de pesquisa nacionais. No Quadro 8 consta a relação de laboratórios cadastrados na Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa, com suas respectivas áreas de atuação. Além desses laboratórios, existem outros laboratórios de aulas práticas, estão descritos nos documentos e PPCs de cada curso e atendem à comunidade acadêmica.

Foto 26 - Herbário - laboratório de coleção de plantas
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

Nome do Laboratório	Sigla	Área de Atuação	Situação
Central Analítica da UFJ	CA	Biomateriais, Materiais, Saúde e Nanotecnologia	Publicado
Central Analítica do Curso de Química	CAQ	Biomateriais, Materiais, Catálise, Química de Produtos Naturais, Pesquisa e Desenvolvimento, Química Analítica, Eletroanalítica, Prestação de serviços	Publicado
Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Aquicultura	CEPEXA	Nutrição de peixes tropicais de agua doce, sustentabilidade da produção aquícola	Publicado
Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia	NEAAF/UFJ	Agricultura familiar, agroecologia, extensão rural, ensaios experimentais, difusão de tecnologias apropriadas aos agricultores familiares	Publicado
Herbário Jataiense	HJ	Manutenção de acervo botânico, conservação da flora do Estado de Goiás	Publicado
Hospital Veterinário da UFJ	HV/UFJ	Saúde única, clínica de pequenos animais, prestação de serviços	Publicado
Laboratório de Anatomia Patológica Veterinária	LAPVet-UFJ	Diagnósticos necroscópicos, histopatológicos e citopatológicos de animais de produção, de companhia e silvestres; morfologia microscópica, levantamentos epidemiológicos e caracterização de enfermidades que acometem os animais	Publicado
Laboratório de Anatomia Vegetal e Interações	LAVI	Análise de histoquímica vegetal, Anatomia de plantas, Citologia vegetal	Publicado
Laboratório de Astronomia e Física Espacial de Jataí	LAFEJ	Geofísica aplicada, geofísica espacial, Física espacial	Publicado
Laboratório de Bacteriologia e Micologia	LBM	Micologia, bacteriologia clínica, análises microbiológicas	Publicado

Laboratório de Biodiversidade Animal	LABiRE	Botânica, ecologia, biologia da reprodução	Publicado
Laboratório de Biologia Reprodutiva e Ecologia Vegetal	LABiRE	Botânica, ecologia, biologia da reprodução	Publicado
Laboratório de Biotecnologia e Fisiologia em Peixes	LabFish	Histologia, biologia da reprodução, anatomia e fisiologia animal, biotecnologia, bioeconomia	Publicado
Laboratório de Difração de Raios-X	LDR	Biomateriais, materiais, saúde, nanotecnologia, difração de raios X em policristais	Publicado
Laboratório de Ecologia Florestal	LAEF	Ecologia de comunidades, Ecologia de Ecossistemas, Restauração Ecológica	Publicado
Laboratório de Fabricação Digital	BeeLab	Tecnologia da informação, economia criativa, biotecnologia, prototipagem e desenho industrial	Publicado
Laboratório de Fitotecnia	LabFitotecnia	Fitotecnia, olericultura, manejo e tratos culturais de hortaliças	Publicado
Laboratório de Fruticultura	FRUTICULTURAUFJ	Conservação de frutas e hortaliças, desenvolvimento de produtos utilizando frutas e hortaliças, pós-colheita de frutas	Publicado
Laboratório de Geoinformação	GEOINFO	Inteligência geográfica, sensoriamento remoto, agricultura de precisão, planejamento ambiental	Publicado
Laboratório de Histopatologia	LHP	Histopatologia, biologia da reprodução, embriologia, endocrinologia	Publicado
Laboratório de Macroecologia	MacroLab	Ecologia, macroecologia, mudanças climáticas	Publicado

Laboratório de Manejo Florestal	LMF	Manejo Florestal, modelagem do crescimento e da produção florestal	Publicado
Laboratório de Mensuração e Inventário Florestal	LMIF	Inventário florestal, manejo de florestas plantadas e nativas, planejamento florestal	Publicado
Laboratório de Parasitologia e Análises Clínicas Veterinária	LAPACVET	Parasitologia, epidemiologia, saúde única, doenças infecciosas, doenças parasitárias dos animais	Publicado
Laboratório de Pedologia e Erosão de Solos	LPES	Geografia, Pedologia, Geomorfologia, erosão e conservação dos solos	Publicado
Laboratório de Práticas Veterinárias	LAPRAVET	Saúde animal, análises hematológicas de sangue de animais, controle de qualidade de alimentos,	Publicado
Laboratório de Solos	Laboratório de Solos	Laboratório de Solos	Publicado
Laboratório de Taxonomia Animal	LabTaxA	Ecologia, Zoologia, Biodiversidade	Publicado
Laboratório Geociências Aplicadas	LGA	Hidrossedimentologia, análise ambiental integrada, qualidade da água	Publicado
Laboratório Multiusuário em Ciências Aplicadas à Saúde	LMCAS	Imunologia, Bacteriologia, parasitologia, biologia molecular, biologia celular, microbiologia	Publicado
Planetário da Universidade Federal de Jataí	PLANETÁRIO/UFJ	Física, astrofísica, astronomia	Publicado

Quadro 8 - Laboratórios cadastrados na Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa
Fonte: Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI), 2024

6.1.2 Clínica Escola de Fisioterapia

A Clínica Escola de Fisioterapia da UFJ é uma estrutura essencial para o apoio às atividades acadêmicas relacionadas ao Curso de Fisioterapia. Integrada ao projeto pedagógico do curso, a Clínica não apenas fortalece a pesquisa e a extensão, mas também estende seus serviços à comunidade, oferecendo atendimento fisioterapêutico de qualidade. Concebida, primordialmente, para apoiar o treinamento prático dos alunos, em especial nos estágios supervisionados dos períodos finais, a Clínica também abrange atividades de prática assistida em diversas disciplinas vinculadas à fisioterapia. Este espaço é crucial para o desenvolvimento das competências acadêmicas, permitindo aos alunos experiências práticas em observação, atendimento e práticas supervisionadas, tudo isso em um ambiente propício à discussão acadêmica. Com instalações adequadas, equipamentos modernos e em conformidade com as normas de biossegurança, a Clínica Escola se destaca por sua missão de fornecer assistência de alto padrão, reforçando o compromisso da UFJ em formar profissionais capacitados para atender às demandas sociais, visando a saúde e o bem-estar da população.

6.1.3 Manutenção da Infraestrutura

A gestão da manutenção predial e dos equipamentos da UFJ utiliza recursos do orçamento anual. A PROAD, que gerencia os contratos com empresas terceirizadas, trabalha em conjunto com a SEINFRA e a SeTI, que lidam com a manutenção corretiva e emergencial dos prédios e equipamentos. Tais empresas terceirizadas e setores são responsáveis por identificar problemas e priorizar ações, considerando a segurança e a funcionalidade de todas as instalações da Instituição.

A PROAD, a SEINFRA e a SeTI desenvolvem atividades como:

- Gestão de contratos e fornecedores, garantindo a prestação de serviços e a compra de materiais necessários;
- Planejamento e execução de manutenções corretivas e emergenciais em suas instalações, incluindo prédios e equipamentos;
- Controle de custos e orçamentos, para assegurar a utilização eficiente dos recursos disponíveis.

A manutenção preventiva das instalações e predial da UFJ é orientada por um planejamento estratégico que prioriza ações que assegurem a funcionalidade e a segurança das instalações a longo prazo. A SEINFRA e os outros setores envolvidos desenvolvem atividades programadas para evitar falhas e projetam melhorias estruturais e tecnológicas para atender a comunidade acadêmica. Essas ações são estruturadas em planos e cronogramas para monitorar e priorizar intervenções, com o objetivo de manter a qualidade e a segurança dos edifícios da UFJ.

A contratação de empresas terceirizadas pela PROAD para manutenção da infraestrutura da UFJ é essencial para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços de conservação predial e de equipamentos. As empresas terceirizadas possuem profissionais especializados em diferentes áreas para certos tipos de manutenção que os servidores da Universidade não podem realizar, além disso, a terceirização permite que a Universidade responda com mais rapidez as demandas e tendem a ser mais econômicas, principalmente em serviços que não exigem presença constante.

Atualmente, a SEINFRA e a SeTI utilizam o GLPI (Gestionnaire Libre de Parc Informatique), uma ferramenta de código aberto para gerenciamento de chamados, para organizar e monitorar as ordens de serviço relacionadas à manutenção predial. Qualquer membro da comunidade universitária que identifique um problema nas instalações (como falhas em equipamentos ou necessidade de reparos) pode registrar um chamado no sistema GLPI. Esse chamado inclui detalhes sobre o problema e sua localização. O GLPI também gera relatórios de desempenho e históricos de chamados, ajudando a SEINFRA e a SeTI a identificar áreas de maior demanda e planejar manutenções preventivas com base em dados. Esse sistema facilita o fluxo de trabalho, agiliza respostas, melhora a organização e contribui para a transparência e eficiência na gestão de manutenção predial da UFJ.

A manutenção das instalações da Universidade é essencial para assegurar a qualidade das infraestruturas e apoiar o desenvolvimento acadêmico e institucional.

6.2 Serviços de Apoio

6.2.1 Sistema de Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas (SIBI) da UFJ é composto pelas bibliotecas Flor-do-Cerrado, localizada no Câmpus Jatobá, e Binômino da Costa Lima, localizada no Câmpus Riachuelo. A primeira atua como órgão coordenador do SIBI, centralizando a execução das atividades técnicas e administrativas, fundamentais para a oferta dos serviços. A UFJ oferece bibliotecas com espaços adequados para estudo e pesquisa, e todos os serviços oferecidos são planejados e executados buscando atender as demandas da comunidade acadêmica. Elas são informatizadas com o sistema Sophia, que permite o controle dos acervos, desde a aquisição, processamento técnico até os serviços de circulação, oferecendo aos usuários o acesso online ao catálogo e aos serviços de renovação e reserva.

Além disso, são ofertados treinamentos aos usuários para aprimorar a utilização do Portal de Periódicos da CAPES, fontes de informação online e aplicação de normas para trabalhos acadêmicos. Os acervos são compostos por materiais de diferentes suportes, dentre livros, CDs, DVDs, periódicos, acervos virtuais (portal de periódicos da Capes) e materiais informacionais acessíveis.

6.2.1.1 Espaço Físico

A Biblioteca Flor-do-Cerrado foi inaugurada em 02 de abril de 2018. Com dois pavimentos, oferece espaços adequados para estudo coletivo, individual, laboratório de informática, refeitório, espaço de descanso, sala de reuniões com capacidade para 20 pessoas e espaços destinados à realização de atividades, eventos culturais e acadêmicos. No total são oferecidos 130 assentos em mesas de estudo coletivo, 64 assentos em mesas de estudo individual, 21 computadores com acesso à Internet, além do acesso à rede sem fio education roaming (Eduroam) e 60 assentos para realização de atividades acadêmicas e culturais no espaço multiuso. As medidas de área são sumarizadas na Tabela 13, abaixo.

Já a biblioteca Binômino da Costa Lima disponibiliza 16 assentos para estudo em grupo e 18 assentos para estudo individual, além de 14 computadores disponíveis para estudo e pesquisa.

Espaços Biblioteca Flor-do-Cerrado	**Área (m²)**
Área do pavimento térreo	1.305
Área do pavimento superior	1.255
Total	**2.560**
Principais espaços destinados aos usuários no pavimento térreo	**Área (m²)**
Sala livre para estudos (estudo coletivo)	39,24
Sala de estudo coletivo	16,40
Acervo geral	477,02
Principais espaços destinados aos usuários no pavimento superior	**Área (m²)**
Salão de estudo coletivo	50,43
Sala de estudo coletivo 1	18,59
Sala de estudo coletivo 2	19,14
Sala de estudo coletivo 3	19,14
Sala de estudo coletivo 4	16,68
Sala multiuso	55,17
Centro de Informática a Apoio Didático (com 23 computadores)	53,85
Sala de estudo individual 1	53,68
Sala de estudo individual 2	55,02
Sala de estudo individual 3	89,12
Espaços Biblioteca Binômio da Costa Lima	**Área (m²)**
Área total	**500**

Tabela 13 - Espaços do SIBI UFJ
Fonte: Sistema de Bibliotecas (SIBI), 2024

6.2.1.2 Equipe

O SIBI conta hoje com 5 bibliotecários, servidores efetivos, 7 funcionários terceirizados na função de auxiliares de biblioteca e 2 funcionárias terceirizadas da equipe de limpeza e conservação predial.

6.2.1.3 Serviços e Produtos

O SIBI oferece diversos serviços e produtos à comunidade acadêmica:

- Empréstimo domiciliar de materiais informacionais;
- Empréstimo de tecnologias assistivas;
- Adaptação de materiais para pessoas com deficiência;
- Reserva de obras via web;
- Renovação via web;
- Catalogação na fonte;
- Espaços para estudo individual;
- Espaços para estudo em grupo;
- Laboratório de informática;
- Gibiteca;
- Emissão do crachá institucional;
- Reserva de espaços para eventos e exposições;
- Atividades culturais;
- Treinamentos.

O serviço de empréstimo de notebooks foi implantado em parceria com a PRAE, a qual realizou a aquisição dos equipamentos. A minuta que institui as regras para o empréstimo dos computadores foi elaborada em um trabalho conjunto realizado pela PRAE, SIBI e SeTI e teve sua última versão atualizada e aprovada no CONSUNI em 04 de abril de 2022.

Entre abril de 2022 e outubro de 2024 foram realizadas aproximadamente quinze mil (15.000) operações referentes à circulação dos equipamentos (empréstimos, devoluções e renovações). Para dar continuidade ao serviço, o SIBI em consenso com a PRAE optou por repassar os equipamentos para essa pró-reitoria a qual passará a ser responsável pelos empréstimos dos mesmos.

Em parceria com a SeTI, buscando atender e solucionar as demandas institucionais relativas à identificação da comunidade acadêmica e a necessidade de substituição da carteira da biblioteca, foi implantado o crachá institucional, emitido pelo SIBI a partir de junho de 2022.

Inaugurado em 2019 e localizado na Biblioteca Flor-do-Cerrado, o LAI, em parceria com o NAI, fornece equipamentos de ponta para atender às necessidades de usuários com deficiência. Esse laboratório oferece serviços de adaptação de materiais bibliográficos impressos e digitais; computadores adaptados com softwares leitores e ampliadores de tela; capacitação para uso das tecnologias disponíveis; empréstimo de equipamentos; espaços para estudo; visitas orientadas; acervo em braille e audiolivro. A Tabela 14 disposta a seguir elenca os quantitativos de equipamentos de acessibilidade disponíveis no LAI da UFJ:

Foto 27 - Impressora Braile - LAI
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

Equipamentos de Acessibilidade	
Notebook	8
Lupa digital	8
Gravador de som	5
Máquina Braile	2
Linha Braille	1
Scanner de Voz Aladdin	6
Cabine de Audiodescrição	1
Maleta Carregador (Fones)	1
Central de Intérprete + Transmissor	1
Leitor de Audiolivro Portátil	1
Scanner de voz Sara	2
Computador + CPU	3
Impressora Braille Interponto	1
Impressora Alto Relevo	1
Teclado Ampliado	2
Fone de Ouvido	1
Caixa de Som	1
Óculos Orcam MyEye	3
Mesa Ajustável	8
Cadeira de Rodas	1

Tabela 14 - Equipamentos de Acessibilidade - LAI UFJ
Fonte: Sistema de Bibliotecas (SIBI), 2024

A seguir, a Tabela 15 explicita o número de empréstimos realizados via LAI no período de 2019 a 2024:

Empréstimos - LAI	
2019	4
2020	9
2021	8
2022	8
2023	7
2024	7

Tabela 15 - Número de Empréstimos - LAI UFJ
Fonte: Sistema de Bibliotecas (SIBI), 2024

O Repositório Institucional da UFJ (RIUFJ) nasce durante o processo de desmembramento da Regional Jataí da UFG. No decurso dos trabalhos, as bibliotecas da antiga Regional Jataí faziam parte do SIBI/UFG e, dentro da agenda de desvinculação dos serviços, figurava a retirada das teses e dissertações de Jataí, depositadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG) que, por sua vez, necessitava de um ambiente digital para serem depositadas e disponibilizadas. No final de 2021, ocorreu a migração dos trabalhos da UFJ para o que seria o protótipo do RIUFJ, ainda chamado de BDTDUFJ. No início de 2022, as teses e dissertações são migradas para o módulo Repositório Institucional do Sistema Sophia de Gerenciamento das Bibliotecas da UFJ.

Em setembro de 2022 é aprovada a Resolução CONSUNI nº 033/2022, que instituiu a política para depósito de publicações científicas no RIUFJ, sendo ratificada pela Resolução CONSUNI nº 033R/2024, consolidando, assim, a implantação efetiva do RIUFJ e englobando também o depósito dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos cursos de graduação da Instituição.

O RIUFJ tem como objetivo central a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na UFJ em formato digital, de forma livre e gratuita. No Repositório Institucional, são armazenados diversos trabalhos acadêmicos produzidos pela comunidade. O acervo atual do repositório conta com 40 teses, 399 TCCs e 626 dissertações. Estes números refletem a produção acadêmica e de pesquisa realizada na Instituição. A distribuição detalhada desses documentos está representada no Gráfico 13.

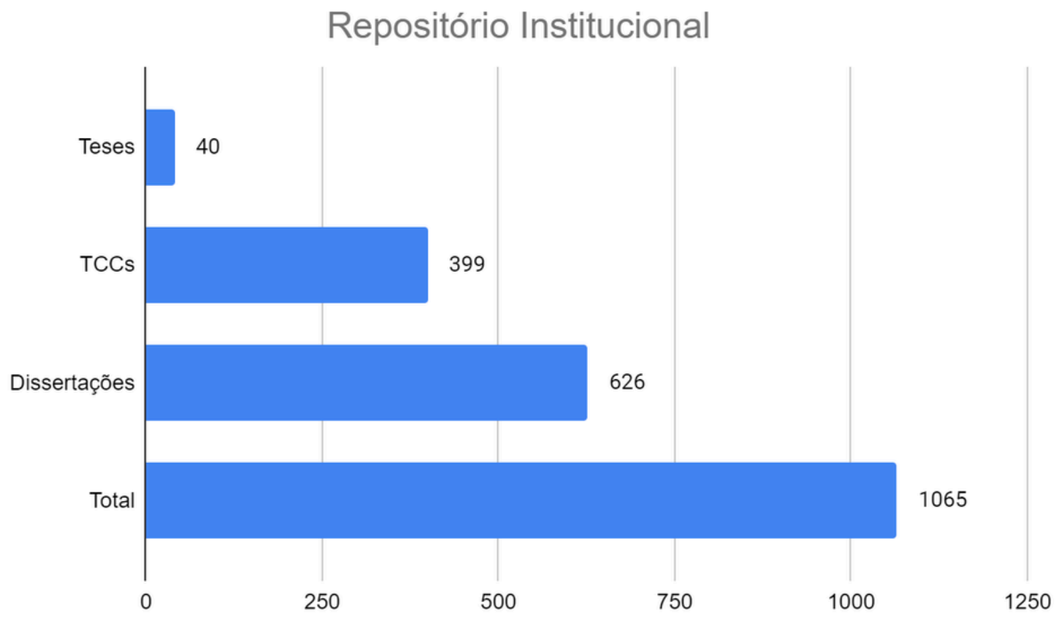


Gráfico 13 - Repositório Institucional das Bibliotecas da UFJ
Fonte: Sistema de Bibliotecas (SIBI), 2024

A seguir, apresentamos a **Tabela 16** que detalha o acervo das bibliotecas da UFJ em 2024. Esta tabela discrimina a quantidade de títulos e exemplares por tipo de material nas bibliotecas "Flor-do-Cerrado" e "Binômino da Costa Lima".

Biblioteca Flor-do-Cerrado		
Material / Obra	**Número de títulos**	**Número de exemplares**
Arquivo de computador	26	31
Chave do escaninho	1	48
Gravação sonora (musical)	1	1
Gravação sonora (não musical)	62	68
Livro em Braille	5	24
Material projetável	37	74
Material textual (impresso)	14.293	38.343
Material textual (manuscrito)	171	195
Tecnologia assistiva	1	25
Periódico	142	3.883
Total	**14.739**	**42.692**
Biblioteca Binômino da Costa Lima		
Material / Obra	**Número de títulos**	**Número de exemplares**
Arquivo de computador	1	1
Material projetável	3	3
Material textual (impresso)	6.746	12.266
Material textual (manuscrito)	103	115
Periódico	14	35
Total	**6.867**	**12.420**

Tabela 16 - Detalhamento dos Acervos das Bibliotecas da UFJ
Fonte: Sistema de Bibliotecas (SIBI), 2024

Por fim, destaca-se que ações estratégicas vinculadas ao SIBI estão refletidas nos objetivos estratégicos “Promover a igualdade de gênero, diversidade e inclusão na comunidade acadêmica” (Id: G-4), com a meta de “Adquirir 3 (três) assinaturas de acervos digitais para torná-los acessíveis em diferentes formatos, de forma a atender às necessidades específicas dos usuários com deficiência até 2027” (Id: G-4.10), e de “Promover o ensino de qualidade nos cursos de graduação” (Id: F-1), com a meta de “Promover 7 (sete) ações de integração entre os serviços ofertados pelo SIBI e as propostas acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação dos cursos de graduação até 2027” (Id: F-1.4). O que reflete a importância das bibliotecas nas ações de inclusão que estão sendo propostas pela UFJ e a sua transversalidade nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

6.2.1.4 Horários de Funcionamento

A Biblioteca Flor-do-Cerrado funciona de segunda a sexta-feira, das 7h15 às 21h, enquanto a Biblioteca Binômino da Costa Lima funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h. Durante os recessos acadêmicos, os horários de funcionamento das bibliotecas são reduzidos.

6.2.1.5 Plano de Atualização das Coleções

O processo de desenvolvimento das coleções que compõem os acervos do SIBI é pautado nas diretrizes definidas na Política de Desenvolvimento de Coleções. O Plano de Atualização das Coleções (PAC) segue os mesmos critérios da política de desenvolvimento de coleções do Sibi/UFG/PDC-2014, tendo como objetivo geral definir critérios para a seleção, aquisição, avaliação e descarte dos materiais que farão parte do acervo das bibliotecas.

O desenvolvimento de coleções de qualquer biblioteca reflete a necessidade de um planejamento que necessita de metodologia. Deve-se considerar, como fatores importantes, o tipo de biblioteca e seus objetivos específicos (VERGUEIRO, 1993; 2010). É, por sua vez, um instrumento de suma importância no processo de crescimento de acervos, expressando o interesse da Instituição que a mantém e da comunidade a qual serve (WEITZEL, 2006).

O PAC formaliza um planejamento de medidas a serem implementadas para o tratamento da aquisição de materiais informacionais para as bibliotecas do SIBI dentro das modalidades de compra e doação. Para que o referido Plano possa ser implementado de maneira efetiva é necessário que uma destinação orçamentária específica seja institucionalizada de modo a garantir anualmente a atualização dos acervos, tanto de forma física como digital, para suprir as deficiências de bibliografia básica e complementar dos cursos de graduação e pós-graduação.

O PAC será a diretriz para as próximas aquisições, com a intenção de minimizar consideravelmente as deficiências dos acervos das bibliotecas, atendendo plenamente às demandas da nossa comunidade acadêmica. Apresentamos no Quadro 9 a seguir o planejamento tático de aquisição de materiais informacionais para os próximos anos, vislumbrando o acerto qualitativo e quantitativo dos nossos acervos.

Foto 28 - Acervo Biblioteca Flor-do-Cerrado
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

Ano	Objetivo	Ação
2023	Suprir as demandas referentes às bibliografias básicas dos cursos, considerando o indicador 3.6 do instrumento de avaliação de cursos de graduação presenciais e à distância do MEC	Destinar o recurso para aquisição de materiais informacionais, exclusivamente para atender as demandas de títulos indicados como bibliografia básica nos PPCs, que ainda não tenham quantidade suficiente para obter o conceito 3 no indicador 3.6 do instrumento de avaliação de cursos de graduação presenciais e à distância do MEC. Trabalhar com os cursos na atualização dos títulos e adequação das indicações de acordo com a disponibilidade da obra nas bibliotecas e no mercado editorial.
2024	Suprir as demandas referentes às bibliografias básicas dos cursos, considerando o indicador 3.6 do instrumento de avaliação de cursos de graduação presenciais e à distância do MEC.	Destinar o recurso para aquisição de materiais informacionais, exclusivamente para atender as demandas de títulos indicados como bibliografia básica nos PPCs, que ainda não tenham quantidade suficiente para obter o conceito 3, no indicador 3.6 do instrumento de avaliação de cursos de graduação presenciais e à distância do MEC. Trabalhar com os cursos na atualização dos títulos e adequação das indicações de acordo com a disponibilidade da obra nas bibliotecas e no mercado editorial.
2025	Suprir as demandas referentes às bibliografias básicas dos cursos, considerando o indicador 3.6 do instrumento de avaliação de cursos de graduação presenciais e à distância do MEC.	Destinar o recurso para aquisição de materiais informacionais, exclusivamente para atender as demandas de títulos indicados como bibliografia básica nos PPCs, que ainda não tenham quantidade suficiente para obter o conceito 4 no indicador 3.6 do instrumento de avaliação de cursos de graduação presenciais e à distância do MEC. Trabalhar com os cursos na atualização dos títulos e adequação das indicações de acordo com a disponibilidade da obra nas bibliotecas e no mercado editorial.
2026	Suprir as demandas referentes às bibliografias básicas dos cursos, considerando o indicador 3.6 do instrumento de avaliação de cursos de graduação presenciais e à distância do MEC.	Destinar o recurso para aquisição de materiais informacionais, exclusivamente para atender as demandas de títulos indicados como bibliografia básica nos PPCs, que ainda não tenham quantidade suficiente para obter o conceito 5 no indicador 3.6 do instrumento de avaliação de cursos de graduação presenciais e à distância do MEC. Trabalhar com os cursos na atualização dos títulos e adequação das indicações de acordo com a disponibilidade da obra nas bibliotecas e no mercado editorial.
2027	Atualização dos acervos.	Recursos serão destinados à atualização dos acervos e aquisição de títulos indicados nos PPCs que ainda tenham demanda de acordo com o instrumento de avaliação do MEC. Poderão ser adquiridos títulos que não constem nos PPCs, desde que exista demanda de uso para atendimento às pesquisas ou projetos da UFJ.

Quadro 9 - Objetivos táticos do SIBI
Fonte: Sistema de Bibliotecas (SIBI), 2023

6.2.1.6 O SIBI e a Pandemia

Com o início da pandemia de Covid-19, em março de 2020, o SIBI paralisou suas atividades por completo, retomando o serviço de devolução de material informacional de maneira gradual. Em outubro de 2020, foi implantada uma rotina de revezamento entre os servidores para a retomada dos empréstimos mediante agendamento.

À medida que os protocolos de segurança foram avançando no sentido de uma retomada gradual dos serviços presenciais, as bibliotecas foram se ajustando, e em 2021, alguns espaços das bibliotecas foram liberados para o estudo individual adotando todas as medidas de segurança orientadas pelo comitê Covid da UFJ. Em março de 2022, com a retomada do ensino presencial, as bibliotecas retornam com a abertura total dos espaços e serviços.

6.2.2 Coordenação de Informação, Documentação e Arquivo

Instituída em 2021, a COODARQ derivou-se da Seccional do Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ) da então Regional Jataí (Resolução Conselho Gestor nº 003/2017). Possui como finalidade realizar a gestão dos documentos arquivísticos da UFJ a partir do estabelecimento de normas e procedimentos relativos à produção, tramitação, uso, arquivamento, eliminação e guarda de documentos convencionais e digitais com valor administrativo e acadêmico.

A Coordenação administra os sistemas utilizados para a gestão de documentos na Instituição, sendo eles: o SEI; Sistema Integrado de Protocolo (SIPAC/SIG); e atualmente tem trabalhado para a implantação dos sistemas integrados do RDC-Arq, o qual permitirá o armazenamento, a gestão e difusão dos documentos digitais que compõem o acervo arquivístico da Universidade.

Também atua com o propósito de estabelecer normas e procedimentos para garantir a autenticidade das informações e documentos no âmbito da UFJ, realizando a orientação dos setores acadêmicos e administrativos da Instituição, de forma a organizar e sistematizar os processos organizacionais da UFJ para a execução eficaz e eficiente do trabalho, com transparência para a sociedade. A COODARQ tem como principal objetivo assegurar condições de conservação, proteção, acesso e disseminação do patrimônio documental da UFJ, e, desta forma, desenvolver políticas para realizar a preservação e proteção do acervo arquivístico documental institucional.

São objetivos associados desta coordenação até o ano de 2027:

- Implantar a política de gestão documental e diretrizes que garantam a preservação e a proteção do patrimônio arquivístico da UFJ;
- Aumentar os percentuais dos índices da avaliação da maturidade da UFJ na gestão dos documentos e na transparência ativa, com a implantação do RDC-Arq e a disponibilização dos documentos digitais para a sociedade, adequando assim ao que preconiza a legislação vigente, em especial a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/11), a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709, de 2018) e a Portaria MEC nº 360/2022;
- Implantar a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD da UFJ e realizar a eliminação de documentos desprovidos de valor, de acordo com a legislação arquivística vigente;
- Elaborar normativas e resoluções necessárias para a utilização dos sistemas e a realização dos fluxos de trabalho desenvolvidos pela COODARQ;

- Desenvolver atividades que promovam a pesquisa dos documentos do acervo arquivístico institucional, com vista a produzir conhecimentos e contribuir para a construção e fortalecimento da Memória Institucional da UFJ.
- A partir dos resultados das pesquisas realizadas, organizar exposições itinerantes, episódios de podcast e desenvolver site voltado para a disseminação de conteúdos referentes à Memória Institucional da UFJ.

Tais ações estão em consonância com os objetivos estratégicos “Instituir e aperfeiçoar as estruturas de governança e de gestão estratégica” (Id: G-1) e “Consolidar a infraestrutura tecnológica como alicerce para o desenvolvimento acadêmico, administrativo e do conhecimento institucional” (Id: S-7), com as metas G-1.7, S-7.8, S-7.9 e S-7.10.

6.2.3 Editora UFJ

A Editora UFJ tem como missão promover a disseminação do conhecimento científico e cultural, priorizando a publicação de obras de acesso aberto que reflitam a produção acadêmica e as iniciativas da comunidade da UFJ. Além disso, se compromete em apoiar a formação e a pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento regional, nacional e internacional por meio da publicação de conteúdos que estimulem o pensamento crítico, a inovação e a diversidade de saberes. A Editora UFJ poderá atuar em sinergia com o repositório da UFJ, atualmente gerido pelo SIBI. No entanto, é fundamental destacar que o fluxo editorial para a produção de um livro difere do processo utilizado para a elaboração de TCCs, dissertações e teses.

A transição de um trabalho acadêmico para o formato de livro demanda do pesquisador uma reconfiguração de sua escrita. Ao transcender os limites da comunidade científica, o autor se vê diante do desafio de comunicar suas descobertas a um público heterogêneo, com diferentes níveis de conhecimento e expectativas. A definição precisa do público-alvo é importante para a adaptação da linguagem e da estrutura textual. Seja um discente em busca de uma introdução ao tema, um profissional da área em busca de aprofundamento ou um leitor leigo interessado em compreender as implicações sociais da pesquisa, o perfil do leitor norteará as escolhas linguísticas e a organização do conteúdo.

A reescrita não se limita a uma mera adaptação, mas exige uma reformulação profunda do texto original. É preciso ir além da síntese dos resultados, buscando uma apresentação clara, concisa e envolvente, capaz de despertar o interesse do leitor. A retextualização implica em uma reconfiguração geral do texto, visando atender às especificidades do novo público. Paralelamente, a transição para a autoria exige do pesquisador uma mudança de postura, que se afasta da objetividade característica do discurso científico e se aproxima de uma abordagem mais subjetiva e pessoal. Essa mudança permite ao autor encontrar sua própria voz e estabelecer um diálogo mais próximo com o leitor.

Como mencionado anteriormente, a adaptação de um trabalho acadêmico para o formato de livro exige uma série de ajustes para que o texto seja compreensível e atraente para um público mais amplo, contudo não reflete o único desafio. Nesse sentido, a UFJ tem promovido a popularização da ciência para ampliar a publicação e disseminação de conteúdos científicos acessíveis ao público geral, estabelecendo uma ponte entre a pesquisa acadêmica, a editora universitária e o SIBI para ampliar o acesso ao conhecimento científico e estimular o interesse em temas de relevância social. As ações previstas pela Editora para a popularização da ciência são:

- Desenvolvimento de materiais digitais interativos para a divulgação científica, como podcasts, vídeos e infográficos, com base nos TCCs, dissertações e teses disponíveis no acervo institucional mantido pelo SIBI, além dos livros e coletâneas que serão publicados pela Editora;
- Organização de eventos de divulgação científica, como feiras de ciências, em parceria com escolas e colégios de Jataí (públicos e privados) e da região sudoeste goiana. A UFJ participaria ativamente, auxiliando nas atividades e buscando, sempre que possível, expor as pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico, destacando a relação dessas pesquisas com a realidade dos alunos do ensino fundamental (preferencialmente últimos anos) e do ensino médio;
- Estabelecimento de parcerias com escolas, museus e outras instituições para ampliar o alcance das atividades de divulgação científica;
- Organização de atividades de incentivo à leitura, como clubes de leitura;
- Promoção da utilização dos recursos das bibliotecas da UFJ para o acesso à informação científica e a produção de materiais de divulgação;
- Oferecimento de bolsas para aquisição de livros (essa ação pode ser efetuada em conjunto com a PRAE).

Foto 29 - Equipe da UFJ em visita técnica à Editora da UFG
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

A figura disposta a seguir representa a integração entre a Editora e o SIBI UFJ a fim de promover a popularização da ciência:

Figura 11 - Integração da Editora e o SIBI
Fonte: Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE), 2024

A iniciativa de promover a popularização da ciência através da Editora UFJ e SIBI da UFJ ganha ainda mais relevância diante do avanço do Plano S. Lançado em setembro de 2018 e apoiado pelo consórcio internacional coAlition S, é uma iniciativa que promove o acesso aberto às publicações científicas resultantes de pesquisas financiadas publicamente, com implementação progressiva a partir de 2021 (Scielo em Perspectiva, 2023). O plano estabelece que tais publicações devem ocorrer em periódicos ou plataformas de acesso aberto, aceitando três modalidades: a publicação em revistas de acesso aberto, o depósito em repositórios abertos após a publicação em revistas por assinatura e o apoio a revistas que buscam transitar para o modelo de acesso aberto.

Para garantir a viabilidade financeira das publicações, a editora universitária em criação deve priorizar a publicação gratuita das obras que produzirá, necessitando de aporte financeiro da Universidade para cobrir os custos de publicação Além disso, as obras devem ser disponibilizadas sob licenças abertas, como a Creative Commons, permitindo que os autores mantenham os direitos autorais. Embora o foco do Plano S seja em artigos científicos, a coalizão incentiva o acesso aberto a dados e outras publicações, como capítulos de livros e obras completas, prevendo um crescimento do modelo de acesso aberto. É fundamental que as editoras universitárias acompanhem a implementação do aludido plano e busquem formas de viabilizar a publicação em conformidade com essas diretrizes, promovendo um ambiente de pesquisa mais acessível e sustentável.

O Plano S propõe um ecossistema integrado que abrange diversas fases essenciais para promover o acesso aberto e a transparência na pesquisa científica. Inicia-se com a coleta e compartilhamento de dados da pesquisa, assegurando a reprodutibilidade e a documentação adequada das informações geradas. Em seguida, enfatiza o acesso aberto, garantindo que todas as publicações científicas sejam disponibilizadas gratuitamente, permitindo que pesquisadores e o público tenham acesso igualitário ao conhecimento.

A ciência aberta fomenta uma cultura de colaboração e engajamento social, promovendo a transparência no processo científico. A publicação científica se concentra na divulgação de resultados de pesquisas financiadas por agências do Plano S em periódicos e repositórios de acesso aberto, sempre com licenças que permitem a reutilização.

A gestão do conhecimento é fundamental para organizar e disseminar informações, assegurando que os resultados estejam acessíveis e possam ser utilizados para novas investigações. Por fim, a fase de análise e reutilização incentiva a utilização de dados e publicações por outros pesquisadores, facilitando a construção sobre trabalhos anteriores e impulsionando novas descobertas, criando assim um ciclo contínuo de inovação e disseminação de conhecimento.

O Plano S alinha-se com as práticas das bibliotecas universitárias, que viabilizam o acesso gratuito a TCCs, dissertações e teses. O acesso aberto democratiza a informação e a missão das bibliotecas de promover o conhecimento livre e acessível. Da mesma forma, uma editora universitária que se comprometer a publicar suas obras em formatos gratuitos, como ePUB ou PDF, estará contribuindo para a popularização da ciência. Isso permitirá que o conhecimento gerado por pesquisadores e acadêmicos alcance um público mais amplo, fomentando a educação e a cultura científica na sociedade. A convergência entre o Plano S e as ações das bibliotecas universitárias e editoras representa um avanço importante na construção de um ecossistema de pesquisa mais inclusivo e colaborativo.

Ao aderir a esse plano, a editora universitária contribuirá para a democratização do conhecimento científico, garantindo que os resultados das pesquisas sejam amplamente acessíveis e reutilizáveis. Essa interação representa um passo importante para a construção de uma ciência aberta e colaborativa, permitindo que pesquisadores de diferentes partes do mundo acessem e utilizem os resultados das pesquisas da UFJ, estimulando a colaboração e a inovação.

6.2.3.1 Conselho Editorial

A formalização dos membros do Conselho Editorial foi formalizada pela Portaria nº 673/2024, de 22 de maio de 2024. Essa etapa envolveu a seleção de docentes de diferentes áreas do conhecimento, garantindo diversidade e representatividade acadêmica no Conselho. A formação de um Conselho Editorial qualificado contribui para assegurar a qualidade e a credibilidade das publicações, e promove um processo de avaliação rigoroso e imparcial. Esse Conselho orienta as políticas editoriais, define as linhas temáticas e estabelece as diretrizes para alinhar a editora aos padrões acadêmicos e científicos de excelência da UFJ, promovendo uma produção editorial robusta e respeitada.

6.2.4 Fundações de Apoio

As Fundações de Apoio são instituições criadas com a finalidade de oferecer apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse das IFE Superior e também das instituições de pesquisa. Devem ser constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos e serão regidas pelo Código Civil Brasileiro. Sujeitam-se, portanto, à fiscalização do Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil, à legislação trabalhista e, em especial, ao prévio registro e credenciamento no MEC e no MCTI, renovável bienalmente.

Tais fundações não são criadas por lei nem mantidas pela União. O prévio credenciamento junto aos aludidos Ministérios é requerido em razão da relação entre as instituições federais e as fundações ser de fomento ao desenvolvimento de projetos, sendo função oferecer suporte administrativo, financeiro e finalístico aos projetos institucionais (MEC, 2012), e criar condições mais propícias para que as instituições apoiadas estabeleçam relações com o ambiente externo.

A contratação de uma Fundação de Apoio é fundamentada na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010 e, no âmbito da UFJ, pela Resolução CONSUNI nº 002/2021. A referida resolução disciplina, entre outras questões, as hipóteses de concessão de bolsas, seus referenciais de valores, limite de carga horária para a participação de bolsistas, docentes/servidores e dos critérios e procedimentos fixados para autorização de participação remunerada de professores e servidores nos projetos.

A PROAD atua como interveniente no contrato entre a Universidade e as Fundações de Apoio, orientando, registrando e acompanhando a execução dos projetos em desenvolvimento. Ela monitora o cumprimento do objeto e as atuações das fundações, ciente da sua função gestora sem desconsiderar seu papel de facilitador da pesquisa e produção de conhecimento.

A UFJ possui atualmente duas Fundações de Apoio credenciadas, com as quais pode celebrar contratos e convênios para execução de projetos específicos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, a fim de se obter ganhos de eficiência na gestão.

6.3 Fazenda Experimental Animal

A Fazenda Experimental Animal da UFJ é uma propriedade dedicada a atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo das Ciências Animais. O espaço e a estrutura cedida aos discentes é uma unidade prática para disciplinas de produção animal dos cursos da Unidade Acadêmica de Ciências Agrárias (CIAGRA), especialmente Zootecnia e Medicina Veterinária. Tais cursos visam capacitá-los no manejo e gestão de sistemas de produção animal, incluindo apicultura, aquicultura, bovinocultura de leite e corte, equinocultura, forragicultura e ovinocultura. Além do ensino, a Fazenda promove pesquisas, extensão e troca de conhecimento com a comunidade.

A Fazenda possui os seguintes setores:

- Apicultura: com 15 caixas de abelhas e uma sala de beneficiamento de mel. Encontra-se em processo de obtenção do Selo de Inspeção Municipal;
- Aves e Suínos: estrutura voltada para pesquisa em nutrição e manejo de aves e suínos;
- Aquicultura: atividades focadas em nutrição e saúde de peixes tropicais, englobando iniciação científica e pós-graduação;
- Bovinocultura de Corte: pesquisas e práticas em manejo de bovinos de corte, em parceria com empresas;
- Bovinocultura de Leite: práticas de manejo leiteiro e estudos sobre o comportamento e saúde de bovinos;
- Equinocultura: área voltada ao manejo de equinos;
- Forragicultura e Pastagens: experimentos em uma área de quatro hectares, com ênfase em sistemas sustentáveis de produção de forragem;
- Ovinocultura: foco no manejo de rebanho ovino, comportamento e sanidade animal.

A Fazenda também oferece suporte aos programas de pós-graduação e recebe visitas para integração com a comunidade.

6.4 Fazenda Experimental Vegetal

A Fazenda Escola da UFJ é uma área agrícola em que discentes e docentes se dedicam à pesquisa e experimentação no setor agropecuário, por meio de estudos e testes para aprimorar práticas agrícolas, desenvolver novas variedades de plantas, testar métodos de manejo de pragas, aperfeiçoar técnicas de cultivo e melhorar a produtividade e sustentabilidade das atividades agrícolas.

O setor de produção vegetal da Fazenda Escola da UFJ ocupa cerca de 80 hectares, com foco em atividades didáticas, de pesquisa e extensão. As áreas não destinadas a esses fins são utilizadas para cultivo comercial de soja, na safra de milho ou sorgo na safrinha. O setor possui uma estrutura de apoio com barracão, contendo sala para técnicos, banheiros, vestiário, almoxarifado, ferramentaria e abrigo para máquinas, compartilhada com a equipe de jardinagem.

Há diversas máquinas e equipamentos disponíveis, como:

- 5 tratores de diferentes marcas e modelos;
- Colhedora de grãos New Holland TC-57, com plataformas para área total e para milho;
- 4 distribuidores de fertilizantes e corretivos;
- Semeadoras de discos e pneumática de diversas capacidades;
- Pulverizadores, carretas, pipa, trilhadoras de grãos, implementos para preparo do solo (arados, grades, subsolador, sulcador), rotoencanteirador, guincho hidráulico, roçadoras e triturador de resíduos.

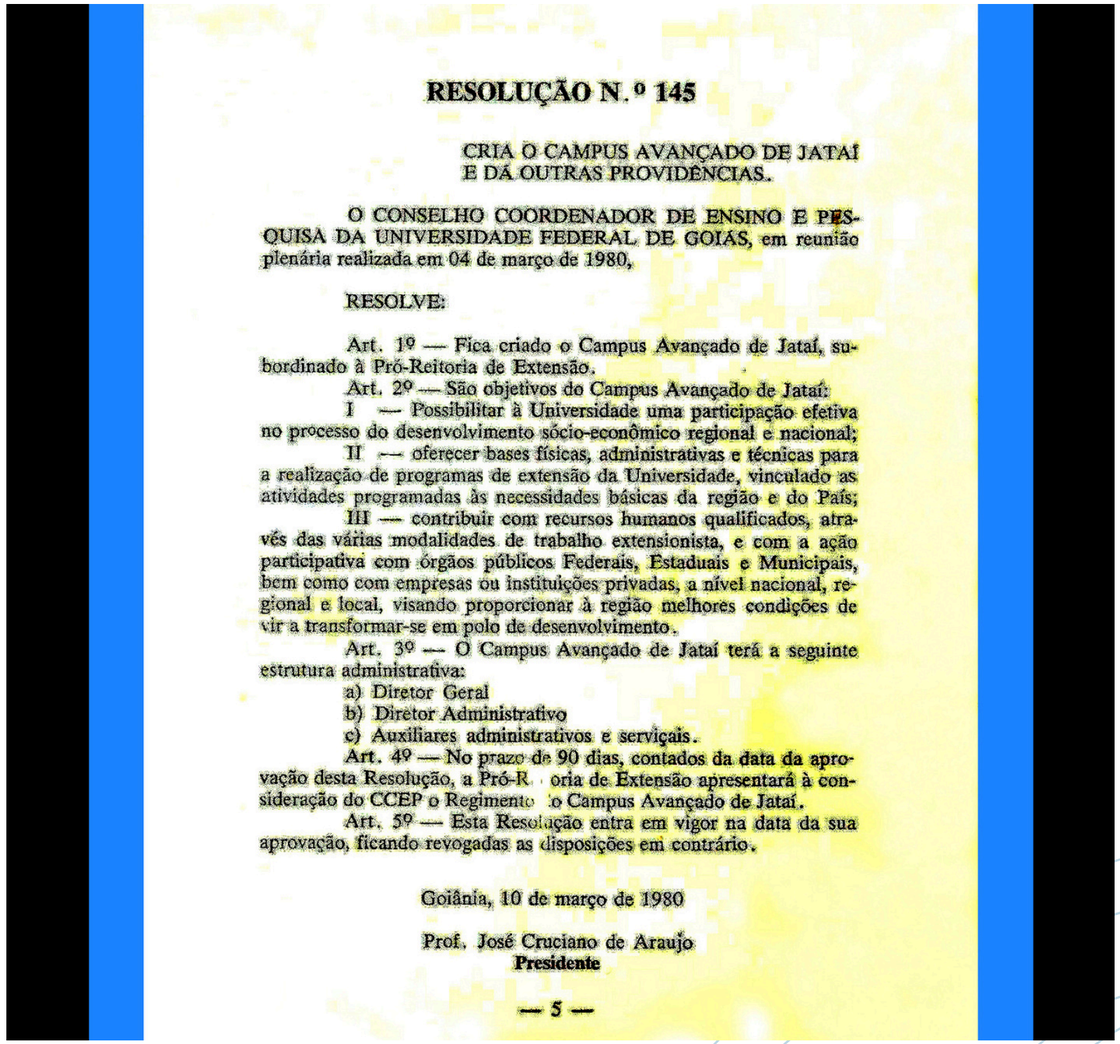
Esses recursos apoiam as atividades produtivas e pedagógicas do setor.

6.5 Acervo, Museus e Patrimônio

A UFJ busca organizar seus acervos institucionais em três frentes principais: por meio da direção do SIBI da UFJ, a COODARQ e ainda os acervos alocados nas unidades acadêmicas, que abrangem os 25 cursos de graduação. Os acervos geridos pelas Bibliotecas da UFJ são organizados em três direcionamentos: a coordenação de difusão da informação, a coordenação de desenvolvimento de coleções, além da coordenação de recursos tecnológicos. Os referidos acervos são compostos por materiais de diferentes suportes, dentre livros, CDs, DVDs, periódicos, acervos virtuais e materiais informacionais acessíveis, conforme já tratado no tópico 6.2.1 deste PDI.

Já os acervos gerenciados pelo COODARQ são, em sua maioria, de caráter arquivístico, de fundo institucional e patrimonial, documentos de valor permanente produzidos e acumulados pela Universidade. O objetivo do setor, hoje vinculado à Secretaria de Tecnologia da informação, é de normatizar a tramitação de documentos oficiais até que cumpram seu ciclo e sejam encaminhados para guarda, visando propiciar o tratamento adequado para preservação e disseminação de informações no âmbito da UFJ, como já abordado no tópico 6.2.2 deste PDI.

As unidades acadêmicas também possuem acervos em guarda. Em levantamento inicial, foi possível constatar a existência de acervos arquivístico, urbanístico, bibliográfico, museológico e arqueológico, além de coleções específicas das ciências. O Quadro 10 disposto a seguir elenca informações de quatro institutos no que diz respeito ao grau de conservação, localização, acesso e aplicabilidade do acervo. As demais unidades acadêmicas não citadas possuem seu acervo em guarda pelo SIBI e/ou COODARQ.



RESOLUÇÃO N.º 145

CRIA O CAMPUS AVANÇADO DE JATAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O CONSELHO COORDENADOR DE ENSINO E PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, em reunião plenária realizada em 04 de março de 1980,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica criado o Campus Avançado de Jataí, subordinado à Pró-Reitoria de Extensão.

Art. 2º — São objetivos do Campus Avançado de Jataí:

I — Possibilitar à Universidade uma participação efetiva no processo do desenvolvimento sócio-econômico regional e nacional;

II — oferecer bases físicas, administrativas e técnicas para a realização de programas de extensão da Universidade, vinculado as atividades programadas às necessidades básicas da região e do País;

III — contribuir com recursos humanos qualificados, através das várias modalidades de trabalho extensionista, e com a ação participativa com órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, bem como com empresas ou instituições privadas, a nível nacional, regional e local, visando proporcionar à região melhores condições de vir a transformar-se em polo de desenvolvimento.

Art. 3º — O Campus Avançado de Jataí terá a seguinte estrutura administrativa:

a) Diretor Geral
b) Diretor Administrativo
c) Auxiliares administrativos e serviçais.

Art. 4º — No prazo de 90 dias, contados da data da aprovação desta Resolução, a Pró-R oria de Extensão apresentará à consideração do CCEP o Regimento o Campus Avançado de Jataí.

Art. 5º — Esta Resolução entra em vigor na data da sua aprovação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Goiânia, 10 de março de 1980

Prof. José Cruciano de Araujo
Presidente

— 5 —

Foto 30 - Documentação arquivística de criação do Câmpus Avançado de Jataí
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - Amostras plantas secas - 10.000 ítens			
Conservação	**Localização**	**Acesso**	**Aplicabilidade**
EXCELENTE Comentário: Registradas e armazenadas em pastas de papel (exsicatas).As plantas são armazenadas em armários de aço em ambiente com temperatura e umidade controladas.	Herbário Jataiense se localiza no bloco 04, sala 411, Câmpus Jatobá	Público mediante agendamento, digital em duas plataformas: https://specieslink.net/ e https://hj.jbrj.gov.br/v2/consulta.php Ambos usando o acrônimo do Herbário Jataiense (HJ).	Fonte de pesquisa para alunos da graduação e pós-graduação que usam o espaço e os materiais presencialmente ou pelos sites. Além disso, há parcerias com algumas escolas que fazem visitas à coleção.
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - Amostras de laminários e lâminas de vidro - 150 ítens			
Conservação	**Localização**	**Acesso**	**Aplicabilidade**
REGULAR Comentário: O estado de conservação das lâminas de vidro é variado, com algumas lâminas mais antigas apresentando sinais de degradação devido ao envelhecimento natural dos materiais.	Laboratórios especializados da instituição.	Restrito aos pesquisadores, professores e discentes da instituição, que podem utilizá-las em atividades de ensino e pesquisa.	Ampla utilização em cursos de graduação e pós-graduação, bem como em pesquisas científicas para a análise de amostras biológicas. Em extensão, são usadas em workshops e apresentações.
INSTITUTO DE GEOGRAFIA - Exemplares de rochas, minerais e fósseis - 800 itens			
Conservação	**Localização**	**Acesso**	**Aplicabilidade**
BOM O acervo museológico de rochas, minerais e fósseis, encontra-se em expositores envidraçados sem iluminação, disposto de forma inadequada devido ao pequeno espaço existente para exposição.	Instituto de Geografia, Câmpus Riachuelo	A visitação à litoteca é realizada mediante agendamento.	Visitas institucionais de escolas públicas e privadas, Universidades e empresas.
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS - Animais silvestres taxidermizados e esqueletos - 50 itens			
Conservação	**Localização**	**Acesso**	**Aplicabilidade**
Museu da Fauna do Cerrado Acesso Físico e Público Material congelado para montagem de novos exemplares	Laboratório de Anatomia Veterinária –	O acervo pronto é utilizado em atividades de ensino e extensão	O material armazenado é utilizado em atividades de pesquisa, extensão e ensino
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS - Material plastinado - 20 itens			
Laboratório de Anatomia Veterinária – Laboratório de Plastinação	O acervo pronto é utilizado em atividades de ensino e extensão	Acesso Físico e Restrito Material em álcool para montagem de novos exemplares	O material armazenado é utilizado em atividades de pesquisa, extensão e ensino.
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS - Animais domésticos inteiros e/ou fracionados, além de esqueletos - 40 caixas			
Laboratório de Anatomia Veterinária – Laboratório de Peças Anatômicas de Animais Domésticos	Animais domésticos inteiros e/ou fracionados, além de esqueletos	Acesso físico com parte restrita para armazenar e preparo de peças anatômicas e outra pública com os laboratórios de Aulas Práticas.	O material armazenado é utilizado em atividades de pesquisa, extensão e ensino.

Quadro 10 - Características dos acervos das unidades acadêmicas
Fonte: Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE), 2024

Os acervos institucionais representam a memória da ciência, história e cultura da UFJ, oferecendo recursos essenciais para a educação, inovação e a pesquisa. Observa-se nestes acervos um vasto espectro de informações científicas, tecnológicas e culturais que podem ser exploradas tanto em contextos educacionais quanto em iniciativas de divulgação científica.

A partir da observação de que, principalmente os acervos e atividades vinculados à arte e cultura produzidas na UFJ e ausência de espaços para desenvolvimento de ações de formação, extensão, eventos, exposição e prática de âmbito científico e cultural que a revitalização e modernização do Centro de Divulgação Científica e Cultural (CDCC) passou a ser parte do planejamento de ações da UFJ.

6.5.1 Centro de Divulgação Científica e Cultural

Aprovado no CONSUNI em 27 de abril de 2022, o termo de convênio (055/2022) referente ao Projeto Centro de Divulgação Científico Cultural – Casarão/UFJ, fruto da parceria com o Município de Jataí, com uso de 100% de verba municipal. O objetivo central do projeto, em andamento, é o de revitalizar e modernizar um prédio do Centro de Divulgação Científica e Cultural, denominado como Casarão, além de adequar os edifícios e áreas externas para condições de acessibilidade. Como uma alternativa para a instauração de uma rotina de gerenciamento do acervo, com programação de exposições e formação.

Em suas metas de criação estão previstas a realização da divulgação e do fortalecimento das ações do CDCC por meio da elaboração de materiais de divulgação impressos e digitais, além da participação em ações culturais e científicas, entre outros encontros de interesse. Além disso, prevê-se também a disseminação de informações de interesse dos extensionistas, tais como: editais de agências de fomento e apoio, atividades culturais, eventos, feiras, entre outros. A promoção de cursos, eventos e demais atividades científicas e culturais; o atendimento às escolas de Jataí (ensino fundamental e médio) e a realização de atividades para integração Universidade e Escola também estão previstas no escopo deste trabalho.

Foto 31 - Centro de Divulgação Científica e Cultural
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

Nesse cenário, o CDCC tem desenvolvido projetos de apoio ao fortalecimento da estrutura da Universidade no que diz respeito ao fortalecimento da divulgação científica. Em 2022, a UFJ participou da chamada pública MCTI/FINEP/FNDCT/CT - VERDE AMARELO - Programa Praças Da Ciência em Museus e Centros de Ciência e Tecnologia e Espaços Científicos Culturais, onde foram tratadas demandas de ampliação das ações e equipamentos a serem disponibilizados no CDCC. A aprovação desta proposta significou um grande passo para a ampliação da atuação da UFJ em atividades de divulgação científica. Atualmente o projeto aguarda apenas a inauguração da primeira etapa das obras no CDCC para alocação dos equipamentos oriundos do fomento concedido na chamada.

Em 2024, a UFJ também participou da chamada pública MCTI/FINEP/FNDCT/IDENTIDADE BRASIL – Recuperação e Preservação de acertos, ainda em processo de avaliação, sendo mais um passo fundamental para a Universidade no que tange à ampliação do acesso público a equipamentos científicos, culturais e históricos, de modo a contribuir com a preservação e conservação de coleções essenciais para a pesquisa, o ensino e a extensão. Além de modernizar a infraestrutura existente, objetiva-se contribuir para a criação de um legado duradouro de conhecimento, ampliando o impacto social da UFJ na região e fortalecendo o papel da UFJ como um centro de referência em ciência, tecnologia e cultura no sudoeste goiano.

6.5.2 Acervos e Patrimônio

Para o processo de fortalecimento das atividades relativas ao CDCC e de abrangência de suas ações, foram construídas metas a nível tático para minimizar as deficiências dos acervos institucionais, a saber:

- Melhoria da gestão de acervos pelos institutos de ciência;
- Criação e manutenção dos protocolos de identificação, catalogação e digitalização dos acervos científicos;
- Desenvolvimento de uma plataforma digital interativa que permita o acesso remoto aos acervos institucionais, ampliando a visibilidade e o impacto educacional da UFJ;
- Disponibilização virtual dos acervos de acordo com os padrões do Instituto Brasileiro de Museus;
- Revitalização do espaço já existente (Casarão) e criação de espaços de exposição física que promovam a integração dos acervos com as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade;
- Promoção da integração entre ensino superior e educação básica, utilizando os acervos como ferramentas pedagógicas inovadoras para o ensino de ciência, tecnologia e cultura;
- Ações de divulgação científica e cultural para popularizar o conhecimento gerado pela UFJ e incentivar a participação da comunidade acadêmica e do público em geral;
- Estabelecimento de parcerias interinstitucionais para garantir o intercâmbio de acervos e a cooperação em projetos de pesquisa, educação e preservação do patrimônio científico e cultural;
- Atendimento de setores periféricos da cidade de Jataí e atendimento de outras cidades do sudoeste goiano com exposições itinerantes a partir da possibilidade de deslocamento.

Compreende-se que a Universidade tem um perfil institucional alinhado a fomentar todas as formas de conhecimento, por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação. Sendo assim, proporcionar que todas as áreas de atuação acadêmica tenham condições de desenvolver seus acervos e atividades dependentes de sua organização, modernização e digitalização é imprescindível para efetivar a responsabilidade social da UFJ. Neste prisma, este projeto busca contribuir com ações em harmonia com os eixos de responsabilidade social da UFJ:

1. Prestar serviços de extensão universitária à comunidade, levando conhecimento e tecnologia para a população, e contribuir para a resolução de problemas sociais. Comunica-se, dessa forma, com os ODS 4 (Educação de Qualidade); 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura); e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis);
2. Fomentar a cultura, esporte e a arte, promovendo a diversidade cultural e o fortalecimento da identidade nacional e regional. Associa-se com os ODS 4 (Educação de Qualidade); 10 (Redução das Desigualdades); e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis);
3. Formar professores e profissionais de diferentes áreas, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação básica municipal, regional e nacional. Comunica-se com os ODS 4 (Educação de Qualidade); 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico); e 17 (Parcerias e Meios de Implementação);
4. Promover a inclusão social, combatendo as desigualdades e discriminando quaisquer formas de preconceito ou exclusão social. Vincula-se com os ODS 5 (Igualdade de Gênero); 10 (Redução das Desigualdades); e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

6.5.3 Museus

O processo de criação de um sistema de Museus, Patrimônio e Acervos está vinculado à Política de Cultura da UFJ e é apoiado pelo CDCC. O Quadro 11 disposto a seguir caracteriza o desenvolvimento desse projeto:

Fase	Metas	Ações
Fase 1: Identificação e Organização dos Acervos	Identificar e catalogar os acervos institucionais científicos da UFJ de acordo com padrões do IBRAM.	- Levantar e mapear todos os itens físicos e digitais dos acervos da UFJ; - Catalogar cada item seguindo os padrões internacionais de arquivologia e museologia;- Montar equipe multidisciplinar com especialistas para a catalogação e preservação dos itens.Como: por meio da mediação do conselho do CDCC.
	Implementar sistema de armazenamento e gestão de acervos.	- Desenvolver/adotar software de gerenciamento de acervos para armazenamento digital e físico; - Organizar espaço físico adequado para preservação dos materiais; - Capacitar equipe para uso do software e gerenciamento dos espaços físicos;Como: por meio da mediação do conselho do CDCC e Secretaria de Tecnologia da Informação.
Fase 2: Digitalização e Disponibilização dos Acervos	Disponibilizar o acervo institucional em uma plataforma digital acessível ao público.	- Digitalizar itens catalogados com equipamentos adequados; - Criar plataforma digital para compartilhamento dos acervos, seguindo as diretrizes do IBRAM; - Garantir acessibilidade na plataforma para público amplo.Como: por meio da mediação do conselho do CDCC e gestão dos Institutos, Biblioteca, COODARQ.
	Desenvolver plataforma digital interativa para acesso remoto aos acervos.	- Adicionar funcionalidades interativas na plataforma, como visitas virtuais e realidade aumentada; - Promover o uso da plataforma como recurso de ensino e pesquisa; - Monitorar e aprimorar recursos da plataforma conforme a demanda.Como: Por meio de fomento externo (editais de fomento); projetos são desenvolvidos pela coordenação do CDCC em parceria com os institutos e órgãos que demonstram interesse em chamadas internas.
Fase 3: Criação de Espaços de Exposição Física e Itinerante	Criar espaços de exposição	- Adquirir e adaptar espaços de exposição;- Planejar exposições temáticas e interativas que integrem ciência e cultura;- Estabelecer cronograma de exposições itinerantes, levando acervos a áreas mais afastadas.Como: por meio de fomento externo (editais de fomento); projetos são desenvolvidos pela coordenação do CDCC em parceria com os institutos e órgãos que demonstram interesse em chamadas internas.
	Promover uso dos acervos como ferramentas pedagógicas inovadoras.	- Organizar visitas e oficinas para alunos da educação básica; - Criar materiais educativos que conectem os acervos aos currículos; - Oferecer formação continuada para professores da rede básica sobre o uso dos acervos em atividades pedagógicas. **Como**: por meio da mediação do conselho do CDCC e Secretaria de Tecnologia da Informação.
Fase 4: Divulgação Científica e Cultural	Implementar ações de divulgação científica e cultural.	- Organizar eventos, exposições e palestras abertas ao público;- Criar campanhas digitais para promover os acervos da UFJ;- Convidar especialistas e artistas para contribuir com exposições temporárias, aumentando o engajamento da comunidade.Como: por meio da mediação do conselho do CDCC e Coordenação de Arte e Cultura.
Fase 5: Parcerias e Cooperação Interinstitucional	Estabelecer parcerias nacionais e internacionais para preservação e divulgação do acervo.	- Firmar parcerias com outras Universidades, museus e organizações culturais; - Propor colaborações internacionais para ampliar o alcance da UFJ; - Realizar programas de residência ou intercâmbio para discentes e profissionais, promovendo a troca de conhecimento e experiências vinculadas a acervos culturais e científicos. Como: por meio da mediação do conselho do CDCC e Coordenação de Arte e Cultura.

Quadro 11 - Processo de Criação de um Sistema de Museus, Patrimônio e Acervos na UFJ
Fonte: Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE), 2024

O projeto de abertura de museus na UFJ utilizará o Casarão do CDCC como espaço principal para exposições físicas, funcionando como o centro do museu institucional e permitindo a interação direta da comunidade com os acervos científicos e culturais da Universidade. O Casarão, com seu valor histórico e cultural, será revitalizado, por meio de uma parceria firmada com o governo municipal, para receber exposições permanentes e temporárias, oficinas e eventos de extensão, ampliando o alcance educacional e cultural da UFJ na região. Atualmente o prédio encontra-se em fase de adaptações do andar térreo, um atendimento de projetos da Coordenação de Arte e Cultura da UFJ. Prevê-se que, em 2025, seja possível realizar a adaptação de estruturas para acessibilidade do 1° andar do prédio para permitir também o início de atividades.

Paralelamente, a plataforma digital, que está na primeira fase de implantação, atuará como um museu virtual, acessível ao público de qualquer localidade, facilitando o acesso remoto ao acervo da UFJ e permitindo consultas, estudos e interações virtuais. Essa integração entre o espaço físico e digital possibilita que o conhecimento produzido e preservado na UFJ seja amplamente compartilhado, promovendo educação, cultura e ciência para além dos limites institucionais.

Foto 32 - Casarão UFJ
Fonte: Acervo Secretaria de Comunicação (SECOM)

7. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), em parceria com a Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (CPDI) da PROPLAN e com a Procuradoria Educacional Institucional (PEI), desempenha uma função central no acompanhamento da construção do PDI, devido a sua intensa participação no processo coordenação e condução da autoavaliação e monitoramento das ações de melhoria institucional.

7.1 Avaliação Interna

7.1.1 Estruturação do Ciclo de Melhoria Contínua

Para a Autoavaliação Institucional (Avaliação Interna) são consideradas as legislações decorrentes da instalação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), englobando aspectos como: Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão e Infraestrutura Física, conforme a nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014.

Para a obtenção destas informações, no contexto da avaliação interna, a CPA planeja, organiza e executa consultas públicas à comunidade acadêmica de forma semestral. A partir disto, um ciclo de melhoria contínua é proposto frente aos resultados obtidos ao longo dos semestres acadêmicos.

O planejamento da Autoavaliação Institucional tem como escopo a busca de indicadores internos atualizados que possibilitem um diagnóstico situacional da Instituição no período de aplicação do processo avaliativo. Com estas informações, os dados são processados e analisados, subsidiando a tomada de decisões pelas Unidades Administrativas e Acadêmicas. Além disso, tais informações são pontos de reflexão para os demais segmentos: discentes, docentes e técnicos administrativos em educação.

A CPA, então:

Reflete, Discute, Organiza e Propõe Planos de Ação: Com base nos resultados das avaliações internas e externas realizadas pelo MEC, tais como o Enade e os relatórios das avaliações in loco de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso, a CPA, CPDI e PEI analisam e propõem planos de ação para os pontos identificados como fragilidades. Esses planos incluem propostas de metas e de prazos, assim como, de recursos (humanos e financeiros) necessários, com indicação dos responsáveis por cada etapa.

Instrumentos de Monitoramento: A sistemática das consultas realizadas pela CPA frente à comunidade acadêmica ocorre por meio de instrumentos distintos de avaliação que visam abranger os discentes, docentes e técnicos administrativos em educação. Para isso, todos os personagens pertencentes a estes grupos avaliam os diversos aspectos da Instituição. Entre estes, avaliam a própria Instituição, os cursos de graduação e pós-graduação, os programas de pós-graduação, os docentes de graduação e de pós-graduação e as turmas de graduação e de pós-graduação.

Considerando-se a avaliação da Universidade, os questionamentos apresentados buscam a obtenção de informações sobre o planejamento e o desenvolvimento institucional, suas políticas acadêmicas e de gestão, assim como, sobre sua infraestrutura. A avaliação dos cursos de graduação e de pós-graduação e dos programas de pós-graduação ocorre de forma mais específica, buscando compreender aspectos relativos à organização didático-pedagógica, ao corpo docente e à infraestrutura, levantando informações sobre o desenvolvimento e a qualidade do ensino ofertada pela Universidade.

A avaliação dos docentes de graduação e de pós-graduação ocorre por meio de informações obtidas com as respostas dos discentes, evidenciando aspectos como a percepção do desempenho docente frente às disciplinas ministradas no período/semestre vigente. A partir destes resultados, há maior possibilidade de reflexões sobre as atuais práticas didático-pedagógicas empregadas, permitindo, quando necessário, revisões sobre as metodologias de ensino empregadas. Tal condição favorece a evolução da qualidade do ensino superior. Ainda neste contexto, a avaliação dos docentes pelo discentes também fornece informações sobre os processos avaliativos, execução das ações integrantes dos planos de ensino, entre outros aspectos.

A avaliação de turma é realizada sob a ótica dos docentes e visa analisar o desempenho das turmas ofertadas pelos cursos e Unidades Acadêmicas. Com os resultados, é possível analisar o perfil do desempenho das turmas, refletindo sobre a dedicação, assiduidade, entre outros aspectos.

Em parceria com o curso de Ciências da Computação, a ferramenta Metabase de análise e monitoramento dos resultados da autoavaliação institucional passou a ser empregada para auxiliar na elaboração dos relatórios da CPA, assim como, no levantamento dos dados para reuniões específicas com as Unidades Administrativas e Acadêmicas, permitindo evidenciar e acompanhar o progresso do andamento das ações. Tais ações visam verificar se as etapas do plano de ação estão sendo cumpridas conforme estabelecido, facilitando correções em tempo real.

Realinhamento com o PDI: Cada ação proposta é vinculada diretamente aos objetivos e metas do PDI, assegurando a coerência e a relevância das futuras medidas para a missão e a visão institucional.

7.1.2 Estratégia de Comunicação e Envolvimento Ativo da Comunidade Acadêmica

A participação de toda a comunidade acadêmica no processo de autoavaliação e no acompanhamento das ações de melhoria é essencial para um ambiente institucional fortalecido e colaborativo. Para tal situação, a integração da CPA, CPDI e demais órgãos e secretarias da UFJ se mostra de extrema relevância, promovendo:

Plano de Comunicação: Um plano de comunicação semestral, formulado com apoio da SECOM, define estratégias e ações específicas para envolver discentes, docentes e TAEs. Esse plano inclui uma variedade de canais de comunicação, como boletins digitais, notificações por e-mail e mídias sociais institucionais, além dos espaços físicos e virtuais para divulgação de relatórios nas Unidades Administrativas e Acadêmicas.

Reuniões: A CPA promove e participa de reuniões de divulgação, análise e discussão dos resultados obtidos nos processos de autoavaliação institucional. Além disso, participa de eventos institucionais tais como, Seminário de Integração dos novos servidores da UFJ no âmbito do planejamento e avaliação institucional; Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE) direcionado à comunidade acadêmica. Tais encontros propiciam oportunidades para sugestões e melhorias nas estratégias de avaliação institucional e acompanhamento das ações.

Transparência e Acessibilidade: Todos os relatórios de autoavaliação, bem como as etapas do plano de ação e seus resultados, são publicados no portal da UFJ e da CPA, sendo também divulgados nos canais de comunicação. A cada atualização ou revisão, a comunidade é informada, possibilitando o acompanhamento contínuo do progresso institucional.

7.1.3 Engajamento Sistêmico e Contínuo com Egressos

O feedback dos egressos é um mecanismo fundamental para o aperfeiçoamento institucional devido a promoção do autoconhecimento. A CPA busca o acompanhamento desses profissionais, com as seguintes propostas de ações:

Análise de Feedback e Ajustes Curriculares: A CPA, junto às Unidades Administrativas e Acadêmicas, passará a auxiliar na análise regular dos dados coletados sobre os egressos. Com base nessas análises, propostas de ajustes curriculares poderão ser formuladas, visando a adequação dos cursos às exigências do mercado de trabalho e às necessidades identificadas pelos ex-alunos.

Sistema de Acompanhamento Permanente: Coleta de dados sobre a empregabilidade, inserção no mercado de trabalho e relevância do conteúdo curricular.

Eventos Anuais de Integração: Compartilhamento de experiências dos egressos com a atual comunidade acadêmica, fortalecendo o vínculo institucional e facilitando a troca de experiências que enriqueçam o currículo e as práticas pedagógicas.

7.1.4 Avaliação de Impacto e Eficácia das Ações de Melhoria

Para garantir que as ações implementadas com base nas avaliações tragam resultados significativos para a instituição e sua comunidade, a CPA adota uma metodologia estruturada de avaliação de impacto, tendo como inovação em sua metodologia de análise:

Indicadores de Desempenho e NPS: A métrica do Net Promoter Score (NPS) é utilizada como um dos principais indicadores para mensurar o grau de satisfação de discentes, docentes e TAEs quanto a(aos): Instituição, Cursos e Docentes. Esse índice é acompanhado ao longo dos semestres permitindo a avaliação da evolução frente aos questionamentos realizados e identificação das áreas que necessitam de maior atenção da UFJ.

Outros Indicadores Quantitativos e Qualitativos: Além da inovação com a métrica NPS, feedbacks com indicadores específicos são definidos buscando-se uma reflexão sobre a realidade vivida na UFJ. Esses dados são complementados com outros feedbacks coletados nas reuniões (APÊNDICE D).

Relatórios de Impacto: A CPA publica relatórios anuais que analisam o andamento das ações na UFJ. Esses relatórios comparam os resultados obtidos ao longo dos semestres, destacando conquistas e identificando ajustes necessários para aumentar a eficácia das intervenções.

7.1.5 Integração com o Planejamento Estratégico Institucional

Para que as autoavaliações contribuam efetivamente para o desenvolvimento institucional, seus resultados devem estar integralmente alinhados ao planejamento estratégico da UFJ. Para isto, a CPA e a CPDI auxiliam com:

Processo de Revisão do PDI: A cada ciclo de autoavaliação, a CPA e CPDI revisam alguns aspectos do PDI para assegurar que as metas e objetivos estejam atualizados e em conformidade com as demandas identificadas. As novas propostas de metas e possíveis estratégias são apresentadas à gestão, buscando-se a análise crítica e fundamentada para entendimento das prioridades e viabilidade da incorporação ao PDI, estabelecendo um ciclo contínuo de planejamento e aprimoramento.

Transparência no Processo para o Planejamento: A cada etapa das autoavaliações ocorre a comunicação dos resultados para que se faça a prospecção para o planejamento estratégico.

7.2 Avaliação Externa

Os resultados e conceitos obtidos durante os processos de avaliação externa da Instituição e dos cursos de graduação realizados pelo INEP/MEC são acompanhados e analisados em parceria entre a CPA, CPDI e PEI. Para os programas e os cursos de Pós-Graduação que são avaliados pela Capes, objetivando a verificação dos processos regulatórios, assim como, a verificação por parte desses programas e cursos de um constante aperfeiçoamento, a CPA desenvolve diálogos com a PRPG.

7.2.1 Avaliações in loco

Para a garantia da qualidade da educação superior, o INEP/MEC presta à sociedade o serviço de avaliação externa virtual ou presencial in loco de Instituições de Educação Superior e cursos de graduação, um dos pilares avaliativos constantes na Lei do Sinaes, nº 10.861/2004.

O processo de avaliação in loco de cursos de graduação e instituições de educação superior, conduzido pelo INEP, transcorre no contexto do fornecimento de referencial básico ao processo decisório de regulação e supervisão da educação superior, realizado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres/MEC). Também atua para subsídio do conhecimento e da decisão por parte da sociedade em geral sobre a qualidade da educação superior no Brasil.

A avaliação institucional ocorre em dois níveis: para as instituições, de acordo com a natureza administrativa para os atos de autorização, credenciamento e recredenciamento; e para os cursos de graduação e pós-graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

As avaliações externas in loco tratam da análise de objetos pertinentes ao contexto, aos processos e produtos das instituições de educação superior e cursos de graduação, conforme o ato decisório a ser subsidiado com a produção de dados e informações e a natureza do processo de avaliação in loco. As avaliações são orientadas por Instrumentos de Avaliação Institucional para instituições e cursos, que objetivam retratar, de forma fidedigna, os objetos de avaliação que integram cada instrumento, contribuindo para a tomada de decisão de Estado em políticas públicas, a informação da sociedade e o fomento da melhoria da qualidade da educação superior no país.

Os resultados da avaliação são utilizados como evidências para suporte ao processo decisório e homologação dos respectivos atos autorizativos pela Seres/MEC – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso de graduação, bem como credenciamento, recredenciamento ou transformação de organização acadêmica de instituições de educação superior.

Neste contexto, a CPA participou dos processos de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento dos cursos: Agronomia, Biomedicina, Enfermagem, Engenharia Florestal, Fisioterapia, Geografia (Licenciatura), Medicina, Medicina Veterinária, Pedagogia, Química (Bacharelado) e Zootecnia.

7.2.2 Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

O Conceito Enade é um indicador de qualidade que avalia os cursos por intermédio dos desempenhos dos discentes no Enade, tendo como um dos objetivos aferir o rendimento e desempenho dos discentes concluintes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do curso, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional e o nível de atualização dos discentes com relação à realidade brasileira e mundial.

Aplicado pelo INEP desde 2004, o Enade integra o Sinaes, composto também pela Avaliação de cursos de graduação e pela Avaliação Institucional. Juntos eles formam o tripé avaliativo que permite conhecer a qualidade dos cursos e instituições de educação superior brasileiros. Os resultados do Enade, aliados às respostas do Questionário do Discente, são insumos para o cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior.

Após a realização de cada edição do Enade, as Unidades Administrativas e Acadêmicas e a CPA realizam as análises de desempenho dos discentes e dos cursos de graduação, objetivando o entendimento dos resultados, buscando-se o aprimoramento da qualidade do ensino na Instituição. A divulgação dos resultados fica à disposição por meio eletrônico nos sites do INEP, assim como, são filtrados e apresentados à comunidade acadêmica pelo site da Prograd.

A nota Enade, o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), o Questionário do Discente e as informações sobre o Corpo Docente compõem o Conceito Preliminar de Curso (CPC), sendo este um conceito específico que indica previamente a situação dos cursos de graduação no país.

O IDD mensura o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos discentes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem, como medida aproximada das suas características de desenvolvimento ao ingressarem no curso de graduação avaliado.

Assim, a composição do CPC é calculada da seguinte forma: Enade (20%), IDD (35%), Questionário do Discente (15%) e Corpo Docente (20%). O resultado atribui ao curso uma nota preliminar que é confirmada com a visita in loco para reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos, obedecendo a legislação própria que regula os trâmites e procedimentos.

Com o aprimoramento da Política de Acompanhamento e Avaliação Institucional, a UFJ propõe uma estrutura de ações que visam fortalecer o ciclo de melhoria contínua, o engajamento da comunidade acadêmica e a integração entre os processos avaliativos e o planejamento estratégico. As ações descritas asseguram um compromisso institucional com a transparência, a participação ativa e a eficácia nas práticas de gestão e de ensino, em conformidade com os requisitos legais, principalmente, o Decreto nº 5.773/2006 e a Lei nº 10.861/2004.

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDI

O acompanhamento sistemático e a avaliação contínua do PDI UFJ 2023-2027 serão liderados pela equipe da PROPLAN, com apoio das demais unidades administrativas da UFJ. No que concerne às metas propostas, o gestor máximo de cada Pró-reitoria será responsável pela condução das que lhe foram atribuídas, contando com o apoio de qualquer unidade administrativa ou acadêmica. O monitoramento das metas será realizado pela PROPLAN, conforme as respectivas periodicidades também indicadas.

A partir das informações registradas, a PROPLAN poderá identificar o grau de cumprimento, a eficiência, a eficácia, o impacto e a sustentabilidade do desenvolvimento dos objetivos estratégicos. Dessa forma, serão disponibilizados relatórios à Reitoria e ao Comitê Estratégico de Governança, Riscos e Controles a fim de subsidiar eventual realocação de recursos e/ou adequações nos objetivos e/ou nas metas. A partir da análise quantitativa e qualitativa da evolução do desempenho do conjunto de indicadores (acompanhamento sistemático da evolução dos indicadores e das metas planejadas), a PROPLAN apresentará anualmente o balanço de execução consolidado em um Boletim de Transparência, após apreciação do aludido Comitê.

Após as análises quantitativa e qualitativa da evolução do desempenho, consolidados no referido Boletim, o acompanhamento se desenvolverá de maneira mais individualizada com as unidades administrativas responsáveis pelos indicadores que alcançarem resultados abaixo do esperado.

Os objetivos serão acompanhados, também, sob a ótica do gerenciamento de riscos, que terá a finalidade de identificar, avaliar, tratar e monitorar potenciais eventos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos estratégicos. Essa etapa será importante para auxiliar na tomada de decisão e tratamento para mitigação dos riscos.

As revisões do PDI poderão ser realizadas anualmente, lideradas pelos integrantes da administração superior a partir da análise da situação vigente da UFJ. O PDI será tratado como um processo cíclico, no qual o monitoramento contribuirá para descrever as dificuldades encontradas no cumprimento das metas e para a elaboração do documento subsequente e, ainda, como ferramenta em prol do desenvolvimento institucional.

Para garantir que o PDI seja implementado de forma eficaz e que o processo seja monitorado de forma adequada e contínua serão utilizadas as seguintes ferramentas:

- Painel de Progresso: mostram o progresso alcançado em relação às metas do PDI, podendo incluir gráficos, tabelas e outros tipos de representações visuais das informações;
- Revisões periódicas: para avaliar o desempenho do PDI e fazer ajustes onde necessário;
- Feedback da comunidade acadêmica: é essencial ouvir as opiniões dos membros da comunidade acadêmica sobre o PDI, considerando suas sugestões e preocupações;
- Sistemas de gestão: armazenar e acessar informações sobre o PDI, garantir a colaboração e transparência;
- Análise de custo-benefício: avaliar se as metas do PDI estão sendo alcançadas de forma eficiente e eficaz.

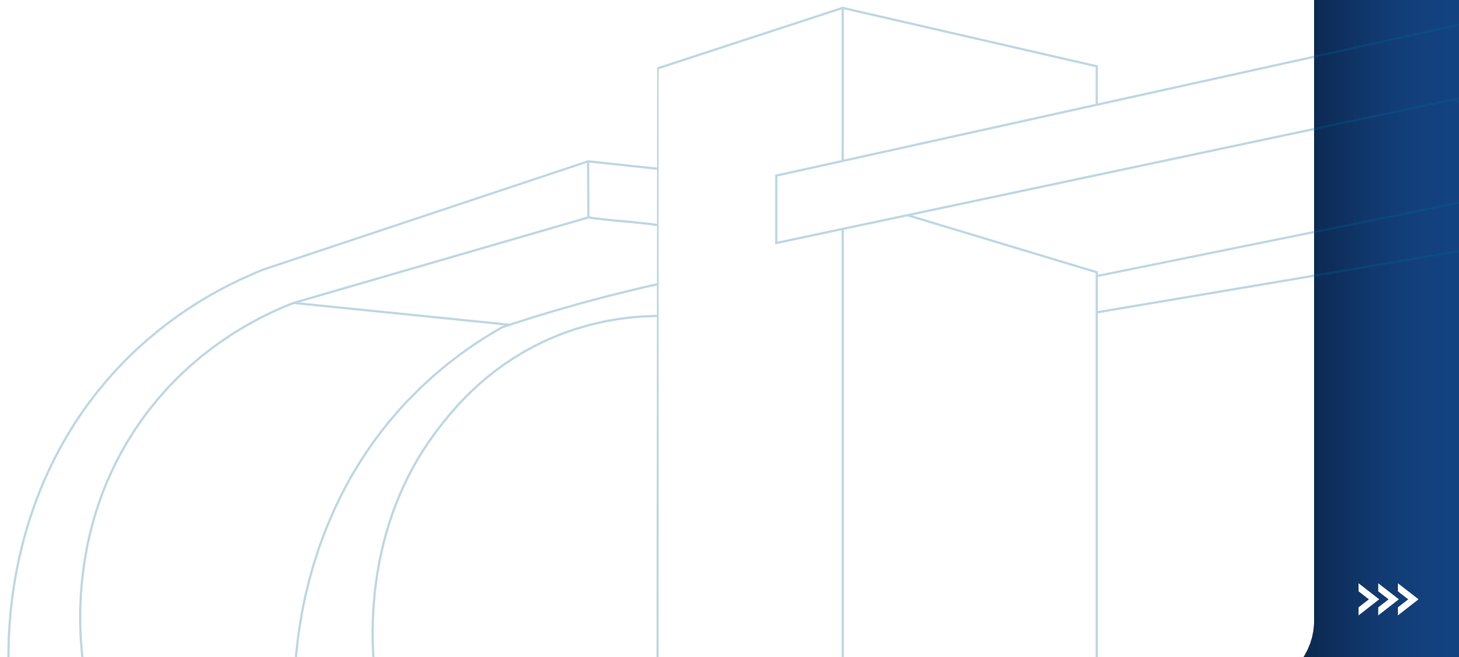
Uma das ferramentas mais utilizadas para monitoramento é o PDCA (Plan/Planejar, Do/Fazer, Check/Verificar e Act/Agir). Tal método é conhecido como um mecanismo de gestão que visa o alcance de excelência nas operações e nos processos de uma Instituição. Baseado em um um ciclo de atividades, dispostas a seguir, busca identificar problemas e implementar soluções, visando a melhoria contínua:

- Planejar (Plan): definir metas e estratégias para alcançá-las, baseadas em uma análise da situação atual;
- Fazer (Do): implementar metas e estratégias estabelecidas no plano;
- Verificar (Check): monitorar e medir o progresso alcançado em relação às metas estabelecidas;
- Agir (Act): tomar medidas corretivas quando necessário, para alcançar as metas estabelecidas.

Os processos de monitoramento, de controle e de revisão do PDI são etapas cruciais para garantir que as metas e objetivos estabelecidos sejam alcançados. É importante destacar também que o monitoramento e controle do PDI não se limitam apenas a esses momentos, sendo fundamental que toda a comunidade acadêmica esteja constantemente engajada e comprometida com o instrumento, atuando de forma colaborativa e participativa na sua implementação e acompanhamento. Somente dessa forma será possível alcançar os objetivos e metas estabelecidos, contribuindo para o desenvolvimento da UFJ e da sociedade como um todo.

Assim, é imprescindível que haja um esforço conjunto de todas as áreas e setores da Universidade, bem como a implementação de uma cultura de avaliação e monitoramento constante, a fim de garantir que o PDI seja efetivamente cumprido e que a UFJ alcance seus objetivos e metas de forma eficiente e eficaz.

Por fim, insta ressaltar que por meio do processo de monitoramento a avaliação contribui com a entrega de valor público à sociedade, fato que contemplado no objetivo estratégico “Promover o valor público da UFJ” (Id: G-5).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PDI é um documento fundamental para a definição dos objetivos e metas de uma Instituição de ensino superior, como a UFJ. É por meio desse instrumento que se estabelecem as diretrizes para a gestão acadêmica, administrativa e financeira, visando o alcance dos resultados esperados e a melhoria contínua dos processos e das atividades desenvolvidas. Assim, é de extrema importância que toda a comunidade acadêmica esteja alinhada com os objetivos e metas estabelecidos no PDI, compreendendo a importância de sua participação e engajamento na busca por melhor resultado no desempenho institucional.

Cada um dos membros da comunidade, desde os servidores técnicos e administrativos até os docentes e discentes, têm papel fundamental no alcance dos objetivos aqui propostos. Por meio de uma gestão participativa e colaborativa, é possível identificar as necessidades e potencialidades da UFJ, bem como traçar estratégias para o seu desenvolvimento e crescimento. É preciso estar atento às tendências e às mudanças no cenário educacional, visando a uma formação de qualidade, com foco no ensino, na pesquisa, na inovação e na extensão. Para isso, é preciso que a Universidade esteja constantemente se atualizando e se capacitando, tanto no que diz respeito às tecnologias e metodologias de ensino, como no que diz respeito aos processos administrativos e de gestão.

Dessa forma, a implementação de práticas inovadoras e eficientes será possível, contribuindo para a melhoria do desempenho institucional. Portanto, é fundamental que a comunidade da UFJ esteja sensibilizada quanto à importância do PDI e de seu papel na busca por melhor desempenho institucional. Com uma gestão participativa e engajada é possível alcançar os objetivos e metas propostos, contribuindo para o desenvolvimento da educação superior e da sociedade como um todo.

APÊNDICE A

ID Meta	Meta	Detalhamento
G-1.1	Implantar 1 (um) comitê estratégico, 5 (cinco) comitês táticos e 1 (uma) comissão permanente até 2025 Valor de referência (2023) = 0	Comitê Estratégico: Comitê Estratégico de Governança, Riscos e Controles; Comitês Táticos: Gestão de Processos e Riscos; Governança de Dados e Segurança da Informação; Governança Orçamentária; Integridade; Planejamento Estratégico; Comissão Permanente: Comissão Permanente de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual, Importunação Sexual e Discriminação.
G-1.3	Aprimorar os índices de maturidade de governança no iESGo - Governança, Sustentabilidade e Inovação: - Obter 60% no índice IESGo em 2027 Valor de referência (2024) = Índice IESGo UFJ: 48,2% (Nível intermediário)	Índice que congrega avaliações em: - Governança pública; - Governança e Gestão de Pessoas; - Governança e Gestão de Tecnologia e da Segurança da Informação; - Governança e Gestão de Contratações; - Governança e Gestão Orçamentárias; - Governança e Gestão de Sustentabilidade Ambiental e Social. Escala adotada: Inexpressivo - 0 a 14,9% Inicial - 15 a 39,9% Intermediário - 40 a 69,9% Aprimorado - 70 a 100%
G-1.4	Aprimorar o índice de maturidade de transparência ativa: - Atingir 100% de cumprimento integral dos itens de transparência ativa até 2027. Valor de referência (2024) = 14,3% (7 itens de 49)	Para verificação da evidência do valor de referência, acessar: A 2 - UFJ_Central de Painéis_transparência ativa_16.09.2024.pdf
G-1.5	Aprimorar o índice de maturidade de gestão da privacidade e da segurança da informação: - Atender 37% de medidas de controle previstas no PPSI até 2025; - Atender 100% de medidas de controle previstas no PPSI até 2026. Valor de referência (2024) = 11,6%	Verificar processo SEI 23854.005637/2024-22
G-1.6	Aprimorar o índice de maturidade de gestão de riscos: - Atingir o nível de maturidade "Básico" até 2026; - Atingir o nível de maturidade "Aprimorado" até 2027. Valor de referência (2024) = Inicial	Escala adotada: 0 - Inexistente 0 < x <= 1 - Inicial 1 < x <= 2 - Básico 2 < x <= 3 - Aprimorado 3 < x <= 4 - Avançado
G-1.7	Aprimorar o índice de maturidade em gestão de documentos e arquivos: - Atingir o nível de maturidade "Iniciando" até 2027. Valor de referência (2024) = 12,72% - Inexpressivo	Escala adotada: 1 - Inexpressivo - De 0 a 14,99% 2 - Iniciando - De 15 a 39,99% 3 - Intermediário - De 40 a 70% 4 - Aprimorado - De 70,01 a 100%

APÊNDICE A

ID Meta	Meta	Detalhamento		
G-1.9	Aprimorar o índice de maturidade da atividade de auditoria interna: - Auxiliar/apoiar a Unidade de Auditoria Interna Governamental no cumprimento de 100% dos KPAs (Key Process Areas) integrantes do nível 2 de capacidade (Infraestrutura), com base no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), até 2027. Valor de referência (2024) = entre 0 e 1 (Inicial)	Escala adotada: Nível 1 - Inicial Nível 2 - Infraestrutura Nível 3 - Integrado Nível 4 - Gerenciado Nível 5 - Otimizado		
G-1.10	Aprimorar o índice de maturidade correcional: - Auxiliar/apoiar a Corregedoria a obter a certificação de maturidade referente ao "Nível 2 - Padronizado" junto à Controladoria-Geral da União (CGU) até 2027 Valor de referência (2024) = entre 0 e 1 (Inicial)	Escala adotada: Nível 1 - Inicial Nível 2 - Padronizado Nível 3 - Integrado Nível 4 - Gerenciado Nível 5 - Otimizado		
G-1.13	Aprovar 22 (vinte e duas) políticas institucionais até 2026	Políticas institucionais a serem elaboradas e aprovadas:		
		Política institucional	Setor responsável	Ref.
		Política de Acompanhamento de Egresso	PROGRAD PRPG	G-1.13.1
		Política de apoio financeiro ou logístico para organização e participação dos discentes em eventos	PROAD PRAE	G-1.13.2
		Política de Assistência Estudantil	PRAE	G-1.13.3
		Política de Avaliação Periódica de Espaços	SEINFRA	G-1.13.4
		Política de Combate ao Assédio e à Discriminação	PROPESSOAS CAAF PRAE Unidade de Gestão de Integridade	G-1.13.5

APÊNDICE A

ID Meta	Meta	Detalhamento		
G-1.13	Aprovar 22 (vinte e duas) políticas institucionais até 2026	Políticas institucionais a serem elaboradas e aprovadas:		
		Política institucional	Setor responsável	Ref.
		Política de Comunicação Institucional	SECOM	G-1.13.6
		Política de Descentralização Orçamentária	PROADPROPLAN	G-1.13.7
		Política de Ensino	PROGRADPRPG	G-1.13.8
		Política de Extensão	PROECE	G-1.13.9
		Política de Gestão de Pessoas	PROPESSOAS	G-1.13.10
		Política de Gestão de Riscos	Comitê de Gestão de Processos e Riscos	G-1.13.11
		Política de Gestão Documental	SETI	G-1.13.12
		Política de Gestão Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão	PROGRAD PRPG PRPI PROECE	G-1.13.13
		Política de Governança	Comitê Estratégico de Governança, Riscos e Controles	G-1.13.14
		Política de Iniciação Científica	PRPI	G-1.13.15
		Política de Internacionalização	EI	G-1.13.16
		Política de Pesquisa e Inovação	PRPI	G-1.13.17
		Política de Pós-graduação	PRPG	G-1.13.18
		Política de Proteção de Dados Pessoais	Comitê de Governança de Dados e Segurança da Informação	G-1.13.19
		Política de Segurança da Informação	SETI	G-1.13.20
		Política de Sustentabilidade	PROPLAN PROECE SEINFRA PROAD	G-1.13.21
		Política de Acessibilidade	SEINFRA NAI PROPESSOAS	G-1.13.22

APÊNDICE A

ID Meta	Meta	Detalhamento
G-3.1	Aumentar em 25% ao ano as campanhas institucionais até 2027 Valor de referência (2023) = 4	Definição de campanhas institucionais = ações internas e externas de comunicação voltadas à temáticas e processos de interesse institucionais.
G-3.3	Propiciar o aumento de 15% por trimestre o engajamento nas redes sociais até 2027 Valor de referência (jul-set 2024) = 7.374 interações (gerado em 02/10/24)	Definição de engajamento = quantidade de interações (curtidas, comentários, compartilhamento) realizadas pelas contas de usuários.
G-4.3	Garantir o mínimo de 30% de participação de pessoas negras em cargos de gestão até 2025	Decreto nº 11.443, de 21 de março de 2023
G-4.4	Promover o mínimo de 20 campanhas ostensivas de prevenção e enfretamento à discriminação, assédio, violência e preconceito no ambiente universitário até 2027	Campanhas = rodas de conversas, eventos, palestras, projetos, material audio-visual impressos ou digital, entre outras ações educacionais que envolvam a comunidade acadêmica.
G-4.5	Garantir 50% do quantitativo de representações em instâncias colegiadas deliberativas centrais com pessoas de grupos minorizados até 2027	Instâncias colegiadas deliberativas centrais = Consuni, Cepepe e suas câmaras e Conselhos de Curadores; Grupos minorizados = mulheres, pessoas com deficiência, pessoas negras, indígenas, quilombolas e outros.
G-4.6	Adequar 100% dos editais para linguagem simples e inclusiva até 2027	1) Edital de Condições Gerais Magistério Superior 2) Edital Processo Seletivo Simplificado Professor Substituto 3) Edital Monitoria (PROGRAD) 4) Edital Iniciação Científica (PRPI) 5) Edital Extensão (PROECE) 6) Edital SISU (CGA) 7) Edital Heteroidentificação (CAAF) 8) Editais Pós-graduação (PRPG) 9) Editais de mobilidade 10) Editais PET
G-4.7	Incorporar critérios de cotas para os grupos minorizados em 100% dos editais de bolsas até 2027	1) Bolsa de Assistência Estudantil (PNAES) 2) Bolsa monitoria 3) Bolsa extensão 4) Bolsa iniciação científica 5) Bolsa pós-graduação 6) Bolsa PIBID 7) Bolsa PET 8) Bolsas auxílios eventuais 9) Bolsas mobilidades

APÊNDICE A

ID Meta	Meta	Detalhamento
F-1.4	Promover 7 (sete) ações de integração entre os serviços ofertados pelo Sistema de Bibliotecas (SIBI) e as propostas acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação dos cursos de graduação até 2027 Referência (2024) = 03 ações	Ações de integração = projetos desenvolvidos pelo SIBI com integração ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação.
F-3.4	Aumentar em 100% as ações de internacionalização realizadas nos programas de pós-graduação strictu sensu até 2027 Valor de referência (2024) = 22 (Meta 2027 = 44)	Ações de internacionalização = eventos, seminários e/ou atividades de ensino, pesquisa ou extensão realizadas no âmbirtos dos programas de pós-graduação strictu sensu em que os discentes ou docentes participam ou estão envolvidos.
F-5.1	Aumentar 30% o número de projetos interdisciplinares até 2027 Valor de referência (2023) = 84 (incluindo projetos com e sem financiamento)	Definição de projetos interdisciplinares = entende-se, neste caso, por aqueles que envolvem a integração de conhecimentos, métodos ou técnicas de diferentes áreas do saber, com o objetivo de gerar novos entendimentos ou soluções para problemas complexos. Embora o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) não permita identificar com precisão a interdisciplinaridade dos projetos, utilizaremos como critério a participação de dois ou mais pesquisadores de áreas distintas, o que pode indicar uma abordagem interdisciplinar.
F-5.2	Aumentar 100% a formalização de parcerias com empresas para realização de atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) até 2027 Valor de referência (2023) = 1 parceria	Definição de parceria = acordo ou convênio firmado entre a universidade e empresas do setor privado, público ou organizações, com o objetivo de desenvolver projetos conjuntos de pesquisa e inovação, visando resultados que beneficiem ambas as partes. Tais parcerias podem incluir o compartilhamento de recursos, infraestrutura, conhecimentos, além de possibilitar a transferência de tecnologia e geração de novos produtos e processos.
F-5.6	Aumentar em 50% o número de planos de trabalho de iniciação científica, tecnológica e inovação com discentes vinculados até 2027 Valor de referência (2023) = 325 (Meta 2027 = 487)	Iniciação Científica (IC): 243 Iniciação Científica Júnior (ICJr): 19 Iniciação Tecnológica (IT): 37 Iniciação Licenciaturas (Prolicen): 26 Total: 325
F-5.7	Atingir 10% de discentes da graduação e da pós-graduação participantes de ações de empreendedorismo e inovação até 2027	Definição de ações de empreendedorismo e inovação = participação em disciplinas de empreendedorismo e inovação, em projetos de ensino, pesquisa ou extensão com ênfase em desenvolvimento e inovação, eventos, programas e/ou empresas juniores.
F-6.1	Aumentar em 32% o número de ações de extensão, cultura e esporte realizadas em parcerias entre a UFJ e público externo até 2027 Valor de referência (2024) = a ser mensurado quando da prestação de contas ao TCU	Definição de ação = projeto, programa, curso, eventos ou prestação de serviços nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia ou trabalho.

APÊNDICE A

ID Meta	Meta	Detalhamento
S-1.2	Atingir, a partir do semestre 2025/2, 100% dos alunos da graduação avaliados na condição de vulnerabilidade socioeconômica contemplados com pelo menos uma bolsa estudantil de fluxo contínuo, até 2027	Critério vulnerabilidade socioeconômica = renda per capita até 0,5 salário mínimo Bolsa estudantil de fluxo contínuo = moradia, alimentação, incluindo o subsídio ao restaurante universitário, incentivo pedagógico, auxílio parental e transporte.
S-4.3	Ampliar em 10.276,58 m² as áreas físicas construídas da UFJ até 2027	A metragem informada contempla: - Casas do Estudante Universitário; - Adequação e revitalização da Quadra Poliesportiva; - Clínica de Serviço de Psicologia Aplicada (SPA); - Galpão; - Usina de energia solar; - Áreas de convivência (500m²).
S-4.4	Revitalizar 8.663,4 m² de áreas físicas da UFJ até 2027	Central de Aulas 1 = 2.027 m² Central de Aulas 2 = 2.027 m² Blocos Riachelo = 4.609,4 m² Total = 8.663,4 m²
S-5.1	Atingir 50% dos 50 municípios pertencentes às microrregiões de Iporá, Sudoeste Goiano, Quirinópolis e Vale do Rio dos Bois com pelo menos uma ação de ensino, pesquisa ou extensão até 2027 (25 municípios)	Características de ações de ensino, pesquisa ou extensão: - lideradas por servidores; - atividades e eventos culturais; - atividades de extensão, incluindo as de esporte; - atividades institucionais vinculadas ao cumprimento dos ODS e da Agenda 2030; - ações de empreendedorismo; - ações de extensão tecnológica; - ações de divulgação da UFJ.
S-7.4	Alcançar o percentual de 100% dos espaços acadêmicos e administrativos assistidos adequadamente por tecnologias de informática e comunicação até 2026	Espaços acadêmicos e administrativos assistidos adequadamente por tecnologias e/ou ferramentas de tecnologia = salas de aula, laboratórios e salas administrativas equipadas adequadamente com data-show, computadores e periféricos, impressoras próximas, entre outros equipamentos necessários a um adequado trabalho acadêmico, administrativo e de pesquisa.

APÊNDICE B

Graduação

PROPOSTAS DE NOVOS CURSOS	
Graduação	**Unidades**
Licenciatura em Artes Visuais	Faculdade de Educação
Educação específica: Pedagogia Indígena	Faculdade de Educação
Educação específica: Educação Especial	Faculdade de Educação
Bacharelado em Farmácia	Instituto de Ciência da Saúde
Bacharelado em Nutrição	Instituto de Ciência da Saúde
Bacharelado em Engenharia biomédica	Instituto de Ciências Agrárias
Bacharelado em Engenharia de biossistemas	Instituto de Ciências Agrárias
Bacharelado em Engenharia de materiais e nanotecnologia	Instituto de Ciências Agrárias
Licenciatura em Ciências da Natureza	Instituto de Biociência
Bacharelado em Odontologia	Instituto de Ciências Agrárias
Tecnólogo em gestão hospitalar	Instituto de Ciências Agrárias
Tecnólogo em estética e cosmética	Instituto de Ciências Agrárias
Tecnólogo em operador de máquinas agrícolas	Instituto de Ciências Agrárias
Tecnólogo em tecnologia em defesa cibernética	Instituto de Ciências Agrárias
Tecnólogo em gestão pública	Instituto de Ciências Agrárias
Tecnólogo em pilotagem profissional de aeronaves	Instituto de Ciências Agrárias
Tecnólogo em manutenção de aeronaves	Instituto de Ciências Agrárias
Bacharelado em Biotecnologia	Instituto de Biociência
Bacharelado em Agroquímica (química industrial)	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Bacharelado em Física	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Bacharelado Interdisciplinar em ciência e tecnologia	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Bacharelado em Inteligência artificial	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BICT)	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Bacharelado em Turismo	Instituto de Ciências Humanas e Letras

PROPOSTAS DE NOVOS CURSOS	
Graduação	**Unidades**
Bacharelado em Engenharia de alimentos	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Bacharelado em Engenharia Mecatrônica	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Bacharelado em Engenharia de software	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Bacharelado ou Tecnólogo em Ciência de Dados para o Agronegócio	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Bacharelado em Serviço social	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Bacharelado em Fonoaudiologia	Instituto de Ciências da Saúde
Comunicação social	Instituto de Ciências Humanas e Letras
Bacharelado em Terapia Ocupacional	Instituto de Ciências Humanas e Letras
Inteligência Artificial	Gabinete
Ciência de Dados Aplicada ao Agronegócio	Gabinete

Pós-graduação Lato Sensu

PROPOSTAS DE NOVOS CURSOS	
Pós-graduação Lato Sensu	**Unidades**
Educação Especial/Educação Inclusiva	Faculdade de Educação
Educação infantil	Faculdade de Educação
Educação matemática para o ensino básico	Faculdade de Educação
Ensino de Ciências, Matemáticas e Tecnologias	Faculdade de Educação
Filosofia da Educação	Faculdade de Educação
Ensino de Língua Portuguesa, Literatura e metodologia ativa	Faculdade de Educação
Educação especial	Faculdade de Educação
Tradução e interpretação Libras Língua Portuguesa	Faculdade de Educação
Microbiologia Clínica	Instituto de Ciências da Saúde
Microbiologia Ambiental e Industrial	Instituto de Ciências da Saúde
Análises instrumentais aplicadas à Agroindústria e Ambiental	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Ensino de Matemática - EaD	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Econofísica: Aplicado ao Agronegócio e IA Aplicado ao Ensino de Ciências	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Neuropsicologia	Instituto de Ciências Humanas e Letras

Pós-graduação Stricto Sensu

PROPOSTAS DE NOVOS CURSOS	
Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado)	**Unidades**
Física	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Psicologia	Instituto de Ciências Humanas e Letras
Curso Interdisciplinar	-
Ciência da Computação	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
História	Instituto de Ciências Humanas e Letras
Interdisciplinar em Ciências Humanas	Instituto de Ciências Humanas e Letras
Gestão de Serviços de Saúde	Instituto de Ciências da Saúde
Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua)	Instituto de Ciências Agrárias
Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional - PROFLETRAS	Instituto de Ciências Humanas e Letras
Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado)	**Unidades**
Biociência Animal	Instituto de Ciências Agrárias
Curso Interdisciplinar	-
Direito	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Química ou Ciências dos Materiais	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Profissionalizante em Matemática - PROFMAT	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica
Ciências Aplicadas à Saúde	Instituto de Ciências da Saúde
Doutorado Profissional em Matemática (PROFMAT)	Instituto de Ciências Exatas e Tecnológica

APÊNDICE C

Para mais detalhes sobre as propostas de construção de novos edifícios ou reforma/adequação segue link para acesso ao arquivo:

Compilado Infraestrutura Unidades UFJ

APÊNDICE D

Ações e metas para os próximos 6 meses da Universidade Federal de Jataí

1. **Definição dos Objetivos e Metas:**
   - Quais são os principais objetivos e metas que sua Unidade* deve alcançar nos próximos seis meses?
   - As metas estabelecidas são específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e com prazo definido (SMART)?
2. **Plano de Ação:**
   - Quais são as ações específicas que sua Unidade planeja implementar para alcançar os objetivos e as metas?
   - Quais os recursos ou suporte adicional necessário para implementar as ações?

Plano de Ação – Integração 5W2H e SWOT

Ação	**O que fazer?** Ordenar por prioridades	**Por que fazer?** Impacto da ação na Unidade/Curso/UFJ	**Onde fazer?**	**Quando fazer?**	**Quem vai fazer?** Responsável pela implantação/acompanhamento/devolutiva dos resultados	**Como será feito?** Estratégias e envolvimento dos diferentes segmentos da UFJ	**Quanto vai custar?** Considerar que há ações que demandam apenas recursos humanos, uma vez que os financeiros são escassos
1							
2							

	Fatores positivos	**Fatores negativos**
Fatores internos	**Forças** O que fazem bem? O que os diferencia?	**Fraquezas** O que pode melhorar? Quais recursos/estratégias poderiam melhorar os resultados?
Fatores externos	**Oportunidades** Inserção regional Metas para o semestre	**Ameaças** Concorrência regional Evasão Manutenção de servidores

Acompanhamento e Avaliação:

- Como será realizado o acompanhamento do progresso em relação às metas estabelecidas?
- Qual a periodicidade das avaliações?

Quais são os indicadores de desempenho que serão utilizados para avaliar as ações implementadas?

4. **Colaboração e Integração:**
    - Quais segmentos da UFJ precisarão colaborar para alcançar as metas estabelecidas?
    - Como será a comunicação e a cooperação entre os segmentos envolvidos?

5. **Desafios e Riscos:**
    - Quais são os principais desafios ou obstáculos que podem dificultar a implementação das ações planejadas?
    - Quais estratégias serão adotadas para mitigar os desafios e riscos?

6. Impacto e Resultados Esperados:
    - Quais são os resultados concretos esperados das ações planejadas?
    - Como essas ações contribuirão para a melhoria geral da UFJ?

Tais informações são solicitadas às Unidades Acadêmicas e Administrativas a fim de atender as legislações vigentes as quais solicitam diversas prestações de contas à UFJ anualmente. Estas informações também subsidiarão a avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e suas possíveis atualizações, assim como a construção do Plano de Desenvolvimento das Unidades (PDU), documento que amplia as metas, objetivos e ações existentes no PDI.

Destaca-se que a Comissão Própria de Avaliação (CPA/UFJ); Procuradoria Educacional Institucional (PEI) e Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (Propl) ficarão à disposição de esclarecimentos e auxílio durante o período.

*- Unidade

Unidades Acadêmicas e seus respectivos Cursos:

1. Faculdade de Educação;
2. Instituto de Biociências;
3. Instituto de Ciências Agrárias;
4. Instituto de Ciências da Saúde;
5. Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas;
6. Instituto de Ciências Humanas e Letras;
7. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas;
8. Instituto de Estudos Geográficos

Unidades Administrativas:

1. Reitoria;
2. Pró-Reitoria de Administração e Finanças;
3. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil;
4. Pró-Reitoria de Extensão. Cultura e Esportes;
5. Pró-Reitoria de Graduação;
6. Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação;
7. Pró-Reitoria de Pessoas;
8. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento;
9. Pró-Reitoria de Pós-Graduação;
10. Biblioteca;
11. Centro de Gestão de Acadêmica;
12. Secretaria de Comunicação;
13. Secretaria de Infraestrutura;
14. Secretaria de Tecnologia e Informação;
15. Secretaria de Transporte.

RESOLUÇÃO

APÊNDICE E

Aprovação da primeira revisão anual do PDI (2023-2027)

O documento original foi aprovado no Conselho Universitário (CONSUNI), 27 de setembro de 2023.

A primeira Revisão Anual (2024) foi aprovada no CONSUNI em 17 de dezembro de 2024, conforme Resolução n.º 031/24

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ

RESOLUÇÃO – CONSUNI Nº 031/2024

Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional revisado, versão 7 – PDI v7.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, reunido em sessão plenária realizada no dia 17 de dezembro de 2024, considerando o disposto no Art. 27 da Resolução Consuni nº 14/2024, e tendo em vista o que consta do processo nº 23854.008990/2024-64,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional revisado, versão 7, ano 2024 – PDI v7, na forma do anexo a esta resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jataí, 17 de dezembro de 2024.

Prof. Dr. Christiano Peres Coelho
Reitor da Universidade Federal de Jataí

Rodovia BR 364 – Km 192 Zona de Expansão Urbana
Caixa Postal. 03, CEP: 75801-615
Fone: (64) 3606-8202-www.jatai.ufg.br

UFJ
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JATAÍ

Câmpus Jatobá - Cidade Universitária
BR 364, km 195, nº 3800, CEP 75801-615

Câmpus Riachuelo
Rua Riachuelo, CP 03, CEP 75804-068

Telefones: (64) 3606 8202 / (64) 3606 8203